

Diário Oficial dos Municípios do Espírito Santo - DOM/ES

Edição Nº 1553

Quarta-feira • 08 de Julho de 2020

Vitória/ES

TCE-ES realiza webinar para orientar jurisdicionados sobre novas leis em tempos de pandemia

Prefeitos, secretários e servidores municipais estão convidados a participarem do webinar de orientações técnicas sobre as novas legislações em razão do estado de calamidade pública. O evento on-line será realizado pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES) visando dar orientações a respeito de temas relevantes no cenário de pandemia, como previdência pública, auto de infração e política de pessoal. A transmissão será ao vivo, via YouTube, ou link da ECP ao Vivo, nesta sexta-feira (10), às 14 horas, com inscrição gratuita.

O webinar será coordenado pela Secretaria Geral de Controle Externo (Segex), por meio da



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Webinário de Orientações Técnicas

Data: 10/07 - Sexta-feira
Horário: 14 horas
Transmissão: Youtube da Escola de Contas Públicas ou no link www.tcees.tc.br/ECPaovivo

TEMAS:
:: LC 173/2020;
Pagamento das contribuições previdenciárias aos RPPS;
Gerenciamento das fontes de recursos.
:: Política de pessoal na pandemia: Contornos da LC n. 173/2020.

Escola de Contas Públicas (ECP). O presidente do TCE-ES, conselheiro Rodrigo Chamoun, fará a abertura do evento.

O tema central será a Lei Complementar 173/2020, que trata

do pagamento das contribuições previdenciárias aos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS). O assunto vai ser abordado pelas auditoras de controle externo Simone Reinholz Velten e Raquel

Spinasse Gil Santos. O tema terá desdobramento com os auditores de controle externo Romário Figueiredo e Antônio Bolsoni, que explicarão o gerenciamento das fontes destes recursos.

Prefeitura de Santa Leopoldina entrega cerca de R\$ 200 mil em equipamentos para associação de agricultores



A Prefeitura Municipal de Santa Leopoldina, por meio da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente realizou a entrega de um caminhão baú e um micro trator - 0 km, à Associação de Agricultores Familiares de Boqueirão do Santilho.

O caminhão, no valor aproximado de R\$ 180 mil, foi adquirido por meio de uma emenda parlamentar do deputado federal Sérgio Vidigal e teve a contrapartida do município. Já o micro trator foi doado pelo Governo do Estado, por indicação do deputado federal, Evair

de Melo.

Os equipamentos foram entregues após realização de Chamamento Público. Participaram da entrega o prefeito do município, Vavá Coutinho; o presidente da Câmara Municipal, Sérgio Lago; o vereador, Romir Muller; a secretária

interina de Agricultura e Meio Ambiente, Gleciene Bolis Marx e o presidente da Associação, Valdeci Monteiro.

Como medida de prevenção ao coronavírus não foi realizada solenidade e foram seguidos todos os protocolos de segurança.



Festival Gastronômico mobiliza empreendedores mateenses



Que São Mateus é um paraíso gastronômico, todo mundo já sabe! Para mostrar toda diversidade da culinária mateense a Prefeitura de São Mateus organiza o 1º Delivery Festival Gastronômico Sama & Guriri – o melhor da culinária e fast food mateense em casa, entre os dias 10 de julho e 9 de agosto.

A ação é uma oportunidade para os consumidores e também para os empreendedores da Região, que para participarem devem se inscrever até a próxima quinta-feira (09) no site da Prefeitura. Até o momento mais de 20 estabelecimentos já se cadastraram.

Os estabelecimentos poderão participar com dois pratos promocionais os estabelecimentos e empreendedores de qualquer localidade do Município, que atuem em uma das seguintes áreas: restaurantes, padarias, lanchonetes, bares, docerias, sorveterias e similares.

Os clientes vão receber, a preços populares, os mais variados pratos entregues no aconchego do seu lar, incluindo: porções, petiscos, comida japonesa, pizzas, lanches, carnes, frutos do mar, massas, caldos, sorvetes, bombons, tortas doces, churros e mais. As informações como os estabelecimentos e pratos participantes, assim como os pedidos poderão ser feitos por meio de um link que será disponibilizado no site da Prefeitura.



Diário Oficial dos Municípios do Espírito Santo - DOM/ES

Edição Nº 1553

Quarta-feira - 08 de Julho de 2020

Vitória/ES

Sumário

Consórcios Intermunicipais

Cim Polinorte - Consórcio Público da Região
Polinorte do ES..... 4

Cim Polo Sul - Consórcio Público da Região
Polo Sul do ES..... 5

Consórcio Público Rio Guandu 5

Municípios

Afonso Cláudio 7

Água Doce do Norte..... 9

Alfredo Chaves11

Alto Rio Novo16

Anchieta.....17

Aracruz20

Baixo Guandu46

Barra de São Francisco.....48

Boa Esperança51

Castelo52

Colatina58

Conceição do Castelo69

Domingos Martins.....70

Ecoporanga73

Fundão74

Governador Lindenberg77

Guaçu87

Guarapari111

Ibatiba.....120

Ibiraçu127

Itaguaçu181

Itarana186

Jaguare189

Marechal Floriano190

Marilândia192

Pedro Canário193

Piúma195

Presidente Kennedy198

Rio Bananal205

Santa Maria de Jetibá.....207

Santa Teresa.....208

São Domingos do Norte.....229

São Gabriel da Palha230

São Roque do Canaã.....238

Serra243

Sooretama262

Venda Nova do Imigrante264

Viana265

Vila Pavão281



Consórcios Intermunicipais

CIM POLINORTE - CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO POLINORTE DO ES

ATA Nº 07 DE ABERTURA E JULGAMENTO DO ENVELOPE REFERENTE AO PROCEDIMENTO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO – EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2020 - PROCESSO Nº 080/2020

Publicação Nº 283979

ATA Nº 07 DE ABERTURA E JULGAMENTO DO ENVELOPE REFERENTE AO PROCEDIMENTO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO – EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2020 - PROCESSO Nº 080/2020.

Objeto: Credenciamento de pessoas jurídicas para prestarem, de forma complementar, os serviços na área de saúde, substanciados na realização de consultas médicas e exames especializados, por profissionais habilitados nas respectivas áreas, conforme delineados nos Apêndices deste edital, visando atender as necessidades dos municípios consorciados ao CIM POLINORTE.

Aos sete (7) dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte (2020), às 08h00min, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitação do CIM POLINORTE, sob Portaria Nº. 02-P, de 27/02/2020, formada pelos Srs. Lucimar Antônio da Silva (Presidente), Felipe Sarcinelli Del Piero (Membro), Carlos Guilherme Macedo Pagiola Cordeiro (Membro) e Máratti de Fátima Croce (Membro) para proceder a abertura e julgamento do envelope devidamente protocolado conforme abaixo:

EMPRESA	Nº PROTOCOLO	DATA PROTOCOLO	OBSERVAÇÕES
RAMIREZ CARDIOLOGIA LTDA	000994/2020	22/06/2020	A referida empresa atendeu a todas as exigências editalícias.

Nada mais havendo a tratar, deu por encerrada a sessão.

Ibiraçu/ES, 07 de julho de 2020.

Lucimar Antônio da Silva
Presidente

Felipe Sarcinelli Del Piero
Membro CPL

Carlos Guilherme Macedo Pagiola Cordeiro
Membro CPL

Máratti de Fátima Croce
Membro CPL

AVISO LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2020

Publicação Nº 284132

AVISO DE EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2020

O CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO POLINORTE – CIM POLINORTE, comunica aos interessados que encontra-se disponível o edital de licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 003/2020. Objeto: Contratação De Empresa Especializada para a Prestação de Serviço de Limpeza, Conservação e Higienização com Fornecimento dos Materiais Necessários, para atender UPAI Linhares/ES, conforme autorização no processo de nº 129/2020 de 21/02/2020, a pedido da Diretoria do CIM Polinorte. Data de abertura: 20/07/2020 às 09 horas. Local de realização: www.bll.org.br. O edital deverá ser solicitado através do e-mail cpl_consociopolinorte@yahoo.com.br ou retirados através do site: www.consociopolinorte.com.br ou portal BLL: www.bll.org.br.

Ibiraçu/ES, 07 de julho de 2020.

Luana Guasti
Pregoeira/CIM POLINORTE

CIM POLO SUL - CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO POLO SUL DO ES**ATA 02 DO CONSELHO FISCAL DO CIM POLO SUL - APRECIÇÃO 1º QUADRIMESTRE 2020**

Publicação Nº 284101

ATA Nº 002/2020 DO CONSELHO FISCAL DO CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO POLO SUL - CIM POLO SUL

Aos seis (06) dias do mês de julho (07) do ano de dois mil e vinte (2020), reuniu-se o Conselho Fiscal do CIM POLO SUL por meio de teleconferência, haja vista a pandemia do Coronavírus. A Sra. Katiuscia Scarpini Pavão deu abertura comunicando a todos que conforme solicitado os documentos que integram a Prestação de Contas do CIM POLO SUL e a Prestação de Contas da Unidade de Cuidado Integral à Saúde - Rede Cuidar em Guaçuí/ES referentes ao Primeiro quadrimestre de 2020, foram encaminhados a todos por e-mail no dia 25 de junho de 2020 para análise prévia. A diretora do CIM POLO SUL passou a palavra para Sra. Claudia Batista Ferreira, Presidente do Conselho Fiscal, que deu as boas vindas a todos, e em seguida realizou leitura da ata da última reunião realizada a qual foi lida e aprovada pelos presentes. Feitos à leitura e aprovação da Ata da ultima reunião, passou para a votação e deliberação sobre o primeiro item da Ordem do Dia tendo sido tomada a seguinte deliberação: Item 01 -- Apreciação da Prestação de Contas Fiscais referente ao Primeiro Quadrimestre do ano de 2020 do CIM POLO SUL e prestação de contas da Rede Cuidar Sul: A prestação de contas do período em análise foi enviada por meio digital no dia 25/06/2020 a todos os membros do Conselho Fiscal, possibilitando a análise prévia e a realização da reunião de forma virtual. Foram também anexados à prestação de contas os relatórios contábeis, os relatórios de repasses previstos x realizados referente aos Contratos de Rateio dos 19 (dezenove) municípios consorciados do período de janeiro a abril de 2020 e relatório gerencial do faturamento mensal dos prestadores de saúde x municípios consorciados. A Senhora Maura Faitanin, membra do Conselho fiscal, questionou sobre o saldo que virou no exercício financeiro como restos a pagar do ano de 2019 da Rede Cuidar em Guaçuí, foi esclarecido pelo Sr. Wissam Mariano, Contador do CIM POLO SUL, que a Rede Cuidar em Guaçuí virou o exercício financeiro com restos a pagar, mas o recurso estava em conta. Item 2 – Outros assuntos: 2.1 – Informações sobre as Prestações de Contas PCA e PCMs: Foi informado pela diretora executiva Sra. Katiuscia Scarpini Pavão e o Contador Sr. Wissam Mariano que a prestação de contas anual (PCA) e, as prestações de contas mensal (PCMs) até o mês de Maio/2020 foram encaminhadas ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo sem nenhuma ressalva no referido envio. Após demais esclarecimentos prestados pela assessoria contábil e pela diretoria executiva do consórcio, pertinentes às contas do período analisado, referente às dúvidas e questionamentos apresentados pelos membros, decidiram pela regularidade das contas apresentadas referentes ao primeiro quadrimestre de 2020 do CIM POLO SUL e também da prestação de contas da Rede Cuidar Sul, e, neste sentido recomendam a sua aprovação pela Assembleia Geral do CIM POLO SUL. Nada mais havendo a tratar, a presidente declarou encerrados os trabalhos e eu, Maura Faitanin Cesconetti, Segunda Secretária, lavrei a presente ata que após lida e aprovada vai assinada por mim e pela presidente, tendo os demais membros participantes o devido registro virtual, dispensada a lista de presença.

Claudia Batista Ferreira - Presidente

Maura Faitanin Cesconetti – Segunda Secretária

CONSÓRCIO PÚBLICO RIO GUANDU**TERMO DE DISPENSA 008/2020**

Publicação Nº 284071

TERMO DE DISPENSA 008/2020

A Secretária Executiva do Consórcio Público Rio Guandu, com fulcro no art. 24, inciso II, § 1º da Lei nº 8.666/93, bem como no parecer jurídico, conclui pela DISPENSA DE LICITAÇÃO para contratação de Maria da Penha Martins, CPF: 007.816.097-98, pessoa física para prestação de serviços de limpeza da sede do Consórcio Público Rio Guandu, situada à Avenida Presidente Vargas, Nº 121, Sala 101, 1º Andar, Centro, Afonso Cláudio, ES, no valor mensal de R\$ 522,50 quinhentos e vinte e dois reais e cinquenta centavos), e valor global de R\$ 3.135,00 (três mil e cento e trinta cinco reais) por um período de 06 meses.

Afonso Cláudio, em 07 de julho de 2020.

Ana Paula Alves Bissoli

Secretária Executiva do Consórcio Público Rio Guandu

RATIFICO o ato de Dispensa de Licitação com base no Art. 24, Inciso II, § 1º da Lei nº 8.666/93, para contratação de Maria da Penha Martins, CPF: 007.816.097- 98, pessoa física para prestação de serviços de limpeza da sede do Consórcio Público Rio Guandu, situada à Avenida Presidente Vargas, Nº 121, Sala 101, 1º Andar, Centro, Afonso Cláudio, ES, no valor mensal de R\$ 522,50 (quinhentos e vinte e dois reais e cinquenta centavos), e valor global de R\$ 3.135,00 (três mil e cento e trinta cinco reais) por um período de 06 meses, constante neste processo para que produza seus efeitos legais, nos termos do Art. 26, da Lei 8.666/93.

Afonso Cláudio, em 07 de junho de 2020.

João do Carmo Dias

Presidente do Consórcio Público Rio Guandu

Afonso Cláudio**PREFEITURA****AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010-2020 - PROCESSO Nº 012294-2020**

Publicação Nº 283974

Aviso de Pregão Eletrônico

Nº 010/2020

Proc. Nº 012294/2020

O Município de Afonso Cláudio/ES, por meio do Fundo Municipal de Saúde, através de sua Pregoeira Oficial, torna público que fará realizar Licitação, sob a modalidade "Pregão Eletrônico, adotando-se o Registro de Preços", de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93 e Dec. Mun. 058/19, por meio de Sistema Eletrônico, objetivando a aquisição de material gráfico (receituário, folders, ficha de acompanhamento, requisição de exames e outros), em atendimento à Secretaria Municipal de Saúde, conforme condições e especificações contantes do Edital e Anexos, que estão disponíveis no site: www.licita-coes-e.com.br

- Acolhimento das propostas no sistema eletrônico à partir de: 17/07/2020 às 08:00 horas,
- Abertura das propostas: 21/07/2020 às 08:00 horas,
- Início da Sessão de Disputa: 21/07/2020 às 09h15min.

Mais informações através do tel. (27) 3735.4005 ou e-mail: licitacao@afonsoclaudio.es.gov.br

Afonso Cláudio/ES, 07 de julho de 2020.

Keyla M. Zanetti de Oliveira

Pregoeira

RETIFICAÇÃO REFERENTE À PUBLICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 066/2020

Publicação Nº 284073

RETIFICAÇÃO

Referente à publicação da Dispensa de Licitação nº 066/2020, Proc. nº 12574/2020, veiculada no DOM/ES - Diário Oficial dos Municípios em 07/07/2020, Edição Nº 1552, Páginas 32, Publicação Nº 283813.

onde se lê:

art. 24, inciso XVII, da Lei nº 8.666/93.

leia se:

art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93 c/c art. 1º, I "b" da medida provisória nº 961/2020.

Afonso Cláudio/ES, em 07 de julho de 2020.

Regina A. Fernandes de Souza

Chefe do Setor de Compras

SOLICITAÇÃO DE ORÇAMENTO SECRETARIA DE SAÚDE

Publicação Nº 284059

Solicitamos orçamento para o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Pessoa Jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ 13.966.562/0001-67. Para a locação de um imóvel por 12 (doze) meses, para o funcionamento do CENTRO MUNICIPAL DE FISIOTERAPIA, sendo o REQUISITOS NECESSÁRIOS DO IMÓVEL, um imóvel deverá estar localizado na área urbana do Município de Afonso Cláudio/ES, devendo ser localizado a um raio de 150 quilômetros da Sede da Prefeitura Municipal de Afonso Cláudio, com vias de acesso pavimentadas, contendo as descrições abaixo relacionadas:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
01	• Área de aproximadamente de 240,00 mt2	01
	• Banheiro com acessibilidade	No mínimo 02
	• Copa/cozinha com armários	01
	• Área de serviço	01
	• Instalações de energia 220w	No mínimo 04
	• Acessibilidade para cadeirantes	01
	• Salas	06

Localização do imóvel deverá ser de fácil acesso aos usuários preferencialmente na parte Terreo.

O imóvel deve conter as seguintes DOCUMENTAÇÃO DO IMÓVEL :

- Comprovante de titularidade.
- Certidão de Matrícula do Imóvel.
- Certidão de ônus Reais.
- Certidão de Ações Reais e Pessoais Reipersecutórias.
- Fotos e/ou imagens do imóvel.

DOCUMENTAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL PESSOA FÍSICA:

- Certidão da Dívida Ativa Municipal e Estadual e Federal;
- Certidão do INSS;
- Certidão de FGTS;
- Certidão do CNDT;

OS ORÇAMENTOS S DEVERÃO SER ENTREGUES ATÉ O DIA 15/07/2020 NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, SITUADA NA PRAÇA DA INDEPENDÊNCIA, 341, CENTRO, AFONSO CLÁUDIO-ES.

Afonso Cláudio, 07 de julho de 2020.

SILVIA RENATA DE OLIVEIRA FREISLEBEN
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Água Doce do Norte

PREFEITURA

RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL 013 2020

Publicação Nº 284063

Aviso de Resultado de Licitação
Pregão Presencial nº
013/2020

Processos nº 0777/2020-SMS.

A Prefeitura Municipal Água Doce do Norte, ES, torna público para o amplo conhecimento dos interessados, o resultado do Pregão Presencial nº 013/2020, conforme despacho exarado no processo citado objetivando a **aquisição de medicamentos constantes da lista elaborada pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED), Secretaria Executiva da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), para atendimento específico de ação judicial e excepcionalmente, os usuários credenciados pelo programa de assistência farmacêutica, conforme as especificações constantes neste termo, mediante licitação na modalidade de Pregão, em sua forma presencial, do tipo maior desconto percentual. Empresas Vencedoras:**

FARMAVIVA – DROGARIA
09.369.464/0001-44, para o objeto do presente certame apresentando um percentual de desconto de 2,5% (dois virgula cinco por cento);

Água Doce do Norte, ES, 03 de julho de 2020.

Adinan Novais de Paula
Pregoeiro Municipal

RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL 014 2020

Publicação Nº 284055

**Aviso de Resultado de
Licitação Pregão Presencial nº
014/2020- 377/2020-SMEC**

A Prefeitura Municipal Água Doce do Norte, ES, torna público para o amplo conhecimento dos interessados, o resultado do Pregão Presencial nº 014/2020, conforme despacho exarado no processo citado objetivando **para a aquisição de aquisição 04 (quatro) FREEZERS horizontais 02 PORTAS, 03 fogões industriais, 03 (três) bebedouros, 02 (duas) impressoras multifuncionais, 10 (dez) computadores, 02 (dois) ar condicionados 18000 btus, 02 geladeiras, 03 (três) roupeiros de . Empresas**

Vencedoras: CIBOX - COMERCIO E SERVIÇOS LTDA EPP - CNPJ 02.906.841/0001-98 - Sagrou-se vencedora para o item 002 do presente certame - Total R\$ 28.950,00 (vinte e oito mil, novecentos e cinquenta reais); LP COELHO EPP - CNPJ 08.704.069/0001-08 - Sagrou-se vencedora para o item 08 do presente certame - Total R\$ 5.686,00 (cinco mil, oitocentos e sessenta e seis reais); ALEMPEQ - EQUIPAMENTOS ESC. LTDA EPP - CNPJ 31.792.534/0001-21 - Sagrou-se vencedora para os itens 05 e 07 do presente certame - Total R\$ 8.933,00 (oito mil, novecentos e trinta e três reais); TAGLIA-FERRE & CIA LLTDA EPP - CNPJ 07.936.832/0001-63 - Sagrou-se vencedora para o item 03 do presente certame - Total R\$ 9.536,00 (nove mil, quinhentos trinta e seis reais); COLMAQ - MAQUINAS E EQUIP. DE ESCRITORIO LTDA ME - CNPJ 27.477.959/0001-79 - Sagrou-se vencedora para o item 01 do presente certame - Total R\$ 6.795,00 (seis mil, setecentos e noventa e cinco reais); MAQFORT MAQUINAS E EQUIP. EIRELI - ME - CNPJ 07.354.555/0001-80 - Sagrou-se vencedora para os itens 04 e 06 do presente certame - Total R\$ 8.198,00 (oito mil, cento e noventa e oito reais); **Itens fracassados:** não houve. **Itens desertos:** não houve. **Total**

Geral: R\$ 68.098,00 (sessenta e oito mil, noventa e oito reais);

Água Doce Norte, ES, 07.07.2020.

Adinan Novais de Paula
Pregoeiro Municipal

Alfredo Chaves**PREFEITURA****CONTRATO Nº 59/2020/ADM**

Publicação Nº 284068

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALFREDO CHAVES - ES.

Extrato do Contrato nº 59/2020/ADM.

Processo Adm. nº 2963/2020.

Dispensa de Licitação – Art. 24, incisos IV e II, da Lei nº 8.666/93.

Contratante: Município de Alfredo Chaves.

Contratada: FACTOR CONSTRUTORA LTDA - ME.

Objeto: contratação de empresa para executar serviço de reconstrução da ponte de Sagrada Família x Rio Veado, em concreto armado e vigas pré-moldados de concreto, com comprimento de 15,00 metros, largura 4,40 metros e altura de 4,00 metros, incluindo materiais e mão de obra.

Valor Total: R\$ 255.272,34.

Dotação: 080001.1545100093.009.

Elemento de Despesa: 44905100000.

Ficha nº: 267.

Vigência: 31/12/2020.

Assinatura: 07/07/2020.

Fernando Videira Lafayette

Prefeito Municipal

RATIFICAÇÃO DA RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO Nº 01/2020/FMS

Publicação Nº 284005

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ALFREDO CHAVES-ES.

Publicação resumida de Decisão.

Processos Administrativos nºs 002229/2020 e 002622/2020.

Ref. Pregão Presencial nº 045/2019 – Contrato nº 01/2020/FMS.

Contratante: Município de Alfredo Chaves - através do Fundo Municipal de Saúde.

Contratada: Global Negócios e Serviços EIRELI - ME.

Resumo da decisão: VISTOS, EXAMINADOS E RELATADOS os presentes autos, após a análise do recurso interposto pela empresa notificada, Global Negócios e Serviços EIRELI – ME, inscrita no CNPJ sob o nº 04.635.572/0001-06, ACOLHEMOS o parecer da Assessoria Jurídica deste Município, bem como o relatório do Ilmo. Sr. Secretário Municipal de Administração, também fiscal do contrato, conhecendo do mesmo, para, no mérito, negar-lhe provimento, RATIFICANDO, assim, o ato de rescisão unilateral do contrato nº 01/2020/FMS, fundamentada nos artigos 77, 78, inciso I, e 79, inciso I, da Lei nº 8.666/93.

Data da assinatura: 23/06/2020.

Fernando Videira Lafayette

Prefeito Municipal

Sílvia Pinto Ferreira

Secretária Municipal de Saúde

RATIFICAÇÃO DA RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO Nº 23/2020/ADM

Publicação Nº 284007

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALFREDO CHAVES - ES.

Publicação resumida de Decisão.

Processos Administrativos nºs 002229/2020 e 002623/2020.

Ref. Pregão Presencial nº 045/2019 – Contrato nº 23/2020/ADM.

Contratante: Município de Alfredo Chaves.

Contratada: Global Negócios e Serviços EIRELI - ME.

Resumo da decisão: VISTOS, EXAMINADOS E RELATADOS os autos, após a análise do recurso interposto pela empresa notificada, Global Negócios e Serviços EIRELI – ME, inscrita no CNPJ sob o nº 04.635.572/0001-06, ACOLHO o parecer da Assessoria Jurídica deste Município, bem como o relatório do Ilmo. Sr. Secretário Municipal de Administração, também fiscal do contrato, conhecendo do mesmo, para, no mérito, negar-lhe provimento, RATIFICANDO, assim, o ato de rescisão unilateral do contrato nº 23/2020/ADM, fundamentada nos artigos 77, 78, inciso I, e 79, inciso I, da Lei nº 8.666/93.

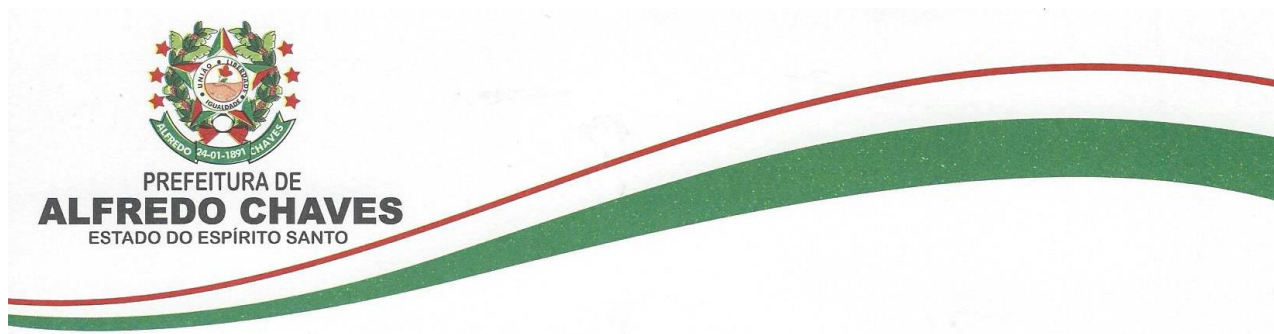
Data da assinatura: 23/06/2020.

Fernando Videira Lafayette

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1457-N-2020

Publicação Nº 284109

**DECRETO Nº 1457-N, DE 06 DE JULHO DE 2020.**

Ementa: Dispõe sobre autorização para realização de Assembléia Geral Ordinária e/ou Extradordinária e dá outras providências.

Art.1º - Fica autorizada a realização de Assembléia Geral Ordinária e/ou Extraordinária de associações e cooperativas sediadas no Município de Alfredo Chaves, para cumprimento de legislação pertinente, no período compreendido de 20 de julho a 08 de Agosto do ano corrente.

§ 1º - A autorização para realização de assembléias prevista no caput deverá seguir as determinações seguintes:

I – Fica limitado à presença de publico no percentual de 20% da capacidade do local da assembléia.

II – Fica determinado que a associação/cooperativa proceda ao controle e demarcação de distanciamento dos associados/cooperados, assegurando a distância mínima de 1,5m (um metro e cinquenta centímetros), para o caso de formação de fila de espera para acesso ao local da assembléia, assim como, garantir o seu monitoramento;

III - adotar medidas para manter e fiscalizar o distanciamento social no interior do local da assembléia na medida de 1,5m (um metro e cinquenta centímetros) entre os associados/cooperados, bem como entre os colaboradores;

IV - utilizar faixas ou marcações para limitar a distância mínima de 1,5m (um metro e cinquenta centímetros) entre o associado/cooperado e o colaborador, em casos onde a verbalização é essencial;



V – disponibilização de *dispenser's* com álcool gel 70% (setenta por cento) em pontos estratégicos destinados à higienização das mãos dos associados/cooperados e colaboradores;

VI – Uso obrigatório máscara facial a todos os colaboradores e associados/cooperados, para utilização em tempo integral, bem como orientar sobre o uso correto;

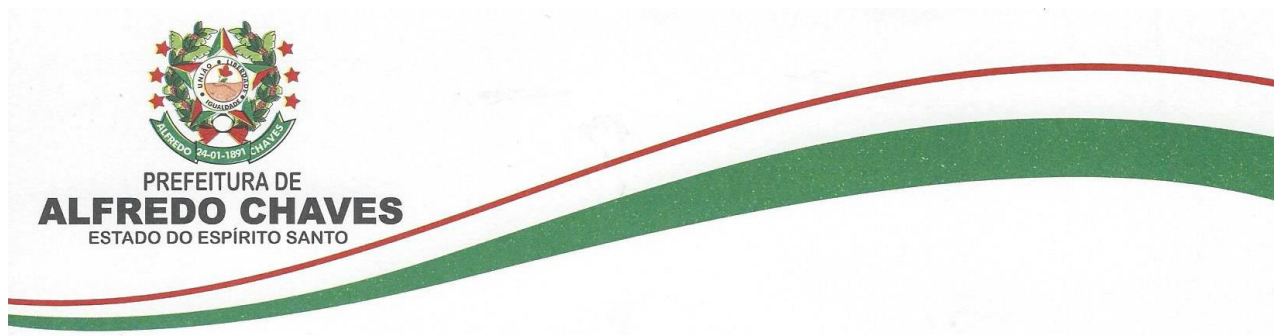
VII- disponibilizar permanentemente os seguintes itens necessários para higienização, vedado o uso de secadores eletrônicos, das mãos de colaboradores, associado/cooperado e demais presentes:

- a) lavatório com água potável corrente;
- b) sabonete líquido;
- c) toalhas de papel;
- d) lixeira para descarte; e
- e) dispensers com álcool gel 70% (setenta por cento) em pontos estratégicos;

VIII - executar a desinfecção freqüente, entre o uso, com hipoclorito de sódio 1,0% (um por cento) a 2,5% (dois e meio por cento) ou álcool 70% (setenta por cento) de superfícies e objetos como balcões, bancadas, maçanetas, corrimãos, interruptores, e outros itens tocados com freqüência;

§2º- A autorização constante no *caput* é restrita a realização da assembléia, para o devido cumprimento à legislação pertinente, sendo vedado a realização de jantar e/ou almoço de confraternização e coffee break.

§3º - As instituições autorizadas conforme disposto no *caput*, será permitida a realização de suas assembléias desde que não permitam aglomeração dentro e fora do local a ser realizada, bem como sejam garantidas as condições de precaução e protocolo de higiene aos seus associados/cooperados, colaboradores e demais presentes, nos termos do que indicado pelo Ministério da Saúde e pela OMS.



Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Alfredo Chaves/ES, 06 de Julho de 2020.

FERNANDO VIDEIRA LAFAYETTE
PREFEITO MUNICIPAL

Alto Rio Novo

PREFEITURA

RESUMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 082/2020

Publicação Nº 284166

RESUMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 082/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ALTO RIO NOVO – ES.

CONTRATADO: SINGULAR CONSTRUÇÕES EIRELI.

Objeto: O presente contrato tem por objeto contratação de empresa Especializada para execução de serviços de pavimentação na estrada que dá acesso ao patrimônio do Córrego Beija Flor, na cidade de Alto Rio Novo em atendimento a Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Transporte do Município de Alto Rio Novo-ES.

Vigência: A vigência do contrato é de 120 (cento e vinte) dias contados da assinatura do mesmo.

Valor: O valor global deste contrato é de R\$ 97.600,00 (noventa e sete mil seiscentos reais). cujo desembolso dar-se-á conforme pactuado neste instrumento, à conta da dotação orçamentária prevista nas rubricas a seguir:

Órgão 014100 – Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Transporte

Unidade: 014101 – Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Transporte

Função: 15 – Urbanismo

S. função: 451 – Infra-Estrutura Urbana

Programa: 0160 – Fundo Municipal de Cidades

Projeto: 1.168 – Pavimentação Rural Córrego Beija Flor

Elemento: 44905100000 – Obras e Instalações

Fonte: 19900000000 – Outras Destinações Vinculadas de Recursos

Processo Administrativo: 001686/2020.

Anchieta

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PPRP 001/2020 - FMS

Publicação Nº 284011

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS N.º 001/2020

Processo n.º 23941/2019

O Fundo Municipal de Saúde do Município de Anchieta/ES, através de sua Pregoeira Oficial, torna público a realização de Licitação, na modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços, objetivando contratação de empresa para eventual prestação de serviço de impressão e veiculação de outdoor na sede e entornos do município de anchieta-es, conforme especificações constantes neste edital e seus anexos, conforme as Leis 8.666/93, 10.520/02, LC 123/2006 e Decreto Municipal no 5.679/2017. Os interessados deverão retirar o Edital pelo site www.anchieta.es.gov.br ou via correio eletrônico, no endereço pregao.anchieta@gmail.com.

Credenciamento e recebimento dos envelopes: De 09:00 às 09:30 do dia 21/07/2020.

Abertura das Propostas e Sessão de Disputa: às 09:31 do dia 21/07/2020.

Anchieta, 07 de julho de 2020.

Jilvan Carvalho dos Santos

Pregoeiro Oficial - PMA

AVISO DE RESULTADO PP 008/2020 - FMS

Publicação Nº 284018

AVISO DE RESULTADO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 008/2020

Processo N.º 11777/2019

O Fundo Municipal de Saúde do Município de Anchieta/ES, por meio de seu Pregoeiro, torna público resultado da licitação em referência, cujo objeto é contratação exclusiva de microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada para eventual aquisição de equipamentos e materiais permanentes para unidade de atenção especializada em saúde do município, devidamente homologado pelo Prefeito, em atendimento à Lei nº 8.666/93.

Empresas vencedoras:

ARTEFLEX MOVEIS ESCOLARES LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 04.008.524/0001-80:

Lote 3: no valor de R\$ 2.100,00

C L COSTA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o n.º 17.884.676/0001-98:

Lote 1: no valor de R\$ 7.002,00

Lote 5: no valor de R\$ 2.077,50

CAZELE SPORT LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 30.579.577/0001-60:

Lote 4: no valor de R\$ 10.020,00

TONON COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 01.727.847/0001-35:

Lote 2: no valor de R\$ 26.970,00

Anchieta, 07 de julho de 2020.

Jilvan Carvalho dos Santos

Pregoeiro Oficial - PMA

AVISO DE RESULTADO PPRP 008/2020

Publicação Nº 284050

AVISO DE RESULTADO**PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS N.º 008/2020**

Processo N.º 14531/2019.

O Município de Anchieta/ES, por meio de seu Pregoeiro Oficial, torna público resultado da licitação em referência, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE MATERIAL DE COPA E COZINHA, COM LOTES EXCLUSIVOS E COTA RESERVADA PARA ME/EPP, devidamente homologado pelo Prefeito, em atendimento à Lei nº 8.666/93.

Empresas vencedoras:

ARCO SERVICOS EIRELI LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 21.822.665/0001-50:

Lote 5: no valor de R\$ 22.174,80

Lote 9: no valor de R\$ 62.878,50

Lote 10: no valor de R\$ 20.959,50

MARTINS E BOURGUIGNON LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 32.450.694/0001-55:

Lote 3: no valor de R\$ 6.294,88

MOURA COMÉRCIO ATACADISTA E DISTRIBUIÇÃO EI, inscrita no CNPJ sob o n.º 33.071.103/0001-00:

Lote 2: no valor de R\$ 3.864,45

N DE L ROMANHA COMERCIAL - ME, inscrita no CNPJ sob o n.º 28.760.634/0001-61:

Lote 1: no valor de R\$ 11.597,95

Lote 4: no valor de R\$ 14.542,34

RFL COMERCIAL LTDA., inscrita no CNPJ sob o n.º 01.260.374/0001-09:

Lote 8: no valor de R\$ 921,50

SERVI MIX COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o n.º 27.525.362/0001-52:

Lote 7: no valor de R\$ 1.221,54

X ALIMENTOS LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o n.º 14.030.015/0001-07:

Lote 11: no valor de R\$ 20.787,00

07 de Julho de 2020

Jilvan Carvalho dos Santos

Pregoeiro Oficial - PMA

AVISO REAPRESENTAÇÃO DE PROPOSTA TOMADA DE PREÇOS 003/2020

Publicação Nº 283983

AVISO DE REAPRESENTAÇÃO**PROPOSTA ECONÔMICA****TOMADA DE PREÇOS****Nº 003/2020****PROCESSO Nº 20306/2019**

CONFORME LEI Nº123/2006 E LEI Nº1.315/2018

O Município de Anchieta torna público que após passada a fase de recurso da proposta econômica, convocamos as empresas classificadas METALART METALÚRGICA LTDA ME, CONSTRUFORT CONSTRUTORA LTDA, R&S ALPINISMO INDUSTRIAL E PREDIAL EIRELI e ATUAL EDIFICAÇÕES EIRELI para sessão onde a empresa R&S ALPINISMO INDUSTRIAL E PREDIAL EIRELI terá o direito de apresentar nova proposta com o preço inferior da melhor classificada, conforme interesse relatado na Ata do dia 10/06/2020 e direito assegurado pela Lei 123/2006, Lei nº 1.315/18 e pelo item 3.6.1 do edital. A sessão será realizada no dia 13/07/2020, às 09h00min, na sala da Comissão Permanente de Licitação, à Rod. do Sol, 1620, Vila Residencial Samarco, Anchieta/ES- Prédio Anexo II. A empresa deverá trazer sua proposta econômica lacrada, conforme item 5.1 do edital.

Esclarecimentos pelo telefone(28)3536-3358 .

Anchieta/ES, 07/07/2020

Renata Santos da costa

Presidente da CPL/PMA – ES

EXTRATO DO 13º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº 103/2008

Publicação Nº 284019

EXTRATO DO 13º TERMO ADITIVO AO CONTRATO

DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº 103/2008

Que entre si celebram o Município de Anchieta ES e o Sr. AUGUSTO FERRARI.

Objeto: Prorrogação de prazo por mais 12 (doze) meses .

Processo: 4256/2020

Recursos Orçamentários

Classificação Funcional nº. 0205047210072018, Elemento de Despesa 33903615000, Fonte de Recurso 15100001000 e Ficha 0000485 Secretaria Administração e Recursos Humanos.

VALOR GLOBAL: O Valor Global do Aditivo é de R\$ 13.276,08 (Treze mil, duzentos e setenta e seis reais e oito centavos).

Aracruz

PREFEITURA

DECRETO Nº 38175

Publicação Nº 284090

DECRETO Nº 38.175, DE 03/07/2020.

DECLARA INEXISTÊNCIA DE DECRETO

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARACRUZ, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, USANDO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E,

CONSIDERANDO que ao proceder a sequência no controle dos atos administrativos, houve o cancelamento de alguns Decretos após melhor análise;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado inexistente na ordem numérica de Decretos, os números abaixo relacionados:

- 37.760;
- 37.770;
- 37.843;
- 37.891;
- 37.911;
- 37.993;
- 38.007;
- 38.011;
- 38.018.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Prefeitura Municipal de Aracruz, 03 de Julho de 2020.

JONES CAVAGLIERI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 38177

Publicação Nº 284153

DECRETO N.º 38.177, DE 06/07/2020.

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO DE ESTUDANTE COMO ESTAGIÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARACRUZ, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E NOS TERMOS DA LEI FEDERAL 11.788/2008, LEI MUNICIPAL N.º 3.265, DE 23/12/2009 E DECRETO N.º 21.218, DE 09/08/2010;

DECRETA:

Art. 1º Fica a Gerência de Recursos Humanos – Secretaria de Administração e Recursos Humanos do Município de Aracruz autorizada a proceder a contratação da Estudante abaixo descrita como Estagiária, com a carga horária de 6 horas diária, percebendo o pagamento da Bolsa-Auxílio de 90% do vencimento do servidor municipal de Nível I, Padrão “E”, da tabela salarial administrativa, conforme Decreto n.º 21.218, de 09/08/2010.

Nome	Curso	Faculdade	Secretaria	A partir
KÉSIA MARQUES DA CONCEIÇÃO	Direito	FAACZ	SEMAD	09/06/2020

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 09/06/2020.

Prefeitura Municipal de Aracruz, 06 de Julho de 2020.

JONES CAVAGLIERI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 38178

Publicação Nº 284156

DECRETO N.º 38.178, DE 06/07/2020.

PRORROGA CONTRATO DE ESTAGIÁRIOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ARACRUZ.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARACRUZ, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS;

DECRETA:

Art. 1º Fica a Gerência de Recursos Humanos – Secretaria de Administração e Recursos Humanos do Município de Aracruz autorizada a PRORROGAR o término das contratações dos Estagiários abaixo descritos, conforme Memorando n.º 494/2020-SEMAD:

MATR.	NOME	PRORROGAR	
		DE	ATÉ
32.095	Karina Nunes Pelissari	23/07/2020	22/07/2021
32.098	Tainys Marinho Alves	23/07/2020	22/07/2021

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Aracruz, 06 de Julho de 2020.

JONES CAVAGLIERI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 38183

Publicação Nº 284158

DECRETO N.º 38.183, DE 06/07/2020.

DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DECORRENTE DO COVID-19 EM DIFERENTES ÁREAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARACRUZ, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELO INCISO VII, XIX, DO ART. 55 DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE ARACRUZ.

Considerando o Decreto Legislativo do Congresso Nacional de nº 6, de 2020 que reconheceu a ocorrência de Estado de Calamidade Pública;

Considerando o Decreto n.º 37.740, de 16/03/2020, o qual decretou situação de emergência de saúde pública no município de Aracruz, decorrente da pandemia da COVID-19;

Considerando o Decreto Estadual n.º 4.626-R, de 12/04/2020, o qual dispõe de medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da covid-19;

Considerando o Decreto Estadual n.º 4593-R, de 13 de março de 2020, que dispõe sobre o estado de emergência em saúde pública no Estado do Espírito Santo e estabelece medidas sanitárias e administrativas para prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos decorrentes do surto de novo coronavírus (COVID-19);

Considerando o Decreto Estadual n.º 4.636-R, de 19/04/2020, que Institui o mapeamento de risco para o estabelecimento de medidas qualificadas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do novo coronavírus (COVID-19);

Considerando o Decreto Legislativo n.º 18 de 30 de abril de 2020, que reconheceu a ocorrência de estado de calamidade pública no município de Aracruz;

Considerando que a metodologia utilizada pelo Governo do Estado do Espírito Santo na Portaria n.º 130-R de 04 de julho de 2020, que autorizou os municípios com até 70 mil habitantes a realizarem atos administrativos fixando horário de atendimento presencial nos estabelecimentos comerciais não respeitou as particularidades geográficas e urbanísticas de Aracruz, em especial a existência de distritos regionais, com adensamento populacional, que dista, em média, até 35km da sede administrativa da cidade de Aracruz;

Considerando que a sede do Município e os respectivos distritos que compõem o território não possuem adensamento populacional acima de 70 mil habitantes.

Considerando que a Portaria n.º 100-R de 30 de maio de 2020, que dispõe sobre medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do novo coronavírus (COVID-19), nos termos Decreto nº 4636-R, de 19 de abril de 2020, foi elaborada a partir da realidade urbana da Região Metropolitana da grande Vitória, em especial para mitigar os efeitos negativos da superlotação em transportes públicos, hipótese diversa da cidade de Aracruz;

Considerando a Súmula Vinculante do Supremo Tribunal Federal n.º 38, estabelecendo que o município é competente para fixar o horário de funcionamento de estabelecimentos comerciais;

Considerando o julgamento do Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º 4.060, que fixou a compreensão do novo federalismo brasileiro, ampliando o feixe de competências legislativas e materiais atribuíveis aos estados e aos municípios, desfazendo a tendência centralizadora do federalismo centripeto;

Considerando o julgamento do Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º 6.341 que reconheceu a competência concorrente do município para legislar sobre defesa da saúde;

Considerando o art. 30, inciso I da Constituição Federal, que reconheceu a competência do município para legislar sobre assuntos de interesse local, à luz das características sociais, geográficas e estruturais;

Considerando o art. 30, inciso VII, que reconheceu a competência do município para prestar serviços públicos de atendimento à saúde da população, incluindo o estabelecimento de protocolos sanitários próprios;

Considerando o art. 23, inciso II da Constituição Federal, que estabelece competência comum entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios para cuidar da saúde.

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado o funcionamento das atividades comerciais no Município de Aracruz, conforme o anexo único deste Decreto.

Parágrafo único. A autorização de funcionamento das atividades comerciais pode ser revista a qualquer tempo, observando a dinâmica das alterações de protocolos da pandemia.

Art. 2º São imprescindíveis, no Município de Aracruz, as seguintes responsabilidades, deveres e obrigações para atendimento dos protocolos sanitários e administrativos de segurança para a pandemia da COVID-19:

I - dos cidadãos:

- a) ampliar a prática do autocuidado por meio da higiene intensa e frequente das mãos;
- b) higienizar embalagens, preferir alimentos cozidos ou bem lavados, especialmente quando consumidos in natura;
- c) limpar todos os objetos que sejam manuseados, notadamente quando estiver fora de casa;
- d) evitar o contato físico direto com outras pessoas, o compartilhamento de talheres e objetos pessoais;
- e) usar máscara para circulação em todo o território do Município de Aracruz; e
- f) não promover e não participar de atividades de qualquer natureza, em locais públicos ou privados, incluindo a residência, que possam aglomerar pessoas ou que possam contrariar as orientações de isolamento social da Organização Mundial da Saúde, do Governo do Estado do Espírito Santo e do Município de Aracruz.

II - das comunidades e famílias:

- a) não realizar encontros que levem a aglutinação de pessoas ou gerem a maior proximidade entre elas em ambientes abertos ou fechados;
- b) aumentar o período de permanência em casa;
- c) proporcionar condições solidárias para que as pessoas idosas ou dos grupos de riscos desloquem-se o mínimo possível fora de suas casas;
- d) evitar que membros do grupo familiar menores de 12 (doze) anos e de pessoas acima de 60 (sessenta) anos circulem pela cidade e frequentem estabelecimentos comerciais de qualquer natureza.
- e) não realizar e não participar de eventos festivos de qualquer natureza;
- f) não realizar ou participar de festas, churrascos ou quaisquer outros encontros que possam gerar aglutinação de pessoas, inclusive os eventos familiares ou eventos de amigos;
- g) não frequentar bens públicos de uso comum, dentre os quais se destacam as praias, as unidades/parques municipais e as praças públicas, para praticas desportivas ou quaisquer outras atividades de lazer.

§ 1º O Poder Público, no uso dos atributos inerentes ao poder de polícia, fiscalizará o cumprimento do disposto na alínea "e" do inciso I do art. 2º deste Decreto, no que diz respeito à obrigatoriedade do uso de máscaras pelos cidadãos em todo o território do Município de Aracruz.

§ 2º Aquele que descumprir o disposto nos incisos I e II deste artigo, ficará sujeito às sanções penais previstas no art. 268 do Código Penal, sem prejuízo das sanções cíveis e administrativas.

Art. 3º A autorização de funcionamento das atividades comerciais está condicionada ao atendimento dos protocolos sanitários e administrativos de prevenção e segurança para a pandemia da COVID-19, obrigatórios para os estabelecimentos comerciais, sociedades empresárias e micro empreendedores, na forma da Lei Federal n.º 13.486/2017:

I - fornecer, obrigatoriamente, máscaras aos colaboradores, como forma de prevenir o risco de contágio pela COVID-19, bem como outros equipamentos de proteção individual, especialmente quando envolver atendimento ao público;

II - organizar condições para ampliar a jornada de trabalho a distância ou remota;

III - proporcionar o imediato afastamento dos trabalhadores que apresentarem sintomas gripais, reduzindo o risco de contágio dos demais;

IV - ampliar significativamente as rotinas de limpeza e higienização das instalações das empresas, bem como dos equipamentos que possam ser utilizados por clientes;

V - observar as restrições temporárias específicas estabelecidas pelas autoridades sanitárias;

VI - não permitir o ingresso ou realizar o atendimento comercial ou empresarial de qualquer pessoa que não esteja utilizando máscara de proteção individual;

VII - disponibilizar álcool em gel, concentração de 70%, para os clientes;

VIII - observar o disposto na Lei Federal n.º 13.486/2017;

IX - limitar a entrada e a permanência de apenas 01 (um) cliente para cada 10m² (dez metros quadrados) de loja;

X - manter colaborador ou outra forma de controle eficaz para ordenar a fila de acesso ao estabelecimento comercial, devendo ser respeitado o limite de 1,5 metros de distância entre os clientes ou usuários em fila, utilizando, inclusive, se necessário, sinalização vertical e/ou horizontal para o distanciamento;

XI - manter o ambiente ventilado;

XII - higienizar os ambientes de acesso comum do estabelecimento e que são utilizados pelos clientes, a exemplo do balcão, mesa de atendimento e caixa.

Art. 4º Os estabelecimentos comerciais descritos abaixo, além das obrigações contidas no artigo 3º deste Decreto, em razão de sua natureza essencial, deverão observar, ainda, as seguintes condições:

I - Padarias:

- a) providenciar placas informativas acerca da obrigatoriedade de os clientes manterem um distanciamento mútuo de no mínimo de 1,5 metros em qualquer área do estabelecimento;
- b) disponibilizar Equipamento de Proteção Individual para os colaboradores e álcool em gel, com concentração mínima de 70%, para uso dos clientes;
- c) não ofertar mesas e cadeiras para consumo imediato no interior e nos arredores do estabelecimento; e

d) não permitir o consumo de bebida alcoólica no interior ou nos arredores do estabelecimento comercial.

II – Hipermercados, supermercados, minimercados e mercearias:

a) providenciar placas informativas acerca da obrigatoriedade de os clientes manterem um distanciamento mútuo de no mínimo de 1,5 metros em qualquer área do estabelecimento;

b) ordenar o fluxo de pessoas de modo a evitar aglomeração no entorno do estabelecimento ou no pátio de estacionamento;

c) higienizar os carrinhos de compras antes de serem tocados pelos clientes; e

d) disponibilizar lavatório com água, sabão e toalhas de papel descartáveis para uso dos clientes;

III - Clínicas médicas, odontológicas, de fisioterapia e Studio dePilates:

a) respeitar a proibição de aglomerações nas áreas comuns e espaços de recepção;

b) providenciar placas informativas acerca da obrigatoriedade de os clientes manterem um distanciamento mútuo de no mínimo de 1,5 metros em qualquer área do estabelecimento;

c) realizar atendimento presencial por meio de agendamento prévio;

d) organizar os serviços de forma que o atendimento seja apenas um paciente/cliente por profissional da área de saúde;

e) esterilizar ferramentas e higienizar equipamentos e áreas de uso a cada utilização; e

f) atender o paciente/cliente utilizando equipamento de proteção individual.

IV - Salões de beleza, barbearias e centros de estética:

a) respeitar a proibição de aglomerações nas áreas comuns e espaços de recepção;

b) providenciar placas informativas acerca da obrigatoriedade de os clientes manterem um distanciamento mútuo de no mínimo de 1,5 metros em qualquer área do estabelecimento;

c) realizar atendimento presencial por meio de agendamento prévio;

d) organizar os serviços de forma que o atendimento seja apenas um cliente por profissional, observando-se o distanciamento da alínea "b";

e) esterilizar ferramentas e higienizar equipamentos e áreas de uso a cada utilização; e

f) atender o cliente utilizando equipamento de proteção individual.

V –Restaurantes:

a) respeitar a proibição de aglomerações;

b) providenciar placas informativas acerca da obrigatoriedade de os clientes manterem um distanciamento mútuo de no mínimo de 1,5 metros em qualquer área do estabelecimento;

c) realizar o atendimento presencial apenas para o serviço de prato executivo, serviço à la carte ou self-service observado o disposto no § 2º;

d) realizar atendimento presencial com distanciamento de 1,5 metros entre as mesas;

e) higienizar equipamentos e áreas de uso a cada utilização;

f) atender os clientes utilizando equipamento de proteção individual; e

g) não vender bebida alcóolica para consumo no restaurante.

VI - Material de construção, material industrial e os estabelecimentos de venda de ferragens, ferramentas, materiais elétricos, materiais hidráulicos, tintas, vernizes e materiais de pintura, mármore, granito e pedras de revestimento, vidros espelhos e vitrais, madeira e artefatos e cimento, cal, areais, pedra britada, tijolos etelhas:

a) limitar o número de clientes fazendo compra no interior do estabelecimento comercial;

b) providenciar placas informativas acerca da obrigatoriedade de os clientes manterem um distanciamento mútuo de no mínimo de 1,5 metros em qualquer área do estabelecimento;

c) ordenar o fluxo de pessoas de modo a evitar aglomeração no entorno do estabelecimento, nas áreas de estoque de material ou no pátio de estacionamento;e

d) disponibilizar álcool em gel com concentração de 70% ou lavatório com água, sabão e toalhas de papel descartáveis para uso dos clientes;

VII – Loja de Conveniência:

- a) limitar o número de clientes fazendo compra no interior do estabelecimento comercial;
- b) providenciar placas informativas acerca da obrigatoriedade de os clientes manterem um distanciamento mútuo de no mínimo de 1,5 metros em qualquer área do estabelecimento;
- c) ordenar o fluxo de pessoas de modo a evitar aglomeração;
- d) disponibilizar álcool em gel com concentração de 70% ou lavatório com água, sabão e toalhas de papel descartáveis para uso dos clientes;
- e) não permitir o consumo presencial e nos arredores do estabelecimento comercial, inclusive de bebidas alcóolicas;
- f) comercializar, na modalidade delivery, nos sábados, domingos e feriados.

§1º O horário e os dias da semana, para o funcionamento presencial da atividade contida no inciso V, não se aplica para estabelecimentos localizados às margens das rodovias estaduais e de rodovia federal, exceto no trecho em que a rodovia esteja inserida no perímetro urbano da sede da cidade de Aracruz.

§2º Quando o restaurante optar pelo serviço de self-service, será obrigatório adotar o seguinte protocolo:

- a) orientar o cliente a higienizar as mãos, com água e sabão;
- b) oferecer álcool 70%;
- c) fornecer luva descartável que deverá ser colocada por um funcionário do restaurante na mão que irá manusear os utensílios para servir-se;
- d) garantir o distanciamento mínimo de 1,5 metros durante a montagem do prato.

§3º Para fins do inciso II do art. 4º, entende-se que os supermercados, os minimercados e as lojas de produtos alimentícios são estabelecimentos cuja principal atividade é a venda de produtos alimentícios e, reputa-se como principal atividade aquela em que o faturamento é majoritariamente oriundo da venda desses produtos e a maioria dos produtos em exposição são alimentos.

§ 4º A distribuidora de bebida funcionará para atendimento presencial de segunda a sexta-feira, estando vedada a venda para consumo presencial e autorizada para atender nos sábados, domingos e feriados pela modalidade delivery.

Art. 5º O transporte municipal passa a operar com restrições, regulamentado através das seguintes diretrizes:

I - As empresas concessionárias deverão adotar os seguintes procedimentos:

- a) limpeza sistemática dos corrimãos e áreas de circulação com a utilização de hipoclorito de sódio nos pontos finais e terminal rodoviário, bem como limpeza geral diariamente, de caráter obrigatório;
- b) suspender os passes escolares no período de vigência do Decreto Municipal de contenção e prevenção da covid-19;
- c) suspender a gratuidade de transporte coletivo para idosos, por ser o grupo de maior risco, conforme informação da Organização Mundial da Saúde;
- d) garantir o Equipamento de Proteção Individual - EPI aos colaboradores, considerado o fornecimento de álcool em gel, na concentração de 70% e máscaras;
- e) publicar ostensivamente informações de prevenção da COVID-19 no sítio eletrônico e dentro dos coletivos, especialmente direcionada aos pertencentes dos grupos de risco;
- f) garantir a publicidade e a divulgação das alterações dos horários, imediatamente, depois de autorizados a funcionar;
- g) realizar a circulação da frota de transporte coletivo público e do transporte por fretamento privado (ônibus e van's fretadas), com janelas e compartimentos de ventilação abertos, sem utilização do ar-condicionado;
- h) realizar o transporte com capacidade reduzida, limitado ao número de assentos disponíveis;
- i) A circulação do transporte público municipal será regulamentada pela Secretaria até às 22h;
- j) reduzir os horários do transporte público, ficando garantida a circulação de no mínimo 70% (setenta por cento) da frota operacional prevista no lote de concessão, tanto para o Sistema Urbano e Distrital, ficando assegurado um horário de ida e outro de retorno à Sede; e
- k) deslocar os colaboradores da concessionária que tenham comorbidade atestada por médico do trabalho ou façam parte do grupo de risco, para outras atividades dentro do sistema de transporte.

II – O transporte público Municipal não funcionará nos domingos e feriados.

Parágrafo único. O não cumprimento das medidas de prevenção e contenção determinadas pelo "caput" deste artigo sujeitará as concessionárias de transporte coletivo público a multa, de acordo com o Contrato de Concessão, Item 16.8.4, "c", e às prestadoras de transporte coletivo privado, multa prevista no Art. 48, VIII, da Lei Municipal nº4.265/2019.

Art. 6º As agências bancárias, correspondentes bancários e casas lotéricas deverão observar a circular nº 3.991/2020, do Banco Central do Brasil,devendo:

I - ajustar horário de atendimento ao público com acesso às dependências, devendo afixar aviso, de forma ostensiva e em local visível ao consumidor, na entrada das agências, sem prejuízo da comunicação aos clientes por outros canais de comunicação, sobre o horário de atendimento presencial;

II - afixar, através de aviso, em local visível ao consumidor, de forma ostensiva, informe sobre a limitação da quantidade de clientes e usuários no interior da agência, bem como da necessidade de ser mantida a distância mínima entre os usuários do serviço em 2 metros, evitando sempre aglomeração de pessoas;

III - manter colaborador ou outra forma de controle eficaz para ordenar a fila de acesso às agências, inclusive na área externa da agência, não permitindo aglomerações, devendo ser respeitado o limite de 2 metros de distância entre os clientes ou usuários em fila, utilizando, inclusive, se necessário, sinalização vertical e/ou horizontal para o distanciamento;

IV - assegurar, para manutenção da dinâmica dos serviços e fluxo de pessoas, a distância mínima de 2 metros entre as pessoas no interior das agências, inclusive utilizando sinalização horizontal e/ou vertical ou outro meio eficaz de controle;

V - limitar, como forma de conter o contágio do COVID19, o número de pessoas nas agências, adotando agendamento remoto, com disponibilização de senha por telefone ou internet para os serviços que exijam atendimento presencial nas agências e ainda estimular, através de avisos aos clientes o uso dos serviços bancários através dos canais remotos, como celular e internet, além da rede de autoatendimento -ATMs;

VI - adotar horários ou setores específicos para atendimento da população idosa e outros que comprovadamente integrem o grupo de risco para a COVID19, com a devida divulgação e atenção às medidas de prevenção ao contágio;e

VII - adotar as medidas de controle sanitários recomendados pelas autoridades em saúde e sanitárias, especialmente quanto à higienização constante do ambiente interno e dos pontos de atendimento direto ao consumidor, inclusive disponibilizando álcool em concentração de 70%.

Art. 7º As feiras-livres, no Município de Aracruz, estão autorizadas a funcionar conforme protocolo estabelecido neste Decreto e nas Portarias que serão expedidas em conjunto ou separadamente pela Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos e a Secretaria Municipal de Transporte e Infraestrutura.

I – O funcionamento das feiras livres, quanto ao dia de funcionamento e o horário, observará a seguinte regra:

a) A feira livre do mercado (feira do produtor) poderá funcionar na quinta e na sexta feira, das 10h às 20h

b) As demais feiras podem funcionar de segunda a sexta feira, observando-se as regras estabelecidas em Portaria a ser expedida pelas Secretarias indicadas no caput.

II – Fica vedada a comercialização de produtos:

a) para consumo imediato, tais como: água de coco, caldo de cana, pastel, tapioca, churrasco e similares;

b) plantas, flores e similares;e

c) artesanatos em geral, tais como: roupas, e qualquer utensílio.

§ 1º Será permitida somente a comercialização de produtos para abastecimento, desde que não estejam abrangidos pela vedação acima.

§ 2º compete a Secretaria de Transportes e Serviços Urbanos:

a) realizar a limpeza da área onde se realiza a feira do produtor rural, inclusive promovendo a lavagem e higienização dos espaços;e

b) organizar o trânsito.

§ 3º as barracas devem manter distância de no mínimo 5 (cinco) metros umas das outras.

§ 4º fica proibido a qualquer feirante trabalhar gripado ou com sintomas de gripe.

§ 5º o feirante fica obrigado a utilizar Equipamento de Proteção Individual, especificamente a máscara para realizar o atendimento ao cliente e a higienização das mãos com álcool em gel.

§ 6º toda barraca tem que disponibilizar colaborador para trabalhar exclusivamente no caixa.

§ 7º fica proibida, durante as feiras-livres, a presença de pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, e menores de 10 anos.

§ 8º os cidadãos e as famílias, para frequentarem as feiras, deverão observar as obrigações e os deveres de proteção pessoal e higiene que estão contidos neste Decreto.

Art. 8º Recomenda-se às igrejas, templos, e quaisquer outros espaços dedicados à religiosidade, a suspensão de reuniões com aglomerações.

Parágrafo único. Incumbe à autoridade religiosa e/ou administrativa, o controle da entrada e da permanência de fiéis, de modo a impedir a aglomeração de pessoas, e a exposição das mesmas a riscos.

Art. 9º O funcionamento de academias de esporte de todas as modalidades no território municipal, deverá atender as boas práticas e os procedimentos de higienização, bem como garantir as condutas adequadas de higiene pessoal e o controle de saúde dos colaboradores e clientes, a fim de minimizar o risco de transmissão do COVID-19.

§ 1º Fica vedada, em qualquer tipo de academia, a prática de esportes de contato e/ou esportes que obrigatoriamente demandem compartilhamento de materiais ou equipamentos, tais como lutas, vôlei, basquete e futebol.

§ 2º Para as academias de lutas e esportes coletivos, que estão abrangidas pela regra do § 1º, será possibilitado o funcionamento para a realização de atividades sem contato físico e compartilhamento de equipamentos, nos termos do artigo 11.

§ 3º Para fins deste Capítulo, considera-se:

I - atividades aeróbicas: as práticas de esteira, bicicleta, simuladores de escada, dança, natação, hidroginástica e similares; e

II - atividades não aeróbicas: as práticas de musculação, pilates, funcional, alongamento, ioga e similares.

Art. 10. O funcionamento deverá ser realizado exclusivamente com atendimento em horários agendados, garantindo o controle do número máximo de frequentadores concomitantes, seguindo os parâmetros estabelecidos para cada modalidade específica.

§ 1º Para Município de Aracruz, enquanto classificado como de nível de risco moderado ou havendo a mudança para risco alto, é possibilitado o funcionamento apenas para atividades não aeróbicas, restritas a treinos de baixo impacto, garantindo sempre espaçamento mínimo de 4m (quatro metros) entre aparelhos/usuários e os seguintes limites de lotação:

I - estabelecimentos com área menor que 30m² (trinta metros quadrados): máximo de 1 (um) aluno por horário de agendamento;

II - estabelecimentos com área igual ou superior a 30m² (trinta metros quadrados) e menor que 45m² (quarenta e cinco metros quadrados): máximo de 2 (dois) alunos por horário de agendamento.

III - estabelecimentos com área igual ou superior a 45m² (quarenta e cinco metros quadrados) e menor que 60m² (sessenta metros quadrados): máximo de 3 (três) alunos por horário de agendamento;

IV - estabelecimentos com área igual ou superior a 60m² (sessenta metros quadrados) e menor que 75m² (setenta e cinco metros quadrados): máximo de 4 (quatro) alunos por horário de agendamento; e

V - estabelecimentos com área igual ou superior a 75m² (setenta e cinco metros quadrados): máximo de 5 (cinco) alunos por horário de agendamento;

§ 2º Os parâmetros aqui estabelecidos aplicam-se igualmente às atividades realizadas em áreas abertas.

§ 3º Para atender a proporção por metro quadrado e o distanciamento entre aparelhos, o estabelecimento poderá isolar a utilização de parte dos equipamentos disponíveis.

§ 4º No caso de existência de aparelhos conjugados em configuração de ilha, deverá ser considerado cada ilha como um único aparelho, com o atendimento da regra de utilização de 1 (uma) pessoa/vez respeitando o distanciamento mínimo estabelecido em relação aos demais aparelhos/usuários.

§ 5º Deverá ser afixado, em cada ambiente e estabelecimento, em local de destaque, cartaz informativo do número máximo de usuários concomitantes, conforme parâmetros estabelecidos neste Capítulo.

§ 6º Não será permitido o atendimento de pessoas que se enquadrem nos parâmetros de Grupo de Risco estabelecidos pelo Boletim Epidemiológico Especial 7 - COE Coronavirus do Ministério da Saúde, exceto atendimento domiciliar por profissional autônomo.

§ 7º Não será permitido atendimento de pessoas com sintomas de síndromes gripais ou que tiveram contato com pacientes suspeitos ou confirmados com COVID -19.

§ 8º Deve ser estabelecido um intervalo mínimo de 15 (quinze) minutos entre o início e o término de cada agendamento de atendimento para evitar concentração de fluxos de entrada e saída no estabelecimento.

§ 9º. Deve ser restringida a permanência do usuário no estabelecimento fora do horário específico agendado para o atendimento.

§ 10. Fica vedada a permanência de acompanhantes no interior do estabelecimento durante o horário de atendimento.

§ 11. Fica vedado o funcionamento de espaços kids.

§ 12. Fica vedado o comércio de quaisquer produtos nas academias de esporte.

§ 13. O agendamento para atendimento deverá ser precedido de manifestação de aceite pelo usuário das regras de funcionamento.

Art. 11. São procedimentos obrigatórios preventivos à disseminação do COVID-19 a serem adotados para o funcionamento das atividades abrangidas pelo art. 10 deste Decreto, sem prejuízo das limitações específicas de cada modalidade e nível de risco:

I - a serem adotados pelos estabelecimentos e profissionais:

- a) retirada de tapetes e utilização, se possível, de pano embebido em solução de hipoclorito de sódio ou substância alternativa no acesso ao estabelecimento para redução da contaminação de área de piso;
- b) recomendar aos clientes a utilização de calçado sobressalente para troca no acesso à academia;
- c) realização de limpeza e higienização geral com hipoclorito de sódio 1,0% (um por cento) a 2,5% (dois e meio por cento) ou álcool 70% (setenta por cento) das áreas coletivas do estabelecimento (pisos, portas, maçanetas, interruptores, balcões, escadas, corrimãos, armários e equipamentos), no mínimo, antes do início e a cada 3 (três) horas de funcionamento;
- d) no caso de espaços destinados a aulas coletivas, incluso tatames e ringues, deverá ser realizada a limpeza e higienização do espaço e equipamentos nos períodos compreendidos entre o término e o início de cada aula;
- e) nas modalidades de atividades com utilização de aparelhos/equipamentos, faixas e/ou colchonetes, disponibilizar aos usuários álcool e/ou álcool gel 70% (setenta por cento) e toalhas de papel para a limpeza e higienização obrigatória antes e após o uso;
- f) utilizar colchonetes impermeáveis em bom estado de conservação e limpeza;
- g) não utilizar equipamentos ou acessórios que não permitam a devida higienização antes e após uso;
- h) disponibilizar aos usuários álcool e/ou álcool gel 70% (setenta por cento) para higienização de pés antes de acesso a área de tatames e ringues;

- i) disponibilizar lixeiras com acionamento de pedal, em pontos diversificados, para descarte de papel toalha utilizado na higienização dos equipamentos;
- j) disponibilizar permanentemente lavatório com água potável corrente, sabonete líquido, toalhas de papel e lixeira para descarte, e/ou dispensers com álcool gel 70% (setenta por cento) em pontos estratégicos (recepção, musculação, peso livre, salas de coletivas, vestiários, etc.) destinados à higienização das mãos de colaboradores e clientes;
- k) a retirada de ficha, com os exercícios prescritos, não poderá ser realizada de arquivos ou de terminais de computadores com compartilhamento comum;
- l) quando permitido uso de piscina, disponibilizar álcool e/ou álcool gel 70% (setenta por cento) para higienização de mãos antes de tocar na escada e nas bordas, disponibilizar suportes para que cada cliente possa pendurar sua toalha de forma individual, garantir a qualidade da água nas piscinas com eletroporação e filtros químicos em alta concentração e, após o término de cada aula, higienizar as escadas, balizas e bordas da piscina;
- m) cobrar uso de chinelos em áreas aquáticas;
- n) não utilização de secadores eletrônicos;
- o) fornecer máscara facial a todos os colaboradores, para utilização em tempo integral, bem como orientar sobre o uso correto;
- p) possibilitar a entrada e saída do estabelecimento sem toque em controle biométrico ou disponibilizar álcool e/ou álcool gel 70% (setenta por cento) para higienização de mãos antes e depois da identificação de acesso;
- q) utilizar faixas ou marcações para limitar a distância mínima de 1,5m (um metro e cinquenta centímetros) entre os colaboradores, clientes e personal trainer, em casos onde a verbalização (conversa) é essencial;
- r) delimitar com fita o espaço em que cada cliente deve se exercitar nas áreas de peso livre e nas salas de atividades coletivas, respeitado as medidas de distanciamento estabelecidas nesta Portaria;
- s) no caso de aulas coletivas ou individuais, organizar os treinos de forma a não permitir o compartilhamento de equipamentos e contato físico entre alunos durante as aulas;
- t) afastar colaboradores em caso de sintomas de síndrome gripal ou contato com pacientes suspeitos ou confirmados com COVID -19;
- u) disponibilizar bebedouros de torneira e copos descartáveis, vedado o uso de bebedouros de pressão;
- v) orientar colaboradores e clientes para cumprimento das regras de funcionamento estabelecidas;
- w) priorizar, quando possível a ventilação natural dos espaços e, quando não possível, realizar periodicamente a limpeza dos filtros de ar-condicionado;
- x) adotar todas as medidas estabelecidas em decreto(s) que disponha(m) sobre as orientações gerais e específicas a serem adotadas por pessoas jurídicas no Espírito Santo, visando práticas de segurança no enfrentamento do novo coronavírus (COVID-19);

II - a serem adotados pelos clientes:

- a) uso obrigatório de máscara facial, exceto ambientes de piscina quando o uso for permitido;
- b) priorizar, quando possível, a utilização de calçado sobressalente para troca no acesso à academia;
- c) uso obrigatório de toalha individual;
- d) uso obrigatório de garrafas individuais ou copos descartáveis, vedado o uso de bebedouros de pressão;
- e) realizar com frequência a higienização das mãos;
- f) realizar higienização de pés antes de acesso áreas de tatames e ringues;
- g) realizar a limpeza e higienização dos aparelhos/equipamentos com álcool e/ou álcool gel 70% (setenta por cento) e toalhas de papel, antes e após o uso;
- h) manter, sempre que possível, os cabelos presos durante a realização das atividades;
- i) não permanecer no estabelecimento fora do horário agendado para atendimento; e
- j) informar ao estabelecimento e ausentar-se das aulas em caso de sintomas de síndrome gripal ou contato com pacientes suspeitos ou confirmados com COVID -19.

Art. 12. Aplica-se aos profissionais autônomos e às atividades realizadas em ambientes abertos, no que couber, os procedimentos obrigatórios preventivos à disseminação do COVID-19, estabelecidos neste Decreto.

Art. 13. Os estabelecimentos deverão promover campanhas informativas aos usuários, procedendo:

I - encaminhamento de material digital informativo aos usuários para divulgação das medidas de controle estabelecidas para o funcionamento do estabelecimento, bem como de etiquetas respiratórias;

II - afixar cartazes de orientação aos colaboradores e clientes sobre as medidas que devem ser adotadas para evitar a disseminação do vírus; e

III - promover, a cada 60 (sessenta) minutos, no circuito interno de rádio do estabelecimento, quando houver, campanhas de conscientização de etiquetas respiratórias e regras de funcionamento.

Art. 14. Fica mantida a suspensão, até 31 de julho de 2020:

I - das atividades educacionais em todas as escolas, universidades e faculdades, das redes de ensino pública e privada, na forma do art. 9º do Decreto Estadual nº 4.636-R de 19 de abril de 2020;

II - das atividades de cinemas, teatros, museus, boates, casas de shows, espaços culturais e afins, na forma do art. 9º do Decreto Estadual nº 4.636-R de 19 de abril de 2020;

III - da visitação em unidades de conservação ambiental, na forma do art. 9º do Decreto Estadual nº 4.636-R de 19 de abril de 2020;

IV - o consumo de bebidas alcoólicas nos estabelecimentos comerciais e arredores, na forma do art. 9º do Decreto Estadual nº 4.636-R de 19 de abril de 2020;

V - do funcionamento de clubes recreativos, cerimoniais, área de lazer de Condomínio, áreas de lazer de meios de hospedagens, parques aquáticos, parques de diversões, brinquedotecas,

VI - das atividades de creches e hospedagens para crianças e adolescentes (hoteizinhos);

VII - da atividade de excursões de passeio e turismo, em qualquer tipo de transporte coletivo;

VIII - do funcionamento dos espaços públicos:

a) praça da paz;

b) parques municipais,

c) Teatro Municipal;

d) museu histórico de Santa Cruz;

e) museu italiano de Guaraná;

f) biblioteca municipal;

g) o SINE da sede de Aracruz e da Barra do Riacho; e

h) os campos de futebol e as quadras de esporte.

Art. 15. Fica autorizado o funcionamento de Bares, Confeitarias, Cafeterias, "foods-trucks", comércio ambulante de alimentos e de consumo imediato e congêneres, incluindo-se os que se localizam nas estradas vicinais e municipais, exclusivamente para atendimento através de entrega em domicílio na modalidade delivery, bem como a entrega imediata, regulando-se o fluxo de clientes, sem a oferta de mesas e cadeiras, não sendo permitida aglomerações de quaisquer tipos na calçada em frente ao estabelecimento e obedecendo as normas sanitárias prevista na legislação em vigor.

Parágrafo único: os estabelecimentos comerciais especificados no caput devem observar:

a) que a proibição contida no caput deste artigo estende-se aos ambientes anexos ao estabelecimento comercial, como garagens, áreas de estoque, calçadas, dentre outros espaços.

b) os estabelecimentos comerciais contidos no caput estão autorizados a funcionar na modalidade delivery nos sábados, domingos e feriados.

Art. 16. Fica recomendada a todas as empresas que empregam funcionários em serviços e locais de trabalho fora do Município de Aracruz que, no retorno destes, seja cumprido o período de quarentena (14 dias de isolamento social), nos termos do § 3º do Art. 3º da Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, cabendo as empresas proverem os meios de cumprimento desta medida.

Parágrafo único. na hipótese do "caput", as empresas se obrigam a notificar as autoridades sanitárias do Município acerca da ocorrência do retorno dos colaboradores.

Art. 17. Os meios de hospedagem do tipo alojamento de funcionários devem atender a todas as normas sanitárias e de posturas para funcionamento, incluindo as regras contidas neste Decreto.

Art. 18. Os serviços funerários e os velórios no Município de Aracruz/ES deverão obedecer o disposto no Decreto Municipal n.º 38.055 de 19 de junho de 2020.

Art. 19. Fica suspensa a realização de protesto por dívida ativa no Município pelo prazo que durar o Estado de Emergência em Saúde Pública no Município de Aracruz.

Art. 20. Enquanto perdurar a situação de emergência em face da pandemia da COVID 19, fica proibida a circulação e permanência de pessoas nas praias, riachos, lagoas e similares.

Art. 21. Não há limitação de horário para funcionamento do serviço de vendas remotas e entrega na modalidade delivery, no Município de Aracruz, para nenhum dos estabelecimentos comerciais descritos nos setores constantes do anexo único.

Art. 22. A Ouvidoria ficará à disposição para colaborar na fiscalização das determinações previstas neste Decreto, devendo de forma contínua e imediata provocar os órgãos fiscalizadores para promover o cumprimento das medidas previstas.

Art. 23. A implantação de barreira sanitária, na forma da Portaria da SESA n.º 094-R de 23 de maio de 2020, será estabelecida e regulada por Portaria da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 24. O Poder Executivo Municipal poderá editar Portarias regulando os institutos deste Decreto.

Art. 25. Para o fiel cumprimento das diretrizes deste Decreto, as fiscalizações do Município utilizarão o poder de polícia administrativa, com a aplicação das sanções previstas no ordenamento jurídico de imediato, podendo requisitar a presença de força policial, sempre que entender necessária para a garantia do cumprimento deste Decreto e do Decreto do Governo do Estado do Espírito Santo.

Art. 26. A fiscalização municipal, no exercício regular do Poder de Polícia, para os fins deste Decreto, quando da análise do funcionamento e abertura do estabelecimento comercial, considerará, além do CNAE:

I - a principal atividade do estabelecimento comercial, compreendida como aquela que concentrar majoritariamente o faturamento das vendas; e

II - a realidade do estabelecimento comercial, compreendida como sendo a principal ou os principais produtos e bens expostos à comercialização.

Parágrafo único: A fiscalização municipal, no julgamento da análise de funcionamento e abertura dos estabelecimentos comerciais, conforme indicação dos setores do anexo único deste Decreto, decidirá pela teoria da realidade em detrimento da teoria da ficção.

Art. 27. O descumprimento das medidas previstas neste Decreto importará a responsabilização da pessoa física ou jurídica na forma da legislação penal, civil e administrativa vigente.

Art. 28. Fica revogado o Decreto n.º 38.085/2020 e disposições em sentido contrário.

Art. 29. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e vigorará enquanto durar o estado de Emergência em Saúde Pública no Município de Aracruz.

Prefeitura Municipal de Aracruz/ES, 06 de Julho de 2020.

JONES CAVAGLIERI

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

DECRETO N.º 38.183/2020

1º SETOR – ATIVIDADES ESSENCIAIS

HORÁRIO E DIA DE FUNCIONAMENTO REGULAR E HABITUAL

Farmácias, drogarias, comércio atacadista, distribuidoras de gás, de água e de energia, prestadoras de serviços de internet, supermercados, padarias, açougues, mercearias, lojas de produtos alimentícios, lojas de cuidados de animais, postos de combustíveis, casas lotéricas, revendas agropecuárias e congêneres; armazéns gerais; borracharias; oficinas de reparação de veículos automotores e de bicicletas; oficinas de máquinas agrícolas; lavanderias; laboratórios; clínicas; hospitais; consultórios médicos; odontológicos; fisioterápicos e demais serviços de saúde, studio pilates, serviços advocatícios e contábeis; hotéis e pousadas; transporte público de passageiros e de entrega de cargas; imprensa; instituições financeiras e seus correspondentes; salões de beleza; barbearias; clínicas de estética; bancas de jornais e revistas; borracharia; loja de venda e serviços de informática, prestadores de serviços de manutenção de eletrônicos e vendas de acessórios

2º SETOR – ATIVIDADES NÃO ESSENCIAIS

FUNCIONAMENTO DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO: 12H AS 18H

Lojas de vendas de materiais de construção, de ferragens, ferramentas, material elétrico, material hidráulico, tintas, vernizes e materiais para pintura; pedras ornamentais e de revestimento; tijolos, vidraçaria, madeira e artefatos de cimento; lojas de vendas de peças automotivas; móveis; eletrodomésticos; eletroeletrônico; papelarias; livrarias; lojas de celulares; artigos para escritório; estúdios de revelação e impressão fotográficas; gráficas; copiadoras; papelarias; livrarias; loja de equipamentos musicais.

3º SETOR – ATIVIDADES NÃO ESSENCIAIS

FUNCIONAMENTO DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA

HORARIO DE FUNCIONAMENTO DAS 12H AS 18H

Vestuário; cama, mesa e banho; colchões, artigos esportivos; utilidades do lar e descartáveis; calçados, bolsas e demais acessórios; tecidos; armarinhos; cosméticos e perfumarias; relojoarias, joalherias e bijuterias; óticas; floricultura; artigos para festas, chocolates; bombonieres e lojas de vendas de veículos automotores; distribuidora de bebidas; lojas de conveniências.

4º SETOR

DÍAS DE FUNCIONAMENTO: DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO: 10H ÀS 20H

Restaurantes; lanchonetes; pizzarias; sorveterias e açaiterias.

HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO FINAL E CONVOCAÇÃO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº001/2020/SEMDS

Publicação Nº 284014

Edital de Chamamento Público nº001/2020/SEMDS

Processo nº 18.576/2019

HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO E CONVOCAÇÃO

Secretaria de Desenvolvimento Social e Trabalho da Prefeitura de Aracruz/ES, usando as atribuições legais, FAZ SABER QUE, tendo em vista a conclusão dos trabalhos de realização do Chamamento Público 001/2020/SEMDS, por meio da Comissão de Seleção nomeada pela Portaria de n.º 14.323/2017, e, não havendo pendências quanto aos recursos depois de decorridos os prazos legais, RESOLVE RATIFICAR E HOMOLOGAR O RESULTADO FINAL do Chamamento Público 001/2020/SEMDS, na conformidade do Edital publicado.

E, para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, é expedido o presente comunicado que fica à disposição pela Internet no endereço eletrônico www.aracruz.es.gov.br.

RESULTADO FINAL

Colocação	Proponente	Pt.	Situação
01	Associação Amigos da Justiça, Cidadania, Educação e Arte	9,25	CLASSIFICADA
02	Associação de Pais e Amigos do 25º Grupo Escoteiro Jequitibá	9,0	CLASSIFICADA
03	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Aracruz	8,5	CLASSIFICADA
04	Associação Cultural Recreativa e Beneficente Presbiteriana de Aracruz	7,25	CLASSIFICADA
05	Associação Beneditina de Educação e Assistência Social	6,5	CLASSIFICADA
06	CáritasDiocesa de Colatina – Projeto Girassol	6,5	CLASSIFICADA
07	Associação Lar São José	6,5	CLASSIFICADA
08	Instituto Preservarte	0,0	DESCCLASSIFICADA

Serve este também para convocar, a partir desta data de publicação, as Organizações de Sociedade Civil classificadas, para, no prazo de 10 dias úteis, apresentar o seu Plano de Trabalho e a documentação exigida para comprovação dos requisitos à celebração da parceria e de que não incorre nos impedimentos legais (arts. 28, caput, 33, 34, 39 e 40 da Lei nº 13.019, de 2014 e suas alterações), conforme determina o Edital de Chamamento Público 001/2020/SEMDS, em seu item 9.2.

Publique-se.

Aracruz, 07 de julho de 2020.

ROSILENE FILIPE DOS SANTOS MATOS

Secretária de Desenvolvimento Social e Trabalho

Decreto nº 32.065 de 01/01/2017

PORTARIA Nº 16755

Publicação Nº 284134

PORTARIA N.º 16.755, DE 06/07/2020.

INTERROMPE FÉRIAS DE SERVIDOR QUE MENCIONA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARACRUZ, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E NOS TERMOS DO ART. 98 DA LEI N.º 2.898, DE 31/03/2006;

RESOLVE:

Art. 1º INTERROMPER, por necessidade imperiosa de serviço, o gozo de férias dos Servidores abaixo descritos, ficando os dias restantes a ser gozados em momento oportuno de uma só vez, de acordo com o Parágrafo único do Artigo 5º do Decreto n.º 29.528/2015, de acordo com o Memorando n.º 0326/2020-GRH:

Nome	Matr.	Período Interrompido	Portaria	Período Aquisitivo	Dias Restantes	Doc. Solicitante
Ângela Maria Pereira da Silva Sabino	29.528	01/06 a 30/06/2020 (totalidade)	16.714/ 2020	2020/2021	30	Memo. 496/2020-SEMED
Brenda Costa Barbosa	22.009	25/06 a 30/06/2020	16.690/ 2020	2018/2019	08	Memo. 132/2020-SEMAM

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos as datas constantes no Art. 1º, relativas a cada servidor.

Prefeitura Municipal de Aracruz, 06 de Julho de 2020.

JONES CAVAGLIERI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 16756

Publicação Nº 284135

PORTARIA N.º 16.756, DE 06/07/2020.

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE E PRORROGAÇÃO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARACRUZ, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E NOS TERMOS DO ARTIGO N.º 392 DA CLT – CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO E A LEI N.º 3.469, DE 25/08/2011;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 120 (cento e vinte) dias de Licença Maternidade às Servidoras abaixo descritas:

Nome	Matr.	Período	Processo
Maiara Bergue de Almeida dos Santos	31.298	08/06/2020 a 05/10/2020	7.228/2020
Thaine Aparecida Correa	29.797	24/06/2020 a 21/10/2020	7.230/2020

Art. 2º Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias a Licença concedida às Servidoras abaixo descritas:

Nome	Matr.	Período	Processo
Maiara Bergue de Almeida dos Santos	31.298	06/10/2020 a 04/12/2020	7.228/2020
Thaine Aparecida Correa	29.797	22/10/2020 a 20/12/2020	7.230/2020

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos às datas correspondentes a cada profissional constante no art. 1º desta Portaria.

Prefeitura Municipal de Aracruz, 06 de Julho de 2020.

JONES CAVAGLIERI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 16757

Publicação Nº 284136

PORTARIA N.º 16.757, DE 06/07/2020.

HOMOLOGA FÉRIAS DE SERVIDORES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ARACRUZ DO MÊS DE JULHO DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARACRUZ, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E NOS TERMOS DO ART. 91 E SEGUINTE DA LEI N.º 2.898, DE 31/03/2006;

RESOLVE:

Art. 1º Homologar férias no mês de JULHO/2020 – Lote 3208, dos Servidores da Secretaria de Saúde do Município de Aracruz constantes na relação anexa, nos respectivos períodos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Aracruz, 06 de Julho de 2020.

JONES CAVAGLIERI

Prefeito Municipal

FÉRIAS DO MÊS DE JULHO DE 2020						
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMSA						
GOZO DE DIAS	MATR	NOME	INÍCIO PERÍODO	FIM DO PERÍODO	INÍCIO DAS FÉRIAS	TÉRMINO FÉRIAS
30	1501	ADEMICE OLIVEIRA DE SOUZA	20/04/2017	19/04/2018	02/07/2020	31/07/2020
30	26763	LUANA CRUZ FREIRE	02/06/2018	01/06/2019	16/05/2020	14/06/2020
15	2713	MARIA DE LOURDES SANCHES ALVES	05/04/2018	04/04/2019	06/07/2020	20/07/2020
30	736	SANDRA MARIA MUSSO GRAMACHO BATISTA	02/01/2018	01/01/2019	01/07/2020	30/07/2020

PORTARIA Nº 16758

Publicação Nº 284139

PORTARIA N.º 16.758, DE 06/07/2020.

HOMOLOGA FÉRIAS PARA SERVIDORES NO MÊS DE JULHO DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARACRUZ, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E NOS TERMOS DO ART. 91 E SEGUINTE DA LEI N.º 2.898/ 2006 E A LEI N.º 4.118/2017;

RESOLVE:

Art. 1º Homologar férias dos Servidores constantes na relação anexa no mês de JULHO de 2020, Lote 3207, nos respectivos períodos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Aracruz, 06 de Julho de 2020.

JONES CAVAGLIERI

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E DEFESA CIVIL – SEHAB

GOZO DE DIAS	MATR	NOME	INÍCIO PERÍODO	FIM DO PERÍODO	INÍCIO DAS FÉRIAS	TÉRMINO FÉRIAS
30	3113	CREUNICE MOTA BARCELOS	27/07/2018	06/07/2019	01/07/2020	30/07/2020

FÉRIAS DO MÊS DE JULHO DE 2020

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS – SEMAD

GOZO DE DIAS	MATR	NOME	INÍCIO PERÍODO	FIM DO PERÍODO	INÍCIO DAS FÉRIAS	TÉRMINO FÉRIAS
30	31440	JAKCIANE OLIVEIRA FONSECA	28/09/2018	27/09/2019	20/07/2020	18/08/2020

FÉRIAS DO MÊS DE JULHO DE 2020

SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA – SEMTUR

GOZO DE DIAS	MATR	NOME	INÍCIO PERÍODO	FIM DO PERÍODO	INÍCIO DAS FÉRIAS	TÉRMINO FÉRIAS
15	22087	ELIOMAR LINO DE LACERDA	28/06/2019	27/06/2020	17/07/2020	31/07/2020
10	2638	RITA DE CASSIA ALVES MOREIRA	30/03/2018	29/03/2019	22/07/2020	31/07/2020

FÉRIAS DO MÊS DE JULHO DE 2020

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS – SEMFI

GOZO DE DIAS	MATR	NOME	INÍCIO PERÍODO	FIM DO PERÍODO	INÍCIO DAS FÉRIAS	TÉRMINO FÉRIAS
30	28386	SABRINA CAVALHERI DE CARVALHO CUNHA	14/03/2019	13/03/2020	15/07/2020	13/08/2020

FÉRIAS DO MÊS DE JULHO DE 2020

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS – SETRANS

GOZO DE DIAS	MATR	NOME	INÍCIO PERÍODO	FIM DO PERÍODO	INÍCIO DAS FÉRIAS	TÉRMINO FÉRIAS
30	23368	ADILSON SIMAO MENDES	15/07/2019	14/07/2020	01/06/2020	30/06/2020
30	26276	LUZIA MATEUZZI CAVAGLIERI	09/03/2018	08/03/2019	01/07/2020	30/07/2020

FÉRIAS DO MÊS DE JULHO DE 2020

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA – SEMOB

GOZO DE DIAS	MATR	NOME	INÍCIO PERÍODO	FIM DO PERÍODO	INÍCIO DAS FÉRIAS	TÉRMINO FÉRIAS
30	698	ADILSON RODRIGUES	12/05/2018	11/05/2019	05/07/2020	03/08/2020
15	32089	CRISTINA ROSA PEREIRA DA SILVA	23/07/2019	22/07/2020	23/07/2020	06/08/2020
30	22084	ELAN DILSON DIAS SANTIAGO	02/07/2016	31/03/2020	01/07/2020	30/07/2020
30	22189	ELIAS CARLOS BARREIROS	18/07/2018	17/07/2019	01/07/2020	30/07/2020
30	31451	EURICO CABIDELE JUNIOR	10/10/2018	09/10/2019	01/07/2020	30/07/2020
30	873	FRANCISCO RODRIGUES BEZERRA	03/05/2019	02/05/2020	01/07/2020	30/07/2020
11	3013	ISABEL GOMES ZUCOLOTO	22/02/2019	21/02/2020	29/07/2020	08/08/2020
30	2790	JACILEIA GADIOLLI DA SILVA	10/04/2019	09/04/2020	20/07/2020	18/08/2020
12	29108	JAIRO DOS SANTOS AZEREDO	18/01/2018	17/01/2019	20/07/2020	18/08/2020
30	26672	JEFFERSON DA SILVA LECCHI	14/05/2018	13/05/2019	01/07/2020	30/07/2020
30	394	LUCILENA SCHWENCK DE OLIVEIRA GALVAO	01/09/2017	31/08/2018	01/07/2020	30/07/2020
30	1130	LUIZ CLAUDIO ALVES RIBEIRO	01/04/2017	31/03/2018	01/07/2020	30/07/2020
10	1045	MARCOS PIOL BAIOCO	27/12/2018	26/12/2019	22/07/2020	31/07/2020
10	32118	PEDRO MOREIRA PIASSAROLO	29/07/2019	28/07/2020	06/07/2020	15/07/2020
30	29105	THIAGO RIBEIRO AZEREDO	18/01/2018	17/01/2019	01/07/2020	30/07/2020
30	2827	VERA LUCIA SABINO DIAS	17/04/2019	16/04/2020	01/07/2020	30/07/2020
30	21960	WESLEY MILBRATZ POLEZEL	18/06/2019	17/06/2020	01/07/2020	30/07/2020

FÉRIAS DO MÊS DE JULHO DE 2020

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – SEMAM

GOZO DE DIAS	MATR	NOME	INÍCIO PERÍODO	FIM DO PERÍODO	INÍCIO DAS FÉRIAS	TÉRMINO FÉRIAS
30	2797	ALUIZIO ANTONIO PIFFER	11/09/2018	10/09/2018	01/07/2020	30/07/2020
30	21922	EVA ROSINEY DA SILVA CORDEIRO	04/06/2019	03/06/2020	06/07/2020	04/08/2020

30	27235	LUCAS DA COSTA MONTEIRO	09/11/2018	08/11/2019	20/07/2020	18/08/2020
FÉRIAS DO MÊS DE JULHO DE 2020						
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEMED						
GOZO DE DIAS	MATR	NOME	INÍCIO PERÍODO	FIM DO PERÍODO	INÍCIO DAS FÉRIAS	TÉRMINO FÉRIAS
30	13105	ANA ELIENAI BARREIROS	11/02/2017	10/02/2018	01/07/2020	30/07/2020
30	6126	ANDREA CHAGAS DO NASCIMENTO PEREIRA	19/02/2018	18/02/2019	01/07/2020	30/07/2020
30	16124	ANDREA CHAGAS DO NASCIMENTO PEREIRA	27/06/2018	26/06/2019	01/07/2020	30/07/2020
30	21988	BRUNA CARLA VIEIRA DA COSTA	13/06/2019	12/06/2020	01/07/2020	30/07/2020
30	1973	CLEUSA DA SILVA SANTOS	15/03/2019	14/03/2020	01/07/2020	30/07/2020
15	22203	DAIENE SOUZA GONCALVES	19/07/2017	18/07/2018	20/07/2020	03/08/2020
30	27725	DANIEL SOUZA FEU	03/02/2019	02/02/2020	01/07/2020	30/07/2020
30	2809	DILCINEIA ANGELA FANCHIOTI COUTINHO	12/04/2019	11/04/2020	01/07/2020	30/07/2020
30	2658	DORACI AMORIM GOMES	31/03/2019	30/03/2020	01/07/2020	30/07/2020
30	2889	EDMILSON PINTO MACHADO	18/05/2019	17/05/2020	01/07/2020	30/07/2020
15	29193	EDSON DE SOUZA NASCIMENTO	13/02/2017	12/02/2018	13/07/2020	27/07/2020
30	30720	ELIEDA GOMES DOS SANTOS	01/03/2019	29/02/2020	01/07/2020	30/07/2020
30	1997	ELIZAMA MENDONCA SANTORIO	16/03/2019	15/03/2020	01/07/2020	30/07/2020
30	29173	ELIZANE LIUTI MODENESIO	03/02/2019	02/02/2020	15/07/2020	13/08/2020
30	29459	ELIZETE ZUCOLOTO TESSAROLO	12/06/2019	11/06/2020	01/07/2020	30/07/2020
30	31850	EVALDO CUZZUOL PEREIRA	28/05/2019	27/05/2020	01/07/2020	30/07/2020
30	3009	GLECILANE FRANCO DE OLIVEIRA	24/07/2018	23/12/2019	01/07/2020	30/07/2020
30	16432	IRANY DE BRITO GOMES	04/03/2018	03/03/2019	01/07/2020	30/07/2020
30	28066	ISRAI MARTINS CARVALHO	03/02/2019	02/02/2020	01/07/2020	30/07/2020
30	2026	JOSELIA DA PENHA PEREIRA CABRAL	16/03/2019	15/03/2020	01/07/2020	30/07/2020
30	3017	KATIA CELENE LOYOLA	15/06/2019	14/06/2020	01/07/2020	30/07/2020
15	29185	KATIA MADALENA CASTOLDI FERREIRA BOSI	26/01/2018	25/01/2019	06/07/2020	20/07/2020
30	26558	LILIANE RESSURREICAO CANICALI OFFERMANN	23/03/2018	22/03/2019	01/07/2020	30/07/2020
30	9575	LINDIANA DA SILVA REIS CUZZUOL	26/04/2018	25/04/2019	01/07/2020	30/07/2020
30	16916	LUCENI FRANCISCO NASCIMENTO	01/02/2016	31/01/2017	01/07/2020	30/07/2020
30	2711	MARGARETE ROSSONI RODRIGUES	04/04/2019	03/04/2020	01/07/2020	30/07/2020

30	7448	MARIA AUXILIADORA FRACALOSSO DA VITORIA	16/02/2018	15/02/2019	01/07/2020	30/07/2020
30	3336	MARIA DA PENHA LIMA	04/03/2018	29/08/2019	01/07/2020	30/07/2020
30	2068	MARIA DAS GRACAS DOS SANTOS TOMAIS	16/03/2019	15/03/2020	01/07/2020	30/07/2020
30	9526	MARIA JOSE MENDES DOS REIS	31/01/2018	30/01/2019	01/07/2020	30/07/2020
30	2635	MARILZA CARNEIRO DA SILVA	30/03/2019	29/03/2020	01/07/2020	30/07/2020
30	31870	MARINALVA PEREIRA DOS SANTOS	29/05/2019	28/05/2020	01/07/2020	30/07/2020
30	31933	MATHEUS CAMPOS VIEIRA	03/06/2019	02/06/2020	01/07/2020	30/07/2020
30	31902	OLAIR JOSE DOS SANTOS JUNIOR	03/06/2019	02/06/2020	01/07/2020	30/07/2020
30	2124	RITA BENEDITO DOS SANTOS	16/03/2019	15/03/2020	01/07/2020	30/07/2020
30	26689	RITA DE CASSIA CARLETTI	18/05/2019	17/05/2020	01/07/2020	30/07/2020
30	2856	RITA DE CASSIA CROCE	24/04/2019	23/04/2020	01/07/2020	30/07/2020
30	1303	ROSIMERIA MONTE BELO ROCHA	03/02/2019	02/02/2020	01/07/2020	30/07/2020
30	21690	RUTILENI DUARTE RICATO	26/03/2017	23/02/2019	01/07/2020	30/07/2020
30	24450	RUTILENI DUARTE RICATO	03/02/2017	16/12/2018	01/07/2020	30/07/2020
14	2850	SANDRA MARY COSTA BARBOSA	29/01/2018	28/01/2019	15/07/2020	28/07/2020
30	2254	SHIRLEY MARIA PRATTI PAIVA	17/03/2019	16/03/2020	01/07/2020	30/07/2020
30	30748	VAGNER COSTA TESSAROLO	01/03/2019	29/02/2020	01/07/2020	30/07/2020
30	31848	WALLACE DE OLIVEIRA ZANI	05/06/2019	04/06/2020	01/07/2020	30/07/2020
30	31847	WESLEY DE SOUZA IZEFFLER	29/05/2019	28/05/2020	01/07/2020	30/07/2020
30	2160	ZENI DOS SANTOS CONFOLONIERI	16/03/2019	15/03/2020	01/07/2020	30/07/2020

PORTARIA Nº 1.274, DE 07/07/2020

Publicação Nº 284241

PORTARIA Nº 1.274, de 07/07/2020

REGULAMENTA O ART. 7º, DO DECRETO N.º 38.183, DE 06/07/2020, QUE DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DECORRENTE DO COVID-19 EM DIFERENTES ÁREAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Considerando o Decreto nº 37.740, de 16/03/2020 que decreta situação de emergência de saúde pública no Município de Aracruz, decorrente da pandemia do COVID-19, e dispõe sobre medidas para contenção e enfrentamento;

Considerando o Decreto N.º 38.183, de 06/07/2020 que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de Saúde Pública decorrente do COVID-19.

RESOLVE:

Art. 1º Fica determinado o cadastro dos feirantes para realização da feira do produtor no Município de Aracruz, as quintas ou sextas-feiras, das 10h às 20h no Mercado Municipal através do e-mail aandre@aracruz.es.gov.br ou telefone 27 99841-6877, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da feira.

Parágrafo único. Compete ao feirante informar através do e-mail ou telefone seu interesse no dia de realizar a feira.

Art. 2º Os feirantes que atuam em outros locais diferentes do Mercado Municipal seja na sede ou distritos, devem exercer suas atividades somente no local previamente autorizado pela Coordenação de Postura exclusivamente nas quintas ou sextas-feiras.

Parágrafo único. As dúvidas quanto o art. 2º deste Decreto podem ser dirimidas através do telefone 27 99747-3680.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Aracruz, 07 de julho de 2020.

SÉRGIO RUY

Secretário de Administração e Recursos Humanos Interino

Decreto nº 38.173, de 02/07/2020

JOÃO PAULO CALIXTO DA SILVA

Secretário de Transportes e Serviços Urbanos

Decreto 37.833 de 03/04/20

RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO. PROC. Nº6535/2020 SEMAM

Publicação Nº 284083

RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO.

INTERESSADA: Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

PROCESSO: 6.535/2020

ASSUNTO: Aquisição de 03 (três) containeres de lixo.

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24, Inciso II, da Lei Federal 8.666/93.

PARTES – Secretaria Municipal de Meio Ambiente e a Empresa abaixo relacionada:

COLECT VITORIA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA – CNPJ: 02.872.908/0001-10.

Valor: R\$ 5.115,00 (cinco mil, cento e quinze reais).

Classificação: Menor Preço por item.

JUSTIFICATIVA:

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMAM, conforme estabelece a Lei 4.198 de 2018 que Institui a Política Municipal de Educação Ambiental e o Fundo Municipal de Educação Ambiental do Município de Aracruz e ainda embasada na competência municipal em definir políticas que incorporem a dimensão socioambiental e promoção da Educação Ambiental e estimular ações da sociedade nos processos de conservação, preservação, recuperação e melhoria sociocultural e ambiental instituiu o Programa Escola de Meio Ambiente e Cidadania através da Portaria SEMAM nº003/2019.

A Educação Ambiental é um componente essencial e permanente da educação municipal, em caráter formal e não-formal, inserida dentre do rol de competências e responsabilidades do órgão municipal pela educação e gestão ambiental, através do desenvolvimento de programas de Educação Ambiental integrados às ações de preservação, recuperação e sustentabilidade socioambiental.

O Programa Escola de Meio Ambiente e Cidadania – PEMACI é voltado à Educação Ambiental Não-Formal por meio de ações e práticas educativas voltadas à sensibilização, mobilização e formação da coletividade sobre questões ambientais, e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente.

O PEMACI para o desenvolvimento de ações e atividades voltadas à Educação Ambiental não-formal de maneira contínua, e levando-se em considerações diretrizes como formação de agentes multiplicadores em Educação Ambiental; desenvolvimento de estudos e projetos de intervenção; aquisição de materiais didáticos, paradidáticos e educativos em geral;

fortalecimento da Educação Ambiental no processo de gestão ambiental; realização de feiras e eventos de Educação Ambiental; consolidação de ações, programas e projetos de educomunicação ambiental; implementação e a consolidação da Educação Ambiental nos diversos setores da sociedade civil organizada e populações tradicionais; fortalecimento da Educação Ambiental nas Áreas Protegidas e em seu entorno, notadamente nas de proteção integral; fortalecimento da Educação Ambiental na zona rural para preservação, conservação, recuperação e manejo do território, necessita de estruturação, por meio da aquisição de bens e serviços, de naturezas diversas, para o adequado cumprimento das premissas legais, e responsabilidades municipal voltada à defesa da qualidade do meio ambiente, por meio dos programas e projetos desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMAM.

O presente instrumento tem por objetivo a aquisição de Contêineres para lixo para serem utilizados como ecopontos, inseridos dentro do programa de educação ambiental auxiliando em revitalizações de pontos viciados de lixo em mutirões de limpeza nas comunidades.

Aracruz/ES, 03 de julho de 2020.

Edgar Allan Martins

Secretário Municipal de Meio Ambiente

Decreto nº 34.954 de 2018

Matéria Enviada por: Patrícia Galavotti – Mat -3580

RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO. PROC. Nº6596/2020 SEMAM

Publicação Nº 284084

RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO.

INTERESSADA: Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

PROCESSO: 6.596/2020

ASSUNTO: Aquisição de cones e fitas zebradas.

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24, Inciso II, da Lei Federal 8.666/93.

PARTES – Secretaria Municipal de Meio Ambiente e as Empresas abaixo relacionadas:

GELDEN EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA EIRELI – CNPJ: 05.125.726/0002-55.

Valor: R\$ 50,00 (cinquenta reais).

Classificação: Menor Preço por item.

ARACRUZ BORRACHAS LTDA – CNPJ: 36.011.328/0001-50.

Valor: R\$ 960,00 (novecentos e sessenta reais).

Classificação: Menor Preço por item.

JUSTIFICATIVA:

Buscando atender as premissas da Educação Ambiental conforme consta do Planejamento Estratégico 2020-2021, quanto às ações a serem desenvolvidas durante o ano de 2020, o presente objeto visa à aquisição de materiais de sinalização auxiliando nos deslocamentos, internos e externos, proporcionando maior segurança com isolamento da área de trabalho dando melhores condições de atendimento ao público em geral atendidas pela Educação Ambiental.

O presente instrumento tem por objetivo viabilizar a realização de eventos temáticos de cunho ambiental, inseridos dentro do Programa Escola de Meio Ambiente e cidadania – PEMACI, através da compra de materiais processo visa à aquisição de cones e fitas zebradas que são primordiais na sinalização para facilidade no trajeto das pessoas que circulam durante as ações e melhorando os deslocamentos internos e externos nos eventos de educação ambiental promovidos pela SEMAM, demarcando espaços e melhorando a segurança.

Aracruz/ES, 03 de julho de 2020.

Edgar Allan Martins

Secretário Municipal de Meio Ambiente

Decreto nº 34.954 de 2018

Matéria Enviada por: Patrícia Galavotti – Mat- 3580

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Publicação Nº 284140

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO DOS SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE FOTOGRAFIA 3X4

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 7.120/2020

INTERESSADA: Secretaria de Desenvolvimento Social e Trabalho

ASSUNTO: Fornecimento de fotografia colorida, tamanho 3x4 para documento, em cartelas de no mínimo 06 (seis) unidades

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art.23, II, c/c art. 24, II da Lei Federal de n.º 8.666/1993

PARTES: Secretaria de Desenvolvimento Social e Trabalho e a empresa Nicolli Negrelli ME- CNPJ 27.415.458/0002-49.

VALOR: R\$ 5.200,00 (cinco mil e duzentos reais) o equivalente a 400 (quatrocentas) cartelas.

JUSTIFICATIVA

O fornecimento dos serviços, visa atender aos usuários da assistência social por meio dos Benefícios Eventuais, cuja finalidade é garantir o acesso ao direito não contributivo de auxílios às famílias em situação de vulnerabilidade temporária provocada por riscos, perdas e danos à integridade pessoal e familiar, de modo que o beneficiário tenha acesso à fotografia (fotos 3x4) para aquisição de documentos, preferencialmente para colocação no mercado de trabalho e acessibilidade a programas e projetos sociais referenciados pela Secretaria de Desenvolvimento Social do Municípios de Aracruz/ES, consoante preceitua o art. 8º da Lei Municipal de n.º 3.546/2012.

A escolha da empresa se dá em razão da apresentação do menor preço, comprometendo-se esta a fornecer os serviços com os padrões de qualidade exigidos, que atenderá às demandas do atendimento social, tendo a empresa demonstrado regularidade fiscal e trabalhista mediante documentação idônea.

Pelo exposto, e porque dos autos consta Parecer Jurídico que opina pela Dispensa de Licitação, RATIFICA-SE A DISPENSA DE LICITAÇÃO, pois o serviço é de pequeno valor, abaixo do que a lei prevê como máximo para realizar a contratação direta, conforme previsto no art. 24, inciso II, c/c art. 23, inciso II do Estatuto das Licitações e Contratos Administrativos atualizado pelo Decreto Federal de n.º 9.412/2018, que prevê ser dispensável a licitação para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto para compras e serviços limitado a R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais) para a compra direta.

Publique-se e cumpra-se.

Aracruz/ES, 07 de julho de 2020.

ROSILENE FILIPE DOS SANTOS MATOS

Secretária de Desenvolvimento Social e Trabalho

Decreto nº 32.065 de 01/01/2017

RESUMO DE CONTRATO Nº 142/2020 PROCESSO Nº 16.726/2019 - SEMOB

Publicação Nº 284089

RESUMO DE CONTRATO Nº 142/2020

PROCESSO nº 16.726/2019

CONTRATANTE: Município de Aracruz, representado pelo Secretário Municipal de Secretário de Obras e Infraestrutura.

CONTRATADA: A empresa TECVIG CONSTRUTORA E SERVIÇOS LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.251.975/0001-09.

OBJETO: A Contratação de Empresa para Execução da Obra de Extensão de Rede de Iluminação Pública em diversas localidades deste Município de Aracruz/ES, mediante condições constantes nas Planilhas Orçamentárias, Termo de Referência, Projeto Básico e demais documentos técnicos que se encontram anexos ao Edital identificado no preâmbulo acima, independente de transcrição.

DO VALOR: O valor total dos serviços descritos na cláusula primeira, objeto do presente contrato é de R\$ 3.890.431,21 (Três milhões, oitocentos e noventa mil, quatrocentos e trinta e um reais e vinte e um centavos), de acordo com a proposta comercial apresentada.

DO Prazo: O prazo de vigência do contrato decorrente da licitação é de 180 (cento e oitenta) dias, contados da sua assinatura, podendo tal prazo ser prorrogado nas hipóteses elencadas no parágrafo primeiro do artigo 57 da Lei nº 8.666/93.

Data da assinatura: 03/07/2020.

Aracruz, 07 de Julho de 2020.

JOÃO PAULO CALIXTO DA SILVA

Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura

Matéria Enviadapor: Patrícia Galavotti Mat. 3580

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE ARACRUZ

AVISO DE ABERTURA DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO - Nº 000034/2020

Publicação Nº 284080

AVISO DE ABERTURA DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO - Nº 000034/2020

O Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Aracruz-ES, por intermédio de sua Pregoeira, designada pela Portaria SAAE-ARA-Nº037/2020, torna público para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação, LICITAÇÃO EXCLUSIVA ÀS MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS, no dia e horário abaixo especificado. O Edital estará à disposição dos interessados nos sites: www.saaeara.com.br <<http://www.saaeara.com.br>> e www.licitacoes-e.com.br <<http://www.licitacoes-e.com.br>>. Maiores informações poderão ser obtidas através do telefone (27) 3256-9409 ou através do e-mail: licitacao@saaeara.com.br

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MÁQUINA CORTADORA DE PISO E ASFALTO

ABERTURA PROPOSTAS: 21 de julho de 2020 às 08:00H

INICIO DA DISPUTA: 21 de julho de 2020 às 09:00H

JOSIMERY DE OLIVEIRA BATISTA- Pregoeira

PORTARIA SAAE-ARA-157/2020

Publicação Nº 283995

PORTARIA SAAE-ARA-157/2020

Dispõe sobre designação de servidores para fiscalização dos contratos desta Autarquia Municipal de ARACRUZ-ES.

O Diretor Geral do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Aracruz, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Decreto nº 32.712 de 08/05/2017, de acordo com a Lei nº 3.943/2015 e suas alterações, conforme artigo 67 da lei 8.666/93 e considerando a necessidade de regulamentar os artigos 58, III, 67 e 82 desta última Lei, que preveem a fiscalização e o acompanhamento dos Contratos; RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR servidores para fiscalização dos contratos administrativos e termos em vigor, conforme consta no ANEXO I.

Art. 2º O fiscal deverá comunicar ao Diretor Geral do SAAE qualquer serviço em desacordo com o contrato, para que este, mediante termo próprio, determine as providências que deverão ser adotadas.

Art. 3º Aplicam-se as disposições desta Portaria, no que couberem, aos convênios, ajustes e outros instrumentos congêneres celebrados por esta autarquia.

Art. 4º Fica estabelecido que o FISCAL ADJUNTO será responsável pelo contrato no período de Afastamento do FISCAL TITULAR, conforme consta no Estatuto do SAAE Lei 2898/06, que rege os tipos de afastamentos, com as mesmas atribuições do fiscal titular.

Art. 5º Ao FISCAL DO CONTRATO incumbe:

- I - representar a administração junto ao contratado, exceto para assinatura de instrumentos contratuais, aditivos;
- II - adotar as providências necessárias ao fiel cumprimento do contrato, inclusive notificando o contratado para corrigir irregularidades detectadas e registrando todos os acontecimentos relacionados com a execução do contrato, inclusive as soluções dadas a eventuais consultas;
- III - determinar, por escrito, durante o acompanhamento e fiscalização do contrato, o que for necessário para regularizar falha ou inobservância de cláusulas contratuais;
- IV - verificar se o contrato está sendo executado de acordo com as cláusulas pactuadas, conferindo prazos, especificações, valores, condições da proposta, etc;
- V - prestar informações sobre a execução do contrato sob sua responsabilidade, encaminhando, sempre que solicitado, relatório circunstanciado;
- VI - atestar a execução do contrato, na forma prevista nesta Portaria;
- VII - criar mecanismos de controle de qualidade;
- VIII - encaminhar expediente ao Diretor com os elementos necessários à instauração de novo procedimento de compra para substituir contrato em vigor, com antecedência;
- IX - exercer outras atribuições compatíveis com sua função.

Aracruz-ES, 06 de julho de 2020.

ELIAS ANTONIO COELHO MAROCHIO

Diretor Geral do SAAE

Decreto 32.712/2017

ANEXO I – PORTARIA SAAE-ARA-157/2020

PROC.	EMPRESA	OBJETO	CONTRATO	FISCAL TITULAR	MAT	FISCAL ADJUNTO	MAT	SETOR RESPONSÁVEL
PROC. 124/2019 TP 002/2020	MKA ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS REFERENTES À CONSTRUÇÃO DE MURO NA ETE PIRANEMA, MUNICÍPIO DE ARACRUZ/ES	052/2020	FRANK GRAZZIOTTI LEAL	461	SERGIO ARTENIO PETERLE	462	DIVISÃO DE EXPANSÃO E DESENVOLVI- MENTO

PORTARIA SAAE-ARA-158/2020

Publicação Nº 283996

PORTARIA SAAE-ARA-158/2020

Dispõe sobre designação de servidores para fiscalização dos contratos desta Autarquia Municipal de ARACRUZ-ES.

O Diretor Geral do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Aracruz, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Decreto nº 32.712 de 08/05/2017, de acordo com a Lei nº 3.943/2015 e suas alterações, conforme artigo 67 da lei 8.666/93 e considerando a necessidade de regulamentar os artigos 58, III, 67 e 82 desta última Lei, que preveem a fiscalização e o acompanhamento dos Contratos; RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR servidores para fiscalização dos contratos administrativos e termos em vigor, conforme consta no ANEXO I.

Art. 2º O fiscal deverá comunicar ao Diretor Geral do SAAE qualquer serviço em desacordo com o contrato, para que este, mediante termo próprio, determine as providências que deverão ser adotadas.

Art. 3º Aplicam-se as disposições desta Portaria, no que couberem, aos convênios, ajustes e outros instrumentos congêneres celebrados por esta autarquia.

Art. 4º Fica estabelecido que o FISCAL ADJUNTO será responsável pelo contrato no período de Afastamento do FISCAL TITULAR, conforme consta no Estatuto do SAAE Lei 2898/06, que rege os tipos de afastamentos, com as mesmas atribuições do fiscal titular.

Art. 5º Ao FISCAL DO CONTRATO incumbe:

I - representar a administração junto ao contratado, exceto para assinatura de instrumentos contratuais, aditivos;

II - adotar as providências necessárias ao fiel cumprimento do contrato, inclusive notificando o contratado para corrigir irregularidades detectadas e registrando todos os acontecimentos relacionados com a execução do contrato, inclusive as soluções dadas a eventuais consultas;

III - determinar, por escrito, durante o acompanhamento e fiscalização do contrato, o que for necessário para regularizar falha ou inobservância de cláusulas contratuais;

IV - verificar se o contrato está sendo executado de acordo com as cláusulas pactuadas, conferindo prazos, especificações, valores, condições da proposta, etc;

V - prestar informações sobre a execução do contrato sob sua responsabilidade, encaminhando, sempre que solicitado, relatório circunstanciado;

VI - atestar a execução do contrato, na forma prevista nesta Portaria;

VII - criar mecanismos de controle de qualidade;

VIII - encaminhar expediente ao Diretor com os elementos necessários à instauração de novo procedimento de compra para substituir contrato em vigor, com antecedência;

IX - exercer outras atribuições compatíveis com sua função.

Aracruz-ES, 06 de julho de 2020.

ELIAS ANTONIO COELHO MAROCHIO

Diretor Geral do SAAE

Decreto 32.712/2017

ANEXO I – PORTARIA SAAE-ARA-158/2020

PROC.	EMPRESA	OBJETO	CONTRATO	FISCAL TITULAR	MAT	FISCAL ADJUNTO	MAT	SETOR RESPONSÁVEL
PROC. 062/2020 – PP 019/2020	PRE MOLDADOS UNIDOS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	AQUISIÇÃO DE ANEL DE CONCRETO ARMADO E TUBOS DE CONCRETO	050/2020	RENATO ALVES PEREIRA	209	FRANCISCO CIARELLI XAVIER	57	DIVISÃO DE GESTÃO DO SISTEMA DE ESGOTO
PROC. 062/2020 – PP 019/2020	SINGULAR CONS- TRUÇÕES EIRELI	AQUISIÇÃO DE ANEL DE CONCRETO ARMADO E TUBOS DE CONCRETO	051/2020	RENATO ALVES PEREIRA	209	FRANCISCO CIARELLI XAVIER	57	DIVISÃO DE GESTÃO DO SISTEMA DE ESGOTO

PORTARIA SAAE-ARA-159/2020

Publicação Nº 283998

PORTARIA SAAE-ARA-159/2020

Dispõe sobre substituição de função gratificada.

O Diretor Geral do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Aracruz, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições

legais, que lhe confere o Decreto nº 32.712 de 08/05/2017 e de acordo com a Lei nº 3.943/2015 e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o servidor ANDRE ALEXANDRE, Operador de ETAE, matrícula 104, para responder pela função gratificada de Gerente da Divisão de Gestão do Sistema de Esgoto Sanitário no período de 08/07/2020 a 06/08/2020, em virtude de férias do titular Renato Alves Pereira.

Aracruz-ES, 06 de julho de 2020.

ELIAS ANTONIO COELHO MAROCHIO

Diretor Geral do SAAE

Decreto 32.712/2017

Baixo Guandu

PREFEITURA

ATA RP014/2020-SEMED/BG-ES

Publicação Nº 284067

MUNICÍPIO DE BAIXO GUANDU

SEMED/BG-ES

RESUMO ATA RP Nº 014/2020

PROCESSO nº 8.314/2019

PPSRP Nº 012/2020

OBJETO: Registro de Preços para Futuras Aquisições de Hortifrutigranjeiros, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Educação.

Fund. Legal: Dec. Fed. nº 7.893/2013, 8.250/2014 e 9.488/2018, Dec. Mun. nº 5.126/2014 e 5.350/2015, Art. 15 da Lei Federal nº 8.666/1993.

EMPRESA C/ PREÇOS REGISTRADOS

MERCANTIL PRIMOR LTDA EPP,

CNPJ Nº 01.436.516/0001-46

TOTAL:R\$793.380,00

PRAZO VIGÊNCIA: 12 (doze) meses

Baixo Guandu/ES, 07/07/2020

CENIRA ANTONIA DA SILVA

Secretária Municipal de Educação

ATAS RP005 A 014/2020-SEMADH/BG

Publicação Nº 284065

MUNICÍPIO DE BAIXO GUANDU SEMADH/BG/ES

PPSRP Nº 010/2020

PROCESSO nº 3.343/19 e 6.399/19

OBJETO: Registro de Preços para Futuras Aquisições de Móveis e Utensílios, Eletrodomésticos, Equipamentos e Materiais Permanentes, em atendimento à Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e Habitação.

Fund. Legal: Leis nº 8.666/1993 Decretos Federais nº 7.892/2013, 8.250/2014 e 9.488/2018, Decretos Municipais nº 5.186/2014, 5.350/2015.

EMPRESAS C/ PREÇOS REGISTRADOS

ATA RP Nº 005/2020

OFFICE MAIS MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI EPP,

CNPJ Nº 32.787.176/0001-21

Valor R\$6.341,00

ATA RP Nº 006/2020

R.F.L. COMERCIAL EPP,

CNPJ Nº 01.260.374/0001-09

Valor R\$15.325,00

ATA RP Nº 007/2020

COLMAQ MÁQUINAS E EQUIP. DE ESCRITÓRIO LTDA EPP,

CNPJ Nº 11.923.577/0001-91

Valor R\$21.163,00

ATA RP Nº 008/2020

LP COELHO EPP,

CNPJ Nº 08.704.069/0001-08

Valor R\$19.374,00

ATA RP Nº 009/2020

TATIANE DOS SANTOS TIBURCIO ME,

CNPJ Nº 26.591.945/0001-19

Valor R\$6.897,00

ATA RP Nº 010/2020

ARTFLEX MÓVEIS ESC. LTDA ME,

CNPJ Nº 04.008.524/0001-80

Valor R\$10.339,00

ATA RP Nº 011/2020

LINHARES INFORM. E SUP. LTDA ME,

CNPJ Nº 28.038.227/0001-45

Valor R\$8.020,00

ATA RP Nº 012/2020

CIBOX COMÉRCIO E SERV. LTDA EPP,

CNPJ Nº 02.906.841/0001-98

Valor R\$11.570,00

ATA RP Nº 013/2020

CASTELAN MÓVEIS E ELETR. EIRELI EPP, CNPJ Nº 08.849.621/0001-56

Valor R\$38.603,00

ATA RP Nº 014/2020

POLI COMERCIAL EIRELI EPP,

CNPJ Nº 07.255.426/0001-35

Valor R\$3.120,00

VALOR GLOBAL: R\$140.542,00

VIGENCIA DA ATA: 12 (doze) meses

Baixo Guandu/ES, 06/07/2020

MARCILENI DE ALMEIDA PATRÍCIO VASCONCELOS

Secretária Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e Habitação

Barra de São Francisco

PREFEITURA

DECRETO Nº 180 - 2020

Publicação Nº 283990

DECRETO Nº 180, DE 1º DE JULHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE FLEXIBILIZAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DECORRENTE DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19) EM DIFERENTES ÁREAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BARRA DE SÃO FRANCISCO, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

Considerando a Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que dispôs sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus (COVID-19);

Considerando o Decreto Estadual nº 4.636-R, de 19/04/2020, que institui o mapeamento de risco para o estabelecimento de medidas qualificadas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do novo coronavírus (COVID-19) e Decreto Nº 4659-R, de 30 de maio de maio de 2020;

Considerando a Portaria SESA nº 093-R, de 23 de maio de 2020, a qual dispõe sobre o mapeamento de risco para o estabelecimento de medidas qualificadas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do novo coronavírus (COVID-19), instituído pelo Decreto nº 4636-R, de 19 de abril de 2020, e dá outras providências;

Considerando a Portaria SESA nº 119-R, de 27 de junho de 2020, que altera a Portaria SESA nº 93-R, de 23 de maio de 2020;

Considerando a Portaria SESA nº 118-R, que estabelece e divulga o mapeamento de risco, instituído pelo Decreto nº 4636-R, de 19 de abril de 2020, na forma da Portaria nº 093-R, de 23 de maio de 2020, e dá outras providências; e, tendo em vista que o Município de Barra de São Francisco-ES se mantém classificado em nível moderado para contaminação pela COVID-19;

Considerando as conclusões do Gabinete de Crise Ampliado de Enfrentamento à pandemia de COVID-19, no âmbito do Município de Barra de São Francisco-ES, em reunião realizada no dia 29 de junho de 2020;

Considerando que o Poder Público deve observar a dinâmica e alterações de protocolos da pandemia, sempre observando o interesse público, bem como as peculiaridades locais; e, que de acordo com os boletins diários divulgados pela Secretaria Municipal de Saúde, o número de contágio pela COVID-19 vem se mostrando estável.

D E C R E T A:

Art. 1º Fica autorizado o funcionamento de lojas de vendas de materiais de construção, de ferragens, ferramentas, material elétrico, material hidráulico, tintas, vernizes e materiais para pintura; pedras ornamentais e de revestimento; tijolos, vidraçaria, madeira e artefatos de cimento; lojas de vendas de peças automotivas; móveis; eletrodomésticos; eletroeletrônico; papelarias; livrarias; lojas de celulares; prestadores de serviços de eletrônicos e acessórios; informática; artigos para escritório; estúdios de revelação e impressão fotográficas; gráficas; copiadoras; papelarias; livrarias; colchões; de vestuário; cama, mesa e banho; artigos esportivos; utilidades do lar; calçados, bolsas e demais acessórios; tecidos; armários; cosméticos e perfumarias; joalherias e bijuterias; óticas; floricultura; artigos para festas, chocolates; bombonieres e lojas de vendas de veículos automotores, de segunda-feira a sábado, observando-se o horário padrão, em conformidade com as normas de postura municipal e em razão das peculiaridades locais.

Art. 2º Estão autorizados a funcionar nos dias e horários padrão, de acordo com as normas de postura municipal e conforme tradição local, as farmácias, drogarias, comércio atacadista, distribuidoras de gás, de água e de energia, prestadoras de serviços de internet, supermercados, padarias, açougues, mercearias, lojas de produtos alimentícios, lojas de cuidados de animais, postos de combustíveis, lojas de conveniências, distribuidoras de bebida, casas lotéricas, revendas agropecuárias e congêneres; armazéns gerais; borracharias; oficinas de reparação de veículos automotores e de bicicletas; oficinas de máquinas agrícolas; lavanderias; laboratórios; clínicas; hospitais; consultórios médicos; odontológicos; fisioterápicos e demais serviços de saúde, serviços advocatícios e contábeis; hotéis e pousadas; transporte de passageiros e de entrega de cargas; imprensa; instituições financeiras e seus correspondentes; salões de beleza; barbearias; clínicas de estética; bancas de jornais e revistas.

§ 1º Fica vedado em lojas de conveniência e em distribuidoras de bebida:

I – o consumo presencial.

Art. 3º Fica autorizado o funcionamento dos restaurantes; lanchonetes; pizzarias; sorveterias e açaiterias de segunda-feira a sábado, observando-se o horário padrão, de acordo com as normas de postura municipal, em razão das peculiaridades locais.

§ 1º Fica autorizado o funcionamento dos restaurantes, churrascarias, lanchonetes, sorveterias e açaiterias que possuem alvará para funcionamento noturno e conforme as normas de postura do Município, de segunda-feira a sábado, das 17h:-00min às 22h:00min.

I – independente do horário de atendimento previsto por este parágrafo fica garantida a retirada pelo cliente em área externa do estabelecimento e para entregas de produtos na modalidade delivery, de segunda-feira a sábado; e, aos domingos, o funcionamento através de entregas de produtos na modalidade delivery.

Art. 4º Fica autorizado o funcionamento de Bares e similares, comércio ambulante de alimentos e de consumo imediato e congêneres, incluindo-se os que se localizam nas estradas municipais, exclusivamente para atendimento através de entrega em domicílio (delivery), bem como a entrega imediata, regulando-se o fluxo de clientes (um por vez para a retirada), sem a oferta de mesas e cadeiras, não sendo permitidas aglomerações de quaisquer tipos na calçada em frente ao estabelecimento e obedecendo as normas sanitárias prevista na legislação em vigor.

Parágrafo único – a proibição contida no “caput” deste artigo estende-se aos ambientes anexos ao estabelecimento comercial, como garagens, áreas de estoque, calçadas, dentre outros espaços.

Art. 5º Este Decreto não afasta as medidas adotadas em atos específicos expedidos pelo Chefe do Poder Executivo, anteriormente ou posteriormente, a publicação do presente ato.

Art. 6º As medidas qualificadas correspondentes a classificação de risco moderado, que deverão ser implantadas, estão dispostas na Portaria do Governo Estadual nº 100-R, de 30 de maio de 2020, sem prejuízo de outras medidas mais restritivas elaboradas, atualizadas e recomendadas.

Art. 7º Este decreto poderá ser revogado a qualquer tempo pelo Chefe do Poder Executivo municipal e outras medidas poderão ser tomadas, a depender da necessidade do enfrentamento da pandemia e/ou por motivo de descumprimento por parte do comércio local.

Art. 8º Este decreto entra em vigor em 1º de julho de 2020, revogando-se o decreto nº 161, de 21 de junho de 2020 e as disposições em contrário e mantendo-se as normas estabelecidas pelo decreto municipal nº 120, de 22 de abril de 2020 e o Decreto Estadual nº 4648-R, de 08 de maio de 2020 e eventuais alterações no que for aplicável.

Gabinete do Prefeito Municipal de Barra de São Francisco-ES, 1º de julho de 2020.

ALENCAR MARIM

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 194 - 2020

Publicação Nº 283992

DECRETO Nº 194, DE 2 DE JULHO DE 2020.

UNIFORMIZA OS PRAZOS E LIMITAÇÕES DAS MEDIDAS PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BARRA DE SÃO FRANCISCO, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o Decreto Legislativo do Congresso Nacional de N.º 6, de 2020 que reconheceu a ocorrência de Estado de Calamidade Pública;

Considerando a Lei Federal n.º 13.979 de 06 de Fevereiro de 2020 que dispõe sobre as medidas de prevenção e enfrentamento da emergência da saúde pública provocada pelo COVID-19,

Considerando o Decreto Estadual n.º 4593-R, de 13 de março de 2020, que dispõe sobre o estado de emergência em saúde pública no Estado do Espírito Santo e estabelece medidas sanitárias e administrativas para prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos decorrentes do surto de novo coronavírus (COVID-19);

Considerando o Decreto n.º 49, de 17/03/2020, o qual decretou situação de emergência em saúde pública no município de Barra de São Francisco, decorrente da pandemia da covid-19;

Considerando o Decreto Estadual n.º 4.626-R, de 12/04/2020, o qual dispõe de medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da covid-19;

Considerando o Decreto nº 138, de 21 de maio de 2020 que reconhece o "Estado de Calamidade Pública" no âmbito do Município de Barra de São Francisco, em virtude da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do COVID-19.

Considerando o Decreto Estadual nº 4683-R, de 30 de junho de 2020 que dispõe sobre medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do novo coronavírus (COVID-19), e dá outras providências.

Considerando que o Poder Público deve observar a dinâmica e alterações de protocolos da pandemia, sempre observando o interesse público, bem como as peculiaridades locais;

DECRETA:

Art. 1º As medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública, de importância internacional, decorrente da nova COVID-19 publicadas por meio dos Decretos números 49/2020, 52/2020, 73/2020, 120/2020, 138/2020 e 180/2020 estão em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Governo do Estado do Espírito Santo, e em razão das peculiaridades locais, na forma deste Decreto.

Art. 2º Em caráter excepcional os trabalhos da Prefeitura Municipal de Barra de São Francisco e atendimento ao público permanecerão das 8h00 às 13h00, observando-se, no que couberem, as diretrizes estabelecidas pelo Decreto nº 52, de 24 de março de 2020 e o Decreto estadual nº 4601-R, de 18 de março de 2020.

Parágrafo Único – Excluem-se da medida prevista neste artigo, os órgãos que prestam serviços essenciais, tais como limpeza, manutenção de estradas e similares em geral e saúde, ficando os secretários municipais das respectivas secretarias, responsáveis pela escala de trabalho.

Art. 3º O art. 8º do Decreto nº 120, de 22 de abril de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º Fica mantida a suspensão:

I - das atividades educacionais em todas as escolas e faculdades, das redes de ensino pública e privada, na forma do Decreto Estadual n.º 4683-R de 30 de junho de 2020, até o dia 31 de julho de 2020;

II - das atividades de boates, casas de shows, espaços culturais e afins, na forma do Decreto Estadual n.º 4683-R de 30 de junho de 2020, até o dia 31 de julho de 2020;

III - da visitação em unidades de conservação ambiental, na forma do Decreto Estadual n.º 4683-R de 30 de junho de 2020, até o dia 31 de julho de 2020;

IV - o consumo de bebidas alcoólicas nos estabelecimentos comerciais e arredores, na forma do Decreto Estadual n.º 4683-R de 30 de junho de 2020, até o dia 31 de julho de 2020;

V - do funcionamento de clubes recreativos, cerimoniais, área de lazer de Condomínio, áreas de lazer de meios de hospedagens, parques aquáticos, parques de diversões e afins, até dia 31 de julho de 2020;

VI - das atividades de creches e hospedagens para crianças e adolescentes (hoteizinhos), até dia 31 de julho de 2020;

VII - da atividade de excursões de passeio e turismo, em qualquer tipo de transporte coletivo, até dia 31 de julho de 2020;

VIII- do funcionamento dos espaços públicos, até dia 31 de julho de 2020:

a) parques municipais;

b) o SINE de Barra de São Francisco; e

c) os campos de futebol e as quadras de esporte.”

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em sentido contrário.

Art. 5º Este decreto entra em vigor nesta data, com efeitos retroativos a 1º de junho de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Barra de São Francisco/ES, 2 de julho de 2020.

ALENCAR MARIM

Prefeito Municipal

Boa Esperança

PREFEITURA

AVISO RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2020 - PMBE

Publicação Nº 283978

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO E SUA HOMOLOGAÇÃO

Pregão Eletrônico Nº 000004/2020

Processo nº 000987/2020

O Município de Boa Esperança/ES, por intermédio de seu Pregoeiro, torna público, de acordo com as disposições contidas nas Leis nº 10.520/2002, 8.666/1993 e alterações posteriores, o resultado da licitação e sua homologação referente ao Pregão Eletrônico nº 000004/2020, com o objeto: Contratação de serviços de administração do programa de concessão de vagas de estágio remuneradas, na condição de agente de integração, a estudantes regularmente matriculados e com frequência efetiva que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos, a fim de atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Boa Esperança. Empresa Adjudicada: AGENCIA DE INTEGRACAO EMPRESA ESCOLA LTDA, CNPJ nº 01.406.617/0001-74, no valor total de R\$ 23.880,00 (vinte e três mil, oitocentos e oitenta reais). Homologação: Em 06 de julho de 2020, pelo Exmº Sr. Prefeito Municipal Lauro Vieira da Silva.

Boa Esperança/ES, 07 de julho de 2020.

João Flávio Zoteli Areia

Pregoeiro Oficial

Código Identificador: 2020.013E0700001.01.0023

Castelo

PREFEITURA

AVISO DE ANULAÇÃO CHAMADA PÚBLICA 003 2020 FASE EXTERNA

Publicação Nº 284021

AVISO DE ANULAÇÃO PARCIAL DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Castelo, torna público a ANULAÇÃO DA FASE EXTERNA da Chamada Pública 003/2020 – aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar, tendo em vista parecer da Procuradoria-Geral: "ANULAR PARCIALMENTE, A PARTIR DAS FOLHAS 86 INCLUSIVE, ante o flagrante vício de ilegalidade dos atos constituintes do certame licitatório desde aí, inclusive – Chamada Pública 003/2020. Processo administrativo 01.145/2020 –, reconhecendo e decretando a INVALIDAÇÃO DOS ATOS PRATICADOS A PARTIR DAS FOLHAS 86, INCLUSIVE, BEM COMO AINDA DOS ATOS DELES DERIVADOS, aproveitando-se aqueles atos anteriores e que foram praticados regularmente.

DETERMINAR O RETORNO À FASE DE ACEITAÇÃO do procedimento competitivo e o refazimento dos atos anulados a partir da etapa imediatamente anterior em que ocorreu o vício identificado.

Maiores informações pelos telefones (28) 3542-8514.

Castelo-ES, 07/07/2020

Cleidiano Alochio Coaioto

Pregoeiro

AVISO DE LICITAÇÃO PE 054/2020 - RETIFICADO E PRORROGADO

Publicação Nº 284066

AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Castelo, torna público que, fará realizar o seguinte processo licitatório:

Pregão Presencial Nº 054/20 – RETIFICADO/PRORROGADO

Objeto: futura contratação de empresa para prestação de serviços de Locação de Impressoras e Multifuncionais (com manutenção corretiva e preventiva, e fornecimento de peças, suprimentos e softwares)

Data de abertura: 20/07/2020

Horário: 10:00

Fornecimento do edital: Site www.castelo.es.gov.br link Licitações. Informações pelo telefone (28) 3542-8514.

Castelo-ES, 07/07/2020

Cleidiano Alochio Coaioto

Pregoeiro

AVISO DE LICITAÇÃO PP 060/2020

Publicação Nº 284008

AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Castelo, torna público que, fará realizar o seguinte processo licitatório:

Pregão Presencial Nº 060/2020

Objeto: contratação de empresa especializada, em serviço de 40 amostras: de água de abastecimento (potável) – FQ; de água de abastecimento (potável) – MB; linguças frescas – MB; de linguças frescas – FQ; de ovo integro cru – MB; de mel – FQ; de queijos frescos de alta umidade – MB; de queijos frescos de alta umidade – FQ; de queijo de média umidade (maturados) – MB; de queijo de média umidade (maturados) – FQ; de queijo processado, fundido – MB; de queijo

processado, fundido – FQ; para atender as necessidades da SEMAG

Data de abertura: 20/07/2020

Horário: 08:00 horas

Fornecimento do edital: Site www.castelo.es.gov.br link Licitações. Informações pelo telefone (28) 3542-8514 ou pelo e-mail: licitacao@castelo.es.gov.br.

Castelo-ES, 07/07/2020

Cleidiano Alochio Coaioto

Pregoeiro

DECRETO 17.429

Publicação Nº 283969

DECRETO Nº 17.429, DE 29 DE JUNHO DE 2020.

PARALISA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL – emeief “Colmar rocha”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CASTELO, no Estado do Espírito Santo, no uso da sua atribuição que lhe confere o art. 53, inciso IV da Lei Orgânica do Município de Castelo, e considerando o que consta no processo nº 005767 de 15 de maio de 2020.

D E C R E T A:

Art. 1º Fica paralisada, a Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental – EMEIEF “Colmar Rocha”, situada na Rua Emílio Nemer, nº 116, Bairro Garage, neste município.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 31 de dezembro de 2017.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Castelo, ES, 29 de junho de 2020.

DOMINGOS FRACAROLI

Prefeito

DECRETO 17.431

Publicação Nº 283970

DECRETO Nº 17.431, DE 29 DE JUNHO DE 2020.

PARALISA CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL – CEIM “VIRGÍNIA ZUIM CARARI”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CASTELO, no Estado do Espírito Santo, no uso da sua atribuição que lhe confere o art. 53, inciso IV da Lei Orgânica do Município de Castelo, e considerando o que consta no processo nº 005767 de 15 de maio de 2020.

D E C R E T A:

Art. 1º Fica paralisado, o Centro de Educação Infantil Municipal - CEIM “Virgínia Zuim Carari”, situada na Rua Antônio Rangel, nº 154, Bairro Volta Redonda, neste município.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 31 de fevereiro de 2018.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Castelo, ES, 29 de junho de 2020.

DOMINGOS FRACAROLI

Prefeito

DECRETO 17.450

Publicação Nº 283972

DECRETO Nº 17.450, de 02 DE JULHO DE 2020.

Dispõe sobre a Demissão de Funcionário do Quadro Único do Município de Castelo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CASTELO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 53, inciso XXVI, da Lei Orgânica do Município de Castelo, e considerando o que consta nos processos nºs 12961/2019, 17311/2019, 17310/2019, 17690/2019;

D E C R E T A:

Art. 1º Fica demitida, a Servidora Pública Municipal Srª. Maria das Graças Bacheti Barbiero, ocupante do cargo efetivo de Agente Comunitário de Saúde - SPM, nomeada através do Decreto nº 7.446, de 11 de julho de 2008.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Castelo, ES, 02 de julho de 2020.

DOMINGOS FRACAROLI

Prefeito

Prefeitura Municipal de Castelo

Av. Nossa Senhora da Penha, 103 - Centro | Cep: 29360-000 - Castelo/ES | Tel.: +55 28 3542-2124 | 8526

DECRETO 17.451

Publicação Nº 283975

DECRETO Nº 17.451, DE 02 de julho de 2020.

ALTERA DECRETO Nº 17.448 DE 30 DE JUNHO DE 2020, QUE EXONERA COORDENADOR DO NÚCLEO DE ATENÇÃO INTEGRADA A SAÚDE patrícia vicentini barbosa.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CASTELO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 53, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Castelo,

D E C R E T A:

Art. 1º O artigo 1º do Decreto nº 17.448, de 30 de junho de 2020, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 1º Fica exonerada a Srª patrícia vicentini barbosa, do cargo de Provimento em Comissão de Coordenador do Núcleo de Atenção Integrada a Saúde, lotada no Gabinete do Prefeito, exercendo suas atividades junto a Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA), nos termos da Lei nº 2.985 de 09 de dezembro de 2010, parte integrante da nº Lei 2.507 de 10 de maio de 2007.”

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Castelo, ES, 02 de julho de 2020.

DOMINGOS FRACAROLI

Prefeito

DECRETO 17.454

Publicação Nº 283973

DECRETO Nº 17.454, DE 03 de julho de 2020.

Concede Licença.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CASTELO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 53, inciso XXVI, da Lei Orgânica do Município de Castelo e o que consta do art. 71 da lei 1.052/87 e, de acordo com o processo nº 006464/2020,

D E C R E T A:

Art.1º Fica concedida Licença à Servidora Pública Municipal CÍNTIA GAMA PUPIN, do cargo Efetivo de Professor M, do Quadro dos Servidores da Prefeitura Municipal de Castelo, para exercer o cargo de Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais.

Parágrafo Único. A licença a que se refere este artigo será com vencimentos e pelo período que durar o mandato.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Castelo, ES, 03 de julho de 2020.

DOMINGOS FRACAROLI

Prefeito

PORTARIA 4.924

Publicação Nº 284234

PORTARIA Nº 4.924, DE 07 DE JULHO DE 2020.

EXONERA SECRETÁRIO MUNICIPAL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CASTELO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 53, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Castelo,

RESOLVE:

Art. 1º Fica exonerado o Sr. Gilberto Gava Marques, do cargo comissionado de Secretário Municipal de Administração Interino (SEMAD), referência CC-1, pertencente à Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal de Castelo, Lei nº 1.805, de 14 de maio de 1998 e modificações posteriores.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, 07 de julho de 2020.

DOMINGOS FRACAROLI

Prefeito

PORTARIA 4.925

Publicação Nº 284235

PORTARIA Nº 4.925, DE 07 DE JULHO DE 2020.

EXONERA SECRETÁRIO MUNICIPAL DE Esportes.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CASTELO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 53, inciso I, e art. 108, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Castelo,

RESOLVE:

Art. 1º Fica exonerado o Sr. Elis Romário Campos, do cargo comissionado de Secretário Municipal de Esportes (SEMESP) referência CC-1, pertencente à Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal de Castelo definida pela Lei nº 1.805, de 14 de maio de 1998, e modificações posteriores.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, 07 de julho de 2020.

DOMINGOS FRACAROLI

Prefeito

PORTARIA 4.926

Publicação Nº 284236

PORTARIA Nº 4.926, DE 07 DE JULHO DE 2020.

NOMEIA SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CASTELO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 53, inciso I, e art. 108, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Castelo,

RESOLVE:

Art. 1º Fica nomeado o Sr. DIOGO RAMIRO PIRES MARTINS, para exercer o cargo comissionado de Secretário Municipal de Administração (SEMAD), Referência CC-1, pertencente à Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal de Castelo, Lei nº 1.805, de 14 de maio de 1998 e modificações posteriores.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, 07 de julho de 2020.

DOMINGOS FRACAROLI

Prefeito

PORTARIA 4.927

Publicação Nº 284237

PORTARIA Nº 4.927, DE 07 DE JULHO DE 2020.

NOMEIA SECRETÁRIO MUNICIPAL .

O PREFEITO MUNICIPAL DE CASTELO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 53, inciso I, e art. 108, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Castelo,

RESOLVE:

Art. 1º Fica nomeado o Sr. FaBIANO DAVEL, ocupante do cargo comissionado de Secretário Municipal de Turismo e Cultura (SEMTURC), para responder pela Secretaria Municipal de Esportes (SEMESP), sem ônus adicionais para o Município.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, 07 de julho de 2020.

DOMINGOS FRACAROLI

Prefeito

PORTARIA 4.928

Publicação Nº 284238

PORTARIA Nº 4.928, DE 07 DE JULHO DE 2020.

Nomeia Assistente Técnico de Serviços.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CASTELO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 53, inciso VII e XXVI, da Lei Orgânica do Município de Castelo,

RESOLVE:

Art. 1º Fica nomeado, o Srº. Elis Romário Campos, para exercer o cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico de Serviços, lotado no Gabinete do Prefeito, exercendo suas atividades na Secretaria Municipal de Esportes (SEMESP), constante do Anexo II pertencente a Lei 2.507 de 10 de maio de 2007, e modificações introduzidas pelas Leis nºs: 2.557 de 17 de agosto de 2007, 2.613 de 28 de dezembro de 2007.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, 07 de julho de 2020.

DOMINGOS FRACAROLI

Prefeito

Colatina

PREFEITURA

DECRETO 24.350/2020

Publicação Nº 284057

DECRETO Nº 24.350, DE 06 DE JULHO DE 2020.

Estabelece horário de expediente especial nas repartições públicas municipais objetivando a prevenção e o enfrentamento à propagação do coronavírus (COVID-19), no Município de Colatina:

O Prefeito Municipal de Colatina, do Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando a necessidade de adoção de medidas para evitar a aglomeração nas repartições públicas e a transmissibilidade do coronavírus (COVID-19), bem como de manutenção da prestação de serviços públicos sem interrupção.

Considerando a Portaria nº 100-R, de 30 de maio de 2020, que dispõe sobre medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus (COVID-19).

DECRETA:

DO HORÁRIO DE EXPEDIENTE

Art. 1º – As repartições da Prefeitura Municipal de Colatina funcionarão de segunda a sexta-feira, de 7h às 13h, excetuados os setores de atendimento ao público, que funcionarão conforme Anexo Único.

§ 1º – Os servidores que não se enquadram no horário de funcionamento estabelecido deverão ficar à disposição dos trabalhos oriundos do enfrentamento da Pandemia COVID-19, situação em que o Secretário Municipal deverá informar o nome do servidor à Secretaria Municipal de Gabinete.

§ 2º - Os Secretários Municipais deverão enviar até o primeiro dia útil do mês subsequente:

I - a relação de servidores que, por qualquer motivo, não tenham cumprido a carga horária estabelecida no caput, do Art. 1º, deste Decreto;

II - a relação dos servidores em que seja necessário abonar horas em virtude do cumprimento especial de jornada, descrita neste Decreto;

Art. 2º - Os setores operacionais, quais sendo, Secretaria Municipal de Obras, Secretaria Municipal de Interior, Coordenadoria de Gestão de Cemitérios, e Superintendência de Frota, funcionarão em horário normal de expediente, qual sendo, de segunda a sexta-feira, de 7h às 16h, excetuados o setor de atendimento ao público da Secretaria de Obras, que funcionará conforme Anexo Único.

Parágrafo Único - A Secretaria Municipal de Obras, a Secretaria Municipal de Interior, a Coordenadoria de Gestão de Cemitérios, e a Superintendência de Frota, ficam autorizadas a realizar banco de horas, quando for necessário extrapolar o horário estabelecido neste artigo, que serão posteriormente compensadas.

DAS MEDIDAS PREVENTIVAS DE AFASTAMENTO LABORAL

Art. 3º Aos servidores públicos que estabelecerem contato com pacientes suspeitos ou confirmados do coronavírus (COVID-19), inclusive colegas de trabalho, mas que não apresentam sintomas típicos da doença, será exigido, além dos cuidados habituais de higiene das mãos, o uso permanente de máscara.

Parágrafo Único: Neste caso, havendo possibilidade de trabalho remoto, poderá a chefia imediata autorizar o trabalho doméstico, adotando todas as medidas para a efetiva comprovação dos serviços.

Art. 4º - Aqueles que apresentarem o diagnóstico laboratorial positivo para o COVID-19, de acordo com os protocolos clínicos e as diretrizes estabelecidas no Plano de Contingência Nacional para Infecção Humana pelo novo Coronavírus, do Ministério da Saúde, ficarão afastados por licença para tratamento de saúde, nos termos da legislação aplicável.

Parágrafo Único. Caberá ao servidor informar por escrito a situação descrita no caput.

DOS SERVIDORES PÚBLICOS INTEGRANTES DO GRUPO DE RISCO

Art. 5º - Fica permitida aos servidores públicos do grupo de risco do coronavírus (COVID-19), mediante requerimento formal, após análise e autorização da chefia imediata, a designação excepcional e temporária de exercício funcional mediante trabalho remoto.

Art. 6º - São considerados no grupo de risco do coronavírus (COVID-19) os servidores públicos:

I - gestantes e lactantes com crianças até 06 (seis) meses;

II - com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, com comorbidade atestada; e

III - portadores de doenças respiratórias crônicas ou comprometedoras de imunidade, devidamente comprovadas por laudo médico.

§ 1º As servidoras públicas gestantes e lactantes serão obrigatoriamente designadas temporariamente para trabalho sem atendimento ao público, independente do órgão e setor.

§ 2º Para os servidores públicos referidos nos incisos II e III, a designação temporária para trabalho remoto fica condicionada à:

I - Avaliação do requerimento formal pelo Médico do Trabalho;

II - Anuência da chefia imediata.

DO FUNCIONAMENTO DE SETORES EM REGIME EXCEPCIONAL DE JORNADA DE TRABALHO PRESENCIAL E REMOTO

Art. 7º - Fica autorizado o Regime Excepcional de Jornada de Trabalho Presencial e Remoto, a fim de minimizar aglomerações e circulação nos prédios públicos, desde que:

I - Haja justificativa formal do Secretário Municipal responsável informando que não há prejuízo na prestação de serviços públicos;

II - Seja apresentada a metodologia utilizada na divisão das equipes de forma equilibrada, em cada unidade administrativa dos órgãos e entidades, para a designação em trabalho presencial e remoto em dias alternados, garantindo a prestação ininterrupta do serviço público, a ser controlada pelo Secretário Municipal por meio de relatórios obrigatórios e mensais;

§ 1º - A questão prevista nos incisos I e II, será analisada pela Secretaria Municipal de Gabinete, em conjunto com a Controladoria Geral do Município.

§ 2º - O trabalho remoto não poderá ser confundido em hipótese alguma com folga, devendo o servidor, nessas condições, comprovar por meio de relatórios as atividades desempenhadas, atestadas pelo Chefe Imediato, e ratificadas pelo Secretário Municipal, quando for o caso.

§ 3º - O servidor em trabalho remoto deverá ficar de sobreaviso e desempenhar suas atividades em casa disponibilizando contato a toda equipe do setor, para que não comprometa o bom andamento dos trabalhos.

§ 4º - Os relatórios e a comprovação das atividades remotas autorizadas deverão ser arquivadas pelo servidor público, e pela chefia imediata, tendo em vista a possibilidade de ser requisitado a qualquer tempo pelos Órgãos de Controle (CGM, TCE, TCU, MPES, MPF, Câmara Municipal).

§ 5º - Este Regime Excepcional de Jornada de Trabalho não se aplica aos Secretários Municipais e aos servidores comissionados.

DAS PENALIDADES

Art. 8º - Será considerado como prática desleal contra a Administração, eventualmente punível com a penalidade de demissão, o servidor municipal que, exercendo atividade não presencial em razão da situação de emergência, deixar de manter a quarentena ou o isolamento social, conforme o caso, durante o horário de expediente ordinário, previsto regulamentarmente, ou que descumpra as regras estabelecidas neste Decreto.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 9º. As regras deste Decreto não se aplicam a:

I - Unidades de Ensino da rede pública municipal;

II - Secretaria Municipal de Saúde;

III - Secretaria Municipal de Assistência Social;

IV - Unidades que operem em regime de plantão, ou cujas atividades, por quaisquer motivos, não admitam paralisação;

V - Os servidores municipais responsáveis pela fiscalização e guarda, que prestarão serviços nos horários e escalas

definidos pelos respectivos Secretários Municipais; e

VI – Setores cujas atividades sejam definidas pela autoridade máxima do órgão ou entidade como imprescindíveis para seu adequado funcionamento.

Art. 10. Este Decreto entra em vigor na presente data.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colatina, em 06 de Julho de 2020.

Prefeito Municipal

Registrado no Gabinete do Prefeito Municipal
de Colatina, em 06 de julho de 2020.

Secretária Municipal de Gabinete

ANEXO I

Funcionamento dos Setores de Atendimento ao Público

SETOR DE ATENDIMENTO	HORÁRIO DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO	OBSERVAÇÃO
Setor de Protocolo	7h às 13h	
SAC	7h às 13h	Os atendimentos serão realizados exclusivamente pelos telefones 27 3177-7083 ou 99630-3264 ou 99637-5037 ou pelo email saccolatina@gmail.com ;
CRAS e CREAS	8h às 17h;	
Cadastro Único e Bolsa Família	8h às 17h,	Preferencialmente com agendamentos pelo telefone 3177-7020 ou 3177-7203
Central Fácil	7h às 12h30	Preferencialmente com agendamentos pelo telefone 3721-8070 ou por email se-deturcolatina@gmail.com
Nosso Crédito	7h às 12h30	Preferencialmente com agendamentos pelo telefone 3177-7227 ou por email se-deturcolatina@gmail.com
Secretaria Municipal de Obras Secretaria Municipal Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária Secretaria Municipal de Trânsito, Transporte e Segurança Pública	7h às 13h	

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 76/2020 - ALVES COMERCIO DE TINTAS LTDA.

Publicação Nº 284041

Extrato de ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 76/2020.

CONTRATANTE: Município de Colatina-ES.

CONTRATADA: ALVES COMERCIO DE TINTAS LTDA.

OBJETO: Constitui objeto deste a formalização de registro de preços para aquisição de materiais de construção, destinados às demandas da Administração Pública, através da Secretaria Municipal de Administração.

PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, contados da data posterior à de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios do Espírito Santo, vedada a sua prorrogação.

VALOR GLOBAL: R\$ 14.125,00 (quatorze mil, cento e vinte e cinco reais)

DATA DA ASSINATURA: 18 de junho 2020.

Sérgio Meneguelli

Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 77/2020 - CASTELAN MOVEIS E ELETRODOMÉSTICOS EIRELI.

Publicação Nº 284043

Extrato de ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 77/2020.

CONTRATANTE: Município de Colatina-ES.

CONTRATADA: CASTELAN MOVEIS E ELETRODOMÉSTICOS EIRELI.

OBJETO: Constitui objeto deste a formalização de registro de preços para aquisição de materiais de construção, destinados às demandas da Administração Pública, através da Secretaria Municipal de Administração.

PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, contados da data posterior à de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios do Espírito Santo, vedada a sua prorrogação.

VALOR GLOBAL: R\$ 40.864,00 (quarenta mil, oitocentos e sessenta e quatro reais).

DATA DA ASSINATURA: 18 de junho 2020.

Sérgio Meneguelli

Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 78/2020 - N. NUNES COMÉRCIO DISTRIBUIDOR LTDA.

Publicação Nº 284045

Extrato de ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 78/2020.

CONTRATANTE: Município de Colatina-ES.

CONTRATADA: N. NUNES COMÉRCIO DISTRIBUIDOR LTDA.

OBJETO: Constitui objeto deste a formalização de registro de preços para aquisição de materiais de construção, destinados às demandas da Administração Pública, através da Secretaria Municipal de Administração.

PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, contados da data posterior à de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios do Espírito Santo, vedada a sua prorrogação.

VALOR GLOBAL: R\$ 8.260,00 (oito mil, duzentos e sessenta reais).

DATA DA ASSINATURA: 18 de junho 2020.

Sérgio Meneguelli

Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 79/2020 - R A COUTINHO EIRELI EPP.

Publicação Nº 284046

Extrato de ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 79/2020.

CONTRATANTE: Município de Colatina-ES.

CONTRATADA: R A COUTINHO EIRELI EPP.

OBJETO: Constitui objeto deste a formalização de registro de preços para aquisição de materiais de construção, destinados às demandas da Administração Pública, através da Secretaria Municipal de Administração.

PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, contados da data posterior à de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios do Espírito Santo, vedada a sua prorrogação.

VALOR GLOBAL: R\$ 7.020,00 (sete mil e vinte reais)

DATA DA ASSINATURA: 18 de junho 2020.

Sérgio Meneguelli

Prefeito Municipal

PORTARIA 070/2020

Publicação Nº 283971

PORTARIA Nº 070/2020 .

Inclui membro para compor a Portaria nº 004, de 13 de janeiro de 2020 :

O Prefeito Municipal de Colatina, do Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e atendendo solicitação contida nos autos de nº 17.027/2018,

RESOLVE incluir a servidora Michely Vieira, para compor a Portaria nº 004, de 13 de janeiro de 2020, instituída para proceder a instauração da Sindicância, para apuração dos fatos narrados através do procedimento administrativo nº 17.027/2018, neste Município, em substituição ao membro Izadora Lucinda Batista do Nascimento Faé.

Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colatina, em 03 de julho de 2020.

Prefeito Municipal

Registrada no Gabinete do Prefeito Municipal
de Colatina, em 03 de julho de 2020.

Secretário Municipal de Gabinete.

PORTARIA 071/2020

Publicação Nº 284031

PORTARIA Nº 071/2020 .

Inclui membro para compor a Portaria nº 059, de 15 de junho de 2020 :

O Prefeito Municipal de Colatina, do Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e atendendo solicitação contida nos autos de nº 10.199/2020,

RESOLVE incluir o servidor Diogo Trugilho Ferrari para compor a Portaria nº 059, de 15 de junho de 2020, instaurada para apurar os fatos narrados nos autos nº 10.199/2020, em substituição ao membro Dr. Cristiano Albano Balarini.

Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colatina, em 06 de julho de 2020.

Prefeito Municipal

Registrada no Gabinete do Prefeito Municipal
de Colatina, em 06 de julho de 2020.

Secretário Municipal de Gabinete.

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO Nº 16/2020 - TROPA.

Publicação Nº 284039

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO Nº 16/2020.

CONTRATANTE: Município de Colatina.

CONTRATADA: TROPA CONSTRUTORA EIRELI – ME.

OBJETO: ONDE CONSTA: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA PRAÇA IRACY FRAGA PEREIRA DE OLIVEIRA. Execução e fornecimento de todos os materiais necessários para construção da praça Iracy Fraga Pereira de Oliveira, neste município. Valor total: R\$ 86.157,76. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REVITALIZAÇÃO DE PRAÇA BAIRRO AYRTON SENNA. Execução e fornecimento de todos os materiais necessários para revitalização de praça, localizada na rua Bernardo Luiz Zaché, bairro Ayrton Senna, neste município. Valor Total: R\$ 126.953,01. LEIA-SE: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA PRAÇA IRACY FRAGA PEREIRA DE OLIVEIRA. Execução e fornecimento de todos os materiais necessários para construção da praça Iracy Fraga Pereira de Oliveira, neste município. Valor total: R\$ 126.953,01. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REVITALIZAÇÃO DE PRAÇA BAIRRO AYRTON SENNA. Execução e fornecimento de todos os materiais necessários para revitalização de praça, localizada na rua Bernardo Luiz Zaché, bairro Ayrton Senna, neste município. Valor Total: R\$ 86.157,76.

DATA DA ASSINATURA: 03 de Julho de 2020.

Sérgio Meneguelli

Prefeito Municipal

DECRETO 24.352/2020

Publicação Nº 284062

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLATINA
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 24.352, DE 07 DE JULHO DE 2020

Adota medidas qualificadas para o comércio e prestação de serviços nos finais de semana durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do novo coronavírus (COVID-19) no Município de Colatina:

O Prefeito Municipal de Colatina, do Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o notório surto mundial de coronavírus (COVID-19), a sua rápida transmissibilidade e propagação geográfica no território brasileiro, incluído o Estado do Espírito Santo e o município de Colatina;

Considerando o Decreto Legislativo nº 06/2020 promulgado pelo Congresso Nacional na data de 20 de março de 2020, bem como o Decreto Legislativo Estadual nº 0446-S de 02 de abril de 2020;

Considerando o reconhecimento da existência de calamidade pública no Estado do Espírito Santo por meio do Decreto Legislativo nº 01/2020;

Considerando o Decreto nº 4636-R, de 19 de abril de 2020, que instituiu o mapeamento de risco para o estabelecimento de medidas qualificadas para o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do novo coronavírus (COVID-19);

Considerando a necessidade de coordenação integrada e eficaz das medidas de emergência em saúde pública entre o Estado do Espírito Santo e os municípios capixabas, bem como a participação ativa das pessoas, comunidades, empresas e sociedade em geral;

Considerando o Boletim Covid19 da Secretaria Municipal de Saúde do dia 06/07/2020 onde totalizaram 4.988 notificações, 50 internados e 41 mortes.

DECRETA:

Art. 1º. Pela autonomia do Município de Colatina ficam adotadas supletivamente medidas restritivas complementares às previstas como medidas qualificadas correspondentes a classificação de risco

Av. Angelo Giuberti, 343 - Bº Esplanada - Colatina/ES
CEP: 29.702-902 - TELFAX: (27) 3177-7004

1

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLATINA
GABINETE DO PREFEITO

alto dispostas na Portaria Estadual nº 100-R, de 30 de maio de 2020 e no Decreto Municipal 24.332/2020, sem prejuízo de outras medidas mais restritivas que possam ser elaboradas, atualizadas e recomendadas pelas autoridades sanitárias.

Art. 2º. Nos finais de semana dos dias 11/07, 12/07, 18/07 e 19/07 fica suspenso o funcionamento de supermercados no Município de Colatina/ES.

DAS PENALIDADES

Art. 3º. Em caso de descumprimento das medidas previstas neste Decreto, as autoridades competentes deverão apurar e aplicar as sanções administrativas, conforme a legislação federal, estadual e municipal, sem prejuízo da responsabilidade civil e penal.

Art. 4º. Os infratores poderão submeter-se às sanções previstas:

I – No art. 268, do Código Penal, que dispõe:

Art. 268 – Infringir determinação do poder público, destinada a impedir introdução ou propagação de doença contagiosa.

Pena – Detenção, de um mês a um ano, e multa.

Parágrafo único – A pena é aumentada de um terço, se o agente é funcionário da saúde pública ou exerce a profissão de médico, farmacêutico, dentista ou enfermeiro.

II – No art. 184 *caput* c/c 187, inciso V, do Anexo ao Decreto n. 7.665/1995, que Regulamenta a Lei n. 4151/1995, no art. 96, inciso XII, do Decreto n. 12.777/2008, que regulamenta a Lei n. 5.045/2004, no art. 3º, § 4º, do Decreto n. 21.754/2018, e no art. 120, inciso I, da Lei n. 2805/1977.

Art. 5º. A autoridade sanitária analisará qual é a atividade preponderante para fins de eventual enquadramento da empresa, assim entendida como aquela que representa mais de 50% (cinquenta por cento) do seu faturamento.

Art. 6º. Caberá aos fiscais da Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal da Fazenda e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente e Secretaria Municipal de Transporte, Trânsito, Segurança Pública e Defesa Civil desenvolver as ações necessárias ao cumprimento deste Decreto.

Art. 7º - Este ato entra em vigor nesta data revogando as disposições contrárias.

Av. Angelo Giuberti, 343 - Bº Esplanada - Colatina/ES
CEP: 29.702-902 - TELFAX: (27) 3177-7004

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLATINA
GABINETE DO PREFEITO
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colatina, em 07 de julho de 2020.

Prefeito Municipal

Registrado no Gabinete do Prefeito Municipal
de Colatina, em 07 de julho de 2020.

Secretário Municipal de Gabinete.

Av. Angelo Giuberti, 343 - Bº Esplanada - Colatina/ES
CEP: 29.702-902 - TELFAX: (27) 3177-7004

3

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLATINA
GABINETE DO PREFEITO

Nos finais de semana dos dias 11/07, 12/07, 18/07 e 19/07 fica suspenso o funcionamento do comércio e prestação de serviços com atendimento presencial, excetuando dessa regra apenas o funcionamento de mercearias em bairros, farmácias e drogarias, distribuidoras de gás de cozinha, de água e de energia, padarias, lojas de produtos alimentícios, postos de combustíveis, borracharias, oficinas de reparação de veículos automotores, estabelecimentos de vendas de materiais para saúde, hotéis e pousadas, transporte de passageiros e de entrega de cargas, imprensa, inclusive bancas de revistas e jornais, hospitais e laboratórios, clínicas e/ou consultórios médicos e/ou odontológicas, fisioterápicas, serviços de estacionamento de veículos, salões de beleza, barbearias e clínicas de estética sem responsabilidade médica.

Art. 3º. É permitido o funcionamento dos demais estabelecimentos e prestadores de serviços nos finais de semana apenas na modalidade delivery, exclusivamente para entrega em domicílio, sendo vedado:

- I - a retirada de produtos pelo cliente na porta ou em área externa do estabelecimento;
- II – a presença de funcionários na porta dos estabelecimentos;
- III – manter as portas abertas;
- IV - os serviços de drive thru.**

CÂMARA MUNICIPAL**ERRATA Nº 002/2020**

Publicação Nº 284105

Câmara Municipal de Colatina

Estado do Espírito Santo

ERRATA Nº002/2020

Considerando a alteração da razão social da empresa INSECTUS CONTROLE INTEGRADO DE PRAGAS LTDA -ME vencedora do processo de dispensa da licitação nº 150/2020 promovida pela Câmara Municipal de Colatina para a prestação do serviço de sanitização em todo o prédio do Poder Legislativo Municipal, publica-se a presente errata, nos seguintes termos:

Onde se lê: INSECTUS CONTROLE INTEGRADO DE PRAGAS LTDA –ME.

Leia-se: JOSÉ MOISÉS FERREIRA NEVES.

Dessa forma ficam alterados os seguintes documentos abaixo descritos:

1 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 032/2020 à pag. 49;

2 – CONTRATO Nº012/2020 á pag. 52 e 58.

Colatina/ES, 07 de julho de 2020.

Eliesio Braz Bolzani

Presidente da Câmara Municipal de Colatina

Conceição do Castelo

PREFEITURA

INTIMAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2020

Publicação Nº 284048

INTIMAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 00003/2020

OBJETO: EXECUÇÃO DE REFORMA DE UNIDADES BÁSICA DE SAÚDE NAS COMUNIDADES RURAIS DE SANTO ANTÔNIO DO AREIÃO, INDAIÁ, MONFORTE FRIO, TAQUARUSSU, CANTINHO DO CÉU E MATA FRIA NO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO CASTELO, ES.

CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO CidadES/TCE-ES: 2020.021E0700001.01.0008

O Município de Conceição do Castelo, ES, através da CPL, INTIMA as empresas J&J CONSTRUÇÕES, LOCAÇÕES E SERVIÇOS EIRELI ME; ELICON CONSTRUTORA LTDA EPP e CM CONSTRUTORA LTDA ME para abertura do envelope de Proposta de Preços referente à Tomada de Preços nº 00003/2020. A abertura do envelope será no dia 13 de julho de 2020, às 09h00min, na sala de reuniões da CPL. Informações pelo tel.: (28) 3547-1427 de 08h00min às 11h00min e de 13h00min às 16h00min, no endereço Av. José Grilo, 426, Centro ou pelo e-mail:pmcc.licita@gmail.com.

Conceição do Castelo, ES, 07 de julho de 2020.

Valéria Pravato Guarnier

Presidente da CPL

INTIMAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2020

Publicação Nº 284029

INTIMAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 00004/2020

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REFORMA DA QUADRA POLIESPORTIVA DA COMUNIDADE DO MONFORTE FRIO, ZONA RURAL, NO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO CASTELO, ES

Código de Identificação Cidades - 2020.021E0700001.01.0009

O Município de Conceição do Castelo, ES, através da CPL, INTIMA as empresas J&J CONSTRUÇÕES, LOCAÇÕES E SERVIÇOS EIRELI ME; ELICON CONSTRUTORA LTDA EPP; CONSTRUTORA SÃO CRISTÓVÃO EIRELI EPP e EDIFICA ENGENHARIA LTDA EPP para abertura do envelope de Proposta de Preços referente à Tomada de Preços nº 00004/2020. A abertura do envelope será no dia 15 de julho de 2020, às 09h00min, na sala de reuniões da CPL. Informações pelo tel.: (28) 3547-1427 de 08h00min às 11h00min e de 13h00min às 16h00min, no endereço Av. José Grilo, 426, Centro ou pelo e-mail:pmcc.licita@gmail.com.

Conceição do Castelo, ES, 07 de julho de 2020.

Valéria Pravato Guarnier

Presidente da CPL

Domingos Martins

PREFEITURA

0707 DIVERSOS

Publicação Nº 284114

22/06/2020 - TERMO DE FOMENTO Nº 001/2020

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE DOMINGOS MARTINS E A associação MONTANHAS CAPIXABAS TURISMO & EVENTOS.

OBJETO: O presente Termo de Fomento, tem por objeto a Gestão e implementação do Plano de Desenvolvimento Turístico integrado das Montanhas Capixabas, conforme detalhamento constante do Plano de Trabalho acostado aos autos do Processo Administrativo nº 799/2020, parte integrante deste instrumento, para todos os efeitos, independentemente de transcrição.

Prazo: Presente termo de fomento terá início a partir da data de assinatura e término em 10 de dezembro de 2020.

VALOR: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

FUNDAMENTAÇÃO: Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, nas correspondentes Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, Processo Administrativo nº 799/2020.

07/07/2020 - TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO DE COMPRA E VENDA Nº 015/2017 – FMS.

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE DOMINGOS MARTINS E A EMPRESA HOMETEC COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - EPP.

OBJETO: Constitui objeto do presente termo a RESCISÃO UNILATERAL do Contrato de Compra e Venda nº 017/2017 – FMS, que tem por objeto a a Contratação de empresa para fornecimento parcelado de carga de oxigênio medicinal, com fornecimento de cilindro confeccionado em alumínio, capacidade de 1m³, 7 litros, em regime de contrato de locação, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Domingos Martins.

FUNDAMENTAÇÃO: O presente termo é assinado de acordo com o disposto na Cláusula Décima Primeira, do referido contrato e em conformidade com o art. 79, inciso I c/c o art. 78, inciso X, da Lei Federal nº 8.666/93.

06/07/2020 - CONTRATO DE COMPRA E VENDA Nº 031/2019

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE DOMINGOS MARTINS E A EMPRESA MARTINELLI PAVIMENTOS ESPECIAIS.

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato a aquisição de massa asfáltica pré-mistura a frio para ser utilizado na manutenção e estruturação de vias urbanas e rurais do Município de Domingos Martins para atender a demanda da Secretaria Municipal de Interior e Transportes, conforme proposta contida no Pregão nº 000049/2019

Prazo: 12(doze) meses.

VALOR: R\$ 99.999,36 (Noventa e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e trinta e seis centavos)

FUNDAMENTAÇÃO: Pregão nº 000049/2019, Ata registro de Preços Nº 009/2019, Processo Administrativo nº 3369/2019-010.

Domingos Martins – ES, 07 de julho de 2020.

Wanzete Krüger

Prefeito

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 105/2020

É dispensável licitação para a despesa abaixo especificada, devidamente justificada, com fundamento no artigo 24, Inc. XVII da Lei Federal nº 8.666/93, e em consonância com o Parecer Jurídico acostado aos autos.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2234/2020

Nome do Credor: TRACTORBEL TRATORES E PEÇAS BELO HORIZONTE LTDA-FILIAL

cnpj: 17.713.959/0004-10

Objeto: Serviço para revisão preventiva de 500 (quinhentas) horas da máquina Escavadeira Hidráulica LiuGong, modelo

CLG91SE, série CLG91SEZTKEO66662, que atende a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural - SEC DER.

Prazo de Entrega: A revisão será prestada de imediato após o recebimento da Ordem de Serviços.

Valor Total: R\$ 1.056,00 (um mil e cinquenta e seis reais).

Domingos Martins – ES, 07 de julho de 2020.

Wanzete Krüger

Prefeito

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico a Dispensa de Licitação abaixo descrita, fundamentada no artigo 24, inciso XVII da Lei 8666/93:

PROCESSO Nº 2234/2020

DISPENSA Nº 105/2020

Nome do Credor: TRACTORBEL TRATORES E PEÇAS BELO HORIZONTE LTDA-FILIAL

cnpj: 17.713.959/0004-10

Objeto: Serviço para revisão preventiva de 500 (quinhentas) horas da máquina Escavadeira Hidráulica LiuGong, modelo CLG91SE, série CLG91SEZTKEO66662, que atende a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural - SEC DER.

Prazo de Entrega: A revisão será prestada de imediato após o recebimento da Ordem de Serviços.

Valor Total: R\$ 1.056,00 (um mil e cinquenta e seis reais).

Domingos Martins – ES, 07 de julho de 2020.

Wanzete Krüger

Prefeito

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 106/2020

É dispensável licitação para a despesa abaixo especificada, devidamente justificada, com fundamento no artigo 24, Inc. XVII da Lei Federal nº 8.666/93, e em consonância com o Parecer Jurídico acostado aos autos.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2235/2020

Nome do Credor: TRACTORBEL TRATORES E PEÇAS BELO HORIZONTE LTDA

cnpj: 17.713.959/0001-77

Objeto: Aquisição de peças para revisão preventiva de 500 (quinhentos) horas da máquina Escavadeira Hidráulica LiuGong, modelo CLG91SE, série CLG91SEZTKEO66662 que atende a Secretaria de Desenvolvimento Rural - SEC DER.

Prazo de Entrega: Os materiais serão utilizados de imediato após o recebimento da Ordem de Compra.

Valor Total: R\$ 1.661,82 (Um mil, seiscentos e sessenta e um reais e oitenta e dois centavos).

Domingos Martins – ES, 07 de julho de 2020.

Wanzete Krüger

Prefeito

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico a Dispensa de Licitação abaixo descrita, fundamentada no artigo 24, inciso XVII da Lei 8666/93:

PROCESSO Nº 2235/2020

DISPENSA Nº 106/2020

Nome do Credor: TRACTORBEL TRATORES E PEÇAS BELO HORIZONTE LTDA

cnpj: 17.713.959/0001-77

Objeto: Aquisição de peças para revisão preventiva de 500 (quinhentos) horas da máquina Escavadeira Hidráulica Liugong, modelo CLG91SE, série CLG91SEZTKEO66662 que atende a Secretaria de Desenvolvimento Rural - SECDER.

Prazo de Entrega: Os materiais serão utilizados de imediato após o recebimento da Ordem de Compra.

Valor Total: R\$ 1.661,82 (Um mil, seiscentos e sessenta e um reais e oitenta e dois centavos).

Domingos Martins – ES, 07 de julho de 2020.

Wanzete Krüger

Prefeito

Ecoporanga

PREFEITURA

CADASTRO DE FORNECEDOR

Publicação Nº 284125

RESUMO DE REGISTRO CADASTRAL DE FORNECEDOR Nº 174/2020.

Município de Ecoporanga/ES, torna público, habilitação de registro de cadastro com o fornecedor:

CAR CONSTRUTORA LTDA.

CNPJ: 23.486.995/0001-48

Data de emissão: 07/07/2020. Validade: 12 meses.

Renovar até: 07/07/2021

Processo: 4369/2020

Comissão de cadastro

Portaria nº 025/2019

Fundão

PREFEITURA

AVISO DE PESQUISA DE PREÇO, PROCESSO Nº 0703/2018

Publicação Nº 284058

AVISO DE PESQUISA DE PREÇO

A Prefeitura Municipal de Fundão, para fins de pesquisa de preços de mercado, CONVOCA todos os interessados no respectivo ramo de atividade para que apresentem, até o dia 14 de julho de 2020, ORÇAMENTO para a contratação de agente de integração referente aos serviços de administração do programa de concessão de vagas de estágio não remuneradas e remuneradas, referente ao processo nº 0703/2018. Caso a quantidade pretendida de orçamento seja alcançada antes do prazo estipulado, o processo será encerrado para cotação.

Objeto: Contratação de agente de integração referente aos serviços de administração do programa de concessão de vagas de estágio não remuneradas e remuneradas (obrigatório e não obrigatório) a estudantes regularmente matriculados e com frequência efetiva nos cursos vinculados a estrutura do ensino técnico e superior, público e particular, oficiais ou reconhecidas pelo MEC, cujas áreas de conhecimento estão anexos no Termo de Referência.

O Termo de Referência, especificações do produto e demais esclarecimentos poderão ser solicitados através do e-mail compras@fundao.es.gov.br ou pelo telefone (27) 3267-2008.

Fundão/ES, 07 de Julho de 2020

Rosiane Bromonschenkel Palauro

Gerente de Compras e Materiais

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 030-2020

Publicação Nº 283997

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 030/2020

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 006/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 1295/2020

O MUNICÍPIO DE FUNDÃO/ES vem tornar público a Ata de registro de Preço nº 030/2020, cujo objeto é a Contratação via Sistema de Registro de Preços de empresa para locação de impressoras multifuncionais, com material de consumo incluso (toner, cilindro e outros), com assistência técnica durante o período contratual, incluindo peças de reposição de mão de obra técnica, exceto papel para atender demanda da Prefeitura Municipal de Fundão. A Ata de Registro de Preços em tela foi celebrada entre o Município de Fundão e a empresa CIBOX COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA EPP, a qual foi vencedora do item 01, perfazendo a despesa unitária de R\$ 115,00 (Cento e quinze reais). A ata terá vigência de 12 (doze) meses a contar da data de sua publicação, não podendo ser prorrogado.

Fundão/ES, 01 de julho de 2020.

MUNICIPIO DE FUNDÃO

ÓRGÃO GERENCIADOR

Representante legal Sr. Joilson Rocha Nunes

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 031-2020

Publicação Nº 283981

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 031/2020

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 009/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 0461/2020

O MUNICÍPIO DE FUNDÃO/ES vem tornar público a Ata de registro de Preço nº 031/2020, cujo objeto é a aquisição de material de expediente para suprir as demandas dos Setores/departamentos administrativos vinculados à SEMAD e demais secretarias dessa municipalidade, por meio de Sistema de Registro de Preços. A Ata de Registro de Preços em tela foi

celebrada entre o Município de Fundão e a empresa CJM UTILIDADES LTDA ME, a qual foi vencedora dos itens 01, 03, 05, 15, 18 e 27, perfazendo o montante global estimado de R\$ 1.958,80 (Um mil e novecentos e cinquenta e oito reais e oitenta centavos). A ata terá vigência de 12 (doze) meses a contar da data de sua publicação, não podendo ser prorrogado.

Fundão/ES, 06 de julho de 2020.

MUNICIPIO DE FUNDÃO

ÓRGÃO GERENCIADOR

Representante legal Sr. Joilson Rocha Nunes

EXTRATO DE CONTRATO Nº 050-2020

Publicação Nº 283977

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 050/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1486/2020

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FUNDÃO/ES

CNPJ: 27.165.182.0001-07

CONTRATADA: MEGA SINTECH COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA EIRELI ME

CNPJ: 05.438.498/0001-92

OBJETO CONTRATUAL: Aquisição de Computadores básicos e Servidor de Dados para uso de setores da Prefeitura Municipal de Fundão via Sistema de Registro de Preços.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste Termo de Contrato será de 12 (Doze) meses, contados a partir da assinatura deste instrumento contratual.

VALOR TOTAL: R\$ 57.500,00 (Cinquenta e sete mil e quinhentos reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 002 – GABINETE DO PREFEITO; 002100.0412200022.033 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO E VICE; 44905200000 – Equipamento e material Permanente; FONTE DE RECURSOS: 100100000 – RECURSOS ORDINÁRIOS. 003 – SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO; 003100.0412200022.078 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE GOVERNO; 44905200000 – Equipamento e Material Permanente; FONTE DE RECURSOS: 100100000 – Recursos Ordinários. 004 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO; 004100.0412200022.076 – MANUTENÇÃO DS ATIVIDADES DE APOIO ADMINISTRATIVO; 44905200000 – Equipamento e Material Permanente; FONTE DE RECURSOS: 100100000 – Recursos Ordinários. 0005 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO; 005100.12122000.079 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEMED; 44905200000 – Equipamento e Material Permanente; FONTE DE RECURSOS: 100100000 – Recursos Ordinários; 111100000 – Receitas e Impostos e Transferência de Impostos – educação. 0008 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL; 008100.0812200022.031 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SETHAS; 44905200000 – Equipamentos e Material Permanente; FONTE DE RECURSOS: 10010000000 – Recursos Ordinários; 13900010000 – Outros Recursos Vinculados à Assistência Social – Transferência; 13110000000 – Transferência de Recursos Fundo Nacional de Assistência Social. 0009 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, TURISMO E CULTURA; 009100.0412200022.077 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SESPORT; 44905200000 – Equipamento e Material Permanente; FONTE DE RECURSOS: 100100000 – Recursos Ordinários. 0010 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA; 0100100.2060600232.051 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEAGRI; 44905200000 – Equipamento e Material Permanente; FONTE DE RECURSOS: 100100000 – Recursos Ordinários. 0011 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS; 011100.0412200022.103 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SETRANS; 44905200000 – Equipamento e Material Permanente; FONTE DE RECURSOS: 100100000 – Recursos Ordinários. 0013 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL; 013100.0412200022.006 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS; 44905200000 – Equipamento e Material Permanente; FONTE DE RECURSOS: 100100000 – Recursos Ordinários. 0014 – PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO; 014100.0309100382.073 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA PROCURADORIA; 44905200000 – Equipamento e Material Permanente; FONTE DE RECURSOS: 100100000 – Recursos Ordinários. 0015 – CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO; 015100.04124000.074 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CONTROLADORIA; 44905200000 – Equipamento e Material Permanente; FONTE DE RECURSOS: 100100000 – Recursos Ordinários. 0017 – SECRETARIA MUNICIPAL FINANÇAS E PLANEJAMENTO; 017300.0412900022.070 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO TRIBUTÁRIO; 44905200000 – Equipamento e Material Permanente; FONTE DE RECURSOS: 100100000 – Recursos Ordinários. 0017 – SECRETARIA MUNICIPAL FINANÇAS E PLANEJAMENTO; 017100.0412300022.076 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE APOIO ADMINISTRATIVO; 44905200000 – Equipamento e Material Permanente; FONTE DE RECURSOS: 100100000 – Recursos Ordinários.

Fundão/ES, 02 de julho de 2020.

Joilson Rocha Nunes

PREFEITO DO MUNICÍPIO DE FUNDÃO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 052-2020

Publicação Nº 283985

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 052/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1486/2020

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FUNDÃO/ES

CNPJ: 27.165.182.0001-07

CONTRATADA: GDAI INDUSTRIA & COMÉRCIO ELETRONICOS EIRELI

CNPJ: 32.084.616/0001-84

OBJETO CONTRATUAL: Aquisição de Computadores básicos e Servidor de Dados para uso de setores da Prefeitura Municipal de Fundão via Sistema de Registro de Preços.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste Termo de Contrato será de 12 (Doze) meses, contados a partir da assinatura deste instrumento contratual.

VALOR TOTAL: R\$ 111.600,00 (Cento e onze mil e seiscentos reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 002 – GABINETE DO PREFEITO; 002100.0412200022.033 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO E VICE; 44905200000 – Equipamento e material Permanente; FONTE DE RECURSOS: 100100000 – RECURSOS ORDINÁRIOS. 003 – SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO; 003100.0412200022.078 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE GOVERNO; 44905200000 – Equipamento e Material Permanente; FONTE DE RECURSOS: 100100000 – Recursos Ordinários. 004 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO; 004100.0412200022.076 – MANUTENÇÃO DS ATIVIDADES DE APOIO ADMINISTRATIVO; 44905200000 – Equipamento e Material Permanente; FONTE DE RECURSOS: 100100000 – Recursos Ordinários. 0005 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO; 005100.12122000.079 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEMED; 44905200000 – Equipamento e Material Permanente; FONTE DE RECURSOS: 100100000 – Recursos Ordinários; 111100000 – Receitas e Impostos e Transferência de Impostos – educação. 0008 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL; 008100.0812200022.031 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SETHAS; 44905200000 – Equipamentos e Material Permanente; FONTE DE RECURSOS: 10010000000 – Recursos Ordinários; 13900010000 – Outros Recursos Vinculados à Assistência Social – Transferência; 13110000000 – Transferência de Recursos Fundo Nacional de Assistência Social. 0009 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, TURISMO E CULTURA; 009100.0412200022.077 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SESPORT; 44905200000 – Equipamento e Material Permanente; FONTE DE RECURSOS: 100100000 – Recursos Ordinários. 0010 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA; 0100100.2060600232.051 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEAGRI; 44905200000 – Equipamento e Material Permanente; FONTE DE RECURSOS: 100100000 – Recursos Ordinários. 0011 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS; 011100.0412200022.103 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SETRANS; 44905200000 – Equipamento e Material Permanente; FONTE DE RECURSOS: 100100000 – Recursos Ordinários. 0013 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL; 013100.0412200022.006 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS; 44905200000 – Equipamento e Material Permanente; FONTE DE RECURSOS: 100100000 – Recursos Ordinários. 0014 – PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO; 014100.0309100382.073 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA PROCURADORIA; 44905200000 – Equipamento e Material Permanente; FONTE DE RECURSOS: 100100000 – Recursos Ordinários. 0015 – CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO; 015100.04124000.074 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CONTROLADORIA; 44905200000 – Equipamento e Material Permanente; FONTE DE RECURSOS: 100100000 – Recursos Ordinários. 0017 – SECRETARIA MUNICIPAL FINANÇAS E PLANEJAMENTO; 017300.0412900022.070 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO TRIBUTÁRIO; 44905200000 – Equipamento e Material Permanente; FONTE DE RECURSOS: 100100000 – Recursos Ordinários. 0017 – SECRETARIA MUNICIPAL FINANÇAS E PLANEJAMENTO; 017100.0412300022.076 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE APOIO ADMINISTRATIVO; 44905200000 – Equipamento e Material Permanente; FONTE DE RECURSOS: 100100000 – Recursos Ordinários.

Fundão/ES, 02 de julho de 2020.

Joilson Rocha Nunes

PREFEITO DO MUNICÍPIO DE FUNDÃO

Governador Lindenberg

PREFEITURA

NOTA TÉCNICA COVID-19 - SECRETARIA MUN DE SAÚDE

Publicação Nº 284164



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR LINDENBERG SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

NOTA TÉCNICA COVID-19 Nº 16/2020

Definição de Casos Operacionais e Critérios de Coleta

Considerando que em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde classificou a Doença pelo Coronavírus 2019 (COVID-19) como uma pandemia;

Considerando a Portaria Nº 454, de 20 de março de 2020 que declara, em todo o território nacional, o estado de transmissão comunitária do coronavírus (covid-19);

Considerando o reconhecimento do estado de transmissão comunitária do coronavírus (covid19) no ES a partir de 30 de março;

Considerando o disposto no Guia de Vigilância Epidemiológica: Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional pela Doença pelo Coronavírus 2019, publicado em 03 de abril de 2020;

Considerando A Lei do Exercício Profissional, Lei 7.498/86 (LEPE) e seu Decreto Regulamentador 94.406/87, preveem que é de competência privativa do Enfermeiro a consulta de enfermagem, a prescrição da assistência de enfermagem, bem como a prescrição de medicamentos estabelecidos em programas de saúde pública e em rotina aprovada pela instituição de saúde (Art. 11, Inciso I, alíneas i, j e Inciso II, alínea c). Adicionalmente, a Portaria do Ministério da Saúde, GM/MS 1.625/2007, Art. 1, II. Como respaldo legal, a Resolução Cofen 195/97, dispõe sobre a solicitação de exames de rotina e complementares por Enfermeiro. A Portaria Municipal Nº01/2015 do dia 15 de setembro de 2015 que regulamenta critérios para prescrição de medicamentos e exames por enfermeiro.

Considerando a Nota Técnica Covid-19 Nº 29/2020 – GEVS/SESA/ES que dá a Definição de Casos Operacionais e Critérios de Coleta onde a Secretaria de Estado da Saúde do Espírito Santo vem reiterar os critérios para definição de caso e apresentar os novos critérios para coleta de exames.

A Secretaria Municipal de Saúde de Governador Lindenberg vem por meio desta Nota Técnica, apresentar os critérios para definição de caso, notificação e registro, escolha do teste e coleta de exames.

1. DEFINIÇÕES DE CASOS OPERACIONAIS:

1.1 CASO SUSPEITO

- DEFINIÇÃO 1: SÍNDROME GRIPAL (SG): indivíduo com quadro respiratório agudo, caracterizado por sensação febril ou febre, mesmo que relatada, acompanhada de tosse **OU** dor de garganta **OU** coriza **OU** dificuldade respiratória **OU** disgeusia (alteração no paladar) **OU** anosmia (perda de olfato).

➤ EM CRIANÇAS: além dos itens anteriores considera-se também obstrução nasal, na

Praça Ernesto Zon, S/N, Novo Brasil, CEP 29.724-000, Governador Lindenberg – ES Tel.: (27) 3744 – 3185 -
CNPJ: 13.927.758/0001-11 – Email: saudepmgl@gmail.com



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR LINDENBERG

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ausência de outro diagnóstico específico.

- EM IDOSOS: a febre pode estar ausente. Deve-se considerar também critérios específicos de agravamento como síncope, confusão mental, sonolência excessiva, irritabilidade e inapetência.
- DEFINIÇÃO 2: SÍNDROME RESPIRATÓRIA AGUDA GRAVE (SRAG): Síndrome Gripal que apresente: dispneia/desconforto respiratório **OU** pressão persistente no tórax **OU** saturação de O₂ menor que 93% em ar ambiente **OU** coloração azulada dos lábios ou rosto
 - EM CRIANÇAS: além dos itens anteriores, observar os batimentos de asa de nariz, cianose, tiragem intercostal, desidratação e inapetência.

1.2 CASO CONFIRMADO DE DOENÇA PELO CORONAVÍRUS 2019 (COVID-19)

- LABORATORIAL:
 - Resultado positivo RT-PCR em tempo real por protocolo validado; **OU**
 - Teste sorológico validado positivo (teste rápido); **OU**
 - Eletroquimioluminescência para detecção qualitativa in vitro de anticorpos (IgM e IgG) contra o SARS-CoV-2 em soro e plasma humanos (O Elecsys Anti-SARS-CoV-2).
- CLÍNICO-EPIDEMIOLÓGICO: caso suspeito com histórico de contato próximo ou domiciliar com caso confirmado laboratorialmente para COVID-19.
 - A classificação final destes casos deverá ser realizada como Caso Confirmado no e-SUS VS.

1.2.1 CASO CONFIRMADO LABORATORIALMENTE DE PESSOAS ASSINTOMÁTICAS

- Na ocorrência de testagem de assintomáticos com resultado positivo deve-se notificar o caso como confirmado laboratorialmente e fazer a indicação adequada da modalidade utilizada para testagem no Esus VS (Sistema de Notificação).

1.3 CASO SUSPEITO SEM CONFIRMAÇÃO LABORATORIAL E SEM VINCULAÇÃO EPIDEMIOLÓGICA

- Caso suspeito **SEM** histórico de contato próximo ou domiciliar com caso confirmado

Praça Ernesto Zon, S/N, Novo Brasil, CEP 29.724-000, Governador Lindenberg – ES Tel.: (27) 3744 – 3185 -
CNPJ: 13.927.758/0001-11 – Email: saudepmgl@gmail.com



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR LINDENBERG
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

laboratorialmente para COVID-19 **E** com RT-PCR não realizado ou com resultado negativo coletado fora da janela de indicação.

- A classificação final destes casos deverá ser mantida como Caso Suspeito no ESUS VS e a ficha deve ser encerrada após 14 dias, a contar da data de início dos sintomas, se o Caso Suspeito estiver assintomático há pelo menos 3 dias.

Obs.: Se o Caso Suspeito sem confirmação laboratorial e sem vinculação epidemiológica permanecer sintomático ao final do isolamento deverá ser submetido a uma nova avaliação médica.

1.4 CASO DESCARTADO DE DOENÇA PELO CORONAVÍRUS 2019 (COVID-19)

- Caso que se enquadre na definição de suspeito **E** apresente resultado de RT-PCR negativo para SARS-CoV2 (coletado dentro da janela de indicação); **OU**
- Caso que se enquadre na definição de suspeito **E** apresente resultado de teste sorológico negativo, por metodologia validada, para SARS-CoV2 (realizado conforme indicação, descritas no item 3 desta nota);
 - A classificação final destes casos deverá ser realizada como Caso Descartado no e-SUS VS.

Obs.: Caso o paciente seja submetido a mais de um teste diagnóstico, por metodologia validada, deve ser considerado o teste positivo para a classificação final do caso.

Caso um paciente notificado seja submetido a um novo teste, este deve ser inserido em campo correspondente na notificação não devendo o paciente ser notificado novamente evitando duplicidade.

1.5 CASO EXCLUÍDO DE DOENÇA PELO CORONAVÍRUS 2019 (COVID-19)

- Serão classificados como excluídos aqueles que apresentarem duplicidade **OU** que não se enquadrem em uma das definições de caso acima **OU** casos que foram notificados e que não foram colhidas amostras no período **anterior ao de transmissão comunitária**.

1.6 CASO CURADO DA DOENÇA PELO CORONAVÍRUS 2019 (COVID-19)

Diante das últimas evidências compartilhadas pela OMS e países afetados, o Ministério da Saúde define que são curados:

- Casos em isolamento domiciliar: casos confirmados que passaram por 14 dias em isolamento

Praça Ernesto Zon, S/N, Novo Brasil, CEP 29.724-000, Governador Lindenberg – ES Tel.: (27) 3744 – 3185 -
CNPJ: 13.927.758/0001-11 – Email: saudepmgl@gmail.com



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR LINDENBERG

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

domiciliar, a contar da data de início dos sintomas E que estejam assintomáticos há pelo menos três dias.

- Casos em internação: diante da avaliação médica.

Obs: a liberação do paciente deve ser definida de acordo com o Plano de Contingência local, a considerar a capacidade operacional, podendo ser realizada a partir de visita domiciliar ou consulta médica presencial. A alta do paciente é critério médico.

2. NOTIFICAÇÃO E REGISTRO

2.1 O QUE NOTIFICAR

- Síndrome Gripal - SG;
- Síndrome Respiratória Aguda Grave - SRAG;
- Óbitos por SRAG, independente da hospitalização;
- Resultados positivos, de teste rápido ou RT-PCR, realizados em serviços públicos ou privados.

2.2 QUEM DEVE REALIZAR A NOTIFICAÇÃO

- Profissionais de saúde e instituições de saúde do setor público ou privado, em todo o território nacional, segundo legislação nacional vigente.

2.3 QUAL FERRAMENTA UTILIZAR PARA REALIZAR A NOTIFICAÇÃO

**Síndrome Gripal
SRAG
SUSPEITOS DE COVID 19**

e-SUS VS

3. ESCOLHA DO TESTE DIAGNÓSTICO

- **RT-PCR**

➤ Casos suspeitos atendidos nas Unidades Básicas de Saúde e nos Pronto-Atendimentos, sem indicação de hospitalização, devem realizar entre o 1º e o 7º dias a partir do Praça Ernesto Zon, S/N, Novo Brasil, CEP 29.724-000, Governador Lindenberg - ES Tel.: (27) 3744 - 3185 - CNPJ: 13.927.758/0001-11 - Email: saudepmgl@gmail.com



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR LINDENBERG
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

primeiro dia dos sintomas;

- Casos suspeitos hospitalizados devem ter exame oportunamente coletado.

- **SOROLOGIA**

- Casos suspeitos podem realizar do 10º dia em diante, a partir do primeiro dia de sintomas, considerando o mínimo 72 horas após desaparecimento dos sintomas.

- **Descrição do teste**

O Elecsys Anti-SARS-CoV-2 é um imuniensaio para a detecção qualitativa in vitro de anticorpos (IgM e IgG) da Síndrome Respiratória Aguda Grave Coronavírus 2 (SARS-CoV-2) em soro e plasma humano. O teste destina-se a funcionar como auxiliar na determinação da reação de imunidade ao SARS-CoV-2. O Serviço de diagnóstico laboratorial foi contratado para execução e disponibilidade no prazo máximo de 24 horas dos resultados de testes. Os testes são automatizados por eletroquimioluminescência para detecção qualitativa in vitro de anticorpos (IgM e IgG) contra o SARS-CoV-2 em soro e plasma humanos com tempo de reação inferior a 20 minutos, o teste deverá conter pelo menos uma proteína recombinante que represente o antígeno de nucleocásideo (n) do vírus com especificidade superior a 99,8% e sensibilidade de 100% não devendo sofrer influência de reações cruzadas com outras espécies de Coronavírus, o prestador deverá ser responsável por disponibilizar profissional habilitado para coleta e com fornecimento de todo material necessário.

OBS: O controle das solicitações dos testes, data de coleta, contatos com pacientes para coleta e avaliação de resultados ficará por conta de uma equipe da Secretaria de Saúde. O fluxograma para solicitação de teste rápido por eletroquimioluminescência qualitativa (IgM e IgG) está descrito no anexo II.

- **TESTE SOROLÓGICO VALIDADO (TESTE RÁPIDO)**

4. COLETA DE EXAMES ESPECÍFICOS PARA CORONAVIRUS

Deverão ser coletadas amostras para investigação nos seguintes casos:

- Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG);
- Casos suspeitos, com **OU** sem febre, **nestas categorias:**
 - Hospitalizados;
 - Trabalhadores da Saúde;
 - Profissionais das forças de segurança;

Praça Ernesto Zon, S/N, Novo Brasil, CEP 29.724-000, Governador Lindenberg – ES Tel.: (27) 3744 – 3185 -
CNPJ: 13.927.758/0001-11 – Email: saudepmgl@gmail.com



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR LINDENBERG
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

- Pessoas acima de 60 anos, portadores das comorbidades relacionadas no **item 5 (Observação)**;
- Síndrome Gripal e contatos sintomáticos de caso positivo ou que tenham histórico de viagem para áreas com transmissão comunitária nos últimos 14 dias.
- Casos suspeitos **COM febre aferida, nestas categorias:**
 - Pessoas entre 45 e 59 anos, portadores das comorbidades relacionadas no **item 5 (Observação)**;
 - Grávidas em qualquer idade gestacional, puérperas até duas semanas após o parto (incluindo as que tiveram aborto ou perda fetal);

5. OBSERVAÇÃO

EXAMES:

- Os exames solicitados pelo sistema de saúde pública municipal terão o controle da Secretaria Municipal de Saúde de Governador Lindenberg através de requisições emitidas, com carimbo e assinatura do profissional responsável (médico ou enfermeiro).

FEBRE:

- Considera-se febre temperatura acima de 37,8°C;
- Alerta-se que a febre pode não estar presente em alguns casos como por exemplo: em pacientes jovens, idosos, imunossuprimidos ou que em algumas situações possam ter utilizado medicamento antitérmico. Nessas situações, a avaliação clínica deve ser levada em consideração e a decisão deve ser registrada na ficha de notificação;
- Considerar a febre relatada pelo paciente, mesmo não mensurada.

GRUPO DE RISCO

Idade > 60 anos, criança < 5 anos, população indígena aldeada, gestantes, puérperas, obesos (IMC > 40), diabéticos, doenças cardiovasculares, doenças pulmonares pré-existentes, doença cerebrovascular, doenças hematológicas, imunossupressão, câncer, uso de corticoides ou imunossupressores, pacientes com tuberculose, menores de 19 anos com uso prolongado de AAS, nefropatias.

ISOLAMENTO DOMICILIAR

Questões relacionadas ao isolamento domiciliar e atestados médico devem ter como referência a Praça Ernesto Zon, S/N, Novo Brasil, CEP 29.724-000, Governador Lindenberg - ES Tel.: (27) 3744 - 3185 - CNPJ: 13.927.758/0001-11 - Email: saudepmgl@gmail.com



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR LINDENBERG
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Portaria Nº 454 do Ministério da Saúde de 20 de março de 2020 e o Protocolo de Manejo Clínico do Coronavírus (COVID-19) a Atenção Primária à Saúde (Versão 9) de maio de 2020.

CONSIDERAÇÕES SOBRE ÓBITOS EM CASOS CONFIRMADOS DE DOENÇA PELO CORONAVÍRUS 2019 (COVID-19)

- Caso ocorra um óbito de casos suspeito ou confirmado em seu território, faz-se necessário comunicar a Coordenação da Vigilância Epidemiológica da Secretaria Municipal de Saúde imediatamente;
- O encerramento da ficha de óbitos em casos confirmados de doença pelo coronavírus devem apresentar a data do óbito como a data de encerramento da ficha.

Solicita-se que as Equipes de Saúde Municipais repassem esta Nota Técnica para todos os serviços assistenciais existentes no municípios em tempo oportuno.

Governador Lindenberg, 02 de julho de 2020.

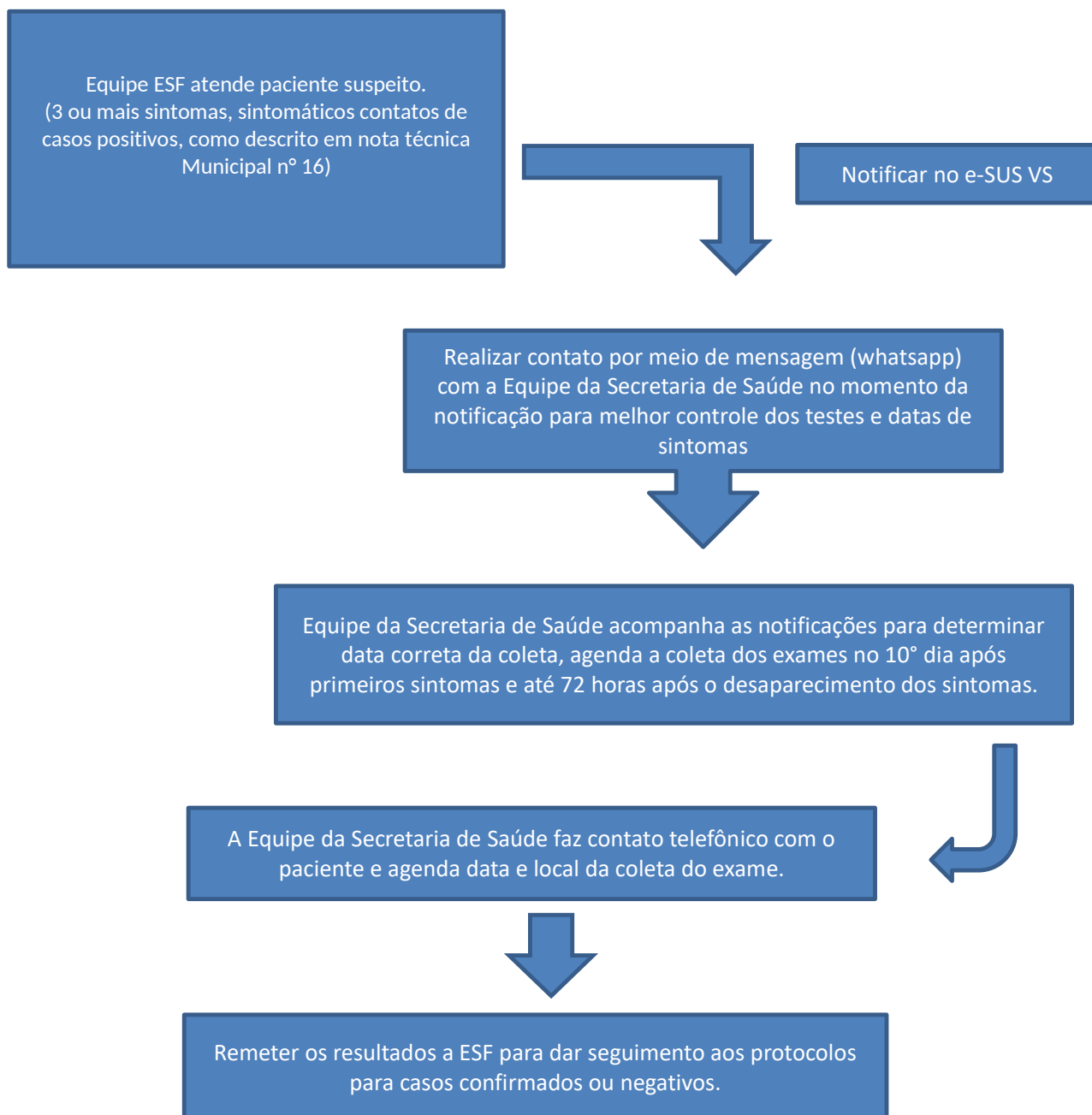
Juliano Covre Trevisani
Secretário Municipal de Saúde

Praça Ernesto Zon, S/N, Novo Brasil, CEP 29.724-000, Governador Lindenberg – ES Tel.: (27) 3744 – 3185 -
CNPJ: 13.927.758/0001-11 – Email: saudepmgl@gmail.com



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR LINDENBERG
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Fluxograma para solicitação de teste rápido por
Eletroquimioluminescência qualitativa (IgM e IgG)/DILAB



Praça Ernesto Zon, S/N, Novo Brasil, CEP 29.724-000, Governador Lindenberg – ES Tel.: (27) 3744 – 3185 -
CNPJ: 13.927.758/0001-11 – Email: saudepmgl@gmail.com



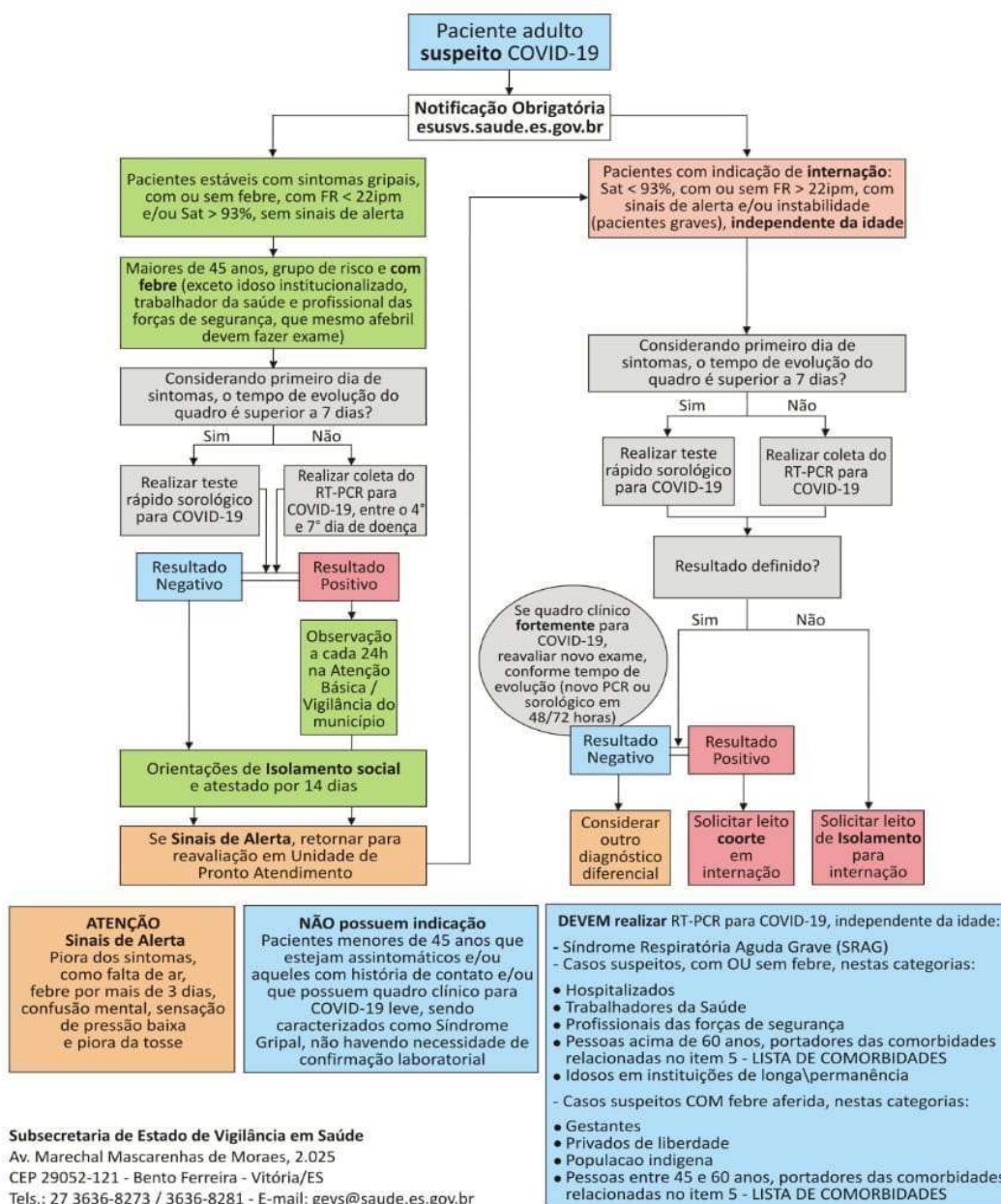
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR LINDENBERG SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria da Saúde



FLUXOGRAMA DE TESTAGEM PARA COVID-19 PARA ATENÇÃO BÁSICA, ATENÇÃO ESPECIALIZADA E URGÊNCIAS E EMERGÊNCIAS



Praça Ernesto Zon, S/N, Novo Brasil, CEP 29.724-000, Governador Lindenberg - ES Tel.: (27) 3744 - 3185 -
CNPJ: 13.927.758/0001-11 - Email: saudepmgl@gmail.com

RESUMO DO TERMO 001 AO CONTRATO 029/2020-MARIA OLINDA GOMES PEDRACINI

Publicação Nº 284204

RESUMO DE ADITAMENTO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO, EM OBEDIÊNCIA AO ART. 61 § ÚNICO DA LEI 8.666/93

TERMO DE ADITAMENTO Nº 001 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 029/2020 DATADO DE 10.03.2020

CONTRATO: 052/2019

PROCESSO: 089.464/2019

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Governador Lindenberg – ES.

CONTRATADA: MARIA OLINDA GOMES PEDRACINI

OBJETO: Constitui objeto do presente instrumento a prorrogação de 03 (TRÊS) meses do período de vigência do Contrato 029/2020, passando a ser em 10 de setembro de 2020 a data de vencimento do seu primeiro Termo de Aditamento.

OBJETIVO: Face ao exposto na Clausula Primeira, fica determinado o valor mensal deste aditamento em R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) totalizando o valor deste Aditamento em R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais) perfazendo o valor global em R\$ 1.500,00 (Um mil e quinhentos reais), referente ao Contrato 029/2020

DATA: 09/06/2020

Geraldo Loss

Prefeito Municipal

RESUMO DO TERMO 002 AO CONTRATO 052/2019-JURACY MORELLO

Publicação Nº 284141

RESUMO DE ADITAMENTO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO, EM OBEDIÊNCIA AO ART. 61 § ÚNICO DA LEI 8.666/93

TERMO DE ADITAMENTO Nº 002 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 052/2019 DATADO DE 01.07.2019

CONTRATO: 052/2019

PROCESSO: 089.464/2019

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Governador Lindenberg – ES.

CONTRATADA: JURACY MORELLO

OBJETO: Constitui objeto do presente instrumento a prorrogação de 06 (Seis) meses do período de vigência do Contrato 052/2019, passando a ser em 31 de dezembro de 2020 a data de vencimento do seu segundo Termo de Aditamento.

OBJETIVO: Face ao exposto na Clausula Primeira, fica determinado o valor mensal deste aditamento em R\$ 350,00 (Trezentos e cinquenta reais) totalizando o valor deste Aditamento em R\$ 2.100,00 (dois mil e cem reais) perfazendo o valor global em R\$ 6.300,00 (Seis mil e trezentos reais), referente ao Contrato 052/2019.

DATA: 26/06/2020

Geraldo Loss

Prefeito Municipal

Guaçuí

PREFEITURA

AVISO - TORNA SEM EFEITO DISPENSA Nº 017/20

Publicação Nº 284020

AVISO

TORNA SEM EFEITO A PUBLICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 017/2020

A Prefeitura Municipal de Guaçuí-ES, através da Comissão Permanente de Licitação, informa que TORNA SEM EFEITO a publicação da DISPENSA de Licitação Nº 017/2020, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Espírito Santo - AMUNES, no dia 17/06/2020, Edição Nº 1537, Extrato do Ato Nº 280043, em favor da empresa B. BARROSO VIEIRA ENGENHARIA - ME, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº 27.638.132/0001-08, conforme processo administrativo nº 1286/2020, por inconsistências contidas no processo.

Guaçuí-ES, 07 de julho de 2020.

Kênia Rezende Cardoso

Presidente da CPL – PMG

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL/SRP Nº 033/2020

Publicação Nº 284079

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2020

PROCESSO Nº 0344/2020

OBJETO:

Aquisição de materiais de limpeza e higiene, solicitado pela Secretaria de Assistência Social, Direitos Humanos, Trabalho e Renda, de acordo com o edital e seus anexos.

EMPRESAS VENCEDORAS:

- AGNES COMERCIAL LTDA

TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 26.414,00 (vinte e seis mil e quatrocentos e quatorze reais).

- GABRIELA HUBNER SILVERIO - ME

TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 16.164,10 (dezesesseis mil e cento e sessenta e quatro reais e dez centavos).

- PIERRE ALEXANDRE TORRES DA SILVA EIRELI

TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 14.550,00 (quatorze mil e quinhentos e cinquenta reais).

- BARRA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI

TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 18.987,10 (dezoito mil e novecentos e oitenta e sete reais e dez centavos).

- MELO DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS EIRELI

TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 64.931,00 (sessenta e quatro mil e novecentos e trinta e um reais).

- TOTAL GERAL: R\$ 141.046,20 (cento e quarenta e um mil e quarenta e seis reais e vinte centavos).

Guaçuí/ES, 07 de julho de 2020.

Ronaldo dos Santos Pimenta

Pregoeiro - PMG

DECRETO Nº 11.436, DE 24 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 284162

DECRETO Nº 11.436, DE 24 DE JUNHO DE 2020

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOREM O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

A Prefeita Municipal de Guaçuí, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 2.000/91, que Dispõe sobre o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 2.913/2000, que alterou os Incisos I e II do Artigo 3º, bem como, suprimiu os Incisos III e IV do mesmo artigo, constantes da Lei nº 2.000/91.

CONSIDERANDO o que consta do Processo nº 2.726/2020, de iniciativa da Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos, Trabalho e Renda.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a partir da presente data, os membros abaixo relacionados, para comporem o CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, a saber:

I) 04 (quatro) representantes do Poder Executivo Municipal:

a) Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos, Trabalho e Renda:

- Titular: JORGE LUIS GRAÇA COUTO;
- Suplente: VIVIANE DA SILVA FERREIRA.

b) Secretaria Municipal de Educação:

- Titular: GILDA AMITTI GLÓRIA;
- Suplente: POLYANA ROSA OLIVEIRA.

c) Secretaria Municipal de Saúde:

- Titular: PRISCILA CHAMBELA Malfacini Silva Pirovani;
- Suplente: THAYANÁ MARIA ALVES GONÇALVES.

d) Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esporte:

- Titular: FELIPE DE ALMEIDA CABRAL;
- Suplente: LEONARDO RIDOLFI DE AZEVEDO.

II) 04 (quatro) representantes da Sociedade Civil:

a) Centro de Integração Empresa – Escola do Estado do Espírito Santo – CIEE:

- Titular: PAULA APARECIDA AZEVEDO;
- Suplente: YAGO CINDRA RODRIGUES.

b) Paróquia São Miguel Arcanjo – Diocese de Cachoeiro de Itapemirim:

- Titular: ADAUTO JOSÉ CARVALHO LESSA;
- Suplente: ELIZETE APARECIDA DE SOUZA SESSE.

c) Lions Clube de Guaçuí:

- Titular: JOSÉ GERALDO AGUIAR;
- Suplente: ELIELTON DA SILVA RESENDE.

d) Rotary Clube de Guacuí:

- Titular: MARIANA RODRIGUES PAVESI LOPES;
- Suplente: SUELI CÉSAR.

Art. 2º - Os membros acima nomeados, terão mandato de 02 (dois) anos, permitindo uma única recondução, conforme reza o Artigo 6º da Lei Municipal nº 2.000/91.

Art. 3º - A função de membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, é considerada de interesse público relevante e não será remunerada.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário e em especial o Decreto nº 10.794/2018 e suas alterações.

Guaçuí - ES, 24 de junho de 2020.

VERA LÚCIA COSTA

Prefeita Municipal

AILTON DA SILVA FERNANDES

Procurador Geral do Município

ADRIANA PEIXOTO GONÇALVES

Secretária Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos, Trabalho e Renda

DECRETO Nº 11.438, DE 25 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 284163

DECRETO Nº 11.438, DE 25 DE JUNHO DE 2020

PRORROGA O DECRETO Nº 11.358/2020, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME EMERGENCIAL DE AULAS NÃO PRESENCIAIS NO SISTEMA DE ENSINO DESTA MUNICÍPIO, COMO MEDIDA PREVENTIVA À DISSEMINAÇÃO DO COVID-19.

A Prefeita Municipal de Guaçuí, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO a necessidade de se prorrogar novamente o Decreto nº 11.358/2020;

DECRETA:

Art.1º. Fica prorrogado até o dia 31 de julho de 2020, o Decreto nº 11.358, de 06 de abril de 2020.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Guaçuí – ES, em 25 de junho de 2020.

VERA LÚCIA COSTA

Prefeita Municipal

AILTON DA SILVA FERNANDES

Procurador Geral do Município

LIOMAR LUCIANO DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Educação Interino

DECRETO Nº 11.440, DE 26 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 284165

DECRETO Nº 11.440, DE 26 DE JUNHO DE 2020

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL - FDM.

A Prefeita Municipal de Guaçuí, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 4.004/2014, que altera a Lei Municipal nº 3.980/2013, em seus Artigos 3º-A, 3º-B, 3º-C e 3º-D;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a partir da presente data, os abaixo relacionados, para compor o CONSELHO MUNICIPAL DE FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL - FDM, a saber:

I) 01 representante da Sociedade Civil Organizada:

a) Dalvina de Oliveira Lima – Rotary Club de Guaçuí.

II) 01 representante do Poder Legislativo Municipal:

a) Robson Dias Moura.

III) 03 representantes do Poder Executivo Municipal:

a) Heliene de Barros Coutinho Coelho – Secretaria Municipal de Planejamento;

b) Priscila Aparecida dos Santos Vargas – Secretaria Municipal de Finanças;

c) André Luiz Muruci de Azevedo – Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Recursos Humanos.

Art. 2º - O mandato dos membros do Conselho será de 02 (dois) anos, permitida sua recondução uma única vez, por igual período, considerando-se de relevantes serviços prestados ao Município e não serão remunerados.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Guaçuí - ES, 26 de junho de 2020.

VERA LÚCIA COSTA

Prefeita Municipal

AILTON DA SILVA FERNANDES

Procurador Geral do Município

DECRETO Nº 11.441, DE 26 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 284168

DECRETO Nº 11.441, DE 26 DE JUNHO DE 2020

DECRETA LUTO OFICIAL.

A Prefeita Municipal de Guaçuí, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO o triste falecimento do servidor Jonny Machado da Silva;

CONSIDERANDO que o Sr. Jonny Machado da Silva, quando servidor desta Prefeitura, exercia com muito zelo, dedicação e competência suas funções como Coordenador da AABB Comunidade em nossa cidade.

RESOLVE:

Art. 1º - Decretar luto oficial no Município de Guaçuí, por 03 (três) dias, em sinal de profundo pesar pelo falecimento do Sr. JONNY MACHADO DA SILVA.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na presente data.

Guaçuí - ES, 26 de junho de 2020.

VERA LÚCIA COSTA

Prefeita Municipal

AILTON DA SILVA FERNANDES

Procurador Geral do Município

EXTRATO DO CONTRATO Nº 000092/2020/PMG.

Publicação Nº 284169

EXTRATO DO CONTRATO Nº 000092/2020/PMG.

Processo Nº 000114/2019

Concorrência Pública Nº 002/2019

CONCEDENTE: MUNICÍPIO DE GUAÇUÍ

ONCESSIONÁRIA: ASSOC DOS PRODUTORES DE FLORES E PLANTAS ORNAMENTAIS DO SUL/CAPARAO-ES-SULCAFLOR

DO OBJETO: O objeto do presente contrato é a CONCESSÃO remunerada de uso de espaço público municipal a título precário (PRÉDIO DO ANTIGO MATADOURO), a pessoa jurídica, para fim exclusivo no ramo de floricultura, por um prazo de 10 (dez) anos, podendo ser prorrogado a critério da Administração Municipal, até limite de 20 (vinte) anos, na forma da lei municipal n.º 4.258/2018, conforme Termo de Referência, que integra a Concorrência Pública nº 001/2020.

DO VALOR: Caberá à empresa CONCESSIONÁRIA recolher o valor total de R\$ 69.273,36 (sessenta e nove mil duzentos e setenta e três reais e trinta e seis centavos), mediante GUIA DE RECOLHIMENTO, ofertado em sua proposta para a Utilização do Espaço, pelos 120 (vinte e quatro) meses de contrato, que serão pagos em 108 (cento e oito parcelas) mensais, à partir de 01/07/2021, em conformidade com os itens 7.5 e 7.6 do edital de Concorrência Pública nº 001/2020.

A Concessionária pagará o valor mensal de R\$ 641,42 (seiscentos e quarenta e um reais e quarenta e dois centavos), equivalente a 206 (duzentos e seis) UFG (2020). O pagamento PODERÁ ser revertido em produtos, (arranjos de flores de porte pequeno, médio e grande), a critério da Administração.

O valor a ser pago de acordo com o item 2.1 do presente contrato, deverá ser reajustado de acordo com a UFG da época.

DO PRAZO: A vigência do presente contrato dar-se-á por um período de 10 (dez) anos (01 de julho de 2020 à 30 de junho de 2030, podendo ser prorrogado a critério do Poder Executivo, por iguais e sucessivos períodos, limitada a 10 (dez) anos, nos termos da lei municipal n.º 4.258/2018.

DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO: Em conformidade com o Artigo 67, da Lei Federal nº 8.666/93, será designado para acompanhar e fiscalizar o presente contrato o (a) servidor(a) público(a) municipal LYONARDO DA SILVA OLIVEIRA.

Guaçuí-ES, 25 de junho de 2020.

SEC MUN DE GESTAO ADMINISTRATIVA E REC HUMANOS

WALLESKA GUAITOLINI

EXTRATO DO CONTRATO Nº 000093/2020/PMG.

Publicação Nº 284170

EXTRATO DO CONTRATO Nº 000093/2020/PMG.

Processo Nº 002137/2020

Pregão Presencial: 000011/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 033/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GUAÇUÍ

CONTRATADO(A): LIDONEI PEREIRA DE OLIVEIRA 08616525769

DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA 2020. PREGÃO Nº 011/2020. ARP Nº 033/2020.

DO VALOR: Pelo objeto ora adquirido a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, o valor global de R\$ 4.387,55 (quatro mil trezentos e oitenta e sete reais e cinquenta e cinco centavos).

DO PRAZO: Este contrato vigorará a partir da data de sua assinatura e seu termino se dará em 31 de dezembro de 2020, ou com entrega de todos os itens licitados, podendo ser prorrogado por interesse da administração (26 de junho de 2020 à 31 de dezembro de 2020).

DO FISCAL: Em conformidade com o Artigo 67, da Lei Federal nº 8.666/93, será designado para acompanhar e fiscalizar o presente contrato o (a) servidor(a) público(a) municipal FABRICIA SOUZA DE PAULA SALGADO.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

00058-1311000000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA (10001001.0824400202.064.339039000000 .13110000000)

Guaçuí-ES, 26 de junho de 2020.

SEC MUN DE ASSISTENCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

ADRIANA PEIXOTO GONCALVES

EXTRATO DO CONTRATO Nº 000094/2020/PMG.

Publicação Nº 284172

Processo Nº 002062/2020

EXTRATO DO CONTRATO Nº 000094/2020/PMG.

LOCATÁRIO: Município de Guaçuí-ES

LOCADOR(A): OLACI GUIMARAES

DO OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL SOCIAL PARA FAMÍLIA DE BAIXA RENDA. DISPENSA DE LICITAÇÃO ART. 24 INCISO X DA LEI 8.666/93.

PRAZO: O prazo de vigência do presente instrumento será de 26 de junho de 2020 à 25 de dezembro de 2020, podendo ser prorrogado, mediante acordo entre as partes.

PREÇO: O LOCATÁRIO pagará ao(à) LOCADOR(A) a quantia total de R\$ 2.100,00 (dois mil cem reais), referente ao período constante da Cláusula Segunda deste ato.

DO PROCESSO LICITATÓRIO: Dispensado da licitação, pois tal processo se enquadra no Artigo 24 - Inciso X, da Lei nº 8.666 e suas alterações, onde dispõe sobre locação de imóvel destinado a fins públicos.

DA FISCALIZAÇÃO E DO ACOMPANHAMENTO: Em conformidade com art. 67 da Lei 8.666/93, será designado para acompanhar e fiscalizar o presente contrato o(a) Servidor(a) Pública Municipal Sr.(a) MARIA APARECIDA MIRANDA DE OLIVEIRA.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas constantes do presente contrato correrão à conta da dotação orçamentária abaixo: 00040-1001000000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA (10001001.0824400202.104.33903600000.100100000000)

Guaçuí-ES, 26 de junho de 2020.

SEC MUN DE ASSISTENCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

ADRIANA PEIXOTO GONCALVES

EXTRATO DO CONTRATO Nº 000095/2020/PMG.

Publicação Nº 284173

EXTRATO DO CONTRATO Nº 000095/2020/PMG.

Processo Nº 002713/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GUAÇUÍ

CONTRATADO(A): TELEVISAO CACHOEIRO LTDA

DO OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VEICULAÇÃO DE INSERÇÕES NA GRADE DE PROGRAMAÇÃO DA TV GAZETA SUL, BUSCANDO CONSCIENTIZAR OS CONTRIBUINTES DO MUNICÍPIO DE GUAÇUÍ PARA O PAGAMENTO DOS IMPOSTOS EM DIA. DISPENSA DE LICITAÇÃO ART. 24 INCISO II DA LEI Nº 8.666/93.

DO VALOR: O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a quantia total de R\$ 16.428,00 (dezesesseis mil quatrocentos e vinte e oito reais).

DO PRAZO: O prazo de vigência do presente contrato será de 29 de junho de 2020 à 31 de julho de 2020.

Do Processo Licitatório: Dispensado da licitação, de acordo com o artigo 24 inciso II da lei 8.666/93 e suas alterações.

DA FISCALIZAÇÃO E DO ACOMPANHAMENTO: Em conformidade com art. 67 da Lei 8.666/93, será designado para acompanhar e fiscalizar o presente contrato o(a) Servidor(a) Pública Municipal Sr.(a). MARCOS FREIRE DA SILVA.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

00073-1001000000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA (05000501.0412300062.013.0001.339039 00000.10010000000)

Guaçuí-ES, 29 de junho de 2020.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

SEBASTIANA CRISTINA COSTA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 000096/2020/PMG.

Publicação Nº 284174

EXTRATO DO CONTRATO Nº 000096/2020/PMG.

Processo Nº 000352/2020

Pregão Presencial: Nº 000031/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GUAÇUÍ

CONTRATADO(A): J C P DA SILVA - COMERCIAL DESKART

DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE REPELENTES. PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2020.

DO VALOR: Pelo objeto ora adquirido a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, o valor total de R\$ 4.782,00 (quatro mil setecentos e oitenta e dois reais).

DO PRAZO: Este contrato vigorará a partir da data de sua assinatura e seu termino se dará em 31 de dezembro de 2020, ou com entrega de todos os itens licitados, podendo ser prorrogado por interesse da administração (30 de junho de 2020 à 31 de dezembro de 2020).

DA FISCALIZAÇÃO: Em conformidade com o Artigo 67, da Lei Federal nº 8.666/93, será designado para acompanhar e fiscalizar o presente contrato o (a) servidor(a) público(a) municipal FABIANO DOS SANTOS E SOUZA.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

00035-1214000000 - MATERIAL DE CONSUMO (09000901.1030100142.039.0001.33903000000.12140000000)

Guaçuí-ES, 30 de junho de 2020.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

WERTON DOS SANTOS CARDOSO

EXTRATO DO CONTRATO Nº000097/2020/PMG.

Publicação Nº 284175

EXTRATO DO CONTRATO Nº000097/2020/PMG.

Processo Nº 002584/2020

Pregão Presencial: 000003/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GUAÇUÍ

CONTRATADO(A): AUTO POSTO REDENCAO LTDA

DO OBJETO:AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEL PARA DIVERSAS SECRETARIAS. PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2020. ARP 006/2020. PROCESSOS Nº 2584/2020, 1860/2020, 2344/2020, 2299/2020, 2361/2020, 2340/2020, 2297/2020, 2449/2020 E 2346/2020.

DO VALOR: Pelo objeto ora adquirido a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, o valor global de R\$ 194.349,00 (cento e noventa e quatro mil trezentos e quarenta e nove reais).

DO PRAZO:Este contrato vigorará a partir da data de sua assinatura e seu termino se dará em 05 de outubro de 2020, ou com entrega de todos os itens licitados, podendo ser prorrogado por interesse da administração (01 de julho de 2020 à 05 de outubro de 2020).

DO FISCAL DE CONTRATO: Em conformidade com o Artigo 67, da Lei Federal nº 8.666/93, será designado para acompanhar e fiscalizar o presente contrato o (a) servidor(a) público(a) municipal ERIKA DE SOUZA MOREIRA.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

00002-1001000000 - MATERIAL DE CONSUMO (02000201.0412200022.006.0001.33903000000.10010000000)
, 00011-1001000000 - MATERIAL DE CONSUMO (10001001.0824400202.060.0001.33903000000.10010000000)
, 00013-1111000000 - MATERIAL DE CONSUMO (08000802.1236100132.023.0001.33903000000.11110000000)
, 00039-1001000000 - MATERIAL DE CONSUMO (04000401.0412200042.011.0001.33903000000.10010000000)
, 00052-1111000000 - MATERIAL DE CONSUMO (08000802.1236500132.027.0001.33903000000.11110000000)
, 00062-1211000000 - MATERIAL DE CONSUMO (09000901.1030100142.043.0004.33903000000.12110000000)
, 00116-1001000000 - MATERIAL DE CONSUMO (11001101.1339200232.067.0001.33903000000.10010000000)
, 00121-1214000000 - MATERIAL DE CONSUMO (09000901.1030500172.054.0001.33903000000.12140000000),
00208-1530000000 - MATERIAL DE CONSUMO (12001201.1545200262.076.0001.33903000000.15300000000), 00242-
1001000000 - MATERIAL DE CONSUMO (13001301.1854100282.082.0001.33903000000.10010000000) e 00267-
1530000000 - MATERIAL DE CONSUMO (14001401.2060600292.088.0001.33903000000.15300000000)

Guaçuí-ES, 30 de junho de 2020.

SEC MUN DE AGRICULT PEC E ABASTECIMENTO ALIMENTAR

CARLINDA CARVALHO LOYOLA

SEC MUN DE ASSISTENCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

ADRIANA PEIXOTO GONCALVES

SEC MUN DE CULTURA, TURISMO E ESPORTE

LEONARDO RIDOLFI DE AZEVEDO

SEC MUN DE GESTAO ADMINISTRATIVA E REC HUMANOS

WALLESKA GUAITOLINI

SEC MUN DE GOVERNO E ARTICULACAO INSTITUCIONAL

DOUGLAS DE SOUSA RODRIGUES

SEC MUN DE OBRAS INFRAESTRUTURA E SERV PUBLICOS

MARCELLO LOUGOM RODOLFO

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO

LIOMAR LUCIANO DE OLIVEIRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

MARIA ALICE CARVALHO MENDONÇA MOULIN

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

WERTON DOS SANTOS CARDOSO

EXTRATO DO CONTRATO Nº000098/2020/PMG.

Publicação Nº 284176

EXTRATO DO CONTRATO Nº000098/2020/PMG.

Processo Nº 002346/2020

Pregão Presencial: 000003/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GUAÇUÍ

CONTRATADO(A): AUTO POSTO REDENCAO LTDA

DO OBJETO:AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEL. PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2020. ARP 006/2020.

DO VALOR: Pelo objeto ora adquirido a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, o valor global de R\$ 7.995,00 (sete mil novecentos e noventa e cinco reais).

DO PRAZO:Este contrato vigorará a partir da data de sua assinatura e seu termino se dará em 05 de outubro de 2020, ou com entrega de todos os itens licitados, podendo ser prorrogado por interesse da administração (01 de julho de 2020 à 05 de outubro de 2020).

DO FISCAL DE CONTRATO: Em conformidade com o Artigo 67, da Lei Federal nº 8.666/93, será designado para acompanhar e fiscalizar o presente contrato o (a) servidor(a) público(a) municipal ERIKA DE SOUZA MOREIRA.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

00178-1530000000 - MATERIAL DE CONSUMO (12001201.1545100262.077.0001.33903000000.15300000000)

Guaçuí-ES, 30 de junho de 2020.

SEC MUN DE OBRAS INFRAESTRUTURA E SERV PUBLICOS

MARCELLO LOUGOM RODOLFO

EXTRATO DO CONTRATO Nº000099/2020/PMG.

Publicação Nº 284177

EXTRATO DO CONTRATO Nº000099/2020/PMG.

Processo Nº 002346/2020

Pregão Presencial: 000003/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2020.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GUAÇUÍ

CONTRATADO(A): AUTO POSTO REDENCAO LTDA

DO OBJETO:AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEL. PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2020. ARP 006/2020.

DO VALOR: Pelo objeto ora adquirido a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, o valor global de R\$ 3.020,00 (três mil vinte reais).

DO PRAZO:Este contrato vigorará a partir da data de sua assinatura e seu termino se dará em 05 de outubro de 2020, ou com entrega de todos os itens licitados, podendo ser prorrogado por interesse da administração (01 de julho de 2020 à 05 de outubro de 2020).

DO FISCAL DE CONTRATO: Em conformidade com o Artigo 67, da Lei Federal nº 8.666/93, será designado para acompanhar e fiscalizar o presente contrato o (a) servidor(a) público(a) municipal ERIKA DE SOUZA MOREIRA.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

00226-1001000000 - MATERIAL DE CONSUMO (12001202.1545200262.079.0001.33903000000.10010000000)

Guaçuí-ES, 30 de junho de 2020.

SEC MUN DE OBRAS INFRAESTRUTURA E SERV PUBLICOS

MARCELLO LOUGOM RODOLFO

EXTRATO DO NONO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 486/2016

Publicação Nº 284178

Processo nº 2832/2020.

EXTRATO DO NONO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 486/2016

Contratante: Município de Guaçuí-ES.

Contratada: CONSTRUTORA SÃO MIGUEL LTDA - ME

DO PRAZO: Fica prorrogado pelo período de 30/07/2020 a 27/09/2020, o prazo constante no item 5.1 do contrato supra-mencionado.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS: As demais cláusulas do Contrato nº 486/2016, permanecem inalteradas.

Guaçuí - ES., 03 de julho de 2020.

VERA LÚCIA COSTA

Prefeita Municipal

SEC MUN DE OBRAS INFRAESTRUTURA E SERV PUBLICOS

MARCELLO LOUGOM RODOLFO

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 068/2018

Publicação Nº 284181

Processo nº 2.194/2020.

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 068/2018

Contratante: MUNICÍPIO DE GUAÇUÍ - ES

Contratada: REPARADORA PIROVANI LTDA - ME

DO PRAZO: Fica prorrogado pelo período de 23/05/2020 a 31/12/2020, o prazo constante item 5.1 do contrato supra-mencionado.

DO VALOR: O Contratante pagará à Contratada a quantia de R\$ 21.863,47 (vinte e um mil, oitocentos e sessenta e três reais e quarenta e sete centavos), referente aos serviços prestados no período citado na cláusula anterior.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes deste aditivo correrão por conta de dotação orçamentária abaixo:
0900.0901.10.302.0015.2.048.3.3.90.36.00

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS: As demais cláusulas do referido Contrato, permanecem inalteradas.

Guaçuí - ES., 20 de maio de 2019.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

WERTON DOS SANTOS CARDOSO

EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº 264/2014.

Publicação Nº 284185

Processo Nº 2.195/2020

EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº 264/2014.

Locatário: Município de Guaçuí-ES.

Locadora: ZILTER DE PAULA MEIRELES

DO PRAZO: Fica prorrogado pelo período de 21/05/2020 a 31/12/2020, o prazo constante no contrato supramencionado.

DO VALOR: O CONTRATANTE pagará ao LOCADOR mensalmente a quantia de R\$ 1.871,44 (um mil oitocentos e setenta e um reais e quarenta e quatro centavos), totalizando um montante R\$ 13.786,26 (treze mil setecentos e oitenta e seis reais e vinte e seis centavos), referente ao período constante da Cláusula Primeira deste ato.

DA DOTAÇÃO: As despesas constantes do presente aditivo, correrão à conta da dotação orçamentárias abaixo:
0900.0901.10.301.0014.2.043.3.3.90.36.00

Guaçuí-ES, 20 de maio de 2020.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

WERTON DOS SANTOS CARDOSO

EXTRATO DO SÉTIMO TERMO ADITIVO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº 264/2014.

Publicação Nº 284184

Processo Nº 2.542/2020

EXTRATO DO SÉTIMO TERMO ADITIVO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº 264/2014.

Locatário: Município de Guaçuí-ES.

Locadora: ZILTER DE PAULA MEIRELES

DO OBJETO: Redução de 20 % no valor mensal do aluguel, pelo período de 01 de julho de 2020 a 31 de dezembro de 2020.

Parágrafo Único - No referido período o valor mensal do aluguel será de R\$ 1.497,15 (um mil quatrocentos e noventa e sete reais e quinze centavos).

DO VALOR: Fica suprimido do referido contrato o valor total de R\$ 2.245,74 (dois mil duzentos e quarenta e cinco reais e setenta e quatro centavos), conforme solicitado no ofício 643/2020/SEMUS em fls. 02 do processo nº 2.542/2020.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS: As demais Cláusulas do Contrato de Locação nº 264/2014, permanecem inalteradas.

Guaçuí-ES, 30 de junho de 2020.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

WERTON DOS SANTOS CARDOSO

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº 118/2017.

Publicação Nº 284187

Processo Nº 2.542/2020

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº 118/2017.

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE GUAÇUÍ

LOCADORA: LÉA ÁVILA DE OLIVEIRA

DO OBJETO: Redução de 25 % no valor mensal do aluguel, pelo período de 01 de julho de 2020 a 30 de novembro de 2020.

Parágrafo Único - No referido período o valor mensal do aluguel será de R\$ 859,70 (oitocentos e cinquenta e nove reais e setenta centavos).

DO VALOR: Fica suprimido do referido contrato o valor total de R\$ 1.432,85 (um mil quatrocentos e trinta e dois centavos e oitenta e cinco centavos), conforme solicitado no ofício 643/2020/SEMUS em fls. 02 do processo nº 2.542/2020.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS: As demais Cláusulas do Contrato de Locação nº 118/2017, permanecem inalteradas.

Guaçuí-ES, 30 de junho de 2020.

WERTON DOS SANTOS CARDOSO

Secretário Municipal de Saúde

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº 337/2014.

Publicação Nº 284188

Processo Nº 2067/2020

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº 337/2014.

Locatário: Município de Guaçuí

Locador: FLAVIA BARROSO RIBEIRO VIANA

DO PRAZO: Fica prorrogado pelo período de 01/07/2020 a 31/12/2020, o prazo constante na Cláusula Segunda do contrato supramencionado.

DA REDUÇÃO NO VALOR: Redução de 18,23866 % no valor mensal do aluguel, pelo período constante na cláusula primeira deste ato.

Parágrafo Único - No referido período o valor mensal do aluguel será de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos).

DO VALOR: O CONTRATANTE pagará ao(à) LOCADOR(A) a quantia total de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), referente ao período constante da Cláusula Primeira deste ato.

DA DOTAÇÃO: As despesas constantes do presente aditivo, correrão à conta das dotações orçamentárias abaixo:
0800.0802.12.365.0013.2.029.33903600000.11110000000

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS: As demais Cláusulas do Contrato de Locação nº 337/2014, permanecem inalteradas.

Guaçuí-ES, 29 de junho de 2020.

LIOMAR LUCIANO DE OLIVEIRA

Secretário(a) Municipal de Educação

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 001 AO CONTRATO Nº 000123/2019

Publicação Nº 284189

Processo nº 2.739/2020.

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 001 AO CONTRATO Nº 000123/2019

Contratante: Município de Guaçuí-ES.

Contratada: DIAMETRO SONORIZACAO LTDA ME

DO PRAZO: Fica prorrogado pelo período de 05 de julho de 2020 a 31 de dezembro de 2020, o prazo do contrato supramencionado.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS: As demais cláusulas do Contrato nº 000123/2019, permanecem inalteradas.

Guaçuí - ES., Guaçuí - ES., 01 de julho de 2020..

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO

LIOMAR LUCIANO DE OLIVEIRA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 002 AO CONTRATO Nº 000193/2019

Publicação Nº 284183

Processo nº 2.652/2020

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 002 AO CONTRATO Nº 000193/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GUAÇUÍ

CONTRATADO(A): MILHORATO INDUSTRIA DE CONFECÇÕES EIRELI

DO PRAZO: Fica prorrogado pelo período de 01 de julho de 2020 a 31 de agosto de 2020, o prazo do contrato supramencionado.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS: As demais cláusulas do Contrato nº 000193/2019, permanecem inalteradas.

Guaçuí - ES., 26 de junho de 2020.

SEC MUN DE ASSISTENCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

ADRIANA PEIXOTO GONCALVES

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 004 AO CONTRATO Nº 000129/2019

Publicação Nº 284180

Processo nº 2.601/2020.

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 004 AO CONTRATO Nº 000129/2019

Contratante: Município de Guaçuí-ES.

Contratada: ILUMITERRA CONSTRUÇOES E MONTAGENS LTDA

DO PRAZO: Fica prorrogado pelo período de 09 de julho de 2020 a 07 de setembro de 2020, o prazo do contrato supra-mencionado.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS: As demais cláusulas do Contrato nº 000129/2019, permanecem inalteradas.

Guaçuí - ES., Guaçuí - ES., 01 de julho de 2020..

SEC MUN DE CULTURA, TURISMO E ESPORTE

LEONARDO RIDOLFI DE AZEVEDO

SEC MUN DE OBRAS INFRAESTRUTURA E SERV PUBLICOS

MARCELLO LOUGOM RODOLFO

PORTARIA N.º 5.992, DE 26 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 284157

Portaria n.º 5.992, de 26 de junho de 2020

PRORROGA PRAZO DE DESIGNAÇÃO DE PROFESSORA EFETIVA.

O Secretário Municipal Educação Interino, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº 3.733/2010 que dispõe sobre a Desconcentração Administrativa do Poder Executivo Municipal de Guaçuí, bem como o Decreto nº 7.255/2010 que regulamenta a referida Lei e nos termos do Art. 41 §§ 1º e 2º e Art. 42 e incisos da Lei Municipal nº 2.504/98 e do Processo n.º 2.814/2020 da Superintendência de Recursos Humanos;

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar por mais 06 (seis) meses e 25 (vinte e cinco) dias, a contar de 7/7/2020 a 31/01/2021, o prazo de designação da servidora pública municipal FLÁVIA CRISTINA ZOVICO FARIA – Professora MaMPA – V – 2, junto a funções administrativas, na Secretaria da EMEF “Professora Elvira Bruzzi” 25 horas semanais, concedida através da Portaria nº 5.559/2018 e prorrogações posteriores.

Parágrafo único. Findo o período estipulado no caput deste, ou seja, a partir de 01 de fevereiro de 2021, a servidora deverá retornar à função de professora regente de classe.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Guaçuí – ES, 26 de junho de 2020.

LIOMAR LUCIANO DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Educação Interino

AILTON DA SILVA FERNANDES

Procurador Geral do Município

PORTARIA Nº 5.951, DE 08 DE MAIO DE 2020.

Publicação Nº 284143

PORTARIA Nº 5.951, DE 08 DE MAIO DE 2020.

DESIGNA SERVIDOR(A) PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR CONTRATO(S).

O(A) Secretário(a) Municipal de Meio Ambiente, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela legislação municipal em vigor e conforme o disposto no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o(a) servidor(a) municipal ERIKA DE SOUZA MOREIRA, inscrita no CPF sob o n.º 128.404.697-40, para acompanhar e fiscalizar o(s) contrato(s) nº 063/2020, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Parágrafo único – A designação de que trata o “caput” deste, será enquanto o contrato estiver em vigor, podendo o fiscal ser substituído por outro durante o período de vigência, mediante expedição de Portaria para este fim, que será solicitado pela Secretaria Municipal competente.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Guaçuí - ES, 08 de maio de 2020.

MARIA ALICE CARVALHO MENDONÇA MOULIN

Secretária Municipal de Meio Ambiente

AILTON DA SILVA FERNANDES

Procurador Geral do Município

PORTARIA Nº 5.952, DE 08 DE MAIO DE 2020.

Publicação Nº 284145

PORTARIA Nº 5.952, DE 08 DE MAIO DE 2020.

DESIGNA SERVIDOR(A) PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR CONTRATO(S).

O(A) Secretário(a) Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento Alimentar Interina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela legislação municipal em vigor e conforme o disposto no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o(a) servidor(a) municipal ERIKA DE SOUZA MOREIRA, inscrita no CPF sob o n.º 128.404.697-40, para acompanhar e fiscalizar o(s) contrato(s) nº 064/2020, da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento Alimentar.

Parágrafo único – A designação de que trata o “caput” deste, será enquanto o contrato estiver em vigor, podendo o fiscal ser substituído por outro durante o período de vigência, mediante expedição de Portaria para este fim, que será solicitado pela Secretaria Municipal competente.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Guaçuí - ES, 08 de maio de 2020.

CARLINDA CARVALHO LOYOLA

Secretária Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento Alimentar Interina

AILTON DA SILVA FERNANDES

Procurador Geral do Município

PORTARIA Nº 5.969, DE 22 DE MAIO DE 2020.

Publicação Nº 284146

PORTARIA Nº 5.969, DE 22 DE MAIO DE 2020.

DESIGNA SERVIDOR(A) PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR CONTRATO(S).

O(A) Secretário(a) Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos, Trabalho e Renda, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela legislação municipal em vigor e conforme o disposto no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o(a) servidor(a) municipal RENATA GOMES SALES JUSTINO, inscrita no CPF sob o n.º 068.729.627-71, para acompanhar e fiscalizar o(s) contrato(s) nº 074/2020, da Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos, Trabalho e Renda.

Parágrafo único – A designação de que trata o “caput” deste, será enquanto o contrato estiver em vigor, podendo o fiscal ser substituído por outro durante o período de vigência, mediante expedição de Portaria para este fim, que será solicitado pela Secretaria Municipal competente.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Guaçuí - ES, 22 de maio de 2020.

ADRIANA PEIXOTO GONÇALVES

Secretária Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos, Trabalho e Renda

AILTON DA SILVA FERNANDES

Procurador Geral do Município

PORTARIA Nº 5.971, DE 25 DE MAIO DE 2020.

Publicação Nº 284147

PORTARIA Nº 5.971, DE 25 DE MAIO DE 2020.

DESIGNA SERVIDOR(A) PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR CONTRATO(S).

O(A) Secretário(a) Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento Alimentar Interina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela legislação municipal em vigor e conforme o disposto no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o(a) servidor(a) municipal ROSIMERE ISIDORO BODEVAN MAIA, inscrita no CPF sob o n.º 015.357.927-79, para acompanhar e fiscalizar o(s) contrato(s) nº 076/2020, da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento Alimentar.

Parágrafo único – A designação de que trata o “caput” deste, será enquanto o contrato estiver em vigor, podendo o fiscal ser substituído por outro durante o período de vigência, mediante expedição de Portaria para este fim, que será solicitado pela Secretaria Municipal competente.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Guaçuí - ES, 25 de maio de 2020.

CARLINDA CARVALHO LOYOLA

Secretária Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento Alimentar Interina

AILTON DA SILVA FERNANDES

Procurador Geral do Município

PORTARIA Nº 5.978, DE 03 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 284148

PORTARIA Nº 5.978, DE 03 DE JUNHO DE 2020.

DESIGNA SERVIDOR(A) PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR CONTRATO(S).

O(A) Secretário(a) Municipal de Saúde Interino, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela legislação municipal em vigor e conforme o disposto no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os(as) servidores(as) municipais AMANDA NUNES BARRADA, inscrita no CPF sob o n.º 146.241.647-09 e MONICA EUGENIA DE PAULA FALLEIRO, inscrita no CPF sob o n.º 004.754.807-08, para acompanhar e fiscalizar o(s) contrato(s) nº 082, 083, 084 e 085/2020, da Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo único – A designação de que trata o “caput” deste, será enquanto o contrato estiver em vigor, podendo o fiscal ser substituído por outro durante o período de vigência, mediante expedição de Portaria para este fim, que será solicitado pela Secretaria Municipal competente.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Guaçuí - ES, 03 de junho de 2020.

WERTON DOS SANTOS CARDOSO

Secretário Municipal de Saúde Interino

AILTON DA SILVA FERNANDES

Procurador Geral do Município

PORTARIA Nº 5.980, DE 03 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 284149

PORTARIA Nº 5.980, DE 03 DE JUNHO DE 2020.

SUSPENDE FÉRIAS DE SERVIDOR(A).

O(A) Secretário(a) Municipal de Saúde Interino, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação municipal em vigor e mediante os termos do Decreto nº 11.243/2019, bem como, do Processo nº 2.397/2020 da Secretaria Municipal de Saúde;

RESOLVE:

Art.1º. Fica suspensa as férias do(a) Servidor(a) PAULO HENRIQUE COUZI ROSA, a partir do dia 01 de junho de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de junho de 2020.

Guaçuí - ES, 03 de junho de 2020.

WERTON DOS SANTOS CARDOSO

Secretário Municipal de Saúde Interino

AILTON DA SILVA FERNANDES

Procurador Geral do Município

PORTARIA Nº 5.984, DE 10 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 284150

PORTARIA Nº 5.984, DE 10 DE JUNHO DE 2020.

DESIGNA SERVIDOR(A) PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR CONTRATO(S).

O(A) Secretário(a) Municipal de Saúde Interino, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela legislação municipal em vigor e conforme o disposto no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o(a) servidor(a) municipal ERIKA DE SOUZA MOREIRA, inscrita no CPF sob o n.º 128.404.697-40, para acompanhar e fiscalizar o(s) contrato(s) nº 087/2020, da Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo único – A designação de que trata o “caput” deste, será enquanto o contrato estiver em vigor, podendo o fiscal ser substituído por outro durante o período de vigência, mediante expedição de Portaria para este fim, que será solicitado pela Secretaria Municipal competente.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Guaçuí - ES, 10 de junho de 2020.

WERTON DOS SANTOS CARDOSO

Secretário Municipal de Saúde Interino

AILTON DA SILVA FERNANDES

Procurador Geral do Município

PORTARIA Nº 5.985, DE 15 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 284151

PORTARIA Nº 5.985, DE 15 DE JUNHO DE 2020.

DESIGNA SERVIDOR(A) PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR CONTRATO(S).

O(A) Secretário(a) Municipal de Saúde Interino, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela legislação municipal em vigor e conforme o disposto no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o(a) servidor(a) municipal ERIKA DE SOUZA MOREIRA, inscrita no CPF sob o n.º 128.404.697-40, para acompanhar e fiscalizar o(s) contrato(s) nº 088/2020, da Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo único – A designação de que trata o “caput” deste, será enquanto o contrato estiver em vigor, podendo o fiscal ser substituído por outro durante o período de vigência, mediante expedição de Portaria para este fim, que será solicitado pela Secretaria Municipal competente.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Guaçuí - ES, 15 de junho de 2020.

WERTON DOS SANTOS CARDOSO

Secretário Municipal de Saúde Interino

AILTON DA SILVA FERNANDES

Procurador Geral do Município

PORTARIA Nº 5.988, DE 18 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 284152

PORTARIA Nº 5.988, DE 18 DE JUNHO DE 2020

DESIGNA SERVIDOR(A) MUNICIPAL PARA DESEMPENHAR FUNÇÃO ADMINISTRATIVA.

O Secretário Municipal de Saúde Interino, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº 3.733/2010 que dispõe sobre a Desconcentração Administrativa do Poder Executivo Municipal de Guaçuí, bem como o Decreto nº 7.255/2010 que regulamenta a referida Lei e mediante o que dispõe o Artigo 35 e seus §§, Artigo 36 da Lei Municipal nº 1.983/90 e do Processo nº 2.435/2020 da Superintendência de Recursos Humanos;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o(a) Servidor(a) Efetivo(a) Municipal WAGNER VINICIUS DE CARVALHO SANTOS – Motorista, para desempenhar função administrativa, junto ao Centro de Atenção Psicossocial – CAPS I, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 15 de junho de 2020 a 13 dezembro de 2020.

Parágrafo único. O(A) servidor(a) ora designado(a) será avaliado novamente pela Junta Médica do Município de Guaçuí, após o término do prazo da presente designação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 15 de junho de 2020.

Guaçuí – ES, 18 de junho de 2020.

WERTON DOS SANTOS CARDOSO

Secretário Municipal de Saúde Interino

AILTON DA SILVA FERNANDES

Procurador Geral do Município

PORTARIA Nº 5.990, DE 25 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 284154

PORTARIA Nº 5.990, DE 25 DE JUNHO DE 2020.

DESIGNA SERVIDOR(A) PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR CONTRATO(S).

O(A) Secretário(a) Municipal de Gestão Administrativa e Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela legislação municipal em vigor e conforme o disposto no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o(a) servidor(a) municipal LYONARDO DA SILVA OLIVEIRA, inscrito no CPF sob o n.º 118.629.187-75, para acompanhar e fiscalizar o(s) contrato(s) nº 092/2020, da Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Recursos Humanos.

Parágrafo único – A designação de que trata o “caput” deste, será enquanto o contrato estiver em vigor, podendo o fiscal ser substituído por outro durante o período de vigência, mediante expedição de Portaria para este fim, que será solicitado pela Secretaria Municipal competente.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Guaçuí - ES, 25 de junho de 2020.

WALLESKA GUAITOLINI

Secretária Municipal de Gestão Administrativa e Recursos Humanos

AILTON DA SILVA FERNANDES

Procurador Geral do Município

PORTARIA Nº 5.993, DE 29 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 284159

PORTARIA Nº 5.993, DE 29 DE JUNHO DE 2020.

DESIGNA SERVIDOR(A) PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR CONTRATO(S).

O(A) Secretário(a) Municipal de Finanças, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela legislação municipal em vigor e conforme o disposto no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o(a) servidor(a) municipal MARCOS FREIRE DA SILVA, inscrito no CPF sob o n.º 733.638.477-34, para acompanhar e fiscalizar o(s) contrato(s) nº 095/2020, da Secretaria Municipal de Finanças.

Parágrafo único – A designação de que trata o “caput” deste, será enquanto o contrato estiver em vigor, podendo o fiscal ser substituído por outro durante o período de vigência, mediante expedição de Portaria para este fim, que será solicitado pela Secretaria Municipal competente.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Guaçuí - ES, 29 de junho de 2020.

SEBASTIANA CRISTINA COSTA

Secretária Municipal de Finanças

AILTON DA SILVA FERNANDES

Procurador Geral do Município

PORTARIA Nº 5.994, DE 30 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 284160

PORTARIA Nº 5.994, DE 30 DE JUNHO DE 2020.

DESIGNA SERVIDOR(A) PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR CONTRATO(S).

O(A) Secretário(a) Municipal de Saúde Interino, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela legislação municipal em vigor e conforme o disposto no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o(a) servidor(a) municipal FABIANO DOS SANTOS E SOUZA, inscrito no CPF sob o n.º 111.036.997-25, para acompanhar e fiscalizar o(s) contrato(s) nº 096/2020, da Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo único – A designação de que trata o “caput” deste, será enquanto o contrato estiver em vigor, podendo o fiscal ser substituído por outro durante o período de vigência, mediante expedição de Portaria para este fim, que será solicitado pela Secretaria Municipal competente.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Guaçuí - ES, 30 de junho de 2020.

WERTON DOS SANTOS CARDOSO

Secretário Municipal de Saúde Interino

AILTON DA SILVA FERNANDES

Procurador Geral do Município

PORTARIA Nº 5.995, DE 30 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 284161

PORTARIA Nº 5.995, DE 30 DE JUNHO DE 2020.

ALTERA A CLASSIFICAÇÃO DAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O(A) Secretário(a) Municipal de Educação Interino, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela legislação municipal em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar a classificação das unidades escolares que integram a rede municipal de ensino, mantendo-se a mesma denominação, conforme discriminado abaixo:

Unidade Escolar	Nova Classificação	Abreviatura
EMPEF Honório Pedro de Siqueira	Escola Municipal Honório Pedro de Siqueira	EM
EMPEF Fazenda Alcantilado	Escola Municipal Fazenda Alcantilado	EM
EMEF Professora Guiomar Soares Azevedo	Escola Municipal Professora Guiomar Soares Azevedo	EM
EMEF São Geraldo	Escola Municipal São Geraldo	EM
EMEF Deocleciano de Oliveira	Escola Municipal Deocleciano de Oliveira	EM
EMEF José Antonio de Carvalho	Escola Municipal Jose Antonio de Carvalho	EM
EMEF Eugênio de Souza Paixão	Escola Municipal Eugênio de Souza Paixão	EM
EMEF Anísio Teixeira	Escola Municipal Anísio Teixeira	EM
EMEF Professora Elvira Bruzzi	Escola Municipal Professora Elvira Bruzzi	EM
EMEF Isaura Marques da Silva	Escola Municipal Isaura Marques da Silva	EM

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário e em especial a Portaria nº 2.433/2002.

Guaçuí - ES, 30 de junho de 2020.

LIOMAR LUCIANO DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Educação Interino

AILTON DA SILVA FERNANDES

Procurador Geral do Município

PORTARIA Nº. 5.991, DE 26 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 284155

PORTARIA Nº. 5.991, DE 26 DE JUNHO DE 2020

DESIGNA SERVIDORES PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR CONTRATO(S).

O(A) Secretário(a) Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos, Trabalho e Renda, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela legislação municipal em vigor e conforme o disposto no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar as servidoras abaixo relacionadas, para acompanhar e fiscalizar os seguintes contratos:

I) Contrato nº 093/2020 - FABRICIA SOUZA DE PAULA SALGADO, inscrita no CPF sob o n.º 045.779.997-81.

II) Contrato nº 094/2020 - MARIA APARECIDA MIRANDA DE OLIVEIRA, inscrita no CPF sob o n.º 841.257.727-20.

Parágrafo único – A designação de que trata o “caput” deste, será enquanto o contrato estiver em vigor, podendo o fiscal ser substituído por outro durante o período de vigência, mediante expedição de Portaria para este fim, que será solicitado pela Secretaria Municipal competente.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Guaçuí - ES, 26 de junho de 2020.

ADRIANA PEIXOTO GONÇALVES

Secretária Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos, Trabalho e Renda

AILTON DA SILVA FERNANDES

Procurador Geral do Município

PREGÃO PRESENCIAL Nº 042/2020 - ATUALIZADO

Publicação Nº 284119

AVISO DE ADIAMENTO E REMARCAÇÃO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial Nº 042/2020

O Município de Guaçuí-ES, através de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna público para conhecimento dos interessados que, devido as alterações realizadas no Edital, do Pregão Presencial nº 042/2020, cujo objeto é a locação de máquina de

xérox para atender as Escolas do Ensino Fundamental - EMEF'S, com participação exclusiva de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte, Microempreendedor Individual, Empresa Individual de Responsabilidade Limitada e correlatos, que estava com abertura prevista para o dia 08/07/2020, fica REPUBLICADO para o dia 22/07/2020, às 09h, conforme edital atualizado.

Guaçuí-ES, 07 de julho de 2020.

Ronaldo dos Santos Pimenta

Pregoeiro – PMG

PREGÃO PRESENCIAL/ SRP Nº 038/2020 - SEGUNDA CHAMADA

Publicação Nº 284137

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial Nº 038/2020

“REGISTRO DE PREÇOS”

SEGUNDA CHAMADA

O Município de Guaçuí-ES, através de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar, em sua sede à Praça João Acacinho, 01, Centro, Guaçuí-ES, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL – SEGUNDA CHAMADA, no dia 21/07/2020 às 09h, em conformidade com a Lei 10.520/02 e subsidiariamente a Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, visando a aquisição de Tira Teste e Lancetas para posterior utilização no setor da Farmácia Básica Municipal, solicitado pela Secretaria Municipal de Saúde. O protocolo dos envelopes será até as 08h30min; o credenciamento e a abertura dos envelopes será a partir das 09h do dia 21/07/2020. O Edital poderá ser adquirido através do site: www.guacui.es.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas junto à Comissão Permanente de Licitação no horário de 08h às 12h e das 13h às 17h ou pelo telefone (28) 3553-4938, de segunda a sexta-feira.

Guaçuí-ES, 07 de julho de 2020.

Ronaldo dos Santos Pimenta

Pregoeiro – PMG

Guarapari

PREFEITURA

AUTO DE NOTIFICAÇÃO SEMAG

Publicação Nº 284033

À Secretaria Municipal de Administração – SEMAD,

Vimos por meio deste, solicitar a publicação em jornal de grande circulação e no Diário Oficial do Município, das informações, conforme segue abaixo,

AUTOS DE NOTIFICAÇÃO

Considerando que foram lavrados AUTOS DE NOTIFICAÇÃO referentes a ligação de esgoto doméstico no sistema de esgotamento sanitário da CESAN, conforme previsto no Art. 10 da Lei Municipal nº 2658/2006.

AVISO DE SUSPENSÃO E REABERTURA DE LICITAÇÃO PE 050/2020

Publicação Nº 284040

AVISO DE SUSPENSÃO E REABERTURA

O Município de Guarapari-ES torna público a SUSPENSÃO E REABERTURA da licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 050/2020, REGISTRO DE PREÇO, EXCLUSIVA PARA ME EPP OU EQUIPARADAS, PROCESSO Nº 24164/2019, visando a AQUISIÇÃO DE MARMITEX- SEMSA. Anteriormente marcada para:

Início Do Acolhimento Da Início do acolhimento da proposta e documentos de habilitação: às 08:00 horas do dia 13/07/2020

Limite para acolhimento da proposta e documentos de habilitação: às 08:00 horas do dia 14/07/2020

Data e horário da abertura das propostas: às 08:00 horas do dia 14/07/2020

Data e horário de abertura da sessão pública: às 09:30 horas do dia 14/07/2020.

REABERTURA DO CERTAME:

Início do acolhimento da proposta e documentos de habilitação: às 08:00 horas do dia 21/07/2020

Limite para acolhimento da proposta e documentos de habilitação: às 08:00 horas do dia 22/07/2020

Data e horário da abertura das propostas: às 08:00 horas do dia 22/07/2020

Data e horário de abertura da sessão pública: às 09:30 horas do dia 22/07/2020

Edital pelo site do Banco do Brasil e www.guarapari.es.gov.br

E-mail: copel@guarapari.es.gov.br.

Guarapari/ES, 08 de julho de 2020

Luciane Nunes de Souza

Pregoeira

DECRETO Nº 358/2020

Publicação Nº 284144

DECRETO Nº. 358/2020

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL EXTRAORDINÁRIO NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARAPARI, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, alicerçado no disposto do art. 88, V da LOM – Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Decreto Municipal nº 254/2020 publicado em 23/04/2020, o qual declara Estado de Calamidade Pública e reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 05/2020 publicado

no DPL em 05/05/2020.

Considerando a Lei Complementar nº 173/2020, de 27 de maio de 2020 e a publicação da Nota Técnica SEI 21231/2020/ME.

Considerando o que preleciona o Art. 44, da Lei Federal Nº. 4320, de 04 de maio de 1964.

D E C R E T A Art. 1º - Fica aberto o Crédito Adicional Extraordinário, no orçamento vigente, no valor de R\$ 452.099,70 (Quatrocentos e cinquenta e dois mil, noventa e nove reais e setenta centavos), na seguinte dotação orçamentária:

35.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

35.01 – Fundo Municipal de Saúde

10.301.0058.1.617 – Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública decorrente do COVID-19

3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

Vínculo – 1.710.1919.0000 – Saúde e Assistência Social - Outras Despesas R\$ 452.099,70

Total do (s) Crédito (s) R\$ 452.099,70

Art. 2º - O recurso de que trata o Art. 1º decorre da Lei Complementar nº 173/2020, de 27/05/2020 e a publicação da Nota Técnica SEI 21231/2020/ME, conforme Portaria Normativa nº 70, de 08/06/2020 do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo – TCEES.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Guarapari/ES, 07 de junho de 2020.

EDSON FIGUEIREDO MAGALHÃES

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 359/2020

Publicação Nº 284142

DECRETO Nº 359/2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARAPARI, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, contidas no art. 88, inciso III, da Lei Orgânica do Município de Guarapari, de conformidade com a Lei nº. 4393/2020, publicada em 09/01/2020.

D E C R E T A Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), na dotação orçamentária abaixo discriminada:

35.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

35.01 – Fundo Municipal de Saúde

10.301.0058.2.084 – Manutenção da Secretaria e do Fundo Municipal de Saúde

410 – 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO R\$ 100.000,00

Vínculo 1.211.0000.0000 – Receita de Impostos e Transf. De Impostos

Total do (s) Crédito (s) R\$ 100.000,00

Art. 2º - Os recursos para dar cobertura ao crédito adicional suplementar no valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), autorizado no art. 1º deste Decreto, advirão da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária.

11.00 – PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

11.01 – Procuradoria Jurídica

04.122.0002.2.007 – Manutenção dos serviços Administrativos da Secretaria

52 – 3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PJ R\$ 100.000,00

Vínculo 1.001.0000.0000 – Rec. Ordinários

Total do (s) Débito (s) R\$ 100.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Guarapari/ES, 07 de junho de 2020.

EDSON FIGUEIREDO MAGALHÃES

Prefeito Municipal

ERRATA

Publicação Nº 284025

ERRATA

Na publicação no Diário Oficial dos Municípios -, Diário Oficial do Espírito Santo do dia 06/07/2020, Edição Nº 1551, páginas 84 e 85:

ONDE SE LÊ:

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 196/2019

Contratantes: Município de Guarapari/ES

Contratada: ANTONIA FRANCISCO MARQUES ME

Objeto: O PRESENTE TERMO TEM COMO OBJETO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº95/2016, PELO PERÍODO DE 12(DOZE) MESES, A CONTAR DE 11/07/2020 A 10/07/2021

Processo Administrativo: 9730/2020

LEIA-SE:

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 196/2019

Contratantes: Município de Guarapari/ES

Contratada: S&A SERVIÇOS E OBRAS LTDA

Objeto: O PRESENTE TERMO TEM COMO OBJETO A SUSPENSÃO UNILATERAL DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº196/2019, PELO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, PRORROGÁVEIS POR IGUAL PERÍODO EM QUE PENDURAR A PANDEMIA COVID-19

Processo Administrativo: 8339/2020

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 072/2020

Publicação Nº 284022

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº72/2020

CONTRATANTE: Município de Guarapari/ES

CONTRATADA: FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL DE GUARAPARI

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMISSORA DE TELEVISÃO DE CANAL ABERTO PARA DIVULGAÇÃO DE CONTEUDO INFORMATIVO DE UTILIDADE PÚBLICA A RESPEITO DA PANDEMIA CORONAVIRUS(COVID-19)-SEMCOS

VALOR TOTAL: R\$46.276,76(QUARENTA E SEIS MIL DUZENTOS E SETENTA E SEIS REIS E SETENTA E SEIS CENTAVOS)

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 9002/2020

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 096/2016

Publicação Nº 284024

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 096/2016

Contratantes: Município de Guarapari/ES

Contratada: ANTONIO FRANCISCO MARQUES

Objeto: Os contratantes resolvem prorrogar por mais 12(doze) meses o prazo de vigência do contrato de prestação de serviço nº96/2016, contados a partir do dia 11 de julho de 2020 com término em 10 de julho 2020.

Processo Administrativo: 9730/2020

PORTARIA GAB/SEMAG Nº 002/2020

Publicação Nº 284028

MUNICÍPIO DE GUARAPARI

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA-SEMAG

PORTARIA GAB/SEMAG Nº 002/2020

INSTITUI O QUADRO DE LOTAÇÃO DE PESSOAL NO SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL – S.I.M.

O Secretário Municipal de Meio Ambiente e Agricultura de Guarapari, Estado do Espírito Santo no uso de suas atribuições legais, e.

Considerando a Instituição do Serviço de Inspeção Municipal/S.I.M. através da Lei Municipal nº 3.973/2015 e do Decreto Municipal nº 138/2016.

Considerando que os servidores incumbidos do exercício da Inspeção e Fiscalização de competência do Serviço de Inspeção Municipal previsto no Decreto Municipal nº 138/2016, deverão estar lotados na Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura e nomeados formalmente para integrar a equipe do S.I.M por ato da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura.

RESOLVE:

Art. 1º – Fica instituído o quadro de lotação de pessoal, abaixo especificado, responsável pelas ações inerentes a Inspeção e Fiscalização no Serviço de Inspeção Municipal – S.I.M.

NOME DO SERVIDOR	QUALIFICAÇÃO	FUNÇÃO NO S.I.M
ARIVALD SANTOS RIBEIRO	MÉDICO VETERINÁRIO	MÉDICO VETERINÁRIO/ FISCAL/ INSPEÇÃO
MARCELO ZUCATELI CUNHA	ENGENHEIRO AMBIENTAL	CONTROLE DE DOCUMENTAÇÃO/FISCAL/ INSPEÇÃO
MARIANA PAGANINI LOURENCINI	MÉDICA VETERINÁRIA	MÉDICA VETERINÁRIA/ FISCAL/ INSPEÇÃO
MURILO PETRI CALANZANI	ENGENHEIRO AMBIENTAL	CONTROLE DE DOCUMENTAÇÃO/FISCAL/ INSPEÇÃO

Art. 2º - Revoga-se o quadro de locação pessoal descrito na Portaria GAB/SEMAG nº 001/2020.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Guarapari, 22 de Junho de 2020.

Breno Simões Ramos

Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura

RECOMENDAÇÃO TÉCNICA Nº 007/2020

Publicação Nº 284133

RECOMENDAÇÃO TÉCNICA Nº 007/2020

CONSIDERANDO que a classificação da situação mundial do Novo Coronavírus como pandemia significa o risco potencial de a doença infecciosa atingir a população mundial de forma simultânea, não se limitando a locais que já tenham sido identificadas como de transmissão interna;

CONSIDERANDO a Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Novo Coronavírus;

CONSIDERANDO a Portaria do Ministério da Saúde nº 356 de 11 de março de 2020, que dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO o Decreto Nº 4593-R, de 13 de março de 2020 do Governo Estadual do Espírito Santo, que decreta o estado de emergência em saúde pública no Estado do Espírito Santo e estabelece medidas sanitárias e administrativas para prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos decorrentes do surto de Coronavírus (COVID-19) e dá outras providências;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual no 4636-R, publicado no DIO/ES em 20 de abril de 2020, que institui o mapeamento de risco para o estabelecimento de medidas qualificadas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do novo Coronavírus (COVID-19), onde o Município de Guarapari ficou enquadrado no nível de risco moderado;

CONSIDERANDO a PORTARIA Nº 118-R, DE 27 DE JUNHO DE 2020, que estabelece e divulga o mapeamento de risco, instituído pelo Decreto nº 4636-R, de 19 de abril de 2020, em conformidade ao disposto no Decreto nº 4636-R, de 19 de abril de 2020, na forma da Portaria nº 093-R, de 23 de maio de 2020, e dá outras providências;

CONSIDERANDO a Portaria Nº 036-R, de 16 de março de 2020 do Secretário Estadual de Saúde, que estabelece protocolo clínico para síndromes respiratórias gripais, em virtude do surto de Coronavírus (COVID-19), durante a vigência do estado emergência de saúde pública estadual e dá outras providências;

CONSIDERANDO os Decretos Municipais que tratam das medidas administrativas e sanitárias imprescindíveis para o enfrentamento da emergência de saúde pública em razão do surto de Coronavírus (COVID-19), especificamente os Decretos nº 202, 254/2020 que decretam Emergência em Saúde Pública e Estado de Calamidade Pública;

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA SAÚDE DE GUARAPARI, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto na Lei Orgânica do Município de Guarapari, e, em consonância com a Equipe Técnica da Secretaria Municipal de Saúde nomeada através da Portaria SEMSA nº 061/2020,

R E C O M E N D A : Art. 1º. Prorroga-se de 30/Jun./2020 até 15/Ago./2020 as medidas sanitárias previstas no artigo 3º da Recomendação Técnica Nº 002/2020, bem como, o art. 1º da Recomendação Técnica Nº 006/2020; (Atendimentos nas Unidades de Saúde).

Art. 2º. Retifica-se o art. 2º da Recomendação Técnica Nº 006/2020 que trata do retorno do serviço de odontologia em 01/06/2020 nas Unidades de Saúde (urgência e emergência), dado a necessidade de economia de itens específicos de EPIs em baixo estoque, prorrogando-se a suspensão dos serviços de 01/06/2020 à 15/Ago./2020.

Art. 3º. Prorrogar até 15/Ago./2020 as medidas sanitárias previstas nos artigos 8º (visitas na UPA) e 9º (ações coletivas de saúde) da Recomendação Técnica Nº 001/2020, e, o artigo 11 (consultas eletivas especializadas municipais) da Recomendação Técnica Nº 002/2020.

Art. 4º. Revogar o artigo 4º (home office 2h/dia) da Recomendação Técnica Nº 004/2020, ao que concerne os serviços prestados pelos ACS – Agentes Comunitários de Saúde, dado a essencialidade e importância em estarem atuando junto as famílias em prol da propagação da comunicação e correta informação às mesmas acerca das medidas sanitárias necessárias inerentes ao enfrentamento da disseminação do vírus Covid-19, retroagindo seus efeitos a 01/06/2020.

Art. 5º. Como o quadro que estamos enfrentando do Coronavírus é dinâmico, essas medidas poderão ser revistas e alteradas a qualquer momento pela Secretaria Municipal de Saúde e Comitê Técnico de gerenciamento.

Guarapari/ES, 07 de Julho de 2020,

ALESSANDRA SANTOS ALBANI

Secretária Municipal de Saúde

RESULTADO PE 011 20

Publicação Nº 284100

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

O Município de Guarapari-ES torna público RESULTADO do PREGÃO ELETRONICO Nº 011/2020 REGISTRO DE PREÇO, EXCLUSIVO PARA ME EPP OU EQUIPARADAS – PROCESSO Nº 22772/2019, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO - SETAC

EMPRESAS VENCEDORAS:

C. S. COSTA – ME

LOTE 01-R\$ 62.999,80 (sessenta e dois mil, novecentos e noventa e nove reais e oitenta centavos)

LOTE 02-R\$ 19.900,00 (dezenove mil e novecentos reais)

LOTE 06-R\$ 4.400,00 (quatro mil e quatrocentos reais)

SERVI MIX COMERCIO E SERVICOS LTDA ME

LOTE 03-R\$ 55.400,00 (cinquenta e cinco mil e quatrocentos reais)

LOTE 04-R\$ 26.320,00

(Vinte seis mil, trezentos e vinte reais)

LOTE 05-R\$ 22.699,45

(Vinte dois mil, seiscentos e noventa e nove reais e quarenta e cinco centavos)

Guarapari/ES, 08 de julho de 2020

Ruth Alves Pereira

Pregoeira Substituta

RECURSO FINAL

Publicação Nº 284130



Estado do Espírito Santo
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
Secretaria Municipal de Trabalho, Assistência e Cidadania.

Resultado Recurso**Processo Seletivo SETAC 005/2020**

Nome	Cargo Pleiteado	Recurso/Motivo
Amanda Letícia Moreira dos Santos	Cuidador	DEFERIDO
Auridé Silva Pereira	Cuidador	DEFERIDO

Rua Marcílio Dias, 399 – 1º Andar – Bairro Muquiçaba – Guarapari – ES – CEP 29.215-130
Tel.: (27) 3261-1377 – 3261.5787 – e-mail: setac@guarapari.es.gov.br

RESULTADO FINAL

Publicação Nº 284127



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAPARI
Secretaria Municipal de Trabalho, Assistência e Cidadania

Processo Seletivo Edital 005/2020			
Educador Social			
Ordem	Nome	Data de Nascimento	Pontuação
1º	Renata Aime	31/05/1995	70 pontos
2º	Mara Regina de Jesus Faria	09/11/1966	65 pontos
3º	Feuza da Silva Santos	25/04/1969	65 pontos
4º	Maria da Penha Vieira Gomes	28/05/1975	50 pontos
5º	Ana Luiza Martins Peres	20/05/1963	50 pontos
6º	Saulo Oliveira Chagas	23/01/1987	45 pontos
7º	Jetron Júlio de Souza	24/10/1979	45 pontos
8º	Iris Fialdini dos Santos	05/12/1984	35 pontos
9º	Fabíola Silva Rosa	11/04/1990	35 pontos
10º	Ueldiane Quintiliano Lins	29/05/1996	35 pontos
11º	Marcelo dos Santos	09/08/1971	25 pontos
12º	Rodrigo Antônio e Silva	25/12/1976	25 pontos
13º	Lilian Kelly Aparecida Morais Lima	26/04/1979	25 pontos
14º	Jonatham Marcolino da Penha	12/10/1987	25 pontos
15º	Caroline da Cunha Camisão	16/06/1993	25 pontos
16º	Flávia Brambati Bezerra	05/05/1995	25 pontos
17º	Aline Marques Pires dos Santos	13/01/1990	10 pontos
18º	Miriam Rodrigues Barbosa	23/12/1990	10 pontos
19º	Gabryelle Lima Damasceno	01/11/1997	0 pontos

End.: Rua Marcilio Dias, 399 - Edf. Rei dos Reis 1º andar - muquiçaba - ES
CEP: 29215-130 Tel.: (27) 3261-1377 / (27) 3261-5787
e-mail: setac@guarapari.es.gov.br

RESULTADO FINAL

Publicação Nº 284129



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAPARI
Secretaria Municipal de Trabalho, Assistência e Cidadania

Processo Seletivo Edital 005/2020			
Cuidador			
Ordem	Nome	Data de Nascimento	Pontuação
1º	Luciana Viana Hoffmann Pádua	01/07/1980	90 pontos
2º	Dulcelina da Ressurreição da Costa	22/08/1976	85 pontos
3º	Lucinéia Maria da Silva Machado	30/11/1966	80 pontos
4º	Amanda Letícia Moreira dos Santos	23/07/1992	65 pontos
5º	Carla Aparecida Cardoso	15/08/1975	60 pontos
6º	Adilcléia Nêris Rocha Silva Marques	05/08/1984	60 pontos
7º	Caroline N. M. Coppus Ferreira	31/05/1994	60 pontos
8º	Raphaela Coutinho Capistrano	06/10/1980	55 pontos
9º	Ana Paula F. Pereira dos Santos	31/07/1976	50 pontos
10º	Maria Teresa Sabino	12/06/1966	35 pontos
11º	Simone Santos Souza	04/12/1985	35 pontos
12º	Auridé Silva Pereira	03/12/1965	25 pontos
13º	Lucielia Matos Ribeiro Silva	02/08/1978	25 pontos
14º	Nilzete Siqueira Pinheiro	08/08/1982	25 pontos
15º	Valquíria Loiola	03/04/1988	25 pontos
16º	Marcos Vinícius Jesus Machado	18/10/1980	25 pontos
17º	Sabrina da Silva Boldi	18/07/1991	25 pontos
18º	Clerenice Maria da Silva	14/01/1973	20 pontos
19º	Raimunda Ivaneide da Silva Queiroz	25/05/1962	10 pontos
20º	Maria Luiza Simões	02/02/1968	10 pontos
21º	Mara Cristina de Almeida	30/04/1972	10 pontos
22º	Marta Ribeiro Campos dos Santos	03/08/1972	10 pontos
23º	Heldeni Silva Lopes	23/07/1964	10 pontos
24º	Isabel Cristina Rodrigues Barboza	27/09/1970	10 pontos
25º	Maria Lúcia Souza de Melo Santos	21/08/1961	0 pontos
26º	Regina Celi de Vaconcelos Eleutério	29/04/1966	0 pontos
27º	Eliete Araújo da Silva	10/04/1968	0 pontos
28º	Maria Irene Chunquer	24/09/1969	0 pontos
29º	Rutinéia de Matos Andrade	05/03/1971	0 pontos
30º	Soraia Schultz Braga	20/01/1981	0 pontos
31º	Genimeire Maria de Farias Santos	09/10/1982	0 pontos
32º	Artur da Silva Rodrigues	17/11/1982	0 pontos
33º	Luciana Moreschi Medeiros	28/12/1986	0 pontos
34º	Priscila de Queiroz	01/03/1993	0 pontos
35º	Jerliane Machado da Silva	04/05/1993	0 pontos

End.: Rua Marcilio Dias, 399 - Edf. Rei dos Reis 1º andar - muquiçaba - ES
 CEP: 29215-130 Tel.: (27) 3261-1377 / (27) 3261-5787
 e-mail: setac@guarapari.es.gov.br

Ibatiba

PREFEITURA

LEI 900/2020

Publicação Nº 284194

LEI Nº 900/2020

cria o Conselho Municipal de Cultura e o Fundo de Desenvolvimento Cultural de Ibatiba e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Ibatiba, Estado do Espírito Santo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica criado o Conselho Municipal de Cultura, como órgão consultivo e de assessoramento.

Art. 2º. O Município de Ibatiba-ES, promoverá a cultura como fator de desenvolvimento social e econômico, através do Conselho Municipal de Cultura.

Art. 3º. O Conselho tem por objetivo formular a Política Municipal de Cultura, visando criar condições para o incremento e o desenvolvimento da atividade cultural neste município.

Art. 4º. A Política Municipal de Cultura, a ser exercida em caráter prioritário pelo município compreende todas as iniciativas ligadas a indústria da cultura, sejam originárias do setor privado ou público, isoladas ou coordenadas entre si, desde que reconhecido seu interesse para o desenvolvimento social, econômico e cultural do Município.

Art. 5º. O Executivo Municipal, através do órgão criado por esta Lei poderá integrar todos os programas oficiais com os da iniciativa privada, visando o estímulo às atividades, na forma desta Lei e das normas dela decorrentes.

Art. 6º. O colegiado será composto por 08 (oito) membros efetivos e com o mesmo número de suplentes, indicados para um mandato de 02 (dois) anos, permitida a recondução, sendo:

- I – 04 (quatro) representantes escolhidos pelo Chefe do Executivo Municipal;
- II - 01 (um) representante escolhido entre Artesãos de Ibatiba;
- III – 01 (um) representante da Academia Ibatibense de Letras e Artes (AILA);
- IV – 02 (dois) representantes dos artistas de Ibatiba, que poderão ser indicados pelo Poder Executivo;

§ 1º. Sempre que se faça necessário, em função da técnica dos temas em desenvolvimento, o Conselho poderá contar com a participação de consultores.

§ 2º. Os representantes do Poder Executivo terão mandatos coincidentes com o mandato do Governo Municipal.

§ 3º. Não há remuneração pelo exercício da função de conselheiro, considerando-se serviço público relevante;

Art. 7º. Ao Conselho Municipal de Cultura compete ainda:

- I – formular as diretrizes básicas a serem obedecidas na Política Municipal de Cultura;
- II – propor resoluções, atos ou instruções regulamentares necessários ao pleno exercício de suas funções, bem como modificações ou supressões de exigências administrativas ou regulamentares que dificultem as atividades de Cultura;
- III – opinar na esfera do Poder Executivo quando solicitado, do Poder Legislativo, sobre Projetos de Lei que se relacionem com a Cultura ou adotem medidas que neste possam ter implicações;
- IV – estabelecer diretrizes para um trabalho coordenado entre os serviços públicos municipais e os prestados pela iniciativa privada, com o objetivo de promover a infraestrutura adequada à implantação da cultura;

- V – estudar de forma sistemática e permanente o mercado cultural no Município, a fim de contar com os dados necessários para um adequado controle técnico;
- VI – programar e executar amplos debates sobre temas de interesse cultural;
- VII – manter o cadastro municipal de cultura;
- VIII – promover e divulgar as atividades ligadas à cultura;
- IX – apoiar, em nome da Prefeitura Municipal de Ibatiba-ES, a realização de congressos, seminários e convenções, de relevante interesse para o implemento cultural do Município;
- X – implementar convênios com órgãos, entidades e instituições públicas ou privadas, nacionais e internacionais de Cultura, com o objetivo de proceder a intercâmbios de interesse cultural;
- XI – propor planos de financiamentos e convênios com instituições financeiras públicas ou privadas;
- XII – emitir parecer relativo a financiamentos de iniciativas, planos, programas e projetos que visem ao desenvolvimento da indústria cultural na forma que for estabelecida na regulamentação desta Lei;
- XIII – examinar, julgar e aprovar as contas que lhe forem apresentadas referentes aos planos e programas de trabalho executados;
- XIV – fiscalizar a captação, o repasse e a destinação dos recursos que lhe forem destinados;
- XV – decidir sobre a destinação e aplicação dos recursos financeiros referentes à cultura;
- XVI – organizar seu Regime Interno no prazo máximo de 90 dias após a publicação desta Lei.

Art. 8º. Fica criado o Fundo de Desenvolvimento Cultural de Ibatiba, com a finalidade de prover recursos para a implantação de Programas e a Manutenção dos serviços oficiais de cultura do Município.

Art. 9º. Os recursos do Fundo serão aplicados preferencialmente em consonância com as diretrizes do Conselho, e serão aplicados em:

- I – desenvolvimento e implementação de Projetos Culturais;
- II – manutenção dos Serviços de Cultura;
- III – aquisição de materiais de consumo e permanente, destinados aos projetos e programas da área;
- IV – programas de qualificações e aprimoramentos profissionais dos serviços culturais;
- V – promoções e realizações de eventos culturais;
- VI – divulgação das potencialidades, através dos meios de comunicações;
- VII – outros programas ou atividades do interesse do Conselho.

Art. 10. O Fundo será administrado pelo Poder Executivo Municipal, mediante consulta prévia e formalizada ao Conselho, por intermédio da Secretaria de Meio Ambiente, Cultura e Turismo.

Art. 11. Compete ao Poder Executivo Municipal executar os procedimentos administrativos, orçamentários e contábeis, inerentes à execução dos Programas e Projetos de que tratam essa Lei.

Art. 12. Constituem recursos financeiros do Fundo:

- I – Transferências, auxílios e subvenções de entidades, empresas ou órgãos Federais, Estaduais e Municipais, específicos ou oriundos de convênios ou ajustes financeiros firmados pelo município, cuja aplicação seja especificamente às ações de implantação de Projetos da área;
- II – recursos do Município ou entidades privadas, orçamentários ou decorrentes de créditos especiais e suplementares, que venham a ser atribuídos ao Fundo;
- III – rendimentos ou juros provenientes de aplicações financeiras dos recursos do Fundo;
- IV – doações feitas diretamente ao Fundo e outras rendas eventuais;
- V – taxas e multas do setor cultural ou incentivos fiscais, que por ventura vierem a ser criados.

Art. 13. As receitas que constituírem recursos do Fundo serão depositadas em estabelecimentos oficiais de créditos, em conta específica, sob a denominação de Fundo de Desenvolvimento Cultural de Ibatiba.

Art. 14. Fica o Prefeito Municipal autorizado a realizar suplementação orçamentária para cumprimento da presente Lei.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e revogando as disposições em contrário.

Autor: Prefeito Municipal – Luciano Miranda Salgado.

Gabinete do Prefeito de Ibatiba - Estado do Espírito Santo, aos seis dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte (06/07/2020).

Luciano Miranda Salgado

Prefeito de Ibatiba

Certidão de Publicação

Certifico para os devidos fins nos termos da Lei Orgânica Municipal, que a presente Lei foi publicada no quadro de avisos da Prefeitura de Ibatiba, no dia 06 de julho de 2020.

Nilcéia Horsth F. Santos

Chefe de Gabinete

LEI 901/2020

Publicação Nº 284195

LEI Nº 901/2020

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA DOAÇÃO DE PREMIAÇÃO PARA CONCURSO MUNICIPAL DE QUALIDADE DE CAFÉ ARÁBICA DE IBATIBA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IBATIBA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a realizar a premiação dos classificados em primeiro, segundo e terceiro lugares do Concurso Municipal de Qualidade de Café Arábica de 2020, a ser realizado no Município de Ibatiba-ES entre o período de julho a dezembro de 2020, com agricultores do município.

Parágrafo Único – O valor total da premiação com os classificados descritos no caput será de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), a ser pago de acordo com as regras definidas pela Comissão descrita no Art. 2º da presente Lei.

Art. 2º. O Chefe do Poder Executivo nomeará comissão especial garantida a participação de profissionais com conhecimentos técnicos, para elaborar regulamento interno que fixe os critérios para realização do concurso municipal de qualidade de café.

Art. 3º. O pagamento da premiação tratada no Artigo 3º desta Lei se dará por meio de cheques nominais entregues diretamente aos credores classificados de acordo com os Artigos 1º e 2º da presente lei, na tesouraria da Prefeitura Municipal, ou por depósito em conta bancária de titularidade do próprio credor, no prazo de 10 (dez) dias a contar do anúncio do resultado do concurso.

Parágrafo Único – A Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio deverá remeter à Secretaria Municipal da Fazenda, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas os nomes dos credores a quem se farão os pagamentos.

Art. 4º. Fica dispensada a apresentação de impacto orçamentário e financeiro que se refere o § 5º do Art. 17 da Lei Complementar nº 101/2000, por se tratar de despesa custeada com recursos consignados na Lei Orçamentária Anual e demais fontes de recursos definidos no § 1º do Art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 5º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Autor: Prefeito Municipal – Luciano Miranda Salgado.

Gabinete do Prefeito de Ibatiba - Estado do Espírito Santo, aos seis dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte (06/07/2020).

Luciano Miranda Salgado

Prefeito de Ibatiba

Certidão de Publicação

Certifico para os devidos fins nos termos da Lei Orgânica Municipal, que a presente Lei foi publicada no quadro de avisos da Prefeitura de Ibatiba, no dia 06 de julho de 2020.

Nilcéia Horsth F. Santos

Chefe de Gabinete

PORTARIA 152/2020

Publicação Nº 284191

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBATIBA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO****PORTARIA Nº 152/2020, de 07 de julho de 2020.****Dispõe sobre a exoneração de servidor
público e dá outras providências**

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IBATIBA**, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO o Processo Administrativo nº 004408/2020;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, a pedido, o servidor **CÉZAR FERREIRA DA SILVA**, do Cargo de Secretário de Agricultura, Indústria e Comércio neste município.

Art. 2º. A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário e retroagindo seus efeitos ao dia 06/07/2020.

Cumpra-se, registre-se e publique-se.

Gabinete do Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Ibatiba, aos sete dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte.

LUCIANO MIRANDA SALGADO
Prefeito Municipal

Certidão de Publicação

Certifico para os devidos fins nos termos da Lei Orgânica Municipal, que a presente Portaria foi publicada no quadro de aviso da Prefeitura em 07 de julho de 2020.

Nilcéia Horsth F. Santos
Chefe de Gabinete

Rua Salomão Fadlalah, 255, Centro – IBATIBA - ES
CNPJ: 27.744.150/0001-66

PORTARIA 153/2020

Publicação Nº 284192

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBATIBA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO****PORTARIA Nº 153/2020, de 07 de julho de 2020.**

**Dispõe sobre a nomeação interina de
servidor público e dá outras
providências.**

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IBATIBA**, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO a Portaria Municipal nº 152/2020.

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear interinamente **EDILANE FERNANDES AMORIM FIGUEREDO** no cargo de Secretária Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio.

Art. 2º. A servidora perceberá os vencimentos do cargo de Secretária Municipal durante a vigência deste ato.

Art. 3º. A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Cumpra-se, registre-se e publique-se.

Gabinete do Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Ibatiba, aos sete dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte.

LUCIANO MIRANDA SALGADO
Prefeito Municipal

Certidão de Publicação

Certifico para os devidos fins nos termos da Lei Orgânica Municipal, que a presente Portaria foi publicada no quadro de aviso da Prefeitura em 07 de julho de 2020.

Nilcéia Horsth F. Santos
Chefe de Gabinete

Rua Salomão Fadlalah, 255, Centro – IBATIBA - ES
CNPJ: 27.744.150/0001-66

PORTARIA 154/2020

Publicação Nº 284193

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBATIBA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO****PORTARIA Nº 154/2020, de 07 de julho de 2020.****Dispõe sobre vacância de Cargo de
Servidor Público Municipal**

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IBATIBA**, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO o Processo Administrativo nº 004362/2020;

RESOLVE:

Art. 1º. Declarar a vacância do cargo ocupado pelo servidor **ADAUTO DE ALMEIDA OLIVEIRA**, TNSS - Odontólogo, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, por motivo de aposentadoria, nos termos do Art. 43, inciso V, da Lei 38/2009.

Art. 2º. A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Cumpra-se, registre-se e publique-se.

Gabinete do Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Ibatiba, aos sete dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte.

LUCIANO MIRANDA SALGADO
Prefeito Municipal

Certidão de Publicação

Certifico para os devidos fins nos termos da Lei Orgânica Municipal, que a presente Portaria foi publicada no quadro de aviso da Prefeitura em 07 de julho de 2020.

Nilcéia Horsth Ferreira Santos
Chefe de Gabinete

Rua Salomão Fadlalah, 255, Centro – IBATIBA - ES
CNPJ: 27.744.150/0001-66

Ibiraçu

PREFEITURA

DECRETO Nº 5.909/2020

Publicação Nº 284116

DECRETO Nº 5.909/2020

DISPÕE SOBRE A PERMISSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO MUNICIPAL À ASSOCIAÇÃO APÍCOLA DA REGIÃO DE IBIRAÇU/ARACRUZ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Ibiraçu, Estado Espírito Santo, usando de suas atribuições legais, de acordo com inciso VI do artigo 60 da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o processo administrativo n.º 2140/2020;

Considerando o que dispõe o § 3º do art. 87, da Lei Orgânica do Município de Ibiraçu/ES;

Considerando a existência de espaço público, com 200m², sendo 10 de frente por 20,00m de fundos, situado a margem da BR 101 Norte, devidamente registrado sob n.º 1-6492, Livro 2-AG, onde encontra-se encravado um imóvel medindo 59,40m², conforme Decreto Municipal n.º 3.223/2000;

Considerando que referido imóvel já fora permitido o uso a esta Associação que tem finalidade filantrópica e composta por vários apicultores deste município e circunvizinhos, desde o ano de 2000, autorizado pelo Decreto n.º 3.223/2000;

Considerando que a referida área, ao ser doada para o Município, se fez inserir condicionantes e entre elas a implantação da casa de mel a ser por ela (Associação) mantida operando, assim como as despesas do consumo de água e energia;

Considerando que é patente no presente caso o interesse de todos os produtores rurais do município que laboram com apicultura;

Considerando a indicação da Câmara Municipal de Ibiraçu, n.º 116/2020 que pede a renovação da permissão de uso de bem público à APISA, na forma como antes permitida pelo Decreto n.º 3.223/2000;

Considerando os investimentos vindos pelo Convênio, aplicados neste imóvel público, quando destinado à APISA e autorizado pelo Decreto n.º 3.223/2000;

Considerando a relevância social da APISA e a necessidade de seu pleno funcionamento do ponto de vista jurídico econômico, não se aplica qualquer situação de vedação eleitoral na permissão de uso do referido imóvel público destinado à pessoa jurídica, inclusive, já permitido pelo Decreto n.º 3.223/2000;

Considerando que, para concretizar tal utilização, necessário se faz, para ter efeito, proceder na forma do art. 87, § 3º da Lei Orgânica Municipal e por prazo determinado.

DECRETA:

Art. 1º Fica permitido, a título precário, a contar da data de publicação deste Decreto, o uso de bem público, cuja posse direta e propriedade pertencem a este Município, no prazo de 20 (vinte) anos à ASSOCIAÇÃO APÍCOLA DA REGIÃO DE IBIRAÇU/ARACRUZ, inscrita no CNPJ N.º 27.327.303/0001-70 através de seu presidente CLOVIS LUIZ DE OLIVEIRA, inscrito no CPF n.º 302.631.907-49, residente na Rua Tibúrcio Alves da Costa, n.º 184, Vila Rica, Aracruz-ES, CEP.: 29.194-104, abaixo transcrito:

“IMÓVEL URBANO COM 200M², SENDO 10 DE FRENTE POR 20,00M DE FUNDOS, SITUADO A MARGEM DA BR 101 NORTE, DEVIDAMENTE REGISTRADO SOB N.º 1-6492, LIVRO 2-AG, ONDE ENCONTRA-SE ENCRAVADO UM IMÓVEL MEDINDO 59,40M².”

Art. 2º A Associação Permissionária mantido na posse por este Decreto terá o prazo de até 20 anos para execução de seu objeto, a produção e venda de mel e derivados, sob pena de extinção deste Decreto e sem retenção das benfeitorias já encravadas ao imóvel.

Art. 3º A Associação Permissionária mantida por este, somente poderá utilizar o espaço para edificação de imóvel comercial/industrial e realizar a venda de seus produtos objeto de seu pedido, devendo ficar responsável pelo pagamento do imposto sob pena de extinção da permissão, assim como, a rede de esgoto ou similar e licença ambiental, ante a natureza do objeto da empresa, no mesmo prazo do art. 2º.

Art. 4º As eventuais benfeitorias realizadas pela Permissionária, no espaço destinado ora pleiteado, quando de sua devolução ao Poder Público Municipal, ficarão integrando o patrimônio deste, sem direito a qualquer indenização ou retenção.

Art. 5º Durante o prazo precário de permissão, a Permissionária obriga-se a edificar e manter o prédio físico da empresa em obediência a metragem contida no art. 1º, assim como nas orientações do Código de Obras e Postura Municipal, bem como, a pagar todas as despesas e encargos civis, trabalhistas, administrativos e tributários que vierem a recair sobre o imóvel, principalmente a taxa de água e energia que se fizerem necessários, durante a vigência do prazo deste Decreto.

Art. 6º A permissão de que trata o presente Decreto é intransferível a qualquer título.

Art. 7º Fica estabelecido que, caso o Município necessite fazer o uso deste espaço, objeto do presente Decreto, a Permissionária desocupará e restituirá, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, bastando, para tanto, simples notificação administrativa.

Art. 8º A presente Permissão é revogável a qualquer tempo, mediante aviso prévio, a critério exclusivo da Administração Pública Municipal.

Art. 9º O desvirtuamento da finalidade, ou não cumprimento de quaisquer das condições expressa neste Decreto, será a razão jurídica para a anulação e impedimento da utilização da Permissão aqui autorizada, sem prejuízo das demais penalidades penais cabíveis.

Art. 10 Durante o prazo precário de permissão, a Permissionária obriga-se a pagar todas as taxas e impostos Municipais.

Art. 11 Este imóvel deverá ser cadastrado e gerado imposto, caso ainda não o seja.

Art. 12 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ibirapu, em 06 de julho de 2020.

EDUARDO MAROZZI ZANOTTI

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria Municipal de Administração em 06 de julho de 2020.

LETICIA ROZINDO SARCINELLI PEREIRA

Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos

DECRETO Nº 5.910/2020

Publicação Nº 284117

DECRETO Nº 5.910/2020

ESTABELECE A LISTAGEM DE PROJETOS QUE SERÃO APOIADOS POR INTERMÉDIO DO FUNDO CIDADES.

O Prefeito Municipal de Ibirapu, Estado do Espírito Santo, usando de suas atribuições legais; conferidas pelo inciso VI do art. 60 da Lei Orgânica Municipal, e;

Considerando a criação no âmbito do Poder Executivo Estadual do Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Municipal – FEADM, Fundo CIDADES, por meio da Lei Complementar nº 712/2013;

Considerando que a finalidade do Fundo CIDADES, expressa no artigo 1º da Lei Complementar nº 712/2013, é apoiar investimentos municipais nas áreas de infraestrutura urbana e rural, educação, esporte, turismo, cultura, saúde, segurança, proteção social, agricultura, saneamento básico, habitação de interesse social, meio ambiente, sustentabilidade e mobilidade;

Considerando que o artigo 11-B da Lei Complementar nº 712/2013 define que para aplicação dos recursos transferidos pelo Fundo CIDADES o Município deverá publicar na imprensa oficial a listagem dos projetos que serão apoiados;

Considerando, ainda, que essa publicação deve identificar, por projeto, a área beneficiada, a(s) diretriz(es) e prioridade(s) de aplicação dos recursos atendidas, conforme prevê o artigo 4º, I, do Decreto nº 4592-R/2020.

DECRETA:

Art. 1º Ficam estabelecidos, na forma a seguir, em respeito ao disposto na Lei Complementar nº 712/2013 e no Decreto Estadual nº 4592-R/2020, os projetos que serão apoiados pelo FEADM no âmbito do Município de Ibirapu, explicitando suas áreas de investimento, diretriz(es) e prioridade(s) atendidas:

PROJETO APOIADO	ÁREA DE INVESTIMENTO	DIRETRIZES	PRIORIDADES
REFORMA DA UNIDADE DE SANITÁRIA DE SAÚDE NO BAIRRO ERICINA	SAÚDE	Dec. 4563-R/2020, art. 2º, I	Dec. 4563-R/2020, art. 3º, I
CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE SAÚDE NO BAIRRO SANTO ANTONIO	SAÚDE	Dec. 4563-R/2020, art. 2º, I	Dec. 4563-R/2020, art. 3º, I
CONSTRUÇÃO DE PRAÇA NO BAIRRO ARICANGA	INFRAESTRUTURA URBANA	Dec. 4563-R/2020, art. 2º, I	Dec. 4563-R/2020, art. 3º, I
CONSTRUÇÃO DE PRAÇA NO BAIRRO SÃO CRISTOVÃO	INFRAESTRUTURA URBANA	Dec. 4563-R/2020, art. 2º, I	Dec. 4563-R/2020, art. 3º, I
PAVIMENTAÇÃO/CALÇAMENTO DA RUA ARLINDO VICENTE NO BAIRRO ARICANGA	INFRAESTRUTURA URBANA	Dec. 4563-R/2020, art. 2º, I	Dec. 4563-R/2020, art. 3º, I
AMPLIAÇÃO DA ESCOLA ERICINA, SENDO A CONSTRUÇÃO DE 02(DUAS) SALAS E 01(UMA) QUADRA ESPORTIVA PEQUENA NO BAIRRO BELA VISTA	EDUCAÇÃO	Dec. 4563-R/2020, art. 2º, I	Dec. 4563-R/2020, art. 3º, I
PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM EM ESTRADA DE DIFÍCIL ACESSO NO BAIRRO DE ALTO PIABAS, ZONA RURAL DO MUNICÍPIO	INFRAESTRUTURA RURAL	Dec. 4563-R/2020, art. 2º, I	Dec. 4563-R/2020, art. 3º, I

Art. 2º Os projetos constantes deste Decreto serão executados com recursos do Fundo Municipal de Investimentos transferidos do FUNDO CIDADES e serão fiscalizados e avaliados pelo Conselho Municipal de Fiscalização e Acompanhamento de que trata a Portaria 20.472/2020.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ibirapu-ES, em 07 de julho de 2020.

EDUARDO MAROZZI ZANOTTI

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria Municipal de Administração em 07 de julho de 2020.

LETICIA ROZINDO SARCINELLI PEREIRA

Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos

LEI N.º 4.072/2020

Publicação Nº 284027

LEI N.º 4.072/2020

Altera o art. 1º da Lei Municipal nº. 4.065, de 30 de abril de 2020.

O Prefeito do Município de Ibirapu, Estado do Espírito Santo, no exercício de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O art. 1º da Lei Municipal nº. 4.065, de 30 de abril de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Ficam isentos da contribuição mensal para custeio do serviço de iluminação pública, na forma do disposto no artigo 149A, da Constituição Federal, estabelecido pelo art. 384 da Lei Municipal nº. 2.743 de 27 de dezembro de 2006, os consumidores enquadrados na Subclasse Residencial Baixa Renda que utilizam parcela do consumo igual ou inferior a 220 kWh/mês, durante o período de 01 de abril de 2020 a 30 de agosto de 2020."

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Ibirapu/ES, em 02 de julho de 2020

EDUARDO MAROZZI ZANOTTI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração em 02 de julho de 2020.

LETICIA ROZINDO SARCINELI PEREIRA

Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos

LEI N.º 4.073/2020

Publicação Nº 284034

LEI N.º 4.073/2020

Dispõe sobre o Sistema Municipal de Cultura de Ibirapu, seus princípios, objetivos, estrutura, organização, gestão, inter-relações entre os seus componentes, recursos humanos, financiamento e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Ibirapu, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e Eu sanciono a seguinte Lei:

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º. Esta Lei regula no Município de Ibirapu e em conformidade com a Constituição da República Federativa do Brasil e com a Lei Orgânica do Município, o Sistema Municipal de Cultura – SMC, que tem por finalidade promover o desenvolvimento humano, social e econômico por meio do exercício dos direitos culturais.

Parágrafo único. O Sistema Municipal de Cultura – SMC integra o Sistema Nacional de Cultura – SNC e o Sistema Estadual de Cultura – SIEC e se constitui no principal articulador, no âmbito municipal, das políticas públicas de cultura, estabelecendo mecanismos de gestão compartilhada com os demais entes federados e a sociedade civil.

TÍTULO I**DA POLÍTICA MUNICIPAL DE CULTURA**

Art. 2º. A política municipal de cultura estabelece o papel do Poder Público Municipal na gestão da cultura, explicita os direitos culturais que devem ser assegurados a todos os municípios e define pressupostos que fundamentam as políticas, programas, projetos e ações formuladas e executadas pelo Poder Público Municipal de Ibirapu, com a participação da sociedade, no campo da cultura.

CAPÍTULO I

DO PAPEL DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL NA GESTÃO DA CULTURA

Art. 3º. A cultura é um direito fundamental do ser humano, devendo o Poder Público Municipal prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício, no âmbito do Município de Ibirapu.

Art. 4º. A cultura é um importante vetor de desenvolvimento humano, social e econômico, devendo ser tratada como uma área estratégica para o desenvolvimento sustentável e para a promoção da cultura da paz no Município de Ibirapu.

Art. 5º. É responsabilidade do Poder Público Municipal, com a participação da sociedade planejar e fomentar políticas públicas de cultura, assegurar a preservação e promover a valorização do patrimônio cultural material e imaterial no Município de Ibirapu e estabelecer condições para o desenvolvimento da economia da cultura, considerando em primeiro plano o interesse público e o respeito à diversidade cultural.

Art. 6º. Cabe ao Poder Público do Município de Ibirapu planejar e implementar políticas públicas para:

I -assegurar os meios para o desenvolvimento da cultura como direito de todos os cidadãos, com plena liberdade de expressão e criação;

II -universalizar o acesso aos bens e serviços culturais;

III - contribuir para a construção da cidadania cultural;

IV - reconhecer, proteger, valorizar e promover a diversidade das expressões culturais presentes no município;

V - combater a discriminação e o preconceito de qualquer espécie e natureza;

VI - promover a equidade social e territorial do desenvolvimento cultural;

VII - qualificar e garantir a transparência da gestão cultural;

VIII - democratizar os processos decisórios, assegurando a participação da sociedade;

IX - fortalecer a economia da cultura, no âmbito local;

X - consolidar a cultura como importante vetor de desenvolvimento sustentável;

XI - intensificar as trocas, os intercâmbios e os diálogos interculturais;

XII - contribuir para a promoção da cultura da paz.

Art. 7º. A atuação do Poder Público Municipal no campo da cultura não se contrapõe ao setor privado, com o qual deve, sempre que possível, desenvolver parcerias e buscar a complementaridade das ações, evitando superposições e desperdícios.

Art. 8º. A política cultural deve ser transversal, estabelecendo uma relação estratégica com as demais políticas públicas, em especial com as políticas de educação, comunicação social, meio ambiente, turismo, ciência e tecnologia, esporte, lazer, saúde e segurança pública.

Art. 9º. Os planos e projetos de desenvolvimento do município, na sua formulação e execução, devem sempre considerar os fatores culturais e na sua avaliação levar em conta uma ampla gama de critérios, entre os quais, oportunidades individuais de saúde, educação, cultura, produção, criatividade, dignidade pessoal e respeito aos direitos humanos, conforme indicadores sociais.

CAPÍTULO II

DOS DIREITOS CULTURAIS

Art. 10. Cabe ao Poder Público Municipal garantir a todos os munícipes o pleno exercício dos direitos culturais, entendidos como:

I - o direito à memória, à identidade e à diversidade cultural;

II - livre criação e expressão;

III - o direito à acessibilidade;

IV - o direito à participação social visando à transparência nas decisões de política cultural;

V - o direito autoral;

VI - o direito ao intercâmbio cultural local, estadual, nacional e internacional.

CAPÍTULO III

DA CONCEPÇÃO TRIDIMENSIONAL DA CULTURA

Art. 11. O Poder Público Municipal compreende a concepção tridimensional da cultura – simbólica, cidadã e econômica – como fundamento da política municipal de cultura.

Seção I

Da Dimensão Simbólica da Cultura

Art. 12. A dimensão simbólica da cultura compreende os bens de natureza material e imaterial que constituem as manifestações artísticas e o patrimônio cultural do Município de Ibirapu, abrangendo as linguagens artísticas, individuais e coletivas, todos os modos de viver fazer e criar dos diferentes indivíduos e grupos formadores da sociedade local, conforme o art. 216 da Constituição Federal.

Art. 13. Cabe ao Poder Público Municipal promover e proteger as infinitas possibilidades de criação simbólica referentes às expressões artísticas e a modos de vida, crenças, valores, práticas rituais e identidades.

Art. 14. A política cultural deve contemplar as expressões que caracterizam a diversidade cultural do Município, abrangendo a formação, o fomento e a difusão das expressões artísticas e culturais, a preservação do patrimônio cultural, assim como a economia da cultura.

Art. 15. Cabe ao Poder Público Municipal promover diálogos interculturais, no plano local e nos planos regional, nacional e internacional, sempre que possível, considerando as diferentes concepções de dignidade humana, presentes em todas as culturas, como instrumento de construção da paz, moldada em padrões de coesão, integração e harmonia entre os cidadãos, as comunidades, os grupos sociais, os povos e nações.

Seção II

Da Dimensão Cidadã da Cultura

Art. 16. Os direitos culturais fazem parte dos direitos humanos e devem se constituir numa plataforma de sustentação das políticas culturais.

Art. 17. Cabe ao Poder Público Municipal assegurar o pleno exercício dos direitos culturais a todos os cidadãos, promovendo o acesso universal à cultura por meio do estímulo à criação artística, da democratização das condições de produção, da oferta de formação, da expansão dos meios de difusão, da ampliação das possibilidades de fruição e da circulação de bens, serviços e valores culturais.

Art. 18. O direito à identidade e à diversidade cultural deve ser assegurado pelo Poder Público Municipal por meio de políticas públicas de promoção e proteção do patrimônio cultural do município, de promoção e proteção das culturas indígenas, populares e afrobrasileiras e, ainda, de iniciativas voltadas para o reconhecimento da cultura de outros grupos sociais, étnicos e de gênero, conforme os arts. 215 e 216 da Constituição Federal.

Art. 19. O direito à participação na vida cultural deve ser assegurado pelo Poder Público Municipal com a garantia da liberdade para criar, fruir e difundir a cultura.

Art. 20. O direito à participação na vida cultural deve ser assegurado igualmente às pessoas com deficiência, que devem ter garantidas condições de acessibilidade e oportunidades de desenvolver e utilizar seu potencial criativo, artístico e intelectual.

Art. 21. O estímulo à participação da sociedade nas decisões de política cultural deve ser efetivado por meio da criação e articulação de conselho de políticas culturais, com representantes da sociedade democraticamente eleitos, bem como, da realização de conferências municipais de cultura.

Seção III

Da Dimensão Econômica da Cultura

Art. 22. Cabe ao Poder Público Municipal criar as condições para o desenvolvimento da cultura por meio do incentivo à inovação e à criatividade, como fonte de oportunidades de trabalho e de renda, de forma sustentável e desconcentrada.

Art. 23. O Poder Público Municipal deve fomentar a economia da cultura como:

I - sistema de produção, materializado em cadeias produtivas, num processo que envolva as fases de pesquisa, formação, produção, difusão, distribuição e consumo;

II - elemento estratégico da economia contemporânea, em que se configura como um dos segmentos mais dinâmicos e importante fator de desenvolvimento econômico e social; e

III - conjunto de valores e práticas que têm como referência a identidade e a diversidade cultural dos povos, possibilitando compatibilizar modernização e desenvolvimento humano.

Art. 24. As políticas públicas no campo da economia da cultura devem entender os bens culturais como portadores de ideias, valores e sentidos que constituem a identidade e a diversidade artística e cultural do município, não restritos ao seu valor mercantil.

Art. 25. As políticas de fomento à cultura devem ser implementadas de acordo com as especificidades dos processos produtivos de cada município.

Art. 26. O objetivo das políticas públicas de fomento à cultura no Município de Ibirapu, deve ser estimular a criação e o desenvolvimento de bens, produtos e serviços culturais, a produção de conhecimentos que sejam compartilhados por todos, assim como a geração de trabalho e renda de modo a contribuir com a sustentabilidade da economia da cultura no município.

Art. 27. O Poder Público Municipal deve apoiar os artistas e produtores culturais atuantes no município para que tenham assegurado o direito autoral de suas obras, considerando o direito de acesso à cultura por toda a sociedade.

TÍTULO II

O SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA

CAPÍTULO I**DAS DEFINIÇÕES E DOS PRINCÍPIOS**

Art. 28. O Sistema Municipal de Cultura – SMC – se constitui num instrumento de articulação, gestão, fomento e promoção de políticas públicas, bem como de informação e formação na área cultural, tendo como essência a coordenação e cooperação intergovernamental com vistas ao fortalecimento institucional, à democratização dos processos decisórios e à obtenção de economicidade, eficiência, eficácia e efetividade na aplicação dos recursos públicos.

Art. 29. O Sistema Municipal de Cultura – SMC – fundamenta-se na política municipal de cultura expressa nesta lei e nas suas diretrizes, estabelecidas no Plano Municipal de Cultura, para instituir um processo de gestão compartilhada com os demais entes federativos da República Brasileira - União, Estados e Município – com suas respectivas políticas e instituições culturais e a sociedade civil.

Art. 30. Os princípios do Sistema Municipal de Cultura – SMC – que devem orientar a conduta do Governo Municipal, dos demais entes federados e da sociedade civil, nas suas relações como parceiras e responsáveis pelo seu funcionamento são:

I - diversidade das Expressões culturais;

II - universalização do acesso aos bens e serviços culturais;

III - fomento à produção, difusão e circulação de conhecimento e bens culturais;

IV - cooperação entre os entes federados, os agentes públicos e privados atuantes na área cultural;

V - integração e interação na execução das políticas, programas, projetos e ações desenvolvidas;

VI - complementaridade nos papéis dos agentes culturais;

VII - transversalidade das políticas culturais;

VIII - autonomia dos entes federados e das instituições da sociedade civil;

IX - transparência e compartilhamento das informações;

X - democratização dos processos decisórios com participação e controle social;

XI - descentralização articulada e pactuada da gestão, dos recursos e das ações;

XII - ampliação progressiva dos recursos contidos nos orçamentos públicos para a cultura.

CAPÍTULO II**DOS OBJETIVOS**

Art. 31. O Sistema Municipal de Cultura – SMC – tem como objetivo formular e implantar políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas com a sociedade civil e com os demais entes da federação, promovendo o desenvolvimento – humano, social e econômico – com pleno exercício dos direitos culturais e acesso aos bens e serviços culturais, no âmbito do Município.

Art. 32. São objetivos específicos do Sistema Municipal de Cultura – SMC:

I - estabelecer um processo democrático de participação na gestão das políticas e dos recursos públicos na área cultural;

II - assegurar uma partilha equilibrada dos recursos públicos da área da cultura entre os diversos segmentos artísticos e culturais, distritos, regiões e bairros do município;

III - articular e implementar políticas públicas que promovam a interação da cultura com as demais áreas, considerando seu papel estratégico no processo de desenvolvimento sustentável do Município;

IV - promover o intercâmbio com os demais entes federados e instituições municipais para a formação, capacitação e circulação de bens e serviços culturais, viabilizando a cooperação técnica e a otimização dos recursos financeiros e humanos disponíveis;

V - criar instrumentos de gestão para acompanhamento e avaliação das políticas públicas de cultura desenvolvidas no âmbito do Sistema Municipal de Cultura – SMC;

VI - estabelecer parcerias entre os setores público e privado nas áreas de gestão e de promoção da cultura.

CAPÍTULO III

DA ESTRUTURA

Seção I

Dos Componentes

Art. 33. Integram o Sistema Municipal de Cultura – SMC:

I - coordenação;

a) Secretaria, ou outro órgão, Municipal de Cultura.

II - instâncias de articulação e participação social:

a) Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC;

b) Conferência Municipal de Cultura – CMC.

III - instrumentos de gestão:

a) Plano Municipal de Cultura – PMC;

b) Sistema Municipal de Financiamento à Cultura – SMFC;

c) Sistema Municipal de Informação e Indicadores Culturais SMIIC, não há necessidade se ser obrigatório;

d) Programa Municipal de Formação na Área da Cultura, não há necessidade se ser obrigatório;

e) Sistemas setoriais de cultura, não há necessidade se ser obrigatório.

Parágrafo único. O Sistema Municipal de Cultura – SMC estará articulado com os demais sistemas municipais ou políticas setoriais, em especial, da educação, da comunicação, da ciência e tecnologia, do planejamento urbano, do desenvolvimento econômico e social, da indústria e comércio, das relações internacionais, do meio ambiente, do turismo, do esporte, da saúde, dos direitos humanos e da segurança, conforme regulamentação.

Seção II

Da Coordenação do Sistema Municipal de Cultura – SMC

Art. 34. O Órgão responsável pela gestão da Cultura no Município de Ibraçu é órgão superior, subordinado diretamente ao Prefeito, e se constitui no órgão gestor do Sistema Municipal de Cultura – SMC.

Art. 35. São atribuições do Órgão responsável pela gestão da Cultura no município:

I - formular e implementar, com a participação da sociedade civil, o Plano Municipal de Cultura – PMC, executando as políticas e as ações culturais definidas;

II - implementar o Sistema Municipal de Cultura – SMC, integrado aos Sistemas Nacional e Estadual de Cultura, promover a articulação entre os atores públicos e privados no âmbito do Município, estruturar e integrar a rede de equipamentos culturais, descentralizar o uso dos recursos e democratizar a sua estrutura e atuação;

III - promover o planejamento e fomento das atividades culturais com uma visão ampla e integrada no território do Município, considerando a cultura como uma área estratégica para o desenvolvimento local;

IV - valorizar todas as manifestações artísticas e culturais que expressam a diversidade estética, étnica e social do Município;

V - preservar e valorizar o patrimônio cultural do Município;

VI - pesquisar, registrar, classificar, organizar e expor ao público a documentação e os acervos artísticos, culturais e históricos de interesse do Município;

VII - manter articulação com entes públicos e privados visando à cooperação em ações na área da cultura;

VIII - promover esforços para o intercâmbio cultural em nível regional, nacional e internacional;

IX - assegurar o funcionamento do Sistema Municipal de Financiamento à Cultura – SMFC e promover ações de fomento ao desenvolvimento da produção cultural no âmbito do Município;

X - descentralizar os equipamentos, as ações e os eventos culturais, democratizando o acesso aos bens culturais;

XI - estimular e promover cursos de formação e qualificação profissional nas áreas de criação, produção, gestão e patrimônio cultural;

XII - estruturar o calendário dos eventos culturais do Município;

XIII - incentivar e realizar estudos das cadeias produtivas da cultura para implementar políticas específicas de fomento e incentivo;

XIV - captar recursos para projetos e programas específicos junto a órgãos, entidades e programas internacionais, federais e estaduais;

XV - operacionalizar as atividades do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC do Município;

XVI - realizar a Conferência Municipal de Cultura – CMC, colaborar na realização e participar das Conferências Estadual e Nacional de Cultura;

XVII - exercer outras atividades correlatas com as suas atribuições.

Art. 36. Ao Órgão responsável pela gestão da Cultura no município, como órgão coordenador do Sistema Municipal de Cultura – SMC compete:

I - exercer a coordenação geral do Sistema Municipal de Cultura – SMC;

II - promover a integração do município ao Sistema Nacional de Cultura – SNC e ao Sistema Estadual de Cultura – SIEC e/ou do Sistema Municipal de Cultura – SMC, por meio da assinatura dos respectivos termos de adesão voluntária;

III - instituir as orientações e deliberações normativas e de gestão, aprovadas no plenário do Conselho Municipal de Cultura – CMPC e nas suas instâncias setoriais, quando houver;

IV - implementar, no âmbito do governo municipal, as pactuações aprovadas no Conselho Nacional de Política Cultural – CMPC e pelo Conselho Estadual de Política Cultural;

V - emitir recomendações, resoluções e outros pronunciamentos sobre matérias relacionadas com o Sistema Municipal de Cultura – SMC, observadas as diretrizes aprovadas pelo Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC;

VI - colaborar para o desenvolvimento de indicadores e parâmetros quantitativos e qualitativos que contribuam para a descentralização dos bens e serviços culturais promovidos ou apoiados, direta ou indiretamente, com recursos do Sistema Nacional de Cultura – SNC e Sistema Estadual de Cultura – SIEC, atuando de forma colaborativa com os Sistemas Nacional e Estadual de Informações e Indicadores Culturais;

VII - colaborar, no âmbito do Sistema Nacional de Cultura – SNC, para a compatibilização e interação de normas, procedimentos técnicos e sistemas de gestão;

VIII - subsidiar a formulação e a implementação das políticas e ações transversais da cultura nos programas, planos e ações estratégicas do Governo Municipal;

IX - auxiliar o Governo Municipal e subsidiar os demais entes federados no estabelecimento de instrumentos metodológicos e na classificação dos programas e ações culturais no âmbito dos respectivos planos de cultura;

X - colaborar, no âmbito do Sistema Nacional de Cultura – SNC, com o Governo do Estado e com o Governo Federal na implementação de Programas de Formação na Área da Cultura, especialmente capacitando e qualificando recursos humanos responsáveis pela gestão das políticas públicas de cultura do Município; e

XI - coordenar e convocar a Conferência Municipal de Cultura – CMC.

Seção III

Das Instâncias de Articulação, Pactuação e Deliberação

Art. 37. Constituem-se instâncias de articulação, pactuação e deliberação do Sistema Municipal de Cultura – SMC:

I - Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC;

II - Conferência Municipal de Cultura – CMC.

Seção IV

Do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC

Art. 38. O Conselho Municipal de Política Cultural de Ibraçu, órgão colegiado, consultivo e normativo, integrante da estrutura básica do Órgão responsável pela gestão da Cultura no município, com composição paritária entre Poder Público e Sociedade Civil, se constitui no principal espaço de participação social institucionalizada, de caráter permanente, na estrutura do Sistema Municipal de Cultura de Ibraçu.

§ 1º. O Conselho Municipal de Política Cultural de Ibraçu tem como principal atribuição atuar com base nas diretrizes propostas pela Conferência Municipal de Cultura, participar da elaboração, acompanhar e fiscalizar a execução das políticas públicas de cultura, consolidadas no Plano Municipal de Cultura.

§ 2º. Consideram-se como elementos essenciais na formulação das políticas públicas de cultura o estímulo ao desenvolvimento

das artes e da cultura em geral, assim como a preservação da memória e do patrimônio cultural do município.

§ 3º. Os integrantes do Conselho Municipal de Política Cultural de Ibirapu, que representam a sociedade civil, são eleitos democraticamente pelos respectivos segmentos e têm mandato de dois anos, renovável, uma vez, por igual período, conforme regulamento.

§ 4º. A representação da sociedade civil no Conselho Municipal de Política Cultural de Ibirapu deve contemplar na sua composição os diversos segmentos artísticos e culturais, considerando as dimensões simbólicas, cidadã e econômica da cultura, bem como o critério territorial.

§ 5º. A representação do Poder Público no Conselho Municipal de Política Cultural de Ibirapu deve contemplar a representação do Município, por meio do Órgão responsável pela gestão da Cultura no município, de outros órgãos e Entidades do Governo Municipal e dos demais entes federados, quando for o caso.

Art. 39. O Conselho Municipal de Política Cultural de Ibirapu será constituído por dez membros titulares e igual número de suplentes, com a seguinte composição:

I - cinco membros titulares e respectivos suplentes representando o Poder Público, através dos seguintes órgãos e quantitativos:

- a) dois representantes do órgão responsável pela gestão da Cultura no Município, sendo um deles o respectivo dirigente que deverá presidir o Conselho;
- b) um representante da Secretaria Municipal de Educação;
- c) um representante da Secretaria Municipal de Assistência Social; e
- d) um representante da Secretaria Municipal de Finanças.

II – cinco membros titulares e respectivos suplentes, representando a sociedade civil, através dos seguintes setores e quantitativos:

- a) um representante de artes cênicas;
- b) um representante dos povos e comunidades tradicionais;
- c) um representante da música;
- d) um representante do setor de artesanato; e
- e) um representante da cultura alimentar.

§ 1º. Os membros titulares e suplentes representantes do Poder Público serão designados pelos respectivos órgãos e os representantes da sociedade civil serão eleitos conforme Regimento Interno.

§ 2º. O Presidente do Conselho Municipal de Política Cultural de Ibirapu é detentor do voto de minerva.

Art. 40. O Conselho Municipal de Política Cultural de Ibirapu é constituído pelas seguintes instâncias:

I - Plenário;

II - Câmaras Setoriais; e

III - demais comissões, grupos de trabalho, fóruns setoriais ou territoriais, caso venham a ser constituídos.

Art. 41. Ao Plenário, instância máxima do Conselho Municipal de Política Cultural, compete:

I - propor e aprovar as diretrizes gerais, acompanhar e fiscalizar a execução do Plano Municipal de Cultura;

II - estabelecer normas e diretrizes pertinentes às finalidades e aos objetivos do Sistema Municipal de Cultura;

III - estabelecer para a Comissão Municipal de Incentivo à Cultura – CMIC do Fundo Municipal de Cultura as diretrizes de uso dos recursos, com base nas políticas culturais definidas no Plano Municipal de Cultura;

IV - acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Cultura – FMC;

V - apreciar e aprovar as diretrizes orçamentárias da área da cultura;

VI - acompanhar a execução do Acordo de Cooperação Federativa assinado pelo Município de Ibirapu para sua integração ao Sistema Nacional de Cultura – SNC;

VII - promover cooperação com os demais Conselhos Municipais de Política Cultural, bem como com os Conselhos Estadual e Nacional;

VIII - apreciar, emitir pareceres ou manifestar-se, por intermédio do Plenário, sobre matérias de natureza cultural, nos processos submetidos à sua análise;

IX - cadastrar e reconhecer as instituições culturais sem fins lucrativos ou de utilidade pública, para fins de recebimento de auxílios, subvenções sociais, doações, patrocínios e investimentos, com recursos do Tesouro Municipal;

X - propor ao Secretário Municipal de Turismo, Esporte, Cultura e Lazer que baixe atos, resoluções, deliberações, notificações e embargos, pertinentes à sua área de atuação, competência e finalidades;

XI - articular-se ou formar parcerias com órgãos federais, estaduais, municipais e com a iniciativa privada, solicitando-lhes apoio técnico ou logístico, a fim de assegurar os interesses e a defesa da cultura de Ibirapu;

XII - participar, por intermédio dos seus representantes, de seminários, conferências, reuniões, eventos e outros de interesse da cultura de Ibirapu;

XIII - encaminhar os atos e as decisões do Conselho ao Secretário Municipal de Turismo, Esporte, Cultura e Lazer para as providências necessárias;

XIV - solicitar, por meio de documento formal, à Secretaria Municipal Turismo, Esporte, Cultura e Lazer, o custeio das despesas necessárias ao seu funcionamento, especificando no mesmo ato os gastos orçamentários;

XV - prestar informações ao público, sobre matérias pertinentes à sua área de atuação;

XVI - aprovar o regimento interno da Conferência Municipal de Cultura;

XVII - estabelecer o regimento interno do Conselho Municipal de Política Cultural de Ibirapu;

XVIII - promover os atos e ações necessárias ao processo sucessório de eleição dos seus membros;

XIX - outras competências e finalidades pertinentes à sua área de atuação.

Art. 42. Compete às Câmaras Setoriais, quando concretamente existir, fornecer subsídios ao Plenário do Conselho Municipal de Política Cultural de Ibirapu para a definição de políticas, diretrizes e estratégias dos respectivos segmentos culturais.

Art. 43. O Conselho Municipal de Política Cultural de Ibirapu deve se articular com as demais instâncias colegiadas do Sistema Municipal de Cultura para assegurar a integração, funcionalidade e racionalidade do sistema e a coerência das políticas públicas de cultura implementadas no âmbito do Sistema Municipal de Cultura.

Seção V

Do Conselho Municipal de Política Cultural

Art. 44. A Secretaria Municipal de Turismo, Esporte, Cultura e Lazer, exercerá as funções de apoio administrativo, incluídas as da secretaria executiva, e de assessoramento técnico ao Conselho.

Art. 45. A presidência do Conselho Municipal de Política Cultural poderá opinar, sugerir e dar voto minerva e será exercida pelo Gestor da Secretaria Municipal de Turismo, Esporte, Cultura e Lazer ou por servidor indicado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 46. O Poder Público Municipal, através de seu site oficial, assegurará a publicação de todos os atos que o Conselho Municipal de Política Cultural de Ibirapu solicitar.

Art. 47. O Poder Executivo Municipal, através da Secretaria Municipal de Turismo, Esporte, Cultura e Lazer, assegurarão ao Conselho Municipal de Política Cultural os meios necessários para sua instalação e funcionamento.

Art. 48. As decisões do Conselho Municipal de Política Cultural de Ibirapu serão tomadas em forma de resoluções e pareceres, que serão numeradas, arquivadas na Secretaria de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer e disponíveis para consulta mediante solicitação prévia.

Art. 49. O Conselho Municipal de Política Cultural de Ibirapu terá sua organização e o seu funcionamento regulamentado através de seu Regimento Interno.

Art. 50. O Conselho Municipal de Política Cultural de Ibirapu deverá elaborar o seu Regimento Interno, após a posse de seus membros e no prazo de noventa dias contados a partir da publicação desta Lei, remetendo-o ao Prefeito Municipal para homologação através de decreto municipal.

Parágrafo único. Para a elaboração de seu Regimento Interno o Conselho Municipal de Política Cultural de Ibirapu poderá solicitar o assessoramento técnico e jurídico dos órgãos competentes da Prefeitura Municipal.

Seção VI

Da Conferência Municipal De Cultura – CMC

Art. 51. A Conferência Municipal de Cultura – CMC constitui-se numa instância de participação social, em que ocorre articulação entre o Governo Municipal e a sociedade civil, por meio de organizações culturais, e segmentos sociais, artistas, grupos e agentes culturais, para analisar a conjuntura da área cultural no município e propor diretrizes para a formulação de políticas públicas de Cultura, que comporão o Plano Municipal de Cultura – PMC.

§ 1º. É de responsabilidade da Conferência Municipal de Cultura – CMC analisar, aprovar moções, proposições e avaliar a execução das metas concernentes ao Plano Municipal de Cultura – PMC e às respectivas revisões ou adequações.

§ 2º. Cabe ao Órgão responsável pela gestão da Cultura no município convocar e coordenar a Conferência Municipal de Cultura – CMC, que se reunirá ordinariamente a cada três anos ou extraordinariamente, a qualquer tempo, a critério do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC. A data de realização da Conferência Municipal de Cultura – CMC deverá estar de acordo com o calendário de convocação das Conferências Estadual e Nacional de Cultura.

§ 3º. A Conferência Municipal de Cultura – CMC poderá ser precedida de Conferências Setoriais e Territoriais.

§ 4º. A representação da sociedade civil na Conferência Municipal de Cultura – CMC será, no mínimo, de dois terços dos delegados, sendo os mesmos eleitos em Conferências Setoriais e Territoriais.

§ 5º. Em caso de não realização das conferências previstas no parágrafo 4º, o plenário da CMC será formado pelos participantes presentes ao evento.

Seção VII

Dos Instrumentos de Gestão

Art. 52. Constituem-se em instrumentos de gestão do Sistema Municipal de Cultura – SMC:

I - Plano Municipal de Cultura – PMC;

II - Sistema Municipal de Financiamento à Cultura – SMFC;

III - Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais – SMIIC; IV. Programa Municipal de Formação em arte e Cultura – PROMFAC.

Parágrafo único. Os instrumentos de gestão do Sistema Municipal de Cultura – SMC se caracterizam como ferramentas de planejamento, inclusive técnico e financeiro, e de qualificação dos recursos humanos.

Seção VIII

Do Plano Municipal De Cultura – PMC

Art. 53. O Plano Municipal de Cultura – PMC tem duração decenal e é um instrumento de planejamento estratégico que organiza, regula e norteia a execução da Política Municipal de Cultura na perspectiva do Sistema Municipal de Cultura – PMC.

Art. 54. A elaboração do Plano Municipal de Cultura – PMC é de responsabilidade do Órgão responsável pela gestão da Cultura no município, que, a partir das diretrizes propostas pela Conferência Municipal de Cultura – CMC, desenvolve Projeto de Lei a ser submetido ao Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC e, posteriormente, encaminhado à Câmara de Vereadores.

§ 1º. O Plano deve conter:

I - diagnóstico do desenvolvimento da cultura;

II - diretrizes e prioridades;

III - objetivos gerais e específicos;

IV - estratégias e ações; e

V - mecanismos e fontes de financiamento.

§ 2º. Após a aprovação do Plano Municipal de Cultura, as respectivas metas, resultados e impactos esperados, recursos materiais, humanos e financeiros disponíveis e necessários e indicadores de monitoramento e avaliação deverão ser formulados no formato de Planos de Trabalho anuais e apresentados ao Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC.

Seção IX

Do Sistema Municipal de Financiamento à Cultura – SMFC

Art. 55. O Sistema Municipal de Financiamento à Cultura – SMFC é constituído pelo conjunto de mecanismos de financiamento público da cultura, no âmbito do Município de Ibirapu, que devem ser diversificados e articulados.

Parágrafo único. São mecanismos de financiamento público da cultura no âmbito do Município de Ibirapu:

I - Orçamento Público do Município, estabelecido na Lei Orçamentária Anual (LOA);

II - Fundo Municipal de Cultura, definido nesta lei;

III - outros que venham a ser criados.

Seção X

Do Fundo Municipal de Cultura – FMC

Art. 56. Fica criado o Fundo Municipal de Cultura – FMC, vinculado ao Órgão responsável pela gestão da Cultura no município como fundo de natureza contábil e financeira, com prazo indeterminado de duração, de acordo com as regras definidas nesta lei.

Art. 57. O Fundo Municipal de Cultura – FMC se constitui no principal mecanismo de financiamento das políticas públicas de cultura no município, com recursos destinados a programas, projetos e ações culturais implementados de forma descentralizada, podendo estabelecer parcerias com a União e com o Governo Estadual.

Parágrafo único. É vedada a utilização de recursos do Fundo Municipal de Cultura – FMC com despesas de manutenção administrativa dos Governos Municipais, Estadual e Federal, bem como de suas entidades vinculadas.

Art. 58. São receitas do Fundo Municipal de Cultura – FMC:

I - dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual (LOA) do Município de Ibiraçu e seus créditos adicionais;

II - transferências federais e/ou estaduais à conta do Fundo Municipal de Cultura – FMC;

III - contribuições de mantenedores;

IV - produto do desenvolvimento de suas finalidades institucionais, tais como:

a) arrecadação dos preços públicos cobrados pela cessão de bens municipais sujeitos à administração do Órgão responsável pela gestão da Cultura no município;

b) resultado da venda de ingressos de espetáculos ou de outros eventos artísticos e promoções, produtos e serviços de caráter cultural;

c) doações e legados nos termos da legislação vigente;

d) subvenções e auxílios de entidades de qualquer natureza, inclusive de organismos internacionais;

e) reembolso das operações de empréstimo porventura realizadas por meio do Fundo Municipal de Cultura – FMC, a título de financiamento reembolsável, observados os critérios de remuneração que, no mínimo, lhes preserve o valor real;

f) retorno dos resultados econômicos provenientes dos investimentos porventura realizados em empresas e projetos culturais efetivados com recursos do Fundo Municipal de Cultura – FMC;

g) resultado das aplicações em títulos públicos federais, obedecida a legislação vigente sobre a matéria;

h) empréstimos de instituições financeiras ou outras entidades;

i) saldos não utilizados na execução dos projetos culturais financiados com recursos dos mecanismos previstos no Sistema Municipal de Cultura – SMC;

j) devolução de recursos determinados pelo não cumprimento ou desaprovação de contas de projetos culturais custeados

pelos mecanismos previstos no Sistema Municipal de Financiamento à Cultura – SMFC;

k) saldos de exercícios anteriores; e

l) outras receitas legalmente incorporáveis que lhe vierem a ser destinadas.

Art. 59. O Fundo Municipal de Cultura – FMC será administrado pelo Órgão responsável pela gestão da Cultura no município e apoiará projetos culturais por meio da modalidade não reembolsáveis, na forma do regulamento, para apoio a projetos culturais apresentados por pessoas físicas e pessoas jurídicas de direito público e de direito privado, com ou sem fins lucrativos, preponderantemente por meio de editais de seleção pública.

Art. 60. Os custos referentes à gestão do Fundo Municipal de Cultura – FMC com planejamento, estudos, acompanhamento, avaliação e divulgação de resultados, incluídas a aquisição ou a locação de equipamentos e bens necessários ao cumprimento de seus objetivos, não poderão ultrapassar cinco por cento de suas receitas observados o limite fixado anualmente por ato do CMPC.

Art. 61. O Fundo Municipal de Cultura – FMC financiará projetos culturais apresentados por pessoas físicas e pessoas jurídicas de direito público e de direito privado, com ou sem fins lucrativos.

§ 1º. Os projetos culturais previstos no caput deverão apresentar planilha de custos, com preços compatíveis com os do mercado, e valor suficiente para a execução do projeto.

§ 2º. No caso de despesas administrativas, estas não poderão exceder o limite de dez por cento do custo total do projeto, excetuados aqueles apresentados por entidades privadas sem fins lucrativos, que poderão conter despesas administrativas de até quinze por cento de seu custo total.

§ 3º. Nos casos em que a contrapartida for obrigatória, o proponente deve comprovar que dispõe de recursos financeiros ou de bens ou serviços, se economicamente mensuráveis, para complementar o montante aportado pelo Fundo Municipal de Cultura – FMC, ou que está assegurada a obtenção de financiamento por outra fonte.

Art. 62. Fica autorizada a composição financeira de recursos do Fundo Municipal de Cultura – FMC com recursos de pessoas jurídicas de direito público ou de direito privado, com fins lucrativos para apoio compartilhado de programas, projetos e ações culturais de interesse estratégico, para o desenvolvimento das cadeias produtivas da cultura.

§ 1º. O aporte dos recursos das pessoas jurídicas de direito público ou de direito privado previsto neste artigo não gozará de incentivo fiscal.

§ 2º. A concessão de recursos financeiros, materiais ou de infraestrutura pelo Fundo Municipal de Cultura – FMC será formalizada por meio de:

I - Termo de Fomento, Termos de Cooperação ou Acordos de Cooperação, na forma do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC;

II - de Termo de Parceria; contratos específicos;

III - prêmios e;

IV - outros.

Art. 63. Para seleção de projetos apresentados ao Fundo Municipal de Cultura – FMC, fica criada a Comissão Municipal de Incentivo à Cultura – CMIC, de composição paritária entre membros dos Poder Público e da Sociedade Civil.

Art. 64. A Comissão Municipal de Incentivo à Cultura – CMIC será constituída por seis membros titulares e igual número de suplentes.

§ 1º. Os três membros do Poder Público serão indicados pelo Órgão responsável pela gestão da Cultura no município.

§ 2º. Os três membros da Sociedade Civil serão escolhidos conforme regulamento.

Art. 65. Na seleção dos projetos a Comissão Municipal de Incentivo à Cultura – CMIC deve ter como referência maior o Plano Municipal de Cultura – PMC e considerar as diretrizes e prioridades definidas anualmente e aprovadas pelo Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC.

Art. 66. A Comissão Municipal de Incentivo à Cultura – CMIC deve adotar critérios objetivos na seleção das propostas:

I - relevância cultural e excelência do projeto;

II - adequação orçamentária e viabilidade de execução;

III - potencial de execução do proponente e equipe envolvida no projeto;

IV - efeito multiplicador do projeto;

V - adequação às diretrizes dos Planos Municipal, quando houver, Estadual e Nacional de Cultura.

Seção XI

Do Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais – SMIIC

Art. 67. Cabe ao Órgão responsável pela gestão da Cultura no município desenvolver o Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais – SMIIC, com a finalidade de gerar informações e estatísticas da realidade cultural local com cadastros e indicadores culturais construídos a partir de dados coletados pelo Município.

§ 1º. O Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais – SMIIC é constituído de bancos de dados referentes a bens, serviços, infraestrutura, investimentos, produção, acesso, consumo, agentes, programas, instituições e gestão cultural, entre outros, e estará disponível ao público ao ser integrado aos Sistemas Estadual e Nacional de Informações e Indicadores Culturais.

§ 2º. O município que não dispuser de condições para criar plataforma digital própria poderá se associar ao Sistema Estadual de Informações e Indicadores Culturais – SEIIC para daí extrair o quadro geral da produção cultural local, a partir de colaboração por meio da inserção contínua de informações para alimentar o Sistema SEIIC.

§ 3º. O processo de estruturação do Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais – SMIIC terá como referência o modelo nacional, definido pelo Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais – SNIIC.

Art. 68. O Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais – SMIIC tem como objetivos:

I - coletar, sistematizar e interpretar dados, fornecer metodologias e estabelecer parâmetros à mensuração da atividade do campo cultural e das necessidades sociais por cultura, que permitam a formulação, monitoramento, gestão e avaliação das políticas públicas de cultura e das políticas culturais em geral;

II - disponibilizar estatísticas, indicadores e outras informações relevantes para a caracterização da demanda e oferta de bens culturais no Município;

III - exercer e facilitar o monitoramento e avaliação das políticas públicas de cultura e das políticas culturais em geral, assegurando ao poder público e à sociedade civil o acompanhamento do desempenho do Plano Municipal de Cultura – PMC.

Art. 69. O Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais – SMIIC fará levantamentos para a realização de mapeamentos culturais para o conhecimento da diversidade cultural local e transparência dos investimentos públicos no setor cultural.

Art. 70. O Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais – SMIIC integrado aos Sistemas Nacional e Estadual de Informações e Indicadores Culturais poderá estabelecer parcerias com instituições especializadas na área de economia da cultura, de pesquisas socioeconômicas e demográficas e com outros institutos de pesquisa, para desenvolver uma base consistente e contínua de informações relacionadas ao setor cultural e elaborar indicadores culturais que contribuam tanto para a gestão das políticas públicas da área, quanto para fomentar estudos e pesquisas nesse campo.

Seção XII

Do Programa Municipal de Formação na Área da Cultura - PROMFAC

Art. 71. Cabe ao Órgão responsável pela gestão da Cultura no município elaborar, regulamentar e implementar o Programa Municipal de Formação em Arte e Cultura, em articulação com os demais entes federados e parceria com a Secretaria Municipal de Educação e instituições educacionais, tendo como objetivo central capacitar artistas e agentes culturais, assim como gestores dos setores público, privado e conselheiros de cultura, responsáveis pela formulação e implementação das políticas públicas de cultura, no âmbito do Sistema Municipal de Cultura.

Art. 72. O Programa Municipal de Formação em arte e Cultura deve promover:

I - a qualificação técnico-administrativa e capacitação em política cultural dos agentes envolvidos na formulação e na gestão de programas, projetos e serviços culturais oferecidos à população;

II - a formação nas áreas técnicas e artísticas e de economia criativa.

TÍTULO III

DO FINANCIAMENTO

CAPÍTULO I

DOS RECURSOS

Art. 73. O Fundo Municipal de Cultura – FMC é a principal fonte de recursos do Sistema Municipal de Cultura.

Parágrafo único. O orçamento do Município se constitui, também, fonte de recursos do Sistema Municipal de Cultura.

Art. 74. O financiamento das políticas públicas de cultura, estabelecidas no Plano Municipal de Cultura far-se-á com os recursos do Município, possíveis repasses do Estado e da União, além dos demais recursos que compõem o Fundo Municipal de Cultura – FMC.

Art. 75. O Município deverá destinar recursos do Fundo Municipal de Cultura – FMC para uso como contrapartida de transferências do Fundo Nacional de Cultura ou de recursos do Tesouro Estadual, quando for o caso.

Parágrafo único. Os recursos oriundos de repasses do Fundo Nacional de Cultura ou de recursos do Tesouro Estadual, serão destinados a:

I - políticas, programas, projetos e ações previstas nos Planos Nacional, Estadual ou Municipal de Cultura;

II - para o financiamento de projetos culturais escolhidos pelo Município por meio de seleção pública.

Art. 76. Os critérios de aporte de recursos do Fundo Municipal de Cultura – FMC deverão considerar a participação dos diversos segmentos culturais e territórios na distribuição total de recursos municipais para a cultura, com vistas a promover a descentralização do investimento.

CAPÍTULO II

DA GESTÃO FINANCEIRA

Art. 77. Os recursos financeiros da Cultura poderão ser depositados em conta específica, e administrados pelo Órgão responsável pela gestão da Cultura no município, sob fiscalização do Conselho Municipal de Políticas Culturais – CMPC.

§ 1º. Os recursos financeiros do Fundo Municipal de Cultura – FMC serão administrados pelo Órgão responsável pela gestão da Cultura no município.

§ 2º. O Órgão responsável pela gestão da Cultura no município acompanhará a conformidade à programação aprovada da aplicação dos recursos no caso de repasses pela União e Estado ao Município.

Art. 78. O Município deverá tornar público os valores e a finalidade dos recursos recebidos da União e do Estado, transferidos dentro dos critérios estabelecidos pelo Sistema Nacional e pelo Sistema Estadual de Cultura.

Parágrafo único. O Município deverá zelar e contribuir para que sejam adotados pelo Sistema nacional de Cultura critérios públicos e transparentes, com partilha e transferência de recursos de forma equitativa, resultantes de uma combinação de indicadores sociais, econômicos, demográficos e outros específicos da área cultural, considerando as diversidades regionais.

Art. 79. O Município deverá assegurar a condição mínima para receber repasses de recursos no âmbito dos Sistemas Nacional e Estadual de Cultura, com a efetiva instituição e funcionamento dos componentes mínimos do Sistema Municipal de Cultura e a alocação de recursos próprios destinados à Cultura na Lei Orçamentária Anual (LOA) e no Fundo Municipal de Cultura.

CAPÍTULO III

DO PLANEJAMENTO E DO ORÇAMENTO

Art. 80. O processo de planejamento e do orçamento do Sistema Municipal de Cultura – SMC deve buscar a integração do nível local, estadual e nacional, ouvidos seus órgãos deliberativos, compatibilizando-se as necessidades da política de cultura com a disponibilidade de recursos próprios do Município, as transferências do Estado e da União, quando houver, e outras fontes de recursos.

Parágrafo único. O Plano Municipal de Cultura será a base das atividades e programações do Sistema Municipal de Cultura e seu financiamento será previsto no Plano Plurianual – PPA, na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e na Lei Orçamentária Anual – LOA.

Art. 81. As diretrizes a serem observadas na elaboração do Plano Municipal de Cultura serão propostas pela Conferência Municipal de Cultura e pelo Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 82. O Município de Ibirapu deverá se integrar ao Sistema Nacional de Cultura por meio de assinatura do termo de adesão voluntária, na forma do regulamento, estando, assim, igualmente integrado ao Sistema Estadual de Cultura.

Art. 83. Sem prejuízo de outras sanções cabíveis, constitui crime de emprego irregular de verbas ou rendas públicas, previsto no artigo 315 do Código Penal, a utilização de recursos financeiros do Sistema Municipal de Cultura – SMC em finalidades diversas das previstas nesta Lei.

Art. 84. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Ibirapu/ES, em 02 de julho de 2020

EDUARDO MAROZZI ZANOTTI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração em 02 de julho de 2020.

LETICIA ROZINDO SARCINELI PEREIRA

Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos

PORTARIA Nº 20.604/2020

Publicação Nº 284115

*Prefeitura Municipal de Ibiracu**Estado do Espírito Santo***PORTARIA 20.604/2020****INSTITUI PROTOCOLO DE
COMBATE À PANDEMIA DO
NOVO CORONAVIRUS E DÁ
OUTRAS PROVIDENCIAS.**

O Prefeito Municipal de Ibiracu, Estado do Espírito Santo, usando de suas atribuições legais, e;

Considerando a Lei Federal nº 13.979 de 06 de Fevereiro de 2020 que dispõe sobre as medidas de prevenção e enfrentamento da emergência da saúde pública provocada pelo COVID-19;

Considerando o Decreto Estadual de nº 4593-R, de 13 de março de 2020 que decreta o estado de emergência em saúde pública no Estado do Espírito Santo e estabelece medidas sanitárias e administrativas para prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos decorrentes do COVID-19 e dá outras providências;

Considerando que cabe ao Ministério da Saúde acompanhar, controlar e avaliar as ações e os serviços de saúde, respeitadas as competências estaduais e municipais, nos termos da Constituição Federal e da Lei no 8080, de 19 de setembro de 1990;

Considerando que até o momento não existem evidências científicas robustas que possibilitem a indicação de terapia farmacológica específica para a COVID-19;

Considerando que alguns Estados, Municípios e hospitais da rede privada já estabeleceram protocolos próprios de uso da cloroquina e da hidroxicloroquina para tratamento da COVID-19;

Considerando a necessidade de uniformização da informação para os profissionais da saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde;

Considerando a larga experiência do uso da cloroquina e da hidroxicloroquina no tratamento de outras doenças infecciosas e de doenças crônicas no âmbito do Sistema Único de Saúde, e que não existe, até o momento, outro tratamento eficaz disponível para a COVID-19;

Av. Conde D'Eu, 486 - Centro - Ibiracu - Esp. Santo - Cep: 29.670-000 - Tel: (27) 3257-0516



Prefeitura Municipal de Ibiracú

Estado do Espírito Santo

Considerando a necessidade de orientar o uso da cloroquina e da hidroxicloroquina no âmbito do Sistema Único de Saúde pelos profissionais médicos;

Considerando a necessidade de reforçar que a auto prescrição dos medicamentos aqui orientados pode resultar em prejuízos a saúde e/ou redução da oferta para pessoas com indicação precisa para o seu uso;

Considerando a necessidade de avaliação dos pacientes através de anamnese, exame físico e exames complementares nos equipamentos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando que o Conselho Federal de Medicina recentemente propôs a consideração da prescrição de cloroquina e hidroxicloroquina pelos médicos, em condições excepcionais, mediante o livre consentimento esclarecido do paciente, para o tratamento da COVID-19 (PROCESSO-CONSULTA CFM nº 8/2020 – PARECER CFM nº 4/2020).

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituído o protocolo a ser observada como orientação a Secretaria Municipal de Saúde e a seus servidores, ao tratamento que busca o combate à pandemia provocado pelo Novo Coronavírus – COVID-19.

I – O protocolo instituído segue em Anexo a esta Portaria e fica fazendo parte integrante para cumprimento por todos os servidores da Secretaria Municipal de Saúde, contratados temporários ou diaristas plantonistas ou não.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria n.º 20.603/2020.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito do Município de Ibiracú, em 07 de julho de 2020.

Av. Conde D'Eu, 486 - Centro - Ibiracú - Esp. Santo - Cep: 29.670-000 - Tel: (27) 3257-0516



Prefeitura Municipal de Ibiraçu

Estado do Espírito Santo

EDUARDO MAROZZI ZANOTTI

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria Municipal de Administração em 07 de julho de 2020.

LETICIA ROZINDO SARCINELLI PEREIRA

Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos

Av. Conde D'Eu, 486 - Centro - Ibiraçu - Esp. Santo - Cep: 29.670-000 - Tel: (27) 3257-0516



Prefeitura Municipal de Ibiraçu

Estado do Espírito Santo

PROTOCOLO COVID-19 (GUIA ORIENTADOR)

Av. Conde D'Eu, 486 - Centro - Ibiraçu - Esp. Santo - Cep: 29.670-000 - Tel: (27) 3257-0516



Prefeitura Municipal de Ibiraçu

Estado do Espírito Santo

**Ibiraçu-ES
2020**

Prefeito Municipal
EDUARDO MAROZZI ZANOTTI

Vice-Prefeito
JOSÉ LUIZ TORRES TEIXEIRA JÚNIOR

Secretária Municipal de Saúde
ROSICLEA PELISSARI OLIVEIRA

Sub Secretária Municipal de Saúde
KELI FIOROTTI

COMITÊ SANITÁRIO

Equipe Técnica:

Diretor Clínico – CRM/ES 3.524
Dr. PAULO ROBERTO MENDES PRATTI

Médico do Família – CRM/ES 13.861
Dr. LUAN NEVES MORO

Coordenadora da Vigilância em Saúde
ADRIANA SIQUEIRA PIOL

Farmacêutica Bioquímica – CRF/ES 2.565
PAMELA ALBUGUETHI DE MARCHI

Coordenador da Atenção Primária em Saúde/Enfermeiro – COREN/ES
608.826
DOUGLAS DOS SANTOS ANDRADE

Av. Conde D'Eu, 486 - Centro - Ibiraçu - Esp. Santo - Cep: 29.670-000 - Tel: (27) 3257-0516



Prefeitura Municipal de Ibiraçu

Estado do Espírito Santo

Enfermeira COREN/ES 390.782

MARINETE ALVES VICENTE CARDOSO

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	4
NOTAS	5
RECOMENDAÇÕES	6
1. DEFINIÇÕES DO CASO	7
1.1 Precoce de pacientes PEDIÁTRICOS com diagnóstico da COVID-19, conforme a classificação dos sinais ou sintomas	8
1.2 Precoce de pacientes GESTANTES com diagnóstico da COVID-19, conforme a classificação dos sinais ou sintomas	9
1.3 Precoce de pacientes GESTANTES com diagnóstico da COVID-19, conforme a classificação dos sinais ou sintomas	10
2. DEFINIÇÕES DAS FASES	12
3. TRATAMENTO	17
4. DEFINIÇÃO DE PACIENTE DE RISCO	22

Av. Conde D'Eu, 486 - Centro - Ibiraçu - Esp. Santo - Cep: 29.670-000 - Tel: (27) 3257-0516



Prefeitura Municipal de Ibiraçu

Estado do Espírito Santo

ANEXO I – MODELO DE TERMO DE CIENCIA E CONSENTIMENTO

.....

23

AUTORIZAÇÃO DO PACIENTE OU RESPONSÁVEL

.....

24

DECLARAÇÃO DO MÉDICO RESPONSÁVEL

.....

25

REFERÊNCIAS

.....

26

Av. Conde D'Eu, 486 - Centro - Ibiraçu - Esp. Santo - Cep: 29.670-000 - Tel: (27) 3257-0516



Prefeitura Municipal de Ibiraçu

Estado do Espírito Santo

INTRODUÇÃO

Considerando que cabe ao Ministério da Saúde acompanhar, controlar e avaliar as ações e os serviços de saúde, respeitadas as competências estaduais e municipais, nos termos da Constituição Federal e da Lei no 8080, de 19 de setembro de 1990;

Considerando que até o momento não existem evidências científicas robustas que possibilitem a indicação de terapia farmacológica específica para a COVID-19;

Considerando que alguns Estados, Municípios e hospitais da rede privada já estabeleceram protocolos próprios de uso da cloroquina e da hidroxicloroquina para tratamento da COVID-19;

Considerando a necessidade de uniformização da informação para os profissionais da saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde;

Considerando a larga experiência do uso da cloroquina e da hidroxicloroquina no tratamento de outras doenças infecciosas e de doenças crônicas no âmbito do Sistema Único de Saúde, e que não existe, até o momento, outro tratamento eficaz disponível para a COVID-19;

Considerando a necessidade de orientar o uso da cloroquina e da hidroxicloroquina no âmbito do Sistema Único de Saúde pelos profissionais médicos;

Considerando a necessidade de reforçar que a auto prescrição dos medicamentos aqui orientados pode resultar em prejuízos à saúde e/ou redução da oferta para pessoas com indicação precisa para o seu

Av. Conde D'Eu, 486 - Centro - Ibiraçu - Esp. Santo - Cep: 29.670-000 - Tel: (27) 3257-0516



Prefeitura Municipal de Ibiraçu

Estado do Espírito Santo

USO;

Considerando a necessidade de avaliação dos pacientes através de anamnese, exame físico e exames complementares nos equipamentos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando que o Conselho Federal de Medicina recentemente propôs a consideração da prescrição de cloroquina e hidroxiclороquina pelos médicos, em condições excepcionais, mediante o livre consentimento esclarecido do paciente, para o tratamento da COVID-19 (PROCESSO-CONSULTA CFM no 8/2020 – PARECER CFM Nº 4/2020)

Av. Conde D'Eu, 486 - Centro - Ibiraçu - Esp. Santo - Cep: 29.670-000 - Tel: (27) 3257-0516



Prefeitura Municipal de Ibiraçu

Estado do Espírito Santo

NOTAS

- ✓ Apesar de serem medicações utilizadas em diversos protocolos e de possuírem atividade in vitro demonstrada contra o coronavírus, ainda não há meta-análises de ensaios clínicos multicêntricos, controlados, cegos e randomizados que comprovem o benefício inequívoco dessas medicações para o tratamento da COVID-19. Sendo o necessária também a vontade declarada do paciente, conforme modelo anexo.
- ✓ O uso das medicações está condicionado à avaliação médica, com realização de anamnese, exame físico e exames complementares, em Unidade de Saúde. Sendo encaminhado a ficha de notificação e os dados do paciente para a "Central de Monitoramento" a fim de acompanhamento destes pacientes para seguimento clínico e medicamentoso.
- ✓ Os critérios clínicos para início do tratamento em qualquer fase da doença não excluem a necessidade de confirmação laboratorial e radiológica.
- ✓ São contra-indicações absolutas ao uso da Hidroxicloroquina: *gravidez, retinopatia/maculopatia secundária* ao uso do fármaco já diagnosticada, hipersensibilidade ao fármaco, miastenia grave.
- ✓ Avaliar a necessidade de ajuste da dose de hidroxicloroquina para insuficiência ou insuficiência hepática.
- ✓ Não coadministrar hidroxicloroquina com amiodarona e flecainida. Há interação moderada da hidroxicloroquina com: *digoxina (monitorar), ivabradina e propafenona, etexilato de dabigatrana, edoxabana*. Há interação leve com *verapamil e ranolazina*.
- ✓ Cloroquina deve ser usada com precaução em portadores de

Av. Conde D'Eu, 486 - Centro - Ibiraçu - Esp. Santo - Cep: 29.670-000 - Tel: (27) 3257-0516



Prefeitura Municipal de Ibiraçu

Estado do Espírito Santo

doenças cardíacas, hepáticas ou renais, hematóporfiria e doenças mentais.

✓ Cloroquina deve ser evitada em associação com: *clorpromazina, clindamicina, estreptomicina, gentamicina, heparina, indometacina, tiroxina, isoniazida e digitálicos.*

RECOMENDAÇÕES

Deverá ser feita a notificação e coleta de materiais para diagnóstico da Covid-19 conforme NOTA TÉCNICA COVID-19 Nº 29/2020 – GEVS/SESA/ES - Definição de Casos Operacionais e Critérios de Coleta; Deverá orientar o isolamento social para o paciente e todos os contatos que moram no mesmo domicílio por até 14 dias conforme a Portaria nº 454, de 29 de março de 2020 e fazer em duas vias os termos abaixo, sendo um para o paciente, outro para anexar ao prontuário:

I - termo de consentimento livre e esclarecido de que trata o § 4º do art. 3º da Portaria nº 356/GM/MS, de 11 de março de 2020; e

II - termo de declaração, contendo a relação das pessoas que residam ou trabalhem no mesmo endereço, nos termos do Anexo.

Mediante avaliação médica e consentimento do paciente, deverá ser preenchido o termo de consentimento livre e esclarecido sobre o uso deste protocolo por ainda não haver comprovação científica dessas medicações para COVID-19.

Pacientes com síndrome respiratória que tem indicação para tratamento com TAMIFLU, deverá seguir prescrição conforme Protocolo para Influenza.

É de responsabilidade do médico prescritor, fazer o monitoramento dos pacientes que o mesmo indicar o tratamento:

I - Realização de ELETROCARDIOGRAMA antes do início do Protocolo, no **3º** (terceiro) dia e **5º** (quinto) dia de tratamento;

II - Monitoramento da Função Renal e Hepática.

Este comitê reconhece que não há evidências científicas de comprovação para tratamento específico para a COVID – 19 e poderá alterar este documento mediante as alterações e novas evidências científicas.

Av. Conde D'Eu, 486 - Centro - Ibiraçu - Esp. Santo - Cep: 29.670-000 - Tel: (27) 3257-0516



Prefeitura Municipal de Ibiraçu

Estado do Espírito Santo

1. DEFINIÇÕES DO CASO

CASO SUSPEITO	I. Paciente com sintomas compatíveis com COVID-19 na ausência de outra etiologia que possa explicar completamente a situação clínica, mesmo na ausência de contato com caso conhecido. II. Antecedente de contato com paciente com COVID-19 em período menor que 14 dias.
SINTOMAS INESPECÍFICOS	Temperatura maior ou igual a 37,8°C Tosse seca Anorexia Astenia Odinofagia Dor de cabeça persistente Diarreia Calafrios Mialgia - artralgia Pouca ou nenhuma secreção de vias aéreas superiores Rash cutâneo ou manifestações cutâneas inespecíficas Conjuntivite Outros sintomas gastrintestinais: náuseas, vômitos, dor abdominal. Hipotermia.

Av. Conde D'Eu, 486 - Centro - Ibiraçu - Esp. Santo - Cep: 29.670-000 - Tel: (27) 3257-0516



Prefeitura Municipal de Ibiraçu

Estado do Espírito Santo

SINTOMAS CARACTERÍSTI COS COM ALTA PROBABILIDAD E DIAGNÓSTICA	Anosmia Ageusia Dificuldade respiratória Sensação de <i>bolus</i> na garganta Peso ou opressão na região <i>esternal</i> Lesões vasculares nas extremidades
<ul style="list-style-type: none"> ➤ A combinação dos inespecíficos com um dos sintomas de alta probabilidade praticamente faz o diagnóstico clínico. ➤ A presença de sintomas inespecíficos com ou sem um dos sintomas de alta probabilidade em pessoa que teve contato com paciente positivo para COVID-19 ou que resida na mesma casa de paciente positivo para COVID-19 faz o diagnóstico clínico. Durante uma pandemia o diagnóstico clínico passa a ser o mais sensível. 	
CASOS CONFIRMADOS	Paciente com <i>swab</i> nasofaríngeo e/ ou orofaríngeo positivo para pesquisa de SARS-COV-2 por RT-PCR independentemente de sinais e sintomas clínicos. Paciente com alta suspeita clínica e imagem radiológica característica com <i>swab</i> nasofaríngeo e/ou orofaríngeo negativo. O tratamento deve ser iniciado antes do resultado do teste que pode demorar ou ter sensibilidade baixa. Durante uma pandemia o diagnóstico clínico passa a ser o mais sensível.

1.1 Precoce de pacientes **PEDIÁTRICOS** com diagnóstico da COVID-19, conforme a classificação dos sinais ou sintomas:

SINAIS E SINTOMAS LEVES	SINAIS E SINTOMAS MODERADOS	SINAIS DE GRAVIDADE
-------------------------	-----------------------------	---------------------

Av. Conde D'Eu, 486 - Centro - Ibiraçu - Esp. Santo - Cep: 29.670-000 - Tel: (27) 3257-0516



Prefeitura Municipal de Ibiráçu

Estado do Espírito Santo

<ul style="list-style-type: none"> • Anosmia • Ageusia • Coriza • Diarreia • Dor abdominal • Febre • Mialgia • Tosse • Fadiga • Cefaleia 	<ul style="list-style-type: none"> • Tosse persistente + febre persistente diária ou • Tosse persistente + piora progressiva de outro sintoma relacionado à COVID-19 (adinamia, prostração, hiporexia, diarreia) ou • Pelo menos um dos sintomas acima + presença de fator de risco 	<ul style="list-style-type: none"> • Taquipneia: ≥ 70 rpm para menores do que 1 ano; ≥ 50 rpm para crianças maiores de 1 ano; • hipoxemia; • desconforto respiratório; • alteração da consciência; • desidratação; • dificuldade para alimentação; • lesão miocárdica; • elevação de enzimas hepáticas; • disfunção da coagulação; • rabdomiólise; • qualquer outra manifestação de lesão em órgãos vitais
--	---	---

1.2 Precoce de pacientes **GESTANTES** com diagnóstico da COVID-19, conforme a classificação dos sinais ou sintomas:

SINAIS E SINTOMAS LEVES	SINAIS E SINTOMAS MODERADOS	SINAIS DE GRAVIDADE
-------------------------	-----------------------------	---------------------

Av. Conde D'Eu, 486 - Centro - Ibiráçu - Esp. Santo - Cep: 29.670-000 - Tel: (27) 3257-0516



Prefeitura Municipal de Ibiraçu

Estado do Espírito Santo

<ul style="list-style-type: none"> • Anosmia • Ageusia • Coriza • Diarreia • Dor abdominal • Febre • Mialgia • Tosse • Fadiga • Cefaleia 	<ul style="list-style-type: none"> • Tosse persistente + febre persistente diária ou • Tosse persistente + piora progressiva de outro sintoma relacionado à COVID-19 (adinamia, prostração, hiporexia, diarreia) ou • Pelo menos um dos sintomas acima + presença de fator de risco 	<ul style="list-style-type: none"> • Síndrome respiratória aguda grave – síndrome gripal que apresente: • Dispneia/desconforto respiratório OU pressão persistente no tórax OU saturação de O₂ menor que 95% em ar ambiente OU coloração azulada de lábios ou rosto • Hipotensão
--	---	--

1.3 Precoce de pacientes **ADULTOS** com diagnóstico da COVID-19, conforme a classificação dos sinais ou sintomas:

SINAIS E SINTOMAS LEVES	SINAIS E SINTOMAS MODERADOS	SINAIS DE GRAVIDADE
-------------------------	-----------------------------	---------------------

Av. Conde D'Eu, 486 - Centro - Ibiraçu - Esp. Santo - Cep: 29.670-000 - Tel: (27) 3257-0516



Prefeitura Municipal de Ibiraçu

Estado do Espírito Santo

<ul style="list-style-type: none"> • Anosmia • Ageusia • Coriza • Diarreia • Dor abdominal • Febre • Mialgia • Tosse • Fadiga • Cefaleia 	<ul style="list-style-type: none"> • Tosse persistente + febre persistente diária ou • Tosse persistente + piora progressiva de outro sintoma relacionado à COVID-19 (adinamia, prostração, hiporexia, diarreia) ou • Pelo menos um dos sintomas acima + pre- sença de fator de risco 	<ul style="list-style-type: none"> • Síndrome respiratória aguda grave – síndrome gripal que apresente: • Dispneia/desconforto respiratório OU pressão persistente no tórax OU saturação de O₂ menor que 95% em ar ambiente OU coloração azulada de lábios ou rosto
--	---	--

2 - FASES DA COVID-19

INCUBAÇÃO: de 4 a 14 dias em seguida à exposição.

FASE 1	Viral	Duração média de até 5 dias		Ambulatorial
FASE 2	Fase Inflamatória 2A	A partir do 5º dia	Sem hipóxia	Ambulatorial
	Fase Inflamatória 2B	A partir do 7º dia	Com hipóxia	Preferentemente hospitalar

Av. Conde D'Eu, 486 - Centro - Ibiraçu - Esp. Santo - Cep: 29.670-000 - Tel: (27) 3257-0516



Prefeitura Municipal de Ibiraçu

Estado do Espírito Santo

FASE 3	Hiperinflamatória	A partir do 10º dia.	Obrigatoriamente e hospitalar	Obrigatoriamente hospitalar
---------------	-------------------	----------------------	-------------------------------	-----------------------------

RECOMENDAÇÕES

Isolamento domiciliar **obrigatório** por **14** (quatorze) dias desde o início dos sintomas que podem ser prolongados por no mínimo 72 (setenta e duas) horas após o desaparecimento dos sintomas clínicos.

ALTA MÉDICA DO PACIENTE AMBULATORIAL

1. Resolução dos sintomas e normalização dos exames laboratoriais mais importantes;
2. Alguns exames podem permanecer alterados, especialmente os que indicam inflamação;
3. A resolução das lesões em vidro fosco pulmonares pode demorar, as lesões em vidro fosco podem desaparecer parcialmente ou podem permanecer como cicatrizes/fibrose pulmonar;
4. Ver as recomendações acima sobre o isolamento domiciliar e alta clínica.

2. DEFINIÇÕES DAS FASES

FASE 1 VIRAL	DURAÇÃO MÉDIA DE ATÉ 5 DIAS
FORMAS DE APRESENTAÇÃO	Sintomas, sinais e exames indicados.

Av. Conde D'Eu, 486 - Centro - Ibiraçu - Esp. Santo - Cep: 29.670-000 - Tel: (27) 3257-0516



Prefeitura Municipal de Ibiraçu

Estado do Espírito Santo

ASSINTOMÁTICO	Nesse período o indivíduo, sem restrições na vida normal, é responsável pela maior disseminação da doença.
SINTOMÁTICO	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Temperatura maior ou igual a 37,8°C ➤ Cefaleia resistente a drogas analgésicas comuns ➤ Astenia ➤ Anosmia ➤ Ageusia
EXAMES LABORATORIAIS	<p>Leucopenia, leucocitose e linfopenia leve. Linfopenia é o achado mais comum em mais de 80% dos casos descritos.</p> <p>Outros exames laboratoriais em geral são normais. Aumento de gama-GT pode ser anterior ao aumento das transaminases (transaminite).</p> <p>O D-dímero se aumentado nessa fase indica início da fase 2A.</p> <p>Relação neutrófilos/linfócitos (valor normal 0,78- 3,53) é um marcador de inflamação subclínica.</p>
RADIOGRAFIA DE TORAX (MENOS SENSÍVEL QUE A T.C)	Os achados não são específicos e o exame pode ser normal na fase inicial da doença em até 70% dos casos.
TC DE TIRAX, SEM CONTRASTE, ALTA RESOLUÇÃO E JANELA PARA PARÊQUINA	<p>Normal ou opacidades em vidro fosco com distribuição subpleural, periférica, de localização variável, difusa ou com discreta predominância nas bases pulmonares.</p> <p>Adenomegalia hilar ou mediastinal muito rara.</p> <p>Derrame pleural pouco frequente; se presente é pequeno ou moderado.</p>

Av. Conde D'Eu, 486 - Centro - Ibiraçu - Esp. Santo - Cep: 29.670-000 - Tel: (27) 3257-0516



Prefeitura Municipal de Ibiracú

Estado do Espírito Santo

Replicação viral crescente ao longo dos dias. Resposta inflamatória inicial.

FASE 2A (SEM HIPOXIA)	INÍCIO: A PARTIR DO 5º DIA
FORMAS DE APRESENTAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Tosse seca (sem dispneia) ➤ Temperatura maior que 37,8º C ➤ Mialgia ➤ Artralgia ➤ Calafrios ➤ Hipotermia <p>Saturação de O2 pelo oxímetro digital normal.</p>
EXAMES LABORATORIAIS	<p>Linfopenia mais acentuada. Plaquetopenia discreta. Aumento progressivo de D-dímero e marcadores inflamatórios (PCR, VSH e outros). Aumento de transaminases.</p>
EXAMES LABORATORIAIS ADICIONAIS	<p>Aumento moderado de interleucina , procalcitonina e troponina. Saturação de O2 pelo oxímetro digital normal</p>
RADIOGRAFIA DE TÓRAX (MENOS SENSÍVEL QUE A T.C.)	<p>O acometimento pulmonar é subestimado pela baixa sensibilidade. Os achados nessa fase incluem opacidades de espaço aéreo (alveolares) ou infiltrado alvéolo- intersticial, multilobares e bilaterais.</p>
TC DE TÓRAX, SEM CONTRASTE, ALT A RESOLUÇÃO E JANELA PARA PARÊNQUIMA	<p>Opacidades em vidro fosco (VF) bilaterais, periféricas, multilobares, em qualquer segmento pulmonar.</p>

Av. Conde D'Eu, 486 - Centro - Ibiracú - Esp. Santo - Cep: 29.670-000 - Tel: (27) 3257-0516



Prefeitura Municipal de Ibiracú

Estado do Espírito Santo

Diminuição da replicação viral e intensificação da resposta inflamatória.

FASE 2B (SEM HIPOXIA)	INÍCIO: A PARTIR DO 7º DIA
FORMAS DE APRESENTAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Limitação física para as atividades normais ➤ Aumento da frequência respiratória >24ipm (incursões por minuto) ➤ Dispneia leve ➤ Arritmia cardíaca, taquicardia ou crises hipertensivas súbitas Hipóxia (oxímetro digital). ➤ Menor que 96 % para jovens. Menor que 93% para idosos.
EXAMES LABORATORIAIS	<p>Linfopenia maior. Plaquetopenia. Se importante e progressiva piora o prognóstico. Relação neutrófilos/linfócitos: marcador de inflamação subclínica (normal : 0,78 a 3,53). A elevação se relaciona a pior prognóstico. Aumento de transaminases. Aumento moderado de CPK, DHL e PCR. Aumento progressivo de D-dímero e outros marcadores de inflamação. Aumento de fibrinogênio.</p>
EXAMES LABORATORIAIS ADICIONAIS	Aumento moderado de troponina.

Av. Conde D'Eu, 486 - Centro - Ibiracú - Esp. Santo - Cep: 29.670-000 - Tel: (27) 3257-0516



Prefeitura Municipal de Ibiraçu

Estado do Espírito Santo

RADIOGRAFIA DE TÓRAX (MENOS SENSÍVEL QUE A T.C.)	Opacidades alveolares multilobares e bilaterais melhor individualizadas.
TC DE TÓRAX, SEM CONTRASTE, ALT A RESOLUÇÃO E JANELA PARA PARÊNQUIMA	<p>Opacidades em vidro fosco (VF) bilaterais, periféricas, multilobares, em segmentos pulmonares associadas a consolidação, ainda periféricas. O espaço aéreo pode ser inundado e atingir porções mais centrais dos pulmões.</p> <p>Espessamento do septo inter e intralobular (pavimentação em mosaico irregular - PMI).</p> <p>Lesões do tipo "sinal de halo" (consolidação circundada por uma "nuvem" de vidro fosco).</p> <p>As opacidades em vidro fosco podem ser referidas em percentuais ou escores que estão relacionados à severidade da doença.</p>
Finalização da replicação viral com inflamação pulmonar e hipóxia.	
FASE 3 (HIPERINFLAMATÓRIA)	A PARTIR DO 10º DIA E TRATAMENTO OBRIGATORIAMENTE HOSPITALAR

Av. Conde D'Eu, 486 - Centro - Ibiraçu - Esp. Santo - Cep: 29.670-000 - Tel: (27) 3257-0516



Prefeitura Municipal de Ibiraçu

Estado do Espírito Santo

<p>FORMAS DE APRESENTAÇÃO</p>	<p>Síndrome Respiratória Aguda Grave. Insuficiências Cardíaca e Renal. Linfocitose hemofagocítica Aumento de linfonodos. Rash cutâneo (considerar o diagnóstico diferencial com arboviroses). Sepses. Sangramento anormal. Febre acima de 38,5° C. Complicações cardíacas (miocardite, Infarto agudo do miocárdio). Choque. Microtrombose sistêmica. Alterações hematológicas tipo Tromboembolismo Pulmonar e Síndrome de Coagulação Intravascular Disseminada.</p>
<p>EXAMES LABORATORIAIS</p>	<p>Citopenias progressivas. Plaquetopenia. Se importante e progressiva piora o prognóstico. Relação neutrófilos/ linfócitos: marcador de inflamação subclínica (normal: 0,78 a 3,53). A elevação se relaciona a pior prognóstico. Alterações de função hepática e renal. Aumento de troponina. Aumento da CPK. Aumento dos marcadores inflamatórios. Aumento do D- dímero.</p>
<p>HIPÓXIA</p>	<p>Hipóxia (oxímetro digital) Menor que 96 % para jovens. Menor que 93% para idosos.</p>

Av. Conde D'Eu, 486 - Centro - Ibiraçu - Esp. Santo - Cep: 29.670-000 - Tel: (27) 3257-0516



Prefeitura Municipal de Ibiraçu

Estado do Espírito Santo

RADIOGRAFIA DE TÓRAX (MENOS SENSÍVEL QUE A T.C.)	Opacidades alveolares multilobares e bilaterais melhor individualizadas.
---	--

Av. Conde D'Eu, 486 - Centro - Ibiraçu - Esp. Santo - Cep: 29.670-000 - Tel: (27) 3257-0516



Prefeitura Municipal de Ibirapu

Estado do Espírito Santo

**TC DE TÓRAX, SEM
CONTRASTE,
ALT
A RESOLUÇÃO E
JANELA PARA
PARÊNQUIMA**

Pico do envolvimento parenquimatoso. Opacidades em vidro fosco (VF) e consolidativas bilaterais ainda predominantes na periferia, gradativamente ocupando todos os segmentos (piora clínica). O grau de insuficiência renal e congestão pulmonar se relaciona ao grau de acometimento intersticial, podendo haver derrame pleural e bandas parenquimatosas residuais. "Sinal do halo invertido", cuja característica é o vidro fosco no centro, delimitado total ou parcialmente, por um anel de consolidação infere pneumonia em organização. A partir do 14º dia as características são da fase de absorção: o padrão de PMI tende a desaparecer, as Opacidades tipo vidro fosco e espessamento brônquico podem desaparecer paulatinamente ou evoluir para fibrose. O grau de sequelas no parênquima pulmonar nos sobreviventes será observado no seguimento evolutivo.

Intensificação da resposta inflamatória e cascata da coagulação;



Prefeitura Municipal de Ibiraçu

Estado do Espírito Santo

3. TRATAMENTO

FASE 1	FASE VIRAL – ATÉ 5 DIAS	RECOMENDAÇÕES
HIDROXICLOROQUINA (HCQ)	Primeiro dia – 400 mg via oral de 12/12 horas. Do segundo ao quinto dia – 400 mg via oral à noite. Tempo de uso de 5 a 10 dias.	Recomendamos ECG prévio. Considerar a mudança da dose em pacientes portadores de doenças crônicas hepáticas ou renais e em pacientes com maior risco de arritmias cardíacas.
	Cloroquina base – (PEDIÁTRICO) 6mg/kg/dia de cloroquina base por 5 dias, 1 vez ao dia (máximo de 300 mg cloroquina base)	Sintomas leves, moderados e graves



Prefeitura Municipal de Ibiraçu

Estado do Espírito Santo

CLOROQUINA	Difosfato de cloroquina (ADULTO) Primeiro dia: 500mg 12/12h (300mg de cloroquina base) Do segundo ao quinto - 500mg 24/24h (300mg de cloroquina base)	descritos neste PLANO, itens: 1.1, 1.2, 1.3.
	Difosfato de cloroquina (GESTANTE) - Primeiro dia: 500mg 12/12h (300mg de cloroquina base) Do segundo ao quinto - 500mg 24/24h (300mg de cloroquina base)	
AZITROMICINA	Azitromicina – 1 cp de 500 mg diariamente por 5 dias de manhã (não associar com a HCQ).	Evitar uso com Taxa de Filtração Glomerular abaixo de 10 mg/dL. Não administrar com Amiodarona e Sotalol. Pode aumentar níveis de Digoxina.
ZINCO (Sulfato de zinco)	20mg 1/dia por 10 dias	-

Av. Conde D'Eu, 486 - Centro - Ibiraçu - Esp. Santo - Cep: 29.670-000 - Tel: (27) 3257-0516



Prefeitura Municipal de Ibiraçu

Estado do Espírito Santo

IVERMECTINA	Ivermectina 6mg 2cp/ dose única. 1cp de 6mg a cada 30kg. Máximo de 2cp.	Não usar em crianças menores que 2 anos de idade e peso abaixo de 15 kg.
CORTICOTERAPIA	Prednisona 20mg 1cp via oral 1 vez ao dia por 5 dias;	-

Avaliar caso a caso as contraindicações destas medicações para cada paciente.

Avaliar a necessidade de novos ECGs durante o período do tratamento, sobretudo em pacientes de risco.

As medicações Hidroxicloroquina, Cloroquina e Azitromicina deverão ser administradas em horários diferentes do dia.

FASE 2A (SEM HIPÓXIA)	A PARTIR DO 5º DIA	RECOMENDAÇÕES
----------------------------------	-------------------------------	----------------------

Av. Conde D'Eu, 486 - Centro - Ibiraçu - Esp. Santo - Cep: 29.670-000 - Tel: (27) 3257-0516



Prefeitura Municipal de Ibiraçu

Estado do Espírito Santo

HIDROXICLOROQUINA (HCQ)	<p>Primeiro dia - 400 mg via oral de 12/12 horas.</p> <p>Do segundo ao quinto dia - 400 mg via oral à noite.</p> <p>Tempo de uso de 5 a 10 dias.</p>	<p>Recomendamos ECG prévio.</p> <p>Considerar a mudança da dose em pacientes portadores de doenças crônicas hepáticas ou renais e em pacientes com maior risco de arritmias cardíacas.</p>
CLOROQUINA	<p>Cloroquina base - (PEDIÁTRICO) 6mg/kg/dia de cloroquina base por 5 dias, 1 vez ao dia (máximo de 300 mg cloroquina base)</p> <p>Difosfato de cloroquina (ADULTO) Primeiro dia: 500mg 12/12h (300mg de cloroquina base) Do segundo ao quinto - 500mg 24/24h (300mg de cloroquina base)</p>	<p>Sintomas leves, moderados e graves descritos neste PLANO, itens: 1.1, 1.2, 1.3.</p>

Av. Conde D'Eu, 486 - Centro - Ibiraçu - Esp. Santo - Cep: 29.670-000 - Tel: (27) 3257-0516



Prefeitura Municipal de Ibiraçu

Estado do Espírito Santo

	Difosfato de cloroquina (GESTANTE) - Primeiro dia: 500mg 12/12h (300mg de cloroquina base) Do segundo ao quinto - 500mg 24/24h (300mg de cloroquina base)	
--	--	--

AZITROMICINA	Azitromicina – 1 cp de 500 mg diariamente por 5 dias de manhã (não associar com a HCQ).	Evitar uso com Taxa de Filtração Glomerular abaixo de 10 mg/dL. Não administrar com Amiodarona e Sotalol. Pode aumentar níveis de Digoxina.
ZINCO (Sulfato de zinco)	20mg 1/dia por 10 dias	-
IVERMECTINA	Ivermectina 6mg 2cp/ dose única. 1cp de 6mg a cada 30kg. Máximo de 2cp.	Não usar em crianças menores que 2 anos de idade e peso abaixo de 15 kg.
CORTICOTERAPIA	Prednisona 20mg 1cp via oral 1 vez ao dia por 5 dias;	-

Avaliar caso a caso as contraindicações destas medicações para cada paciente.

Avaliar a necessidade de novos ECGs durante o período do tratamento, sobretudo em pacientes de risco.

Av. Conde D'Eu, 486 - Centro - Ibiraçu - Esp. Santo - Cep: 29.670-000 - Tel: (27) 3257-0516



Prefeitura Municipal de Ibiraçu

Estado do Espírito Santo

As medicações Hidroxicloroquina, Cloroquina e Azitromicina deverão ser administradas em horários diferentes do dia.

FASE 2B (COM HIPÓXIA)	A PARTIR DO 7º DIA	RECOMENDAÇÕES
<p>Indicamos internamento Hospitalar.</p> <p>Acompanhado de exames prévios, laudos atualizados juntamente do ECG prévio e atualizados.</p>		
<p>OBS: Se realizado RAIO-X, encaminhar em anexo e atualizar.</p>		

4. DEFINIÇÃO DE PACIENTES DE RISCO

I. Pacientes acima de 60 anos.

II. Pacientes com relato de cardiopatia e uso de medicações que pode prolongar o intervalo QT (consulte crediblemeds.org).

III. Pacientes com frequência cardíaca inferior a 60 bpm.

IV. Outras situações: anorexia ou inanição; feocromocitoma; pós parada cardiorrespiratória recente; pós hemorragia subaracnóidea, acidente vascular cerebral ou traumatismo crânio encefálico (primeira semana).

Esse perfil de paciente de risco deve realizar ECG e, caso sejam encontradas alterações que possam predispor a arritmias, deve ser solicitada avaliação de médico cardiologista de forma presencial ou por telemedicina. Após avaliação adequada, considerar terapia com paciente hospitalizado. Na impossibilidade de acesso ao cardiologista ou telemedicina, calcular o intervalo QT corrigido pela frequência cardíaca:

- Intervalo QTc < 450ms pode-se indicar Hidroxicloroquina/Cloroquina e Azitromicina.
- Intervalo QTc entre 450 a 500ms fazer somente Hidroxicloroquina.
- Intervalo QTc > 500ms encaminhar para internação e não prescrever Hidroxicloroquina/Cloroquina e Azitromicina.

Av. Conde D'Eu, 486 - Centro - Ibiraçu - Esp. Santo - Cep: 29.670-000 - Tel: (27) 3257-0516



Prefeitura Municipal de Ibiraçu

Estado do Espírito Santo

**ANEXO I - MODELO DE TERMO DE CIÊNCIA E
CONSENTIMENTO**

TERMO DE CIÊNCIA E CONSENTIMENTO

***Hidroxiclороquina/Clороquina em associação com Azitromicina
para COVID 19***

DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO.

Fui devidamente informado(a), em linguagem clara e objetiva pelo(a) médico(a), de que as avaliações médicas ou laboratoriais revelaram possibilidade ou comprovação de diagnóstico:

COVID 19 causada pelo coronavírus SARS-COV-2

E com base neste diagnóstico me foi orientado o seguinte tratamento/procedimento: *Clороquina ou Hidroxiclороquina em associação com Azitromicina*

OS PROCEDIMENTOS, SEUS BENEFÍCIOS, RISCOS E

Av. Conde D'Eu, 486 - Centro - Ibiraçu - Esp. Santo - Cep: 29.670-000 - Tel: (27) 3257-0516



Prefeitura Municipal de Ibiraçu

Estado do Espírito Santo

ALTERNATIVAS.

Fui devidamente informado(a), em linguagem clara e objetiva pelo(a) médico(a), que:

I. A cloroquina e a hidroxicloroquina são medicamentos disponíveis há muitos anos para a prevenção e tratamento da malária e também para o tratamento de algumas doenças reumáticas como artrite reumatoide e lúpus. Investigadores chineses demonstraram a capacidade dessas drogas de inibir a replicação do coronavírus em laboratório (in vitro). Um estudo francês mostrou que a eliminação do coronavírus da garganta de portadores da COVID-19 se deu de forma mais rápida com a utilização da combinação de hidroxicloroquina e o antibiótico azitromicina, quando comparados a pacientes que não usaram as drogas. Entretanto, não há, até o momento, estudos suficientes para garantir certeza de melhora clínica dos pacientes com COVID-19 quando tratados com cloroquina ou hidroxicloroquina;

II. A Cloroquina e a hidroxicloroquina podem causar efeitos colaterais como redução dos glóbulos brancos, disfunção do fígado, disfunção cardíaca e arritmias, e alterações visuais por danos na retina.

Compreendi, portanto, que não existe garantia de resultados positivos para a COVID-19 e que o medicamento proposto pode inclusive apresentar efeitos colaterais;

Estou ciente de que o tratamento com cloroquina ou hidroxicloroquina associada à azitromicina pode causar os efeitos colaterais descritos acima e outros menos graves ou menos frequentes, os quais podem levar à disfunção de órgãos, ao prolongamento da internação, à incapacidade temporária ou permanente e até ao óbito.

Também fui informado (a) que, independente do uso da cloroquina ou hidroxicloroquina associada à azitromicina, será mantido o tratamento padrão e comprovadamente benéfico para minha situação, que pode incluir medidas de suporte da respiração e oxigenação, ventilação mecânica, drogas para sustentar a pressão e fortalecer o coração, hemodiálise e antibióticos, entre outras terapias oferecidas a pacientes que estão criticamente doentes.

AUTORIZAÇÃO DO PACIENTE OU RESPONSÁVEL

Av. Conde D'Eu, 486 - Centro - Ibiraçu - Esp. Santo - Cep: 29.670-000 - Tel: (27) 3257-0516



Prefeitura Municipal de Ibiraçu

Estado do Espírito Santo

Por livre iniciativa, aceito correr os riscos supramencionados e dou permissão/autorização voluntária para que os medicamentos sejam utilizados da forma como foi exposto no presente termo;

Esta autorização é dada ao(à) médico(a) abaixo identificado(a), bem como ao(s) seu(s) assistente(s) e/ou outro(s) profissional(is) por ele selecionado(s); Tive a oportunidade de esclarecer todas as minhas dúvidas relativas ao(s) procedimento(s), após ter lido e compreendido todas as informações deste documento, antes de sua assinatura;

Apesar de ter entendido as explicações que me foram prestadas, de terem sido esclarecidas todas as dúvidas e estando plenamente satisfeito(a) com as informações recebidas, reservo-me o direito de revogar este consentimento antes que o(s) procedimento(s), objeto deste documento, se realize(m).

Assinatura do Paciente ou Responsável:

Nome _____ (legível):

Grau de Parentesco:

Assinatura

Identidade Nº: _____

Data: _____ / _____ / _____ **Hora:** _____ hs :
_____ mim

DECLARAÇÃO DO MÉDICO RESPONSÁVEL

CONFIRMO que expliquei detalhadamente para o (a) paciente e/ou seu (s) familiar (es), ou responsável (eis), o propósito, os benefícios, os riscos e as alternativas para o tratamento(s) / procedimento(s) acima descritos, respondendo às perguntas formuladas pelos mesmos, e esclarecendo que o consentimento que agora é concedido e firmado poderá ser revogado a qualquer momento antes do

Av. Conde D'Eu, 486 - Centro - Ibiraçu - Esp. Santo - Cep: 29.670-000 - Tel: (27) 3257-0516



Prefeitura Municipal de Ibiragu

Estado do Espírito Santo

procedimento. De acordo com o meu entendimento, o paciente ou seu responsável, está em condições de compreender o que lhes foi informado.

Nome _____ do _____ médico:

CRM Nº. _____

Assinatura + carimbo

REFERÊNCIAS

PROCESSO-CONSULTA CFM no 8/2020 – PARECER CFM Nº 4/2020

INTERESSADO: Conselho Federal de Medicina ASSUNTO: Tratamento de pacientes portadores de COVID-19 com cloroquina e hidroxicloroquina.

RELATOR: Cons. Mauro Luiz de Britto Ribeiro. (Acesso no site portal.cfm.org.br)

CRM-ES reforça orientação sobre uso de medicamentos em pacientes com Covid-19. (Disponível em)

É direito do médico indicar o procedimento adequado ao paciente, observadas as práticas cientificamente reconhecidas e respeitada a legislação vigente – Inciso II, Capítulo II, do Código de Ética Médica.

[http://www.crmes.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=219 87:2020-05-21-14-46- 44&catid=3:noticias&Itemid=462](http://www.crmes.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=219%2087:2020-05-21-14-46-44&catid=3:noticias&Itemid=462)).

ORIENTAÇÕES DO MINISTÉRIO DA SAÚDE PARA MANUSEIO MEDICAMENTOSO PRECOCE DE PACIENTES COM COVID-19.

Acesso _____ **no** _____ **site:** _____

[https://saude.gov.br/images/pdf/2020/May/20/ORIENTA----](https://saude.gov.br/images/pdf/2020/May/20/ORIENTA----PARA-MANUSEIO-MEDICAMENTOSO-PRECOCE-DE-PACIENTES-COM-DIAGN--STICO-DA-COVID-19.pdf) ES-D-PARA- MANUSEIO-MEDICAMENTOSO-PRECOCE-DE-PACIENTES-COM-DIAGN--STICO-DA-COVID-19.pdf

Itaguaçu

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 1.023/2020

Publicação Nº 283986

PORTARIA Nº. 1.023/2020

Suspende férias de servidora.

O Prefeito do Município de Itaguaçu, Estado do Espírito Santo, usando de suas prerrogativas legais, que lhe confere o inciso VIII do Art. 74 da Lei Orgânica do Município de Itaguaçu;

Considerando o OF. SMS Nº. 393/2020 de 01 de Julho de 2020.

RESOLVE:

Art. 1º - Suspende as férias da servidora MARIA APARECIDA VIDAL, Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 07/02/2019 a 06/02/2020 que estavam marcadas para o mês de julho de 2020, para serem gozadas em época oportuna.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Itaguaçu/ES, 01 de julho de 2020.

DARLY DETTMANN

Prefeito Municipal

Publicado em 01/07/2020

EDVÂNIA SONIA PAGUNG SOARES DA MOTA

Secretária Municipal de Administração

Decreto nº. 7.877/2015

PORTARIA Nº. 1.034/2020

Publicação Nº 283988

PORTARIA Nº. 1.034/2020

Retornar a Servidora.

O Prefeito do Município de Itaguaçu, Estado do Espírito Santo, usando de suas prerrogativas legais, que lhe confere o inciso VIII do Art. 74 da Lei Orgânica do Município de Itaguaçu;

CONSIDERANDO a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde-OMS, em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana, pelo novo coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO o Decreto 9.487 de 16 de abril de 2020, que Altera Decreto 9.459/2020 que dispõe sobre a dispensa de servidores que compõem os grupos mais vulneráveis ao COVID-19;

CONSIDERANDO as orientações do Ministério da Saúde quanto aos Agentes Comunitários de Saúde, os quais são remunerados com repasse específico.

CONSIDERANDO o requerimento nº 002006/2020 de 02/06/2020.

RESOLVE:

Art. 1º - Retorna o servidor ODILON FRANCISCO TOME, Auxiliar de Obras e Serviços Públicos, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 03 de junho, retornando ao serviço nas novas condições previstas no referido decreto.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 03 de junho de 2020.

Itaguaçu/ES, 06 de julho de 2020.

DARLY DETTMANN

Prefeito Municipal

Publicado em 06/07/2020.

REGIANE FERREIRA SCHULTZ

Secretária Municipal de Administração em Substituição

Decreto nº. 9.560/2020

PORTARIA Nº. 1.035/2020

Publicação Nº 283989

PORTARIA Nº. 1.035/2020

Concede abono para tratar de assunto de seu interesse pessoal.

O Prefeito do Município de Itaguaçu, Estado do Espírito Santo, usando de suas prerrogativas legais, que lhe confere o inciso VIII do Art. 74 da Lei Orgânica do Município de Itaguaçu e;

- Considerando a Lei nº 1.700/2018 e o requerimento nº 002373/2020 de 06/07/2020.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder à servidora ADRIANA BARLOESIU MONTEIRO, Auxiliar de Obras e Serviços Públicos, lotada na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano, 01 (um) dia de abono para tratar de assunto de seu interesse pessoal, em 10 de julho de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 10 de julho de 2020.

Itaguaçu/ES, 06 de julho de 2020.

DARLY DETTMANN

Prefeito Municipal

Publicado em 06/07/2020.

REGIANE FERREIRA SCHULTZ

Secretária Municipal de Administração em Substituição

Decreto nº. 9.560/2020

PORTARIA Nº. 1.037/2020

Publicação Nº 283991

PORTARIA Nº. 1.037/2020

Concede abono para tratar de assunto de seu interesse pessoal.

O Prefeito do Município de Itaguaçu, Estado do Espírito Santo, usando de suas prerrogativas legais, que lhe confere o inciso VIII do Art. 74 da lei Orgânica do Município de Itaguaçu e;

- Considerando a Lei nº 1.700/2018 e o requerimento nº 002377/2020 de 06/07/2020.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder à servidora GESSIKA DOS SANTOS LIMA, Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, 01 (um) dia de abono para tratar de assunto de seu interesse pessoal, em 09 de julho de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 09 de julho de 2020.

Itaguaçu/ES, 06 de julho de 2020.

DARLY DETTMANN

Prefeito Municipal

Publicado em 06/07/2020.

REGIANE FERREIRA SCHULTZ

Secretária Municipal de Administração em Substituição

Decreto nº. 9.560/2020

PORTARIA Nº. 1.038/2020

Publicação Nº 283994

PORTARIA Nº. 1.038/2020

Concede abono para tratar de assunto de seu interesse pessoal.

O Prefeito do Município de Itaguaçu, Estado do Espírito Santo, usando de suas prerrogativas legais, que lhe confere o inciso VIII do Art. 74 da lei Orgânica do Município de Itaguaçu e;

- Considerando a Lei nº 1.700/2018 e o requerimento nº 002385/2020 de 06/07/2020.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder à servidora EVANI KUTZ FLEGER, Auxiliar Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, 01 (um) dia de abono para tratar de assunto de seu interesse pessoal, em 17 de julho de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 17 de julho de 2020.

Itaguaçu/ES, 07 de julho de 2020.

DARLY DETTMANN

Prefeito Municipal

Publicado em 07/07/2020.

REGIANE FERREIRA SCHULTZ

Secretária Municipal de Administração em Substituição

Decreto nº. 9.560/2020

PORTARIA Nº. 1.040/2020

Publicação Nº 284003

PORTARIA Nº. 1.040/2020

Concede abono para tratar de assunto de seu interesse pessoal.

O Prefeito do Município de Itaguaçu, Estado do Espírito Santo, usando de suas prerrogativas legais, que lhe confere o inciso VIII do Art. 74 da Lei Orgânica do Município de Itaguaçu e;

- Considerando a Lei nº 1.700/2018 e o requerimento nº 002367/2020 de 03/07/2020.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder à servidora MANUELA BIAZE RANGEL DIAS, Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Administração, 01 (um) dia de abono para tratar de assunto de seu interesse pessoal, em 06 de julho de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 06 de julho de 2020.

Itaguaçu/ES, 07 de julho de 2020.

DARLY DETTMANN

Prefeito Municipal

Publicado em 07/07/2020.

REGIANE FERREIRA SCHULTZ

Secretária Municipal de Administração em Substituição

Decreto nº. 9.560/2020

PORTARIA Nº. 1.042/2020

Publicação Nº 284042

PORTARIA Nº. 1.042/2020

Concede licença para acompanhar pessoa da família.

O Prefeito do Município de Itaguaçu, Estado do Espírito Santo, usando de suas prerrogativas legais, que lhe confere nos termos do Art. 123 da Lei 1319/2011, e suas alterações (Estatuto dos Servidores) e em atendimento a Lei 1691/2018 e 1699/2018 do Município de Itaguaçu e;

-Considerando o requerimento nº 002401/2020 de 07/07/2020.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder à servidora, PAULA CRISTINA ALVES REZENDE BORGES, Auxiliar de Obras e Serviços Públicos, lotada

na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano, 02 (dois) dias de licença para acompanhar pessoa da família, a partir de 06 de julho de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 06 de julho de 2020.

Itaguaçu/ES, 07 de julho de 2020.

DARLY DETTMANN

Prefeito Municipal

Publicado em 07/07/2020.

REGIANE FERREIRA SCHULTZ

Secretária Municipal de Administração em Substituição

Decreto nº. 9.560/2020

PORTARIA Nº. 1.043/2020

Publicação Nº 284047

PORTARIA Nº. 1.043/2020

Concede abono para tratar de assunto de seu interesse pessoal.

O Prefeito do Município de Itaguaçu, Estado do Espírito Santo, usando de suas prerrogativas legais, que lhe confere o inciso VIII do Art. 74 da Lei Orgânica do Município de Itaguaçu e;

- Considerando a Lei nº 1.700/2018 e o requerimento nº 002409/2020 de 07/07/2020.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder à servidora DANIELE ANGELA RIVAROLA BARCAROLO BARCELLOS, Auxiliar de Obras e Serviços Públicos, lotada na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano, 01 (um) dia de abono para tratar de assunto de seu interesse pessoal, em 08 de julho de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 08 de julho de 2020.

Itaguaçu/ES, 07 de julho de 2020.

DARLY DETTMANN

Prefeito Municipal

Publicado em 07/07/2020.

REGIANE FERREIRA SCHULTZ

Secretária Municipal de Administração em Substituição

Decreto nº. 9.560/2020

Itarana

PREFEITURA

COMUNICADO

Publicação Nº 284023

COMUNICADO

A Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente – SEMAMA do Município de Itarana/ES torna público que foi requerido por Geraldo Antônio Mattedi, CPF 450.166.667-68, Rod. Galerano Afonso Venturini endereço, através do processo nº 002388/2020, a Licença/Autorização Ambiental Única para atividade de Terraplenagem (corte e/ou aterro), quando não vinculada à atividade sujeita ao licenciamento ambiental (exclusivo para a terraplenagem executada no interior da propriedade rural e com objetivo agropecuário, inclusive carreador). Na localidade de Barra do Limoeiro, Zona Rural, Município de Itarana/ES.

PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 085/2019

Publicação Nº 284240

TERMO DE RESUMO DE ADITIVO

ESPÉCIE: PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 085/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITARANA

CONTRATADA: MARCELO AUGUSTO DA SILVA INFORMÁTICA - ME, CNPJ nº. 27.618.964/0001-54

AMPARO: 002781/2020 de 23/06/2020

OBJETO DO ADITIVO: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº085/2019, que versa sobre a prestação de serviços de desenvolvimento e manutenção do Layout do Site da Prefeitura Municipal de Itarana, além da manutenção técnica preventiva e corretiva no banco de dados e em todos os códigos-fontes da Prefeitura, desenvolvimento e manutenção do e-SIC (Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão), serviço de hospedagem de site com 200 GB (Giga-bytes) de espaço em disco, transferência ilimitada de arquivos mensais e disponibilidade para criação de até 200 contas de e-mail, com fundamento no inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93. Fica o prazo de vigência do contrato nº 085/2019 prorrogado por mais 12 (doze) meses, contados a partir da data de 06/07/2020, dando-se ao contrato o prazo total de 24 (vinte e quatro) meses. O valor global relativo a alteração do Contrato nº 085/2019 corresponde a R\$ 33.600,00 (trinta e três mil e seiscentos reais). Ficam ratificadas em todos os termos e condições as demais cláusulas do Contrato ora aditado.

Itarana, 06 de julho de 2020

Ademar Schneider

Prefeito do Município de Itarana

RESUMO DO CONTRATO Nº 087/2020

Publicação Nº 284118

TERMO DE RESUMO DE CONTRATO

ESPÉCIE: CONTRATO Nº 087/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITARANA

CONTRATADA: VALENCE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA, CNPJ nº 08.250.241/0005-24

OBJETO: Aquisição de 01 (uma) Patrulha Mecanizada (Retroescavadeira), visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, por meio do contrato de repasse nº. 887405/2019 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e o Município de Itarana/ES.

AMPARO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2020.

VALOR GLOBAL: R\$ 211.800,00 (duzentos e onze mil oitocentos reais).

VIGÊNCIA: O início de vigência da presente contratação dar-se-á a partir do primeiro dia útil subsequente ao da publicação do seu extrato na imprensa oficial, encerrando-se em 30 de abril de 2021.

ID: 2020.036E0700001.01.0008

Itarana, 07 de julho de 2020

Ademar Schneider

Prefeito do Município de Itarana

RESUMO DO CONTRATO Nº 088/2020

Publicação Nº 284120

TERMO DE RESUMO DE CONTRATO

ESPÉCIE: CONTRATO Nº 088/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITARANA

CONTRATADA: VM ENGENHARIA E CONSTRUTORA LTDA, CNPJ nº. 21.861.470/0001-10

OBJETO: Execução da obra de construção de área recreativa para crianças - playground, no Bairro Itaraninha, conforme projetos, planilhas, memoriais, projeto básico e executivo, normas e especificações técnicas, que forem fornecidos pelo Município de Itarana/ES.

AMPARO: CONVITE Nº. 001/2020.

VALOR GLOBAL: R\$225.722,30 (duzentos vinte cinco mil, setecentos vinte dois reais e trinta centavos).

VIGÊNCIA: O Contrato terá vigência de 180 (cento e oitenta) dias. O início de vigência será contado do primeiro dia útil subsequente ao da publicação do seu extrato no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Espírito Santo – DOM/ES.

ID: 2020.036E0700001.01.0017

Itarana, 07 de julho de 2020

Ademar Schneider

Prefeito do Município de Itarana

RESUMO DO CONTRATO Nº 089/2020

Publicação Nº 284121

TERMO DE RESUMO DE CONTRATO

ESPÉCIE: CONTRATO Nº 089/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITARANA

CONTRATADA: FELINS PREMOLDADOS EIRELI, CNPJ nº 07.181.297/0001-88.

OBJETO: Aquisição de Tubos de Concreto Armado - Manilhas.

AMPARO: Processo nº 002600/2020 de 10 de junho de 2020 - Dispensa de Licitação, com fulcro no art. 24, II, da Lei nº 8.666/93.

VALOR GLOBAL: R\$ 8.380,00 (oito mil, trezentos e oitenta reais).

VIGÊNCIA: O início de vigência da presente contratação dar-se-á a partir do primeiro dia útil subsequente ao da publicação do seu extrato na imprensa oficial, encerrando-se em 31 de dezembro de 2020.

ID: 2020.036E0700001.09.0008

Itarana, 07 de julho de 2020

Ademar Schneider

Prefeito do Município de Itarana

RESUMO DO CONTRATO Nº 090/2020

Publicação Nº 284123

TERMO DE RESUMO DE CONTRATO

ESPÉCIE: CONTRATO Nº 090/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITARANA

CONTRATADA: COMERCIAL MATTEDI LTDA, CNPJ nº 31.684.798/0001-61.

OBJETO: Aquisição de Tubos de Concreto Armado - Manilhas.

AMPARO: Processo nº 002600/2020 de 10 de junho de 2020 - Dispensa de Licitação, com fulcro no art. 24, II, da Lei nº 8.666/93.

VALOR GLOBAL: R\$ 840,00 (oitocentos e quarenta reais).

VIGÊNCIA: O início de vigência da presente contratação dar-se-á a partir do primeiro dia útil subsequente ao da publicação do seu extrato na imprensa oficial, encerrando-se em 31 de dezembro de 2020.

ID: 2020.036E0700001.09.0008

Itarana, 07 de julho de 2020

Ademar Schneider

Prefeito do Município de Itarana

Jaguaré

PREFEITURA

PMJ-CT053813-14-FINISA

Publicação Nº 284069

MUNICÍPIO DE JAGUARÉ

RESUMO CONTRATO Nº 0533.813-14-FINISA

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JAGUARÉ.

CONTRATADA: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.

OBJETIVO: Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento – FINISA – Apoio Financeiro para Despesa de Capital.

DO VALOR: R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais).

VIGÊNCIA: O prazo total deste CONTRATO é de 108 meses, compostos por um período de carência de 12 meses, e um período de amortização de 96 meses.

Jaguaré-ES, 01 de julho de 2020

ROGERIO FEITANI

Prefeito

Marechal Floriano

PREFEITURA

RESOLUÇÃO – COMCAMF. Nº. 009/2020.

Publicação Nº 284077

RESOLUÇÃO – COMCAMF. Nº. 009/2020.

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DE CONSELHEIRO TUTELAR SUPLENTE DURANTE O ATESTADO DE SAÚDE DA CONSELHEIRA TITULAR DO CONSELHO TUTELAR.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE MUNICÍPIO DE MARECHAL FLORIANO/ES - COMCAMF, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Municipal nº. 050/93, alterada pelas Leis 675 de 30 de abril de 2007; Lei Municipal nº 1.176/2012 de 14 de novembro de 2012 e Lei Municipal nº 2.065/2019 de 03 de abril de 2019.

- CONSIDERANDO os Conselheiros Tutelares eleitos e reeleitos na eleição do dia 06 de Outubro de 2019 – Quadriênio 2020/2024 – período de 11 de janeiro a 10 de janeiro de 2024;

- CONSIDERANDO a RESOLUÇÃO – COMCAMF. Nº. 073/2019, de 30 de Dezembro de 2019 – onde dispõe sobre o resultado final e homologa os candidatos eleitos que tomaram posse referente ao processo de escolha dos membros do conselho tutelar do Município de Marechal Floriano/ES para o quadriênio 2020/2024;

- CONSIDERANDO o DECRETO Nº. 10.358/2020 de 10 de Janeiro de 2020, onde nomeia e empossa os membros para compor o conselho tutelar do Município de Marechal Floriano/ES para o quadriênio 2020/2024;

- CONSIDERANDO o Decreto nº 10.505/2020 de 04 de maio de 2020, onde dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do CORONAVÍRUS (COVID-19) de redução de circulação e aglomeração de servidores públicos nos órgãos e entidades do poder executivo municipal e dá outras providências;

- CONSIDERANDO o atestado de saúde da Conselheira Titular Srª ROSIANA BONISSI NEGRI, e;

- CONSIDERANDO a necessidade de facilitar o acesso da sociedade aos serviços prestados pelo Conselho Tutelar.

RESOLVE:

Art. 1º - Convocar a Conselheira Suplente Srª FABÍOLA OLIVEIRA FERNANDES SILVA, para assumir a função de Conselheiro Tutelar, durante o período do atestado de saúde da Conselheira Tutelar Titular Srª ROSIANA BONISSI NEGRI, podendo ser prorrogado caso haja necessidade.

Art. 2º - O convocado, terá o prazo de 07 (sete) dias úteis para comparecer junto à Secretaria Municipal de Administração a fim de tomar posse na referida função, sob pena de renúncia ao mandato.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam – se as disposições em contrário

Registra-se, Publica-se e Cumpra-se.

Marechal Floriano – ES, 06 de Julho de 2020.

BIANCA MARQUES

Presidente do COMCAMF – Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente de Marechal Floriano/ES.

Publique-se no Diário Municipal e afixe-se a Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos por um período de 30 dias.

RESUMO DAS NOTAS DE EMPENHO Nº 660 E Nº661

Publicação Nº 284078

RESUMO DA AUTORIZAÇÃO DE EMPENHO Nº 660/2020 / DISPENSA Nº 159/2020 DIMASTER – COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - CNPJ 02.520.829/0001 - 40 / AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS AZITROMICINA 500 MG E AZITROMICINA 40 MG/ML – SUSPENSAO ORAL/ R\$ 29.875,00 / LEI FEDERAL Nº 13.979 DE 06 DE FEVEREIRO E DECRETO MUNICIPAL Nº 10.448/2020 / ID TCEES 2020.045E0500001.09.00019.

RESUMO DA AUTORIZAÇÃO DE EMPENHO Nº 661/2020 / DISPENSA Nº 159/2020 / HOSPIDROGAS COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – ME -CNPJ 35.997.345/0001 - 46 / AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS IVERMECTINA 6 MG / R\$ 26.730,00 / LEI FEDERAL Nº 13.979 DE 06 DE FEVEREIRO E DECRETO MUNICIPAL Nº 10.448/2020 / ID TCEES 2020.045E0500001.09.0019.

Marilândia

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 084-2020 PP 050-2020

Publicação Nº 284196

Resumo da Ata de Registro de Preços

Proc.3731/ 2020

Pregão Presencial nº 050/2020

Ata de Registro de Preços nº 084/2020

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde

CONTRATADA: FASTMED COMERCIO LTDA

Valor: 236.000,00

Vigência: de 12(doze) meses, contado do dia posterior da sua assinatura, vedada a sua prorrogação.

Marilândia, 02 de julho de 2020.

Roberto Carlos Partelli

Secretario Municipal de Saúde

CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 013 - 2020 PP 041 - 2020

Publicação Nº 284190

Resumo do Contrato de Fornecimento

Proc.2654/2020

Pregão Presencial 041/2020

Contrato de Fornecimento nº 013/2020

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde

CONTRATADA: FASTMED COMERCIO LTDA EPP

Valor: 18.700,00

Vigência: A partir da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2020.

Marilândia, 17 de junho de 2020

Roberto Carlos Partelli

Secretário Municipal de Saúde

Pedro Canário

PREFEITURA

DECRETO Nº 167/2020

Publicação Nº 283980

DECRETO Nº 167, 30 DE JUNHO DE 2020.

Aprova projeto de Desdobramento de área Localizada Avenida Antônio Guedes Alcoforado, bairro Centro, de propriedade de Pedro Alberto Silva e dá outras providências

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRO CANÁRIO, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso de suas atribuições que são conferidas pela Lei Complementar nº 028/2015.

CONSIDERANDO o pedido protocolado n.º 1923/2019, que trata do desdobramento de loteamento de propriedade de Pedro Alberto Silva, localizado a Avenida Antônio Guedes Alcoforado, Centro, nesta municipalidade, imóvel constante na matrícula 1010 do livro 02 do CRI desta Comarca.

CONSIDERANDO a competência do Município, nos termos do art. 29 da Constituição Federal, assuntos relacionados ao solo urbano;

CONSIDERANDO, o Parecer Jurídico favorável juntado às fls. 31/40;

CONSIDERANDO Certidão Negativa do Fisco Municipal (fl. 21);

CONSIDERANDO ainda toda a documentação anexada, bem como plantas e comprovante de cadastro imobiliário.

DECRETA:

Fica aprovado o "DESDOBRO" de uma área de 215,29 m²(duzentos e quinze metros e vinte e nove centímetros quadrados) com testada de 6,83 m² (seis metros e oitenta e três centímetros quadrados) de uma área maior de 405,00m² (quatrocentos e cinco metros quadrados), confrontando-se ao NORTE: com o Senhor Edson das Neves (próprio requerente, ao SUL: com a Avenida Antônio Guedes Alcoforado, ao LESTE: com o Sr. Otílio Bispo e OESTE: com o Sr. Idelbrando Tozetti e Terezinha Brasil, da descrição deste perímetro localizado na Avenida Antônio Guedes Alcoforado, Centro, Pedro Canário/ES, inscrito no Cadastro Imobiliário Municipal sob o nº 01.01.046.0197.001 e devidamente registrada no livro 02, fls. 01, matrícula 1010, no Cartório de Registro de Imóveis desta Cidade.

Art. 2º - O proprietário do imóvel deverá promover as averbações nos cadastros da Municipalidade.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Publicada no mural da Prefeitura Municipal de Pedro Canário, Estado do Espírito Santo, ao trigésimo dia do mês de junho do ano de dois mil e vinte.

RANSMILLER BRUNELLI CAMPORESI

Secretário Municipal de Governo

Secretaria Municipal de Governo do Município de Pedro Canário, Estado do Espírito Santo, ao trigésimo dia do mês de junho do ano de dois mil e vinte.

BRUNO TÉOFILO ARAÚJO

Prefeito Municipal

RESUMO DE CONTRATO Nº 46/2020

Publicação Nº 284049

RESUMO DE CONTRATO

Processo nº001891/2020

Dispensa de Licitação

Contrato nº. 46/2020

Locatária: Prefeitura Municipal de Pedro Canário.

Locadoras: Gilson Rodrigues da Silva.

Objeto: Locação de Imóvel destinado ao funcionamento da Secretaria Municipal de Transportes.

Valor Global: R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais).

Prazo: 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura.

Recursos: 253000000000 – transferência da união referente ao Royalties do Petróleo.

Pedro Canário – ES, 01 de Julho de 2020.

BRUNO TEOFILLO ARAUJO

Prefeito Municipal

Piúma

PREFEITURA

15º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 003/2015

Publicação Nº 284126

15º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 003/2015

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Piúma/ES, CNPJ nº 27.165.695/0001/-18.

CONTRATADO: CONTROLLER & GESTÃO PÚBLICA EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 13.281.137/0001-03.

OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE ORIENTAÇÃO CONTÁBIL E APOIO TÉCNICO NA ÁREA CONTÁBIL E FINANCEIRA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUMA/ES.

OBJETO DO TERMO ADITIVO: O presente Termo Aditivo tem como objeto a PRORROGAÇÃO EXCEPCIONAL de seu prazo de vigência por mais 01(um) mês, referente ao Contrato nº 003/2015, celebrado entre as partes em 07 de janeiro de 2015

VIGÊNCIA; 01 (um) mês, iniciando em 07/08/2020 e terminando em 07/08/2020

VALOR: R\$ 17.379,32 (dezessete mil, trezentos e setenta e nove reais e trinta e dois centavos)

PROCESSO Nº: 4.230/2020

Piúma/ES, 07/07/2020

Ilson José Junca

Secretaria Municipal de Fazenda e Finanças

1º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 121/2020

Publicação Nº 284091

1º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 121/2020

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Piúma/ES, CNPJ nº 27.165.695/0001/-18.

CONTRATADO: [LG DE MORAES SUPRIMENTOS E SOLUÇÕES DE IMPRESSÃO ME, CNPJ n.º 15.721.842/0001-00.](#)

OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE SOFTWARE DE GESTÃO DE IMPRESSÃO E SOLUÇÃO, CÓPIA, COMPREENDENDO A CESSÃO DE DIREITO DE USO DE EQUIPAMENTOS, COM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, FORNECIMENTO DE PEÇAS E SUPRIMENTOS NECESSÁRIOS (COM FORNECIMENTO DE PAPEL) QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PIÚMA/ES E A EMPRESA LG DE MORAES SUPRIMENTOS E SOLUÇÕES DE IMPRESSÃO ME.

OBJETO DO TERMO DE APOSTILAMENTO:

O presente Termo tem como

objeto o apostilamento para

fins de alteração quantitativo

e valor de 30.000(trinta mil)

cópias, no valor de R\$ 2.500,00

(dois mil e quinhentos reais)

da Secretaria Municipal de Meio

Ambiente e passando para a

Secretaria Municipal de Agricultura

e Pesca, conforme Contrato nº 121/2020

PROCESSO Nº: 5.693/2020

Piúma/ES, 07/07/2020

Gabinete da Prefeitura

Secretarias Municipais

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 027//2020

Publicação Nº 284016

AVISO DE ATA DE DISPENSA 027/2020

O Município de Piúma, do Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições torna público, A ATA DE DISPENSA Nº 027/2020 DA CPL, cujo o objetivo é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS CONTÁBEIS, PELA CRIAÇÃO DE CNPJ DE FORMAÇÃO DE ASSOCIAÇÃO DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS, EM ATENDIMENTO AO TCA 01/13- MPE/MPT/ MUNICÍPIO DE PIÚMA/ES – Secretaria Municipal de Meio Ambiente, tendo a Empresa VALMIR LAYBER MULINARI, inscrita no CPF nº 577.745.797-53, apresentou o valor total global de R\$ 600,00 (seiscentos reais).

Processo nº 6.227/2020

Piúma/ES, 07/07/2020

Raniery Antônio Silva Miranda

Secretário Municipal de Meio Ambiente

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 029/2020

Publicação Nº 284017

AVISO DE ATA DE DISPENSA 029/2020

O Município de Piúma, do Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições torna público, A ATA DE DISPENSA Nº 029/2020 DA CPL, cujo o objetivo é a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CARTÓRIOS, PARA REGISTRO NECESSÁRIOS, PARA FORMALIZAÇÃO DE ASSOCIAÇÃO DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS, EM ATENDIMENTO AO TCA 01/13- MPE/MPT/ MUNICÍPIO DE PIÚMA/ES – Secretaria Municipal de Meio Ambiente, tendo a Empresa MARCIANO ALFREDO HERH DE BRITO, inscrita no CNPJ nº 00.937.153/0001-60, apresentou o valor total global de R\$ 552,24 (quinhentos e cinquenta e dois reais e vinte e quatro centavos).

Processo nº 8.159/2020

Piúma/ES, 07/07/2020

Raniery Antônio Silva Miranda

Secretário Municipal de Meio Ambiente

ERRATA DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 081/2020

Publicação Nº 284122

ERRATA DO VALOR DO EXTRATO DA PUBLICAÇÃO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 081/22020, QUE SAIU NO DIA 07/07/2020

PUBLICAÇÃO Nº 283756

Onde se lê:

VALOR: R\$ 16.875,00 (dezesesseis mil, oitocentos e setenta e dois reais)

dois reais e cinquenta centavos).

Leia-se:

VALOR: R\$ 16.875,00 (dezesseis mil, oitocentos e setenta e cinco reais)
dois reais e cinquenta centavos).

Piúma/ES, 07/07/2020

Secretaria Municipal de Obras e Serviços

NOTIFICAÇÃO

Publicação Nº 284113

NOTIFICAÇÃO	
QUADRO I - DO CONTRATO	
SECRETARIA:	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS
CONTRATADA:	MISSISSIPI EMPREENDIMENTOS LTDA
CNPJ DA CONTRATADA:	06.876.768/0001-00
CONTRATO/OS/OF:	165/2019 021/2019
OBJETO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE MURO DE CONTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DE CALÇADAS E CICLOVIA NA AV. PREFEITO JOSÉ DE VARGAS SCHERRER (AVENIDA BEIRA MAR)
VIGÊNCIA:	30/07/2019 A 30/07/2020
VALOR GLOBAL:	R\$3.501.070,42
ADITIVOS:	PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA, CONTADOS A PARTIR DE 01/04/2020 A 31/12/2020
QUADRO II - DAS INCONSISTÊNCIAS	
Venho por meio desta reiterar a empresa MISSISSIPI, quanto a rescisão contratual, que ocorre unilateralmente através do processo administrativo nº8532/2020, para que a mesma suspenda qualquer atividade que esteja sendo efetuada na obra, considerando a decisão assim tomada pelo Secretário de Obras.	
DA NOTIFICAÇÃO	
Com fundamento no art. 67, § 1º, da Lei 8666/93 e na IN-CGM 015/2014 da Controladoria Municipal, fica a Contratada identificada no Quadro I acima, NOTIFICADA para sanear ou justificar sobre as inconsistências encontradas e relatadas no Quadro II, fundamentada nos art. 69, 70 ou 71, da Lei 8666/93, no prazo de 48 horas, sob pena de aplicação das penalidades previstas na Lei e no instrumento contratual indicado no Quadro I acima.	
Em 06/07/2020	
----- Rafael Cristian Mulinari Scherrer Assinatura do Secretário Portaria 114/2020	
----- Carolina G. Cardozo Travezani Assinatura do Fiscal do Contrato Mat.8108	
DO RECEBIMENTO DA NOTIFICAÇÃO	
Com fundamento no art. 68, da Lei 8666/93, recebo a presente NOTIFICAÇÃO.	
Em ____/____/____	
----- MISSISSIPI EMPREENDIMENTOS LTDA Assinatura do Preposto da Contratada	

Presidente Kennedy

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO

Publicação Nº 284013

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO – PROCESSO Nº 013603/2020

Partes: Município de Presidente Kennedy/ES, por intermédio da Secretaria Municipal de Transporte e Frota e a Empresa: Brasil Fretamentos Eireli, inscrita no CNPJ sob o nº 30.746.491/0001-85. O Secretário Municipal de Transporte e Frota, à vista do parecer da Procuradoria Geral, com fulcro no Artigo 24, Inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/93, ratifica e torna público, a contratação emergencial de empresa especializada em Serviços de transportes de passageiros para atender o Programa de Transporte Gratuito do Município – TRANSKENNEDY, por um período de até 90 (noventa) dias, no valor estimado de R\$ 634.493,22 (seiscentos e trinta e quatro mil, quatrocentos e noventa e três reais e vinte e dois centavos).

Presidente Kennedy - ES, 07 de julho de 2020.

Luiz Sérgio Silva Jordão

Secretário Municipal de Transporte e Frota do Município de Presidente Kennedy/ES

RESUMO DE CONTRATOS, ATAS E ADITIVOS

Publicação Nº 284052

EXTRATO DO CONTRATO Nº 332/2020 – PROCESSO Nº 0011307/2020

Partes: Município de Presidente Kennedy/ES, por intermédio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento da Agricultura e Pesca, e a empresa, Costa Sul Transporte e Turismo Ltda. Modalidade: Inexigibilidade. Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de vale transporte para atender os servidores público municipal, lotados na Secretaria Municipal De Desenvolvimento Da Agricultura E Pesca, deste município. Valor: R\$ 49.209,60 (quarenta e nove mil, duzentos e nove reais e sessenta centavos). Vigência: 12 (doze) meses. Assinatura: 01/06/2020.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 333/2020 – PROCESSO Nº 036149/2019

Partes: Município de Presidente Kennedy/ES, por intermédio da Secretaria Municipal de Obras, Serviços Públicos e Habitação, e o Sr. Sebastião Ribeiro Martins. Modalidade: Dispensa. Objeto: Locação de 01 (um) imóvel com área aproximada de 50,00 m², situado na rua 10, s/nº, praia de Marobá, Presidente Kennedy/ES, com inscrição municipal nº 01020250204001, para abrigar a família do Sr. Robson Vieira Dos Santos, que se encontra em situação de vulnerabilidade social. Valor: R\$ 6.941,16 (seis mil, novecentos e quarenta e um reais e dezesseis centavos). Vigência: 12 (doze) meses. Assinatura: 01/06/2020.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 334/2020 – PROCESSO Nº 004637/2020

Partes: Município de Presidente Kennedy/ES, por intermédio da Secretaria Municipal de Obras, Serviços Públicos e Habitação, e o Sr. Leonardo Ribeiro de Castro. Modalidade: Dispensa. Objeto: locação de 01 (um) imóvel com área aproximada de 32,68 m², situado na Avenida José Ismail Pifano, s/nº, 1º andar, kitinete da frente, praia de Marobá, Presidente Kennedy/Es, com inscrição municipal nº 01060890270005, para abrigar a família da Sra. Vanusa Ricardo De Faria, que se encontra em situação de vulnerabilidade social. Valor: R\$ 4.801,92 (quatro mil, oitocentos e um reais e noventa e dois centavos). Vigência: 12 (doze) meses. Assinatura: 01/06/2020.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 335/2020 – PROCESSO Nº 008896/2020

Partes: Município de Presidente Kennedy/ES, por intermédio da Secretaria Municipal de Obras, Serviços Públicos e Habitação, e a Sra. Neve Maria Santos Viana. Modalidade: Dispensa. Objeto: Locação de 01 (um) imóvel com área aproximada de 41,27 m², situado na Rua Olimpio Ferreira Viana, nº 981, centro, Presidente Kennedy/Es, para abrigar a família da Sra. Patrícia Rocha Ferreira, que se encontra em situação de vulnerabilidade social. Valor: R\$ 5.201,40 (cinco mil, duzentos e um reais e quarenta centavos). Vigência: 12 (doze) meses. Assinatura: 01/06/2020.

EXTRATO DO CONTRATO RATEIO Nº 336/2020 –PROCESSO Nº 037982/2019

Partes: O Fundo Municipal de Saúde de Presidente Kennedy/ES, e o Consórcio Público Da Região Polo Sul - Cim Polo Sul. Modalidade: Dispensa. Objeto: Ratear as despesas do consórcio entre os entes consorciados nos termos do art. 8º da lei nº 11.107/05, e, com base na resolução orçamentária aprovada pela assembleia geral, tendo por fim o efetivo funcionamento da sede administrativa do consórcio, para fins de execução dos objetivos e finalidades do consórcio na área de saúde, nos termos do contrato de consórcio público firmado. Valor: R\$ 126.314,52 (cento e vinte seis mil, trezentos e quatorze reais e cinquenta e dois centavos). Vigência: Até 31 de dezembro de 2020. Assinatura: 01/06/2020.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 337/2020 – PROCESSO Nº 009553/2020

Partes: O Fundo Municipal de Saúde de Presidente Kennedy/ES, e o Consórcio Público da Região Polo Sul - Cim Polo Sul. Modalidade: Dispensa. Objeto: Contratação da prestação de serviços de assistência à saúde, com execução parcelada prestação de serviços médicos, em nível ambulatorial e hospitalar, a serem executados nas unidades de saúde do município contratante, de acordo com a tabela de serviços médicos do cim polo sul (valor líquido), vigente. Valor: R\$ 4.235.301,93 (quatro milhões, duzentos e trinta e cinco mil, trezentos e um reais e noventa e três centavos). Vigência: 12 (doze) meses. Assinatura: 04/06/2020.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 338/2020 – PROCESSO Nº 035998/2019

Partes: Município de Presidente Kennedy/ES, por intermédio da Secretaria Municipal de Obras, Serviços Públicos e Habitação, e a empresa: AML Obras e Construções Eireli. Modalidade: Concorrência Pública Nº 000011/2019. Objeto: Contratação de empresa para realização de obras de melhorias operacionais e pavimentação do trecho 1.5: São Salvador - Santana Feliz, com extensão de 6,40 km. Valor: R\$ 9.787.604,62 (nove milhões, setecentos e oitenta e sete mil, seiscentos e quatro reais e sessenta e dois centavos). Vigência: 420 (quatrocentos e vinte) dias. Assinatura: 08/06/2020.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 339/2020 – PROCESSO Nº 006537/2020

Partes: Município de Presidente Kennedy/ES, por intermédio da Secretaria Municipal de Obras, Serviços Públicos e Habitação, e a Empresa: GM Castilho Engenharia Ltda - ME. Modalidade: Dispensa. Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de elaboração de projetos estrutural (estrutura metálica e/ou em concreto armado), incluindo sondagem à percussão (spt), para a construção do novo centro administrativo De Presidente Kennedy/Es. Valor: R\$ 32.500,00 (trinta e dois mil e quinhentos reais). Vigência: 60 (sessenta) dias. Assinatura: 10/06/2020.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 340/2020 – PROCESSO Nº 000782/2020

Partes: Município de Presidente Kennedy/ES, por intermédio da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer e, a empresa: Vale Dos Milagres Construtora Eireli - EPP. Modalidade: Tomada de Preços nº 000001/2020. Objeto: Contratação de empresa para reforma e revitalização da praça Manoel Fricks Jordão, na sede deste município. Valor: R\$ 1.276.280,16 (um milhão, duzentos e setenta e seis mil, duzentos e oitenta reais e dezesseis centavos). Vigência: 240 (duzentos e quarenta) dias. Assinatura: 10/06/2020.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 341/2020 – PROCESSO Nº 009004/2020

Partes: O Fundo Municipal de Saúde de Presidente Kennedy/ES, e a empresa, Comercial Destaque Eireli - EPP. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 000047/2020. Objeto: Aquisição de EPI'S, materiais de consumo e matérias permanentes para o pronto atendimento municipal (PAM), objetivando garantir aos pacientes infectados pelo corona vírus (covid-19) que encontram-se em situação de risco, a possibilidade de obter um atendimento essencial de qualidade e aos profissionais de saúde garantir a devida esterilidade durante os procedimentos, para evitar possíveis contaminações com reserva de cota de até 25% para participação exclusiva de microempresa e empresa de pequeno porte e itens exclusivos para microempresa e empresa de pequeno porte. Valor: R\$ 82.186,98 (oitenta e dois mil, cento e oitenta e seis reais e noventa e oito centavos). Vigência: Até 31 de dezembro de 2020. Assinatura: 15/06/2020.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 342/2020 – PROCESSO Nº 009004/2020

Partes: O Fundo Municipal de Saúde de Presidente Kennedy/ES, e a empresa, Movetec Comercial Ltda - EPP. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 000047/2020. Objeto: Aquisição de EPI'S, materiais de consumo e matérias permanentes para o pronto atendimento municipal (PAM), objetivando garantir aos pacientes infectados pelo corona vírus (covid-19) que encontram-se em situação de risco, a possibilidade de obter um atendimento essencial de qualidade e aos profissionais de saúde garantir a devida esterilidade durante os procedimentos, para evitar possíveis contaminações com reserva de cota de até 25% para participação exclusiva de microempresa e empresa de pequeno porte e itens exclusivos para microempresa e empresa de pequeno porte. Valor: R\$ 35.160,00 (trinta e cinco mil e cento e sessenta reais). Vigência: Até 31 de dezembro de 2020. Assinatura: 15/06/2020.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 343/2020 – PROCESSO Nº 009004/2020

Partes: O Fundo Municipal de Saúde de Presidente Kennedy/ES, e a empresa, Fenixmed Comercial Ltda - ME. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 000047/2020. Objeto: Aquisição de EPI'S, materiais de consumo e matérias permanentes para o pronto atendimento municipal (PAM), objetivando garantir aos pacientes infectados pelo corona vírus (covid-19) que encontram-se em situação de risco, a possibilidade de obter um atendimento essencial de qualidade e aos profissionais de saúde garantir a devida esterilidade durante os procedimentos, para evitar possíveis contaminações com reserva de cota de até 25% para participação exclusiva de microempresa e empresa de pequeno porte e itens exclusivos para microempresa e empresa de pequeno porte. Valor: R\$ 11.280,00 (onze mil e duzentos e oitenta reais). Vigência: Até 31 de dezembro de 2020. Assinatura: 15/06/2020.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 344/2020 – PROCESSO Nº 009004/2020

Partes: O Fundo Municipal de Saúde de Presidente Kennedy/ES, e a empresa, S2 Saúde Ltda. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 000047/2020. Objeto: Aquisição de EPI'S, materiais de consumo e matérias permanentes para o pronto atendimento municipal (PAM), objetivando garantir aos pacientes infectados pelo corona vírus (covid-19) que encontram-se em situação de risco, a possibilidade de obter um atendimento essencial de qualidade e aos profissionais de saúde garantir a devida esterilidade durante os procedimentos, para evitar possíveis contaminações com reserva de cota de até 25% para participação exclusiva de microempresa e empresa de pequeno porte e itens exclusivos para microempresa e empresa de pequeno porte. Valor: R\$ 52.200,00 (cinquenta e dois mil e duzentos reais). Vigência: Até 31 de dezembro de 2020. Assinatura: 15/06/2020.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 345/2020 – PROCESSO Nº 009004/2020

Partes: O Fundo Municipal de Saúde de Presidente Kennedy/ES, e a empresa, G.P. Vezono Eireli. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 000047/2020. Objeto: Aquisição de EPI'S, materiais de consumo e matérias permanentes para o pronto atendimento municipal (PAM), objetivando garantir aos pacientes infectados pelo corona vírus (covid-19) que encontram-se em situação de risco, a possibilidade de obter um atendimento essencial de qualidade e aos profissionais de saúde garantir a devida esterilidade durante os procedimentos, para evitar possíveis contaminações com reserva de cota de até 25% para participação exclusiva de microempresa e empresa de pequeno porte e itens exclusivos para microempresa e empresa de pequeno porte. Valor: R\$ 19.744,00 (dezenove mil e setecentos e quarenta e quatro reais). Vigência: Até 31 de dezembro de 2020. Assinatura: 15/06/2020.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 346/2020 – PROCESSO Nº 009004/2020

Partes: O Fundo Municipal de Saúde de Presidente Kennedy/ES, e a empresa, Andréia Lorenzi - ME. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 000047/2020. Objeto: Aquisição de EPI'S, materiais de consumo e matérias permanentes para o pronto atendimento municipal (PAM), objetivando garantir aos pacientes infectados pelo corona vírus (covid-19) que encontram-se em situação de risco, a possibilidade de obter um atendimento essencial de qualidade e aos profissionais de saúde garantir a devida esterilidade durante os procedimentos, para evitar possíveis contaminações com reserva de cota de até 25% para participação exclusiva de microempresa e empresa de pequeno porte e itens exclusivos para microempresa e empresa de pequeno porte. Valor: R\$ 52.500,00 (cinquenta e dois mil e quinhentos reais). Vigência: Até 31 de dezembro de 2020. Assinatura: 15/06/2020.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 347/2020 – PROCESSO Nº 009004/2020

Partes: O Fundo Municipal de Saúde de Presidente Kennedy/ES, e a empresa, Argus Atacadista Ltda - EPP. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 000047/2020. Objeto: Aquisição de EPI'S, materiais de consumo e matérias permanentes para o pronto atendimento municipal (PAM), objetivando garantir aos pacientes infectados pelo corona vírus (covid-19) que encontram-se em situação de risco, a possibilidade de obter um atendimento essencial de qualidade e aos profissionais de saúde garantir a devida esterilidade durante os procedimentos, para evitar possíveis contaminações com reserva de cota de até 25% para participação exclusiva de microempresa e empresa de pequeno porte e itens exclusivos para microempresa e empresa de pequeno porte. Valor: R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais). Vigência: Até 31 de dezembro de 2020. Assinatura: 15/06/2020.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 348/2020 – PROCESSO Nº 009004/2020

Partes: O Fundo Municipal de Saúde de Presidente Kennedy/ES, e a empresa, Ana Maria Pires Belém - ME. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 000047/2020. Objeto: Aquisição de EPI'S, materiais de consumo e matérias permanentes para o pronto atendimento municipal (PAM), objetivando garantir aos pacientes infectados pelo corona vírus (covid-19) que encontram-se em situação de risco, a possibilidade de obter um atendimento essencial de qualidade e aos profissionais de saúde garantir a devida esterilidade durante os procedimentos, para evitar possíveis contaminações com reserva de cota de até 25% para participação exclusiva de microempresa e empresa de pequeno porte e itens exclusivos para microempresa e empresa de pequeno porte. Valor: R\$ 27.248,00 (vinte e sete mil e duzentos e quarenta e oito reais). Vigência: Até 31 de dezembro de 2020. Assinatura: 15/06/2020.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 349/2020 – PROCESSO Nº 009004/2020

Partes: O Fundo Municipal de Saúde de Presidente Kennedy/ES, e a empresa, K.C.R.S. Comércio de Equipamentos Eireli - EPP. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 000047/2020. Objeto: Aquisição de EPI'S, materiais de consumo e matérias permanentes para o pronto atendimento municipal (PAM), objetivando garantir aos pacientes infectados pelo corona vírus (covid-19) que encontram-se em situação de risco, a possibilidade de obter um atendimento essencial de qualidade e aos profissionais de saúde garantir a devida esterilidade durante os procedimentos, para evitar possíveis contaminações com reserva de cota de até 25% para participação exclusiva de microempresa e empresa de pequeno porte e itens exclusivos para microempresa e empresa de pequeno porte. Valor: R\$ 1.960,00 (um mil e novecentos e sessenta reais). Vigência: Até 31 de dezembro de 2020. Assinatura: 15/06/2020.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 350/2020 – PROCESSO Nº 031599/2019

Partes: Município de Presidente Kennedy/ES, por intermédio da Secretaria Municipal de Transporte e Frota, e a empresa: Link Card Administradora de Benefícios Eireli. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 000001/2020. Objeto: Contratação de empresa especializada para implantação e operação de sistema informatizado e integrado de gerenciamento da frota de veículos automotores do município de Presidente Kennedy em rede de estabelecimentos especializados e credenciados para aquisição de peças, acessórios, bem como para a contratação de serviços de oficina mecânica em geral. Valor: R\$ 2.117.100,00 (dois milhões, cento e dezessete mil e cem reais). Vigência: 12 (doze) meses. Assinatura: 19/06/2020.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 351/2020 – PROCESSO Nº 031599/2019

Partes: O Fundo Municipal de Saúde de Presidente Kennedy/ES, e a empresa, Link Card Administradora de Benefícios Eireli. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 000001/2020. Objeto: Contratação de empresa especializada para implantação e operação de sistema informatizado e integrado de gerenciamento da frota de veículos automotores do município de Presidente Kennedy em rede de estabelecimentos especializados e credenciados para aquisição de peças, acessórios, bem como para a contratação de serviços de oficina mecânica em geral. Valor: R\$ 327.438,68 (trezentos e vinte e sete mil, quatrocentos e trinta e oito reais e sessenta e oito centavos). Vigência: 12 (doze) meses. Assinatura: 19/06/2020.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 352/2020 – PROCESSO Nº 011242/2020

Partes: Município de Presidente Kennedy/ES, por intermédio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento da Agricultura e Pesca, e a empresa: Valence Máquinas e Equipamentos Ltda. Modalidade: Adesão a Ata de Registro de Preços nº 010/2020, Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 009/2020, realizada pelo Estado do Espírito Santo, por intermédio da Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca - SEAG. Objeto: Aquisição de 02 (duas) retro-escavadeira, incluindo a prestação de serviços de assistência técnica gratuita durante o período de garantia, sendo essas para atender aos produtores rurais do município de Presidente Kennedy/ES, através de programas e incentivos ao fomento local. Valor: R\$ 399.000,00 (trezentos e noventa e nove mil reais). Vigência: 12 (doze) meses. Assinatura: 19/06/2020.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 353/2020 – PROCESSO Nº 012500/2020

Partes: A Secretaria Municipal de Educação de Presidente Kennedy/ES, e a empresa, Costa Sul Transporte e Turismo Ltda. Modalidade: Inexigibilidade. Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de vale transporte para atender os servidores público municipal lotados na secretaria municipal de educação. Valor: R\$ 356.426,40 (trezentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e vinte e seis reais e quarenta centavos). Vigência: 12 (doze) meses. Assinatura: 25/06/2020.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 354/2020 – PROCESSO Nº 013265/2020

Partes: Município de Presidente Kennedy/ES, por intermédio da Secretaria Municipal de Obras, Serviços Públicos e Habitação, e a Sr. Jacione Santana da Costa. Modalidade: Dispensa. Objeto: locação de 01 (um) imóvel com área aproximada de 36,75 m², situado na rua nilton dos santos viana, s/nº, casa dos fundos, bairro das flores, Presidente Kennedy/Es, com inscrição municipal nº 01010720045003, para abrigar a família da Sra. Analice Silva Da Conceição, que se encontra em situação de vulnerabilidade social. Valor: R\$ 5.233,56 (cinco mil, duzentos e trinta e três reais e cinquenta e seis centavos). Vigência: 12 (doze) meses. Assinatura: 26/06/2020.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 094/2020 – PROCESSO Nº 023043/2018

Partes: A Secretaria Municipal de Educação de Presidente Kennedy/ES, e a Empresa: CB Bicalho Comércio Atacadista e Empreendimentos Eireli - EPP. Modalidade: Pregão Eletrônico Para Registro de Preços nº 000013/2020. Objeto: Aquisição de materiais didático escolar com reserva de cota de até 25% para participação exclusiva de microempresa e empresa de pequeno porte e itens exclusivos para microempresa e empresa de pequeno porte. Valor Registrado: R\$ 9.539,34 (nove mil, quinhentos e trinta e nove reais e trinta e quatro centavos). Vigência: 12 (doze) meses. Assinatura: 05/06/2020.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 095/2020 – PROCESSO Nº 023043/2018

Partes: A Secretaria Municipal de Educação de Presidente Kennedy/ES, e a Empresa: C J M Utilidades Ltda - ME. Modalidade: Pregão Eletrônico Para Registro de Preços nº 000013/2020. Objeto: Aquisição de materiais didático escolar com reserva de cota de até 25% para participação exclusiva de microempresa e empresa de pequeno porte e itens exclusivos para microempresa e empresa de pequeno porte. Valor Registrado: R\$ 72.523,77 (setenta e dois mil, quinhentos e vinte e três reais e setenta e sete centavos). Vigência: 12 (doze) meses. Assinatura: 05/06/2020.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 096/2020 – PROCESSO Nº 023043/2018

Partes: A Secretaria Municipal de Educação de Presidente Kennedy/ES, e a Empresa: Comercial Destaque Eireli - ME. Modalidade: Pregão Eletrônico Para Registro de Preços nº 000013/2020. Objeto: Aquisição de materiais didático escolar com reserva de cota de até 25% para participação exclusiva de microempresa e empresa de pequeno porte e itens exclusivos para microempresa e empresa de pequeno porte. Valor Registrado: R\$ 83.503,16 (oitenta e três mil, quinhentos e três reais e dezesseis centavos). Vigência: 12 (doze) meses. Assinatura: 05/06/2020.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 097/2020 – PROCESSO Nº 023043/2018

Partes: A Secretaria Municipal de Educação de Presidente Kennedy/ES, e a Empresa: Dageal Comercio de Material de Escritório Ltda - ME. Modalidade: Pregão Eletrônico Para Registro de Preços nº 000013/2020. Objeto: Aquisição de materiais didático escolar com reserva de cota de até 25% para participação exclusiva de microempresa e empresa de pequeno porte e itens exclusivos para microempresa e empresa de pequeno porte. Valor Registrado: R\$ 2.166,50 (dois mil, cento e sessenta e seis reais e cinquenta centavos). Vigência: 12 (doze) meses. Assinatura: 05/06/2020.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 098/2020 – PROCESSO Nº 023043/2018

Partes: A Secretaria Municipal de Educação de Presidente Kennedy/ES, e a Empresa: PK Comércio e Serviços Eireli - ME. Modalidade: Pregão Eletrônico Para Registro de Preços nº 000013/2020. Objeto: Aquisição de materiais didático escolar com reserva de cota de até 25% para participação exclusiva de microempresa e empresa de pequeno porte e itens exclusivos para microempresa e empresa de pequeno porte. Valor Registrado: R\$ 27.386,12 (vinte e sete mil, trezentos e oitenta e seis reais e doze centavos). Vigência: 12 (doze) meses. Assinatura: 05/06/2020.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 099/2020 – PROCESSO Nº 011644/2020

Partes: Município de Presidente Kennedy/ES, por intermédio da Secretaria Municipal de Obras, Serviços Públicos e Habitação, e a Empresa: Coope Serrana - Cooperativa de Transporte Sul Serrana Capixaba. Modalidade: Ata de registro de preços firmada com a 2ª colocada do lote 02, referente ao Pregão Eletrônico Para Registro de Preços nº 000011/2020. Objeto: Contratação de empresa especializada em locação de máquinas pesadas e caminhões com operadores por hora trabalhada para prestar serviços de manutenção das estradas vicinais e outro serviços correlatos da secretaria municipal de obras neste município. Valor Registrado: R\$ 451.465,00 (quatrocentos e cinquenta e um mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais). Vigência: 12 (doze) meses. Assinatura: 23/06/2020.

EXTRATO DO 3º (TERCEIRO) TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 123/2018 - PROCESSO Nº 012048/2020

Partes: Município de Presidente Kennedy/ES, por intermédio da Secretaria Municipal de Obras, Serviços Públicos e Habitação, com a Empresa: Thor Construtora Eireli - ME. Objeto: prorrogar o prazo de execução e conclusão das obras, bem como o prazo de vigência do contrato por mais 180 (cento e oitenta) dias, tendo início a partir do dia 15 de junho de 2020. Vigência: 180 (cento e oitenta) dias. Assinatura: 02/06/2020.

EXTRATO DO 2º (SEGUNDO) TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 145/2019 - PROCESSO Nº 012503/2020

Partes: A Secretaria Municipal de Educação de Presidente Kennedy/ES, e a Empresa: Svaizer & Gutierrez Engenharia Ltda - EPP. Objeto: Prorrogar o prazo de execução dos serviços, bem como o prazo de vigência do contrato nº 145/2019 por mais 90 (noventa) dias, tendo início a partir do dia 15 de junho de 2020. Vigência: 90 (noventa) dias. Assinatura: 05/06/2020.

EXTRATO DO 6º (SEXTO) TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 322/2015 - PROCESSO Nº 000455/2020

Partes: Município de Presidente Kennedy/ES, por intermédio da Secretaria Municipal de Segurança Pública, com a Empresa: Wanderley Ribeiro Costa - EPP. Objeto: Reajuste ao valor do contrato em aproximadamente 3,2748%, conforme atualização do índice ipca no período de 23/12/2018 à 23/12/2019, devidamente calculado pelo fiscal do contrato. Valor: R\$ 12.564,81 (doze mil, quinhentos e sessenta e quatro reais e oitenta e um centavos). Assinatura: 08/06/2020.

EXTRATO DO 1º (PRIMEIRO) TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 010/2019 - PROCESSO Nº 004186/2020

Partes: A Secretaria Municipal de Educação de Presidente Kennedy/ES, e a Empresa: R. L. Manhães Construções Eireli - ME. Objeto: Acréscimo ao contrato de aproximadamente 12,82% (doze vírgula oitenta e dois por cento) ao valor inicialmente contratado, conforme planilha de replanejamento de acréscimo/decréscimo, devidamente elaborada pelo fiscal do contrato, que segue anexo ao processo. Valor: R\$ 414.786,72 (quatrocentos e quatorze mil, setecentos e oitenta e seis reais e oitenta e dois centavos). Assinatura: 09/06/2020.

EXTRATO DO 10º (DÉCIMO) TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 321/2015 - PROCESSO Nº 011294/2020

Partes: Município de Presidente Kennedy/ES, por intermédio da Secretaria Municipal de Segurança Pública, e a Empresa: Transecur - Segurança e Transporte De Valores Ltda. Objeto Repactuação ao valor do contrato, tendo em vista a convenção coletiva de trabalho 2020/2021, com data de vigência firmada entre os dias 1º de janeiro de 2020 à 31 de dezembro de 2021, que fixou o reajuste no valor do salário, no valor do ticket alimentação, no valor do plano de saúde e no valor do benefício social familiar. Valor: R\$ 300.380,52 (trezentos mil, trezentos e oitenta reais e cinquenta e dois centavos). Assinatura: 09/06/2020.

EXTRATO DO 3º (TERCEIRO) TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 151/2017 - PROCESSO Nº 001798/2020

Partes: Município de Presidente Kennedy/ES, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, e a Empresa: Brasil Radioware Ltda - EPP. Objeto: Prorrogar o prazo do contrato por mais 12 (doze) meses, ou até que seja homologado o novo processo licitatório, tendo início a partir do dia 20 de junho de 2020. Valor: R\$ 1.179.000,00 (um milhão e cento e setenta e nove mil reais). Vigência: 12 (doze) meses. Assinatura: 16/06/2020.

EXTRATO DO 2º (SEGUNDO) TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 117/2018 - PROCESSO Nº 012338/2020

Partes: A Secretaria Municipal de Educação de Presidente Kennedy/ES, e a Empresa Portabilis Tecnologia Ltda - EPP. Objeto: Prorrogar o prazo do contrato por mais 12 (doze) meses, referente a contratação de empresa especializada em software de plataforma web, a fim de atender a Secretaria Municipal de Educação deste Município, tendo início a partir do dia 18 de junho de 2020. Valor: R\$ 62.400,00 (sessenta e dois mil e quatrocentos reais). Vigência: 12 (doze) meses. Assinatura: 18/06/2020.

EXTRATO DO 20º (VIGÉSIMO) TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 246/2016 - PROCESSO Nº 006853/2020

Partes: Município de Presidente Kennedy/Es, por intermédio da Secretaria Municipal de Obras, Serviços Públicos e Habitação, e a Empresa: Construtora Premocil Ltda. Objeto: 9º Reequilíbrio Econômico Financeiro do Contrato, referente ao material betuminoso, compreendendo o período da 38ª medição, conforme segue em anexo ao processo a planilha dos cálculos, devidamente elaborada pelo fiscal do contrato. Valor: R\$ 94.965,99 (noventa e quatro mil, novecentos e sessenta e cinco reais e noventa e nove centavos). Assinatura: 24/06/2020.

EXTRATO DO 21º (VIGÉSIMO PRIMEIRO) TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 246/2016 - PROCESSO Nº 009791/2020

Partes: Município de Presidente Kennedy/Es, por intermédio da Secretaria Municipal de Obras, Serviços Públicos e Habitação, e a Empresa: Construtora Premocil Ltda. Objeto: 10º Reequilíbrio Econômico Financeiro do Contrato, referente ao material betuminoso, compreendendo o período da 39ª medição, conforme segue em anexo ao processo a planilha dos cálculos, devidamente elaborada pelo fiscal do contrato. Valor: R\$ 92.309,98 (noventa e dois mil, trezentos e nove reais e noventa e oito centavos). Assinatura: 24/06/2020.

EXTRATO DO 11º (DÉCIMO PRIMEIRO) TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 288/2016 - PROCESSO Nº 014012/2020

Partes: Município de Presidente Kennedy/Es, por intermédio da Secretaria Municipal de Obras, Serviços Públicos e Habitação, e a Empresa: Elicon Construtora Ltda - EPP. Objeto: Acréscimo de aproximadamente 0,03% (zero vírgula zero três por cento), ao valor do montante do contrato atualizado, conforme segue nas planilhas de replanejamento com a contabilização de acréscimo e decréscimo, em anexo ao processo. Valor: R\$ 1.307,80 (um mil, trezentos e sete reais e oitenta centavos). Assinatura: 24/06/2020.

EXTRATO DO 1º (PRIMEIRO) TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 235/2020 - PROCESSO Nº 012542/2020

Partes: Município de Presidente Kennedy/ES, por intermédio da Secretaria Municipal de Obras, Serviços Públicos e Habitação, e a empresa: Universo Viana Empreendimentos Ltda - ME. Objeto: Reajuste da 1ª medição do contrato nº 235/2020, ocorridas no período de 06/04/2020 a 05/05/2020, conforme demonstrativo de cálculo do reajustamento, devidamente contabilizado pelo fiscal do contrato, que segue anexo ao processo. Valor: R\$ 32.958,78 (trinta e dois mil, novecentos e cinquenta e oito reais e setenta e oito centavos). Assinatura: 10/06/2020.

EXTRATO DO 1º (PRIMEIRO) TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 048/2019 - PROCESSO Nº 013507/2020

Partes: Município de Presidente Kennedy/ES, por intermédio da Secretaria Municipal de Obras, Serviços Públicos e Habitação, e a empresa: Lockin Locação Eireli - EPP. Objeto: Reajuste da 3º medição do contrato nº 048/2019, ocorridas no período de 19/03/2020 a 18/04/2020, conforme demonstrativo de cálculo do reajustamento, devidamente contabilizado pelo fiscal do contrato, que segue anexo ao processo. Valor: R\$ 5.354,84 (cinco mil, trezentops e cinquenta e quatro reais e oitenta e quatro centavos). Assinatura: 10/06/2020.

EXTRATO DO 1º (PRIMEIRO) TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 166/2018 - PROCESSO Nº 013281/2020

Partes: Município de Presidente Kennedy/ES, por intermédio da Secretaria Municipal de Obras, Serviços Públicos E Habitação, e a empresa: S & A Serviços e Obras Ltda - ME. Objeto: Reajuste da 1º medição do contrato nº 166/2018, ocorridas no dia 22/02/2020, conforme demonstrativo de cálculo do reajustamento, devidamente contabilizado pelo fiscal do contrato, que segue anexo ao processo. Valor: R\$ 1.481,06 (um mil, quatrocentos e oitenta e um reais e seis centavos). Assinatura: 18/06/2020.

EXTRATO DO 2º (SEGUNDO) TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 166/2018 - PROCESSO Nº 027550/2020

Partes: Município de Presidente Kennedy/ES, por intermédio da Secretaria Municipal de Obras, Serviços Públicos e Habitação, e a empresa: S & A Serviços e Obras Ltda - ME. Objeto: Reajuste da 2º medição do contrato nº 166/2018, ocorridas no dia 22/04/2020, conforme demonstrativo de cálculo do reajustamento, devidamente contabilizado pelo fiscal do contrato, que segue anexo ao processo. Valor: R\$ 13.527,88 (treze mil, quinhentos e vinte e sete reais e oitenta e oito centavos). Assinatura: 18/06/2020.

TERMO DE DISPENSA

Publicação Nº 284081

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KENNEDY-ES

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – ES

TERMO DE DISPENSA

A Secretaria Municipal de Assistência Social de Presidente Kennedy, Estado do Espírito Santo, com fulcro no art. 24, inciso X, da Lei nº 8.666/93, bem como no parecer da Douta Procuradoria do Município, em atendimento ao requerimento protocolizado sob o nº 37840/2019, conclui pela DISPENSA DE LICITAÇÃO para efeitos de Contratação De Empresa Especializada em Manutenção Corretiva com fornecimento de peças e serviços para veículo automotor, em favor da empresa BRACON VEÍCULOS E PEÇAS S/A, inscrita no CNPJ 32.179.822/0006-82 para atender a Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Presidente Kennedy – ES no valor de R\$ 2.549,00 (Dois mil, quinhentos e quarenta e nove reais) a pedido desta Secretaria.

Presidente Kennedy, em 07 de Julho de 2020

Wilson Crespo Venancio

Subsecretário Municipal de Assistência Social

- 1) Homologo o parecer jurídico da Procuradoria-Geral às fls. 38/41.
- 2) Ratifico o ato de Dispensa de Licitação constante neste processo para que produza seus efeitos legais, nos termos do Art. 24, da Lei 8.666/93.
- 3) Encaminhe-se os autos à Contabilidade Empenho. Autorizo a emissão da Nota de Empenho de acordo com a Lei nº 1.356/2017.

Presidente Kennedy, em 07 de Julho de 2020

Márcia de Oliveira Pereira Chaves

Secretária Municipal de Assistência Social

Decreto Nº 062/2020

Rio Bananal

PREFEITURA

3765-2020 EXTRATO DO TERMO DE JUSTIFICATIVA E RATIFICAÇÃO

Publicação Nº 284179

TERMO DE JUSTIFICATIVA

Processo Dispensável Licitação - Artigo 24 – Inciso II e IV

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com dispensa de licitação.

I – Objeto: Aquisição de álcool por dispensa – Enfrentamento ao COVID-19

II – Contratado:

Empresa JB COMERCIO DE SERVIÇOS LTDA EPP, inscrita no CNPJ 11.923.577/0001-91, no valor de R\$ 1.125,00 (Um Mil e Cento e Vinte e Cinco Reais).

III - Caracterização da Situação que Justifica a Dispensa:

A Lei nº 8.666/1993, em seu artigo 24 preceitua sobre o instituto da dispensa, configurando as exceções de contratações que se enquadram nessa particularidade.

O inciso II informa que admite-se a dispensa de licitação para serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo 23 e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

Por sua vez, o inciso IV determina que nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

IV - Razão da Escolha do Fornecedor:

Resultou de pesquisa realizada no mercado de municípios vizinhos de Rio Bananal.

V - Justificativa do Preço:

Resultado de pesquisa de preço realizada no mercado de município vizinho de Rio Bananal, conforme Mapa de Apuração constante nos autos do processo.

Assim, submeto a justificativa à autoridade competente, Prefeito Felismino Ardizzon para ratificação, publicação e empenho.

Rio Bananal, 07 de julho de 2020.

Evaldo Sabaini

Secretário de Administração – Em Exercício

Rio Bananal/ES, 07 de Julho de 2020.

Ao Setor Publicação

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Processo nº 003765/2020 – Dispensável Licitação - Artigo 24 – Incisos II e IV

Objeto: Aquisição de álcool por dispensa – Enfrentamento ao COVID-19.

Empresa Contratada: JB COMERCIO DE SERVIÇOS LTDA EPP, inscrita no CNPJ 11.923.577/0001-91.

Valor: R\$ 1.125,00 (Um Mil e Cento e Vinte e Cinco Reais).

Ratifico a justificativa e determino a publicação no site da Prefeitura e, por extrato, em jornal de circulação local ou estadual, em, no máximo, 05 dias, nos termos do artigo 26, Parágrafo Único e seus incisos da Lei 8.666/1993.

Felismino Ardizzon

Prefeito Municipal

Santa Maria de Jetibá

PREFEITURA

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO ACORDO DE COOPERAÇÃO 014/2018

Publicação Nº 284207

O município de Santa Maria de Jetibá-ES por meio de autorização legislativa, firmou o que segue:

2º Termo Aditivo ao Acordo de Cooperação nº 014/2018, com a ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES DE RIO TAQUARA. Objeto: Fica excluído ao Item 1.1.1. da Cláusula Primeira do Acordo de Cooperação os seguintes equipamentos: 01 (uma) Batedeira de Cereais IN 0301, BC 80-Marca NUX -para trator universal - PRONAF/2002; 01 (uma) Bomba de graxa; 03 (três) unidades de Tambores de óleo de 50 litros vazios; 01 (uma) Enxada rotativa série 4157 e 01 (uma) Impressora BR 89 FFP1R6 - Patrimônio 16112. Processo nº 7385/2019.

HILÁRIO ROEPKE

Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá

HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRONICO Nº 006/2020

Publicação Nº 284092

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá-ES, HOMOLOGA o PREGÃO ELETRÔNICO nº 000006/2020- SRP. Objeto: AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAL PARA BENEFICIO EVENTUAL (CESTA BÁSICA, CESTA DE LIMPEZA E FILTROS), conforme descrições contidas nos anexos e demais condições do Edital de PREGÃO ELETRÔNICO nº 000006/2020 - SRP e seus anexos. Processo nº 003562/2020. Vencedora(s): DISTRIBUIDORA DE HORTIFRUTIGRANJEIRO BERGER LTDA E, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 01.027.474/0001-90, DISTRIBUIDORA SANTA PAULA LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 17.364.470/0001-37 e JB COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 11.923.577/0001-91

HILÁRIO ROEPKE

Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá

NELCELINA ESPINDULA

Secretária de Trabalho, Desenvolvimento e Ação Social

HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRONICO Nº 008/2020

Publicação Nº 284102

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá-ES, HOMOLOGA o PREGÃO ELETRÔNICO nº 000008/2020- SRP. Objeto: Aquisição de (Papel A4, A3 e Reciclato) para manutenção das atividades da municipalidade, conforme descrições contidas nos anexos e demais condições do Edital de PREGÃO ELETRÔNICO nº 000008/2020 - SRP e seus anexos. Processo nº 002979/2020. Vencedora(s): ARGUS ATACADISTA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 27.874.317/0001-03 e HUMAITA COMERCIO DE PAPEIS E ALIMENTOS EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 36.214.108/0001-24.

HILÁRIO ROEPKE

Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá

EDGAR MIERTSCHINK

Secretário de Administração

SIGRID STUHR

Secretária de Saúde e Gestora do Fundo Municipal de Saúde

NELCELINA ESPINDULA

Secretária de Trabalho, Desenvolvimento e Ação Social

ENOC JOAQUIM DA SILVA

Secretário de Educação

Santa Teresa

PREFEITURA

AVISO DE ABERTURA DA PROPOSTA DA TP 008/2020

Publicação Nº 284124

MUNICÍPIO DE SANTA TERESA

AVISO DE ABERTURA DE PROPOSTA DA TP Nº 08/2020

O Município de Santa Teresa – ES, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público, que depois do julgamento do recurso administrativo protocolado pela empresa Construtora Ávila Ltda, a habilitação das empresas Poar Refrigeração Comércio e Serviços em Gerais Eireli, Gonzales Engenharia Ltda, São Cristóvão Construções e Instalações de Incêndio Eireli, Ciriomar Antônio Batista Construtora Eireli ME, JDJ Engenharia e Meio Ambiente Ltda ME, Maferman Construtora Eireli – ME e RA Engenharia Eireli para a fase subsequente da licitação. Desta forma, fica marcado às 9:00 horas do dia 09/07/2020, para a abertura dos envelopes de proposta.

Santa Teresa, 07 de julho de 2020.

Comissão Permanente de Licitação

PORTARIA/CGAB Nº 140-2020 - ALTERA PORTARIA CGAB Nº 128-2020 - MURILO BOSA VAGO

Publicação Nº 284002

PORTARIA CGAB Nº 140/2020

ALTERA PORTARIA/CGAB Nº 128/2020 O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA TERESA, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e considerando o constante no processo protocolado sob o nº 7.094/2020 de 16/06/2020 e,

Considerando a necessidade de contenção da pandemia da COVID-19 e seus desdobramentos, bem como o disposto na EC nº 107/2020 de 03/07/2020,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o afastamento do servidor MURILO BOSA VAGO, servidor ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Administrativo, para Atividade Política, constante na Portaria/CGAB nº 128/2020 para 15 de agosto de 2020,

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 25 de junho de 2020, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Teresa-ES., em 07 de julho de 2020.

GILSON ANTONIO DE SALES AMARO

Prefeito Municipal

PORTARIA/CGAB Nº 141-2020 - CONCEDE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA - DARCISA DAS GRAÇAS FRAGA

Publicação Nº 284099

PORTARIA/CGAB Nº 141/2020

CONCEDE LICENÇA REMUNERADA A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA ATIVIDADE POLÍTICA O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA TERESA, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e considerando os termos do Processo nº

7.446/2020 de 30/06/2020 e o disposto na EC nº 107/2020 de 03/07/2020,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, por solicitação, licença remunerada a Servidora Pública Municipal DARCISA DAS GRAÇAS FRAGA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Trabalhador Braçal, para Atividade Política a partir do dia 15/08/2020, de acordo com o Art. 111, § 1º da Lei Municipal nº 1.800/2007 de 16/10/2007 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Santa Teresa) c/c alínea "I" do inciso II do artigo 1º da Lei Complementar nº 64/1990.

Art. 2º A licença remunerada não isenta a servidora de apresentar ao Setor de Recursos Humanos, o registro de sua candidatura feita perante a Justiça Eleitoral, sob pena de revogação da Licença pleiteada.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Teresa-ES, em 07 de julho de 2020.

GILSON ANTONIO DE SALES AMARO

Prefeito Municipal

PORTARIA/CGAB Nº 142-2020 - ALTERA PORTARIA CGAB Nº 129-2020 - NIVALDO LEPAUS

Publicação Nº 284112

PORTARIA CGAB Nº 142/2020

ALTERA PORTARIA/CGAB Nº 129/2020 O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA TERESA, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e considerando o constante no processo protocolado sob o nº 7.164/2020 de 18/06/2020 e,

Considerando a necessidade de contenção da pandemia da COVID-19 e seus desdobramentos, bem como o disposto na EC nº 107/2020 de 03/07/2020,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o afastamento do servidor NIVALDO LEPAUS, servidor ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, para Atividade Política, constante na Portaria/CGAB nº 129/2020 para 15 de agosto de 2020,

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 25 de junho de 2020, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Teresa-ES., em 07 de julho de 2020.

GILSON ANTONIO DE SALES AMARO

Prefeito Municipal

PORTARIA/CGAB/Nº 139/2020 - ALTERA A PORTARIA/CGAB/Nº 109/2020, QUE NOMEOU A COMISSÃO DE REAVALIAÇÃO PATRIMONIAL DE BENS MÓVEIS DO MUNICÍPIO DE SANTA TERESA

Publicação Nº 283987

PORTARIA/CGAB/Nº 139/2020

ALTERA A PORTARIA/CGAB/Nº 109/2020, QUE NOMEOU A COMISSÃO DE REAVALIAÇÃO PATRIMONIAL DE BENS MÓVEIS

DO MUNICÍPIO DE SANTA TERESA.

O Prefeito Municipal de Santa Teresa, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando a solicitação contida no processo nº 4.138/2020, protocolado pelo Setor de Patrimônio;

RESOLVE:

Art. 1.º Fica designado pela Secretaria Municipal de Educação, o Servidor Douglas Nunes Dalcolmo, para compor a Comissão responsável pela realização da Reavaliação Patrimonial de Bens Móveis do Município de Santa Teresa, constituída através da Portaria/CGAB/nº 109/2020, em substituição ao Servidor João Luis Pereira da Silva.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Teresa, Estado do Espírito Santo, em 07 de julho de 2020.

GILSON ANTÔNIO DE SALES AMARO

PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICAÇÃO CONTRATOS - 07-07-20

Publicação Nº 284082

RESUMO DO SEGUNDO TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº002/2019

LOCADOR: O Município de Santa Teresa/ES, através do Fundo Municipal de Saúde de Santa Teresa/ES.

LOCADORA: Ana Klara Gramelick Perdigão Peneda.

OBJETO: terá um aumento de R\$ 4.076,24 (quatro mil, setenta e seis reais e vinte e quatro centavos), passando o montante de R\$ 23.438,28 (vinte e três mil, quatrocentos e trinta e oito reais e vinte e oito centavos) para R\$ 27.514,52 (vinte e sete mil, quinhentos e quatorze reais e cinquenta e dois centavos), em 04 (quatro) parcelas mensais, iguais e consecutivas no valor de R\$ 1.783,35 (hum mil, setecentos e oitenta e três reais e trinta e cinco centavos) devido o que consta no processo.

PROCESSO Nº: 6140/2020.

Santa Teresa/ES, 01 de julho de 2020.

ANDRÉIA PASSAMANI BARBOSA CORTELETTI

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PUBLICAÇÃO CONTRATOS - 07-07-2020

Publicação Nº 284004

RESUMO DO CONTRATO "EMERGENCIAL" ADMINISTRATIVO Nº003/2020

CONTRATANTE: O Município de Santa Teresa/ES através do Fundo Municipal de Saúde de Santa Teresa/ES.

CONTRATADA: Isadora Lopes Moreira da Fraga.

OBJETO: Prestação de serviços em regime de Designação Temporária, na função de Médico, junto às equipes de Estratégia Saúde da Família – ESF, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

VIGÊNCIA: Terá início com efeitos retroativos ao dia 01 de Junho de 2020 e término em 29 de Agosto de 2020, vedada a sua prorrogação.

REMUNERAÇÃO: Receberá a importância mensal de R\$ 8.389,95 (oito mil, trezentos oitenta e nove reais e noventa e cinco centavos) deduzidos os encargos sociais. A remuneração dos cargos obedece ao disposto no Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Município de Santa Teresa e ao Artigo 7º da Constituição Federal, não sendo menor que o salário mínimo

Nacional.

PROCESSO: 6565/2020.

Santa Teresa, 08 de Junho de 2020.

ANDRÉIA PASSAMANI BARBOSA CORTELETTI
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

RESUMO DO CONTRATO "EMERGENCIAL" ADMINISTRATIVO Nº004/2020

CONTRATANTE: O Município de Santa Teresa/ES através do Fundo Municipal de Saúde de Santa Teresa/ES.

CONTRATADA: Barbara Varussa Cardoso.

OBJETO: Prestação de serviços em regime de Designação Temporária, na função de Médico, junto às equipes de Estratégia Saúde da Família – ESF, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

VIGÊNCIA: Terá início com efeitos retroativos ao dia 01 de Junho de 2020 e término em 29 de Agosto de 2020, vedada a sua prorrogação.

REMUNERAÇÃO: Receberá a importância mensal de R\$ 8.389,95 (oito mil, trezentos oitenta e nove reais e noventa e cinco centavos) deduzidos os encargos sociais. A remuneração dos cargos obedece ao disposto no Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Município de Santa Teresa e ao Artigo 7º da Constituição Federal, não sendo menor que o salário mínimo Nacional.

PROCESSO: 6565/2020.

Santa Teresa, 08 de Junho de 2020.

ANDRÉIA PASSAMANI BARBOSA CORTELETTI
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

RESUMO DO PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 361/2018

CONTRATANTE: O Município de Santa Teresa/ES através do Fundo Municipal de Saúde de Santa Teresa/ES.

CONTRATADO: Jean Carlos Cezana.

OBJETO: O objeto do presente aditamento é a prorrogar o prazo de vigência contratual constante da Cláusula Segunda do Contrato Administrativo nº 361/2018, de 06 de Julho de 2020 para até 05 de Julho de 2022.

PROCESSO: 7249/2020.

Santa Teresa, 02 de Julho de 2020.

ANDRÉIA PASSAMANI BARBOSA CORTELETTI
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

RESUMO DO PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 220/2019

CONTRATANTE: O Município de Santa Teresa/ES através do Fundo Municipal de Saúde de Santa Teresa/ES.

CONTRATADO: Alan de Matos Alves.

OBJETO: O objeto do presente aditamento é a prorrogar o prazo de vigência contratual constante da Cláusula Segunda do Contrato Administrativo nº 220/2019, de 06 de Julho de 2020 para até 05 de Julho de 2022.

PROCESSO: 7249/2020.

Santa Teresa, 02 de Julho de 2020.

ANDRÉIA PASSAMANI BARBOSA CORTELETTI
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

RESUMO DO PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 290/2019

CONTRATANTE: O Município de Santa Teresa/ES.

CONTRATADO: Orlando Barth.

OBJETO: O objeto do presente aditamento é a prorrogar o prazo de vigência contratual constante da Cláusula Segunda do Contrato Administrativo nº 290/2019, de 06 de Julho de 2020 para até 05 de Julho de 2022.

PROCESSO: 6643/2020.

Santa Teresa, 10 de Junho de 2020.

GILSON ANTONIO DE SALES AMARO

PREFEITO MUNICIPAL

RESUMO DO PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 302/2019

CONTRATANTE: O Município de Santa Teresa/ES.

CONTRATADO: Ramon Vieira Batista.

OBJETO: O objeto do presente aditamento é a prorrogar o prazo de vigência contratual constante da Cláusula Segunda do Contrato Administrativo nº 302/2019, de 06 de Julho de 2020 para até 05 de Julho de 2022.

PROCESSO: 6643/2020.

Santa Teresa, 10 de Junho de 2020.

GILSON ANTONIO DE SALES AMARO

PREFEITO MUNICIPAL

RESUMO DO TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

Nº 381/2017

CONTRATANTE: O Município de Santa Teresa/ES, através do Fundo Municipal de Saúde de Santa Teresa/ES.

CONTRATADO: Bruno Felipe Uffgen Novelli.

OBJETO: Acordam que o Contrato ficará rescindindo com data retroativa ao dia 22 de Junho de 2020, o Contrato Administrativo nº 381/2017, firmando em 10 de Julho de 2017.

PROCESSO: 7222/2020.

Santa Teresa, 30 de Junho de 2020.

ANDRÉIA PASSAMANI BARBOSA CORTELETTI

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

RESUMO DO TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

Nº 411/2019

CONTRATANTE: O Município de Santa Teresa/ES, através do Fundo Municipal de Saúde de Santa Teresa/ES.

CONTRATADO: Cassiano Estevão Wutkovsky.

OBJETO: Acordam que o Contrato ficará rescindindo com data retroativa ao dia 28 de Maio de 2020, o Contrato Administrativo nº 411/2019, firmando em 02 de Julho de 2019.

PROCESSO: 6434/2020.

Santa Teresa, 03 de Junho de 2020.

ANDRÉIA PASSAMANI BARBOSA CORTELETTI

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

RESUMO DO TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

Nº 226/2020

CONTRATANTE: O Município de Santa Teresa/ES.

CONTRATADA: Nadia Aparecida Cardoso.

OBJETO: Acordam que o Contrato ficará rescindindo com data retroativa ao dia 11 de Fevereiro de 2020, o Contrato Administrativo nº 226/2020, firmando em 29 de Janeiro de 2020.

PROCESSO: 2550/2020.

Santa Teresa, 18 de Fevereiro de 2020.

GILSON ANTÔNIO DE SALES AMARO

PREFEITO MUNICIPAL

RESUMO DO TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

Nº 297/2020

CONTRATANTE: O Município de Santa Teresa/ES.

CONTRATADA: Fabia Aparecida Jacomini.

OBJETO: Acordam que o Contrato ficará rescindindo com data retroativa ao dia 07 de Maio de 2020, o Contrato Administrativo nº 297/2020, firmando em 16 de Março de 2020.

PROCESSO: 5921/2020.

Santa Teresa, 11 de Maio de 2020.

GILSON ANTÔNIO DE SALES AMARO

PREFEITO MUNICIPAL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTA TEREZA**PORTARIA/SMSA/Nº045/2020**

Publicação Nº 284097



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA
Estado do Espírito Santo

PORTARIA/SMSA/Nº 045/2020

NOMEIA COMISSÃO ENCARGADA DA ANÁLISE DE CADASTROS E DOCUMENTOS DOS CANDIDATOS INSCRITOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL **SMSA/Nº 005/2020** E COMISSÃO DE ANALISE DE RECURSOS.

A Secretária Municipal de Saúde de Santa Teresa, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear a comissão encarregada de realizar análise do cadastro online e documentos dos candidatos inscritos no Processo Seletivo Simplificado, para o cargo de Médico, de que trata o Edital/SMSA/nº 005/2020 , composta pelos servidores:

- I – JEAN CARLOS ARNDT
- II – MARIA LUIZA CAMPISTA CORTELLETTI
- III - MIRYAN MENEHINI

Art. 2º. Nomear a comissão encarregada de realizar avaliação dos recursos interpostos apresentados pelos Candidatos inscritos no Processo Seletivo Simplificado, de que trata o Edital/SMSA/Nº 005/2020, composta pelos servidores:

- I – ANA MARIA PASSOS
- II - ÁQUILA RIBEIRO LEAL GOTTARDI
- III - VICTOR ALVARO FERNANDES BREGONCI

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e Cumpra-se.

Secretaria Municipal de Saúde de Santa Teresa, Estado do Espírito Santo, em 07 de julho de 2020.

Andréia Passamani Barbosa Corteletti
Secretária Municipal de Saúde

Rua Darly Nerty Vervloet, 446 – Centro - Santa Teresa – ES – CEP 29.650-000
TeleFax: (27) 3259-3900 – CNPJ: 27.167.444/0001-72 – Site:www.santateresa.es.gov.br.

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EM CARÁTER DE URGÊNCIA EDITAL SMSA 005/2020

Publicação Nº 284095

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA**
Estado do Espírito Santo**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EM CARÁTER DE
URGÊNCIA
EDITAL SMSA 005/2020**

A **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTA TERESA/ES** torna pública a abertura de inscrições e estabelece normas para a realização de Processo Seletivo Simplificado para provimento de cadastro de reserva para o cargo de: **Médico 40 horas**, para atuar na **Atenção Básica em Saúde/ ESF - Estratégia de Saúde da Família**, na Secretaria Municipal de Saúde em consonância com o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal e condições estabelecidas neste Edital.

1 – Disposições Preliminares

1.1 O Processo Seletivo Simplificado de que se trata o presente Edital tem a finalidade de seleção de candidatos para provimento de cadastro de reserva para o cargo de: **Médico 40 horas**, para atuar na **Atenção Básica em Saúde/ ESF - Estratégia de Saúde da Família**, com vistas à contratação temporária por tempo determinado, com validade de 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado por até igual período, a critério da Administração.

1.2 A Organização Mundial da Saúde (OMS), no dia 11 de março elevou o estado de contaminação pelo COVID 19 a PANDEMIA e as diretrizes traçadas pela lei federal nº 13.979/20 dispõem sobre as medidas de enfrentamento da emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do COVID 19:

1.2.1 O Decreto Estadual nº 4593-R que decreta a situação de emergência a nível estadual;

1.2.2 O Decreto Municipal nº 087/2020 que declara situação de emergência municipal;

1.2.3 O Decreto Estadual nº 0446-S que declara o estado de calamidade pública estadual;

1

*Rua Daryl Nerty Vervloet, 446 – Santa Teresa – ES – CEP 29.650-000
TeleFax: (27) 3259-3900 – CNPJ: 27.167.444/0001-72*



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo

1.3 Os candidatos convocados serão contratados somente até o retorno dos médicos contratados que estão afastados pelo risco da pandemia do COVID-19, ou enquanto houver necessidade na Secretaria Municipal De Saúde-SMSA.

1.4 Será coordenado pela Comissão nomeada por meio da Portaria SMSA nº 045/2020, que supervisionará todas as etapas deste Processo até o encaminhamento ao Prefeito Municipal com o resultado final para devida homologação.

1.5 É condição essencial para se inscrever neste Processo Seletivo Simplificado o conhecimento e aceitação das instruções e normas contidas neste Edital.

1.6 Ao se inscrever, o candidato declara que conhece e concorda plena e integralmente com os termos deste Edital e legislação vigente.

1.7 A convocação para contratação temporária de pessoal dar-se-á de acordo com as necessidades do serviço, a partir da homologação do resultado final.

1.8 O Processo Seletivo Simplificado será feito por meio de análise de experiência profissional e de títulos (qualificação profissional), ambas de caráter classificatório e eliminatório.

1.9 Todas as publicações oficiais referentes ao presente Processo Seletivo Simplificado serão divulgadas exclusivamente no site oficial da Prefeitura de Santa Teresa/ES (www.santateresa.es.gov.br), no site do Diário Oficial dos Municípios do Espírito Santo (www.diariomunicipal.es.gov.br) e no mural de avisos da Prefeitura de Santa Teresa/ES, não se responsabilizando a Secretaria Municipal de Saúde de Santa Teresa/ES por publicações não oficiais.

2 – Do cargo

2.1 Médico	
2.1.1 Vagas Ofertadas	Cadastro de reserva
2.1.2 Salário Base	R\$ 5.074,86



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo

2.1.3 Insalubridade	R\$ 1.014,97
2.1.4 Gratificação	R\$ 3.213,60
2.1.5 Carga Horária Contratual	40 (quarenta) horas semanais, 08 (oito) horas diárias. Registro no ponto eletrônico.
2.1.6 Pré-Requisitos para investidura no cargo	Ser brasileiro nato ou naturalizado; ser maior de 18(dezoito) anos; estar em dia com suas obrigações militares e eleitorais; possuir Graduação em Medicina e estar habilitado ao exercício da profissão no conselho de classe.

2.2 Atribuições do cargo devem atender as atribuições da categoria e as funções descritas na Portaria/MS Nº 2.436, de 21 de setembro de 2017.

2.3 No ato da convocação o candidato não deverá possuir rescisão de contrato temporário ou público por justa causa nos últimos 12 (doze) meses, ficando claro que a verificação posterior de tal ocorrência acarretará rescisão justificada do contrato de trabalho.

3 - Das inscrições

3.1 As inscrições serão realizadas EXCLUSIVAMENTE por meio eletrônico, devendo o candidato acessar o site <https://santateresa.es.gov.br/> no período de 08 horas do dia 14/07/2020 até às 24 horas do dia 19/07/2020, observado o fuso-horário de Brasília/DF;

3.2 A Secretaria Municipal de Saúde (SMSA) não se responsabiliza por inscrições não recebidas por motivo de ordem técnica dos computadores, falha de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, falta de energia elétrica, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados;

3.3 Antes de efetuar a inscrição o candidato deverá conhecer o Edital e certificar-se de que preenchem todos os requisitos exigidos para a inscrição no presente Processo Seletivo Simplificado, e para o exercício da função pública conforme o cargo pleiteado. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e aceitação das



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo

normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento;

3.4 O descumprimento das instruções para inscrição implicará a sua não efetivação;

3.5 No site, o candidato deverá preencher todos os campos do formulário de inscrição, que são obrigatórios;

3.6 As informações prestadas no Formulário de Inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato, reservando-se à Secretaria Municipal de Saúde (SMSA) o direito de excluir do processo seletivo aquele que não preencher o documento oficial de forma completa, correta e/ou fornecer dados inverídicos ou falsos;

3.7 Não serão aceitas inscrições condicionais, via fax, protocolo, correspondências, ou fora do prazo estabelecido no Edital;

3.8 Deverão constar na inscrição as informações relativas a dados pessoais, documentação, escolaridade, experiência profissional, qualificação profissional e exigências inerentes ao cargo, preenchidas de forma correta.

3.9 Confirmada a inscrição online não serão aceitos pedidos para alteração de nenhuma informação. Caso após a inscrição houver alteração nos dados referentes ao endereço, telefone e e-mail é de responsabilidade do candidato informar a Comissão do Processo Seletivo via ofício;

3.10 Nenhum documento novo poderá ser apresentado após a efetuação da inscrição.

3.11 O candidato que apresentar documentações falsas ou inexatas, bem como as que não satisfizerem aos termos deste edital, ficará impedido de participar, pelo prazo de 02 (dois) anos, de concursos e processos seletivos realizados pelo município de Santa Teresa/ES, além das imputações criminais ao caso;

3.12 Não serão aceitas as inscrições que não atenderem rigorosamente ao estabelecido neste Edital.

3.13 Na impossibilidade de entrega do diploma, o candidato poderá apresentar declaração que comprove a conclusão do respectivo curso de formação ou curso de pós-graduação, na versão original ou cópia autenticada em cartório ou cópia

4

*Rua Darly Nerty Vervloet, 446 – Santa Teresa – ES – CEP 29.650-000
TeleFax: (27) 3259-3900 – CNPJ: 27.167.444/0001-72*



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo

simples, este último com comprovação da via original, verificada pelo servidor público responsável pela análise da documentação no ato da convocação;

3.14 Será permitida uma única inscrição online por CPF para o cargo previsto neste Edital.

3.15 Em se tratando de curso de pós-graduação, além dos procedimentos previstos no item anterior, a declaração deverá também indicar a data de conclusão do curso e aprovação de monografia;

3.16 Não serão aceitos protocolos de documentos;

3.17 Terá a inscrição inferida o candidato que:

- a) Não apresentar todos os documentos exigidos como pré-requisito, comprovados em conformidade com este Edital;
- b) Não apresentar o formulário de inscrição, impresso e assinado no ato da convocação;
- c) Não preencher todos os requisitos fixados no item 2 deste Edital;

3.18 Compete ao candidato a responsabilidade pela escolha dos títulos (comprovantes) a serem relacionados para comprovação do pré-requisito e para pontuação na área de qualificação e experiência profissional.

3.19 O candidato será responsável por todas as informações prestadas no formulário de inscrição e quaisquer erros ou omissões implicarão na eliminação do candidato.

4 – Da comprovação da qualificação profissional e títulos

4.1 Formulário de inscrição impresso devidamente preenchido e assinado.

4.2 Cópia do documento de identidade e CPF.

4.2.1 Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos etc.); passaporte brasileiro; certificado de reservista; carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo

público que, por Lei Federal, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação.

4.3 Cópia do DIPLOMA ou DECLARAÇÃO emitida pela Faculdade/Universidade, que comprove a escolaridade mínima exigida, reconhecida pelo MEC.

4.4 Compete ao candidato a responsabilidade pela pontuação no ato da inscrição e da comprovação através dos documentos exigidos nesse Processo Seletivo Simplificado.

4.5 No ato da convocação, o candidato deve apresentar os documentos cadastrados no formulário de inscrição online, com cópia simples, junto das vias originais, ou cópia autenticada.

5 – Das etapas do processo seletivo

5.1 O Processo Seletivo Simplificado será realizado em duas etapas, sendo:

1ª Etapa: Avaliação de títulos (qualificação profissional) e tempo de serviço (experiência profissional);

5.2 Do cronograma das etapas do Processo Seletivo Simplificado:

Recurso ao Edital	10 a 13 de julho de 2020
Inscrições	14 a 19 de julho de 2020
Publicação do resultado preliminar	22 de julho de 2020
Prazo para recurso do resultado preliminar	23 e 24 de julho de 2020
Homologação	27 de julho de 2020

5.3 Qualificação Profissional: Na contagem de pontos dos certificados de qualificação profissional serão atribuídos pontos conforme as tabelas abaixo:

Tabela 1. Pontuação referente aos certificados ou declaração de cursos de Pós-Graduação, Mestrado e Doutorado.

Certificado de Cursos de Nível Superior	Pontos atribuídos
Certificado ou declaração de Curso de Doutorado na área de Saúde.	60

6

Rua Darly Nerty Vervloet, 446 – Santa Teresa – ES – CEP 29.650-000
TeleFax: (27) 3259-3900 – CNPJ: 27.167.444/0001-72



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo

Certificado ou declaração de Curso de Mestrado na área de Saúde.	50
Certificado ou declaração de Curso de Pós-Graduação Lato Sensu/Especialização na área de Saúde.	30

5.3.1 Pontuação referente aos cursos certificados pelas Esferas Públicas (Ministério da Saúde, Secretaria de Estado da Saúde e Secretaria Municipais de Saúde) ou de certificados emitidos por instituições de ensino conveniados com as entidades anteriormente citadas, conforme tabela 2.

Tabela 2. Cursos livres pelas Esferas Públicas

Cursos certificados pelas Esferas Públicas (Ministério da Saúde, Secretaria de Estado da Saúde e Secretaria Municipais de Saúde) ou de certificados emitidos por instituições de ensino conveniados com as entidades anteriormente citadas.	Pontos atribuídos
Certificado ou Declaração de Curso Avulso na área específica do cargo com duração superior a 120h	10
Certificado ou Declaração de Curso Avulso na área específica do cargo com duração de 80 a 119h.	5
Certificado ou Declaração de Curso Avulso na área específica do cargo com duração de 40 a 79h. (Permitido no máximo 2 certificados)	3
Certificado de Participação em Congressos, simpósios, fóruns, encontros e demais eventos com duração igual ou superior a 8h na área de Saúde. (Permitido no máximo 2 certificados)	2

5.3.1.1 Os certificados deverão apresentar a logomarca do Sistema Único de Saúde (SUS) e/ou das Esferas Públicas mencionadas acima e da instituição de ensino.

5.3.2 Pontuação referente aos Certificados de demais entidades educativas não vinculadas as Esferas Públicas aprovadas pelo MEC, conforme tabela 3.

Tabela 3. Cursos livres de demais entidades educativas.

Certificados de demais entidades educativas não vinculadas as Esferas Públicas aprovadas pelo MEC.	Pontos atribuídos
Certificado de Curso Avulso na área específica do cargo com duração superior a 120h, podendo apresentar no máximo 02 certificados .	4
Certificado de Curso Avulso na área específica do cargo com duração	2



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo

de 80 a 119h, podendo apresentar no máximo 02 certificados.	
Certificado de Curso Avulso na área específica do cargo com duração de 40 a 79h, podendo apresentar no máximo 02 certificados.	1,0
Certificado de Participação em Congressos, simpósios, fóruns, encontros e demais eventos com duração igual ou superior a 8h na área de Saúde, podendo apresentar no máximo 02 certificados.	0,5

5.3.3 Cursos com duração de até 360h só terão pontos atribuídos caso tenham sido concluídos nos últimos **05 (cinco) anos** e cumpram as exigências conforme o item 6.

5.4 Experiência Profissional: Serão atribuídos 02 (dois) pontos para cada mês completo de serviço na área da Atenção Básica de Saúde, 01 (um) ponto para cada mês completo de serviço na área cargo pleiteado.

5.5 Pontuação final:

A soma total do resultado do processo = \sum Tempo de serviço/experiência profissional + \sum Qualificação profissional/títulos

5.5.1 A pontuação final será obtida através do somatório da avaliação dos títulos e tempo de serviços.

6 – Da comprovação da qualificação profissional e títulos

6.1 Os diplomas, certificados e declarações de conclusão de curso superior, serão aferidos apenas quando oriundos de instituições reconhecidas e credenciadas para oferecer o curso de acordo com o MEC (Ministério da Educação).

6.2 Não serão computados pontos para cursos exigidos como pré-requisito (de acordo com item 2, bem como não serão pontuados os cursos de formação de grau igual ou inferior ao apresentado como requisito ao exercício do cargo ou curso não concluído no ato da entrega do currículo.

6.3 Não será considerado qualquer tipo de curso onde seja entregue certidão de conclusão se neste não constar o timbre e/ou carimbo de CNPJ da entidade que forneceu o curso, data de conclusão do mesmo, carimbo e assinatura do responsável pela emissão do documento e data da expedição do mesmo.

8

*Rua Darly Nerty Vervloet, 446 – Santa Teresa – ES – CEP 29.650-000
TeleFax: (27) 3259-3900 – CNPJ: 27.167.444/0001-72*



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo

6.4 Não serão contabilizados como qualificação profissional: estágio, monitoria, projetos, palestras e similares.

6.5 Os cursos realizados no exterior só terão validade quando acompanhados por documentos expedido por tradutor juramentado e com reconhecimento do MEC Ministério da Educação).

7 – Da comprovação da experiência profissional ou atividade prestada

7.1 Em órgão público: Somente declaração ou certidão de tempo de serviço expedido pelo órgão empregador, do Poder Federal, Estadual ou Municipal, conforme o âmbito da prestação da atividade, em papel timbrado, com carimbo do órgão expedidor.

7.2 Em empresa privada: cópia da carteira de trabalho ou contrato de trabalho (registro do (s) contrato (s) de trabalho e páginas de identificação do candidato na respectiva carteira de trabalho autenticados em cartório ou apresentados juntamente com o original).

7.2.1 No caso de contrato de trabalho em vigor (carteira sem data de saída), o candidato deverá também anexar declaração do empregador, em papel timbrado, com carimbo, data e assinatura do responsável pela emissão da declaração, atestando término ou continuidade do trabalho.

7.3 Como autônomo: certidão emitida por órgão competente (Prefeitura ou INSS), comprovando o tempo de cadastro como autônomo no cargo e área/especialidade que pleiteia o contrato.

7.4 Como prestador de serviços: Cópia do Contrato de prestação de serviços do cargo pleiteado e declaração da empresa comprovando período efetivo de atuação no período a que se reporta o respectivo contrato.

7.5 No serviço voluntário: Declaração expedida pelo órgão onde prestou serviço voluntário, em papel timbrado, com carimbo do órgão expedidor, datado e assinado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo

7.6 Como cooperativista: Cópia do documento que comprove o vínculo entre o candidato e a cooperativa, bem como declaração da empresa onde atua comprovando período efetivo de atuação.

7.7 A experiência profissional deverá ser comprovada conforme especificado nos itens anteriores deste Edital, não sendo aceitos, sob hipótese alguma, comprovantes de experiência profissional fora dos padrões nele especificados, bem como experiência profissional na qualidade de dono/ sócio de empresa/clínica.

7.8 Somente serão validadas comprovações de experiências profissionais que especificarem dia, mês e ano de entrada, e dia, mês e ano de saída do serviço.

7.9 Considera-se experiência/exercício profissional, para efeito de pontuação, toda atividade desenvolvida no cargo que pleiteia o contrato, ocorrida após respectiva conclusão de curso ou colação de grau no curso exigido para o exercício do cargo.

7.10 Não será computada como experiência profissional, de monitoria, bolsa de estudos, estágio, residência, ou outras atribuições prestadas fora do cargo que pleiteia o contrato.

7.11 Serão computados somente até 5 (cinco) anos de serviços efetivamente prestados.

7.12 O tempo já computado para aposentadoria não será considerado válido na contagem de pontos.

8 – Da divulgação dos resultados, Recursos e Revisão

8.1 Do resultado final: O resultado final dos candidatos aprovados será elaborado por ordem decrescente do total de pontos obtidos. Havendo empate na classificação final dos candidatos aprovados, o critério de desempate, pela ordem, será o seguinte:

8.1.1 Maior Pontuação no tempo de serviço em Atenção Básica de Saúde.

8.1.2 Maior idade, considerando-se dia, mês e ano de nascimento.

8.2 A homologação da inscrição não desobriga o candidato de comprovar, a qualquer tempo, quando solicitado, o atendimento a todos os requisitos e condições

10

*Rua Darly Nerty Vervloet, 446 – Santa Teresa – ES – CEP 29.650-000
TeleFax: (27) 3259-3900 – CNPJ: 27.167.444/0001-72*



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo

estabelecidos neste Edital; o candidato que não o atender terá sua inscrição cancelada, sendo eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

8.3 Do recurso ao Edital: Ao presente Edital caberá recurso no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar do 1º (primeiro) dia útil subsequente ao da publicação do mesmo.

8.4 O recurso ao Edital deverá ser protocolado no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Santa Teresa, endereçado à Procuradoria Jurídica Municipal.

8.5 Do recurso ao resultado do Processo Seletivo: O candidato poderá apresentar recurso no prazo de até 02 (dois) dias úteis contados da divulgação do resultado final.

8.6 O recurso ao resultado do Processo Seletivo deverá ser protocolado no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Santa Teresa, endereçado à Comissão de Análise de Recursos designada especialmente para este Processo Seletivo Simplificado.

8.7 Todos os recursos serão analisados e as justificativas quanto ao acatamento ou não do recurso serão disponibilizados ao candidato na Secretaria Municipal de Saúde de Santa Teresa/ES, no próximo dia útil após a análise da Comissão de Análises e Recursos.

8.8 Não será aceito recurso via postal, via fax, via correio eletrônico ou qualquer outro meio que não o previsto no Edital.

8.9 O recurso interposto fora do prazo acima especificado não será apreciado por ser intempestivo.

8.10 A Comissão constitui instância única para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais por via administrativa.

9 – Da convocação e contratação

9.1 A convocação dos candidatos classificados para ocuparem as vagas será efetuada pela Secretaria Municipal de Saúde de Santa Teresa de acordo com a ordem de classificação final e necessidade da Administração Pública, por



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo

instrumento público (Portaria) e divulgada nos canais de comunicação oficiais como constantes no item 1.7.

9.2 É de inteira responsabilidade do candidato, acompanhar os Editais e demais publicações oficiais referentes a este Processo Seletivo Simplificado por meio dos instrumentos de comunicação oficiais constantes no item 1.7.

9.3 O não comparecimento do candidato classificado no dia, local e hora da convocação implicará na sua automática eliminação do Processo Seletivo Simplificado.

9.4 A contratação em caráter temporário, de que trata este Edital, dar-se-á mediante assinatura de contrato administrativo pela Secretaria Municipal de Saúde e o profissional contratado.

9.5 No ato da convocação o candidato deverá entregar cópia dos seguintes documentos: CPF; PIS/PASEP; título de eleitor e comprovante de última votação; carteira de identidade; carteira profissional (apresentação para comprovação do número, série e data da expedição); comprovante de residência; cartão de vacinação em dia e de seus dependentes menores de 14 (quatorze) anos; certificado de reservista (sexo masculino); registro no conselho da classe em caso de cargo regulamentado por Lei; comprovante de regularidade junto ao conselho da classe em caso de cargo regulamentado por lei; 01 (uma) foto 3x4; declaração de não acumulação de cargos (artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal); declaração de bens; certidão negativa de débitos com a Fazenda Pública Municipal; atestado de bons antecedentes ([site www.sesp.es.gov.br](http://www.sesp.es.gov.br)); atestado médico conforme estabelecido pelo setor de recursos humanos; cópia do documento que comprove a escolaridade mínima para o exercício do cargo; certidão de nascimento ou casamento e certidão de nascimento dos dependentes; número de conta corrente em agência bancária do município de Santa Teresa/ES.

9.6 Caberá ao candidato, quando solicitado, apresentar laudo médico a ser expedido pelo serviço de Medicina do Trabalho do Município de Santa Teresa/ES ou a outro indicado pela Secretaria de Administração e Recursos Humanos, para emissão do Atestado Médico Admissional, realizando exames complementares se for o caso.

12

Rua Darly Nerty Vervloet, 446 – Santa Teresa – ES – CEP 29.650-000
TeleFax: (27) 3259-3900 – CNPJ: 27.167.444/0001-72



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo

10 – Das disposições complementares

10.1 A jornada de trabalho está definida no item 2 deste Edital. Havendo campanhas de saúde em final de semana, o profissional poderá ser convocado a participar, garantindo a compensação da jornada realizada em acordo com a Secretaria Municipal de Saúde.

10.2 É de inteira responsabilidade do candidato, acompanhar os Editais e demais publicações oficiais referentes a este Processo Seletivo Simplificado por meio dos instrumentos de comunicação oficiais constantes no item 1.7.

10.3 O candidato selecionado pelo presente Processo Seletivo Simplificado atuará na Secretaria Municipal de Saúde, respeitadas as proporções de carga horária e remuneração, bem como, após sua contratação, ficará sujeito a ser remanejado entre os setores da Secretaria Municipal de Saúde conforme necessidade da mesma.

10.4 O profissional contratado na forma contida neste Edital terá avaliado o seu desempenho profissional pela sua chefia imediata após 60 (sessenta) dias do início de suas atividades e a cada 04 (quatro) meses de exercício. A avaliação deverá ser formalizada em formulário próprio.

10.5 A avaliação do desempenho do profissional contratado na forma deste Edital, quando for evidenciada a insuficiência de desempenho profissional, poderá acarretar rescisão imediata do Contrato celebrado com a Secretaria Municipal de Saúde de Santa Teresa/ES, respeitada a legislação vigente.

10.6 A cessação do Contrato de prestação de serviços, antes do prazo previsto, poderá ocorrer, sem prejuízo do item 10.5:

10.6.1 A pedido do contratado, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

10.6.2 Por conveniência administrativa, a juízo da autoridade que procedeu a contratação;

10.6.3 Quando o contratado incorrer em falta disciplinar;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo

10.6.4 Quando da homologação de Concurso Público para provimento da carreira/função equivalente;

10.7 A aprovação neste Processo Seletivo Simplificado não assegura ao candidato a sua contratação, mas apenas a expectativa de ser convocado seguindo rigorosa ordem de classificação.

10.8 Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disserem respeito, circunstância que será publicada nos órgãos oficiais como consta no item 1.7.

10.9 De acordo com a legislação processual civil em vigor é a Comarca de Santa Teresa/ES o foro competente para julgar as demandas judiciais decorrentes do presente Processo Seletivo Simplificado.

10.10 Os casos omissos no presente Edital serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Saúde e pela Procuradoria Municipal observados os princípios e normas que regem a Administração Pública.

Santa Teresa - ES, 07 de julho de 2020.

Andréia Passamani Barbosa Corteletti
Secretária Municipal de Saúde

Rua Darly Nerty Vervloet, 446 – Santa Teresa – ES – CEP 29.650-000
TeleFax: (27) 3259-3900 – CNPJ: 27.167.444/0001-72

São Domingos do Norte

PREFEITURA

ERRATA TERMO DE DISPENSA 18 - 2020 - FMS

Publicação Nº 284001

ERRATA - REFERENTE À PUBLICAÇÃO FEITA DO DIA 22/06/2020 NA PÁGINA 275 DO JORNAL DOM/ES – EDIÇÃO Nº 1541

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 18/2020 - FMS

Processo Administrativo nº 2041/2020

ONDE SE LÊ: Do Fundamento Legal: Art. 24, inciso V, da Lei 8.666/93 de 21 de Junho de 1993 e alterações posteriores.

LEIA-SE: Do Fundamento Legal: Art. 24, inciso X, da Lei 8.666/93 de 21 de Junho de 1993 e alterações posteriores.

São Domingos do Norte/ES, 07 de julho de 2020.

Roque Siqueira Gomes

Presidente CPL

TERMO DE DISPENSA 32/2020

Publicação Nº 283993

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 032/2020

Do Objeto: Locação Emergencial de um imóvel para instalação de serviço oferecido pela Secretaria Municipal do Trabalho Assistência e Desenvolvimento Social /PMSDN/ES, no município de São Domingos do Norte/ES por um período 30 (trinta) dias conforme especificação neste Termo de Referência e croqui anexo.

Do Contratado: Alaertes Luis Nicchio.

Endereço: Rua Clério A. Spíndula s/nº - Centro – São Domingos do Norte/ES

CPF: Nº 216.225.157-49.

Do Valor e do Pagamento: R\$ 1.200,00 (Hum mil e duzentos reais) conforme contrato anterior que é parte integrante desse processo. A presente contratação importa que deverá ser paga em 1 (uma) parcelas sem reajuste no preço apresentando de acordo com o TR e contrato anterior.

Da justificativa: A dispensa de licitação para contratação, objeto do presente termo, justifica-se pelo atraso na realização da Chamada Pública e por estar o referido Depósito instalado no imóvel.

Do Fundamento Legal: Art. 24, inciso X, da Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores.

São Domingos do Norte/ES, 07/07/2020.

ROQUE SIQUEIRA GOMES

Presidente da CPL

RATIFICAÇÃO

Em vista das justificativas e fundamentações retro relatadas e levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Procuradoria Geral, aprovo a realização da despesa, independente de licitação

São Domingos do Norte/ES, 07/07/2020.

PEDRO AMARILDO DALMONTE

Prefeito Municipal

São Gabriel da Palha

PREFEITURA

DECRETO 1.440/2020-EXONERAR A PEDIDO DO CARGO EFETIVO DE MÉDICO CLÍNICO GERAL, O SERVIDOR GIOVANI ANDRADE LOUREIRO

Publicação Nº 284227

DECRETO Nº 1.440/2020

EXONERAR A PEDIDO DO CARGO EFETIVO DE MÉDICO CLÍNICO GERAL, O SERVIDOR GIOVANI ANDRADE LOUREIRO.

LUCELIA PIM FERREIRA DA FONSECA, PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA-ES, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS. ...

Considerando o Processo Administrativo nº 3.915 de 03 de Julho de 2020.

D E C R E T A:

Art. 1º - Exonerar a pedido o Servidor GIOVANI ANDRADE LOUREIRO, do Cargo Médico Clínico Geral, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, da Prefeitura Municipal de São Gabriel da Palha, a partir de 03 de Julho de 2020.

Art. 2º- Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 03 de Julho de 2020.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete da Prefeita Municipal de São Gabriel da Palha-ES, 07 de julho de 2020.

LUCÉLIA PIM FERREIRA DA FONSECA

PREFEITA MUNICIPAL

DECRETO 1.441/2020-NOMEAR NO CARGO COMISSSIONADO DE DIRETORA INTERINA DO DEPARTAMENTO DE COMPRAS E CONTRATOS, A SERVIDORA FRANCIELI DA ROCHA AVILA

Publicação Nº 284228

DECRETO Nº 1.441/2020

NOMEAR NO CARGO COMISSSIONADO DE DIRETORA INTERINA DO DEPARTAMENTO DE COMPRAS E CONTRATOS, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA-ES, A SERVIDORA FRANCIELI DA ROCHA AVILA

LUCELIA PIM FERREIRA DA FONSECA, PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA-ES, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS. ...

Considerando o Processo Administrativo nº 3.797 de 30 de Junho de 2020 da Secretaria Municipal de Administração.

D E C R E T A:

Art. 1º - Nomear a Servidora FRANCIELI DA ROCHA AVILA, Mat. 3459, Escriturária, no Cargo Comissionado de Diretora Interina do Departamento de Compras e Contratos, da Prefeitura Municipal de São Gabriel da Palha-ES, no período de 06 a 25 de Julho de 2020, sem remuneração, em face das férias da titular do Cargo.

Art. 2º- Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir de 07 de Julho de 2020.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete da Prefeita Municipal de São Gabriel da Palha-ES, 07 de julho de 2020.

LUCELIA PIM FERREIRA DA FONSECA

PREFEITA MUNICIPAL

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 038 039 DE 2020

Publicação Nº 284064

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 038/2020

CONTRATANTE: Município de São Gabriel da Palha-ES

ADJUDICATÁRIA: DENTAL Z. ROCHA LTDA EPP

OBJETO: Esta Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de leites e dietas nutricionais, para atender as demandas judiciais que são encaminhadas para a Secretaria Municipal de Saúde deste município.

A existência de preço registrado não obriga a Administração a adquirir o respectivo fornecedor, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdades de condições.

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: 12(doze) meses, contado do dia posterior da data de sua publicação. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do [art. 57, § 4º, da Lei nº 8.666, de 1993](#), quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos desta norma.

VALOR TOTAL: R\$ 33.800,00 (trinta e três mil e oitocentos reais).

Foram registrados os preços de 01 item no presente registro de preços, as quantidades, especificações referentes constam no processo nº. 2846/2020, arquivado na Prefeitura de São Gabriel da Palha – ES a disposição de todos os interessados.

DATA DA ASSINATURA: 07 de julho de 2020.

LUCELIA PIM FERREIRA DA FONSECA

Prefeita Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 038/2020

CONTRATANTE: Município de São Gabriel da Palha-ES

ADJUDICATÁRIA: DENTAL Z. ROCHA LTDA EPP

OBJETO: Esta Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de leites e dietas nutricionais, para atender as demandas judiciais que são encaminhadas para a Secretaria Municipal de Saúde deste município.

A existência de preço registrado não obriga a Administração a adquirir o respectivo fornecedor, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdades de condições.

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: 12(doze) meses, contado do dia posterior da data de sua publicação. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do [art. 57, § 4º, da Lei nº 8.666, de 1993](#), quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos desta norma.

VALOR TOTAL: R\$ 12.400,00 (doze mil e quatrocentos reais).

Foram registrados os preços de 01 item no presente registro de preços, as quantidades, especificações referentes constam no processo nº. 2846/2020, arquivado na Prefeitura de São Gabriel da Palha – ES a disposição de todos os interessados.

DATA DA ASSINATURA: 07 de julho de 2020.

LUCELIA PIM FERREIRA DA FONSECA

Prefeita Municipal

PORTARIA 4.000/2020-CONCEDE AVERBAÇÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A SERVIDORA ALEXSANDRA BOHRY GEICHE

Publicação Nº 284218

PORTARIA Nº 4.000/2020

CONCEDE AVERBAÇÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A SERVIDORA ALEXSANDRA BOHRY GEICHE.

LUCELIA PIM FERREIRA DA FONSECA, PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA-ES, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS. ...

Considerando o Processo Administrativo nº 2.421 de 22 de Abril de 2020.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder a Servidora ALEXSANDRA BOHRY GEICHE, Matrícula 4095, Professora A MAPA – Ensino Fundamental, averbações abaixo relacionados, conforme Certidão de Tempo de Contribuição do INSS:

· Períodos Públicos – 01/02/2001 a 21/12/2001, 31/01/2002 a 23/12/2002, 05/04/2010 a 31/05/2010, 01/07/2010 a 31/07/2010, 03/02/2011 a 01/03/2011, 02/03/2011 a 09/06/2011, 02/08/2011 a 16/08/2011, 17/08/2011 a 07/10/2011, 28/11/2011 a 21/12/2011 e 06/02/2012 a 15/02/2012, totalizando novecentos e sessenta e sete (967) dias, se inscrevem no registro funcional para Aposentadoria, Disponibilidade e Tempo de Serviços, nos termos do Art. 23 da Lei Orgânica do Município de São Gabriel da Palha-ES.

· Períodos Privados – 01/04/2003 a 31/07/2009; 01/01/2010 a 31/01/2010; 01/06/2010 a 30/06/2010, totalizando dois mil trezentos e setenta e cinco (2.375) dias, se inscrevem no registro funcional para Aposentadoria e Disponibilidade, nos termos item III do Art. 124 da Lei Complementar Municipal nº 44 de 19 de Novembro de 2015.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 22 de Abril de 2020.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete da Prefeita Municipal de São Gabriel da Palha-ES, 07 de julho de 2020.

LUCELIA PIM FERREIRA DA FONSECA

PREFEITA MUNICIPAL

PORTARIA 4.001/2020-CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO-2º QUINQUÊNIO-A SERVIDORA ALEXSANDRA BOHRY GEICHE

Publicação Nº 284219

PORTARIA Nº 4.001/2020

CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO - 2º QUINQUÊNIO A SERVIDORA ALEXSANDRA BOHRY GEICHE.

LUCELIA PIM FERREIRA DA FONSECA, PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA-ES, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS. ...

Considerando o Processo Administrativo nº 2.421 de 22 de Abril de Abril de 2020.

R E S O L V E:

Art. 1º- Conceder a Servidora ALEXSANDRA BOHRY GEICHE, Matrícula 4095, Professora A MAPA – Ensino Fundamental, adicional por tempo de serviço, correspondente ao segundo (2º) quinquênio, fazendo jus a perceber mais cinco por cinco (05%) sobre seus vencimentos, a partir de 22 de Abril de 2020, conforme estabelece o Artigo 73 e seus parágrafos, da Lei Complementar Municipal nº 44 de 19 de Novembro de 2015.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 22 de Abril de 2020.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete da Prefeita Municipal de São Gabriel da Palha-ES, 07 de julho de 2020.

LUCÉLIA PIM FERREIRA DA FONSECA

PREFEITA MUNICIPAL

PORTARIA 4.002/2020-CONCEDE AVERBAÇÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A SERVIDORA ALINI SALVADOR CEZARIO MONTEIRO

Publicação Nº 284221

PORTARIA Nº 4.002/2020

CONCEDE AVERBAÇÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A SERVIDORA ALINI SALVADOR CEZARIO MONTEIRO.

LUCÉLIA PIM FERREIRA DA FONSECA, PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA-ES, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS. ...

Considerando o Processo Administrativo nº 3.410 de 09 de Junho de 2020.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder a Servidora ALINI SALVADOR CEZARIO MONTEIRO, Matrícula 6996, Professora A MAPA – Ensino Fundamental, averbações abaixo relacionados, conforme Certidão de Tempo de Contribuição do INSS:

· Períodos do Município de São Gabriel da Palha-ES – 17/07/2017 a 01/08/2017 e 02/08/2017 a 21/12/2017, totalizando cento e cinquenta e sete (157) dias, se inscrevem no registro funcional para Aposentadoria, Disponibilidade e Tempo de Serviços, nos termos do Art. 1º da Emenda nº 27 de 30 de Abril de 2020, que alterou o Art. 23 da Lei Orgânica do Município de São Gabriel da Palha-ES.

· Períodos de outros órgãos públicos – 28/01/2014 a 23/12/2014, 02/02/2015 a 16/07/2017, 22/12/2017 e 03/02/2020 a 16/02/2020, totalizando um mil duzentos e trinta e nove (1.239) dias, se inscrevem no registro funcional para Aposentadoria e Disponibilidade, nos termos do Art. 1º da Emenda nº 27 de 30 de Abril de 2020, que alterou o Art. 23 da Lei Orgânica do Município de São Gabriel da Palha-ES.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 09 de Junho de 2020.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete da Prefeita Municipal de São Gabriel da Palha-ES, 07 de julho de 2020.

LUCÉLIA PIM FERREIRA DA FONSECA

PREFEITA MUNICIPAL

PORTARIA 4.003/2020-CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTO A SERVIDORA MARCILENE CLAUDINO

Publicação Nº 284222

PORTARIA Nº 4003/2020

CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTO A SERVIDORA MARCILENE CLAUDINO.

LUCÉLIA PIM FERREIRA DA FONSECA, PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA-ES, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS. ...

Considerando o Processo de Administrativo nº 3.726 de 25 de Junho de 2020.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder a Servidora MARCILENE CLAUDINO, Mat. 5808, Cuidadora, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Licença sem Vencimentos, no período de 01/07/2020 a 30/07/2020, trinta (30) dias, para tratar de interesse particular, de acordo com o Art. 110 da Lei Complementar Municipal nº 44/2015.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de julho de 2020.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete da Prefeita Municipal de São Gabriel da Palha-ES, 07 de julho de 2020.

LUCÉLIA PIM FERREIRA DA FONSECA

PREFEITA MUNICIPAL

PORTARIA 4.004/2020-CONCEDE GRATIFICAÇÃO POR HABILITAÇÃO EM NÍVEL SUPERIOR A SERVIDORA SIRLEI SOARES DOS SANTOS GRINIVALD

Publicação Nº 284224

PORTARIA Nº 4.004/2020

CONCEDE GRATIFICAÇÃO POR HABILITAÇÃO EM NÍVEL SUPERIOR A SERVIDORA SIRLEI SOARES DOS SANTOS GRINIVALD

LUCELIA PIM FERREIRA DA FONSECA, PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA-ES, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS. ...

Considerando o Processo Administrativo nº 2.314 de 15 de Abril de 2020.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder a Servidora SIRLEI SOARES DOS SANTOS GRINIVALD, Matrícula 5711, Cuidadora Social, Gratificação por Habilitação em Nível Superior, fazendo jus a perceber dez por cento (10%) sobre os vencimentos do cargo, a partir de 15 de Abril de 2020, conforme estabelecem os Artigos 68 e 69 da Lei Complementar Municipal nº 44 de 15 de Novembro de 2015.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 15 de Abril de 2020.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete da Prefeita Municipal de São Gabriel da Palha-ES, 07 de julho de 2020.

LUCELIA PIM FERREIRA DA FONSECA

PREFEITA MUNICIPAL

PORTARIA 4.005/2020-CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO A SERVIDORA CAROLINA GONCALVES MENDES

Publicação Nº 284225

PORTARIA Nº 4.005/2020

CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO A SERVIDORA CAROLINA GONCALVES MENDES.

LUCELIA PIM FERREIRA DA FONSECA, PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA-ES, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS. ...

Considerando o Processo Administrativo nº 8.354 de 11 de Novembro 2019.

Considerando o Processo Administrativo nº 3.413 de 09 de Junho 2020.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder a Servidora CAROLINA GONCALVES MENDES, Matrícula 6133, Psicologa, Gratificação de Qualificação de Pós-Graduação, fazendo jus a perceber dez por cento (10%) sobre os vencimentos do cargo, a partir de 11 de Novembro de 2019, conforme estabelecem os Artigos 70 e 71 da Lei Complementar Municipal nº 44 de 15 de Novembro de 2015.

Art. 2º - Os pagamentos referentes aos direitos retroativos ficarão condicionados a previsão de dotação orçamentária e disponibilidade financeira da Prefeitura Municipal.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 11 de Novembro de 2019.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete da Prefeita Municipal de São Gabriel da Palha-ES, 07 de julho 2020.

LUCÉLIA PIM FERREIRA DA FONSECA

PREFEITA MUNICIPAL

PORTARIA 4.006/2020-ALTERA A PORTARIA 773-2015 DE NOMEOU A COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS - CPAD

Publicação Nº 284226

PORTARIA Nº 4.006/2020

ALTERA A PORTARIA 773/2015 DE NOMEOU A COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS - CPAD

LUCELIA PIM FERREIRA DA FONSECA, PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA-ES, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS. ...

Considerando o Processo Administrativo nº 5.158 de 18 de Julho de 2019.

R E S O L V E:

Art. 1º- Alterar a Portaria nº 773/2015 que nomeou os membros da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos – CPAD, ficando assim composta:

- Secretaria Municipal de Administração: Eliana Lima Miranda – Presidente, Edvaldo Soares Silva, Francielly Mação, Maria da Penha Villela,
- Assessoria Jurídica: Helton Bruno Pessi,
- Secretaria Municipal de Finanças: Cleidiana Perdonati Viginni,
- Fundo Municipal de Educação – Elton Gobbi de Almeida
- Fundo Municipal de Saúde – Franks Mauro Targa Faria,
- Fundo Municipal de Assistência Social – José Rodrigo Partelli.

Paragrafo Único – Os trabalhos da Comissão deverão ser efetuados no horário de expediente da Prefeitura, para não ensejar em horas extras, por força da Lei Complementar Nacional nº 173/2020, e recomendação nº 001/2020, também não ensejar em pagamentos de VRSGPs.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 29 de Junho de 2020.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete da Prefeita Municipal de São Gabriel da Palha-ES, 07 de julho 2020.

LUCÉLIA PIM FERREIRA DA FONSECA
PREFEITA MUNICIPAL

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE CHAMAMENTO PÚBLICO - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 293/2020

Publicação Nº 284229

PROCESSO Nº 293/2020

ASSUNTO: TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE CHAMAMENTO PÚBLICO

ENDEREÇAMENTO: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

DECISÃO

I. Trata-se de processo Chamamento Público 01/2020, formulado pela Secretaria Municipal de Assistência, Desenvolvimento Social e Família, para seleção de projetos voltados ao atendimento da criança e adolescente do Município de São Gabriel da Palha-ES.

II. Procuradoria Geral do Município proferiu parecer jurídico nº 629/2020 as fls. 230 pugnando pela homologação do resultado do chamamento. A Controladoria Geral do Município não evidenciou irregularidades no certame conforme consta no relatório constante as fls. 335 dos autos. Acolho integralmente os Pareceres.

III. Diante do exposto, HOMOLOGO o certame na modalidade de chamamento Público e declaro vencedoras do certame às entidades: CARITAS DIOCESANA DE SÃO MATEUS, ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DE APOIO AO ESPORTE DO MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL DA PALHA, ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DE APOIO AO ESPORTE DO MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL DA PALHA, ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO GABRIEL DA PALHA

IV. À Secretaria Municipal de Administração para que seja PUBLICADA a presente homologação do resultado final.

V. Ao Departamento de Licitação para proceder com o Registro de Homologação no Sistema de Compras, Licitação e Contratos.

São Gabriel da Palha, 1º de JULHO de 2020.

LUCÉLIA PIM FERREIRA DA FONSECA
Prefeita Municipal

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PÚBLICA - PROCESSO Nº 2.444/2020

Publicação Nº 284220

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PÚBLICA

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL DA PALHA.

CONTRATADO: DIVIBOX SÃO GABRIEL LTDA ME.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO NO VALOR: R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais)

Em decorrência dos fatos apurados no Processo Administrativo de nº 2.444/2020 RECONHEÇO E RATIFICO com base nos artigos 24, inciso II c/c o Art. 26, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e orientações de Parecer Jurídico nº 434/2020 emitido pela Procuradoria Geral do Município, as razões da justificativa de dispensa de licitação pública apresentada em fl. 02, tendo em vista a Lei nº 13.979/2020, bem como, o art.2º do Decreto Municipal nº 1290/2020 que atendem de forma emergencial a compra de material de saúde pública – 1 unidade de vidro incolor 10MM temperado, o produto é importante para adequar o atendimento da Farmácia Básica da Secretaria Municipal de Saúde. A instalação do vidro incolor deixará o setor devidamente adequado e seguro para seus servidores e usuários, e tendo a Secretaria Municipal de Saúde atestado a necessidade do objeto, conforme se verifica nas provas anexadas no processo administrativo.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.

Gabinete da Prefeita do Município de São Gabriel da Palha, Estado do Espírito Santo, em 01 de Julho de 2020.

LUCÉLIA PIM FERREIRA DA FONSECA

Prefeita Municipal

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL DA PALHA

AVISO DE PESQUISA DE PREÇO

Publicação Nº 284198

AVISO DE PESQUISA DE PREÇO, Processo 29/2020

O Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de São Gabriel da Palha, para fins de pesquisa de preços de mercado, CONVOCA todos os interessados no respectivo ramo de atividade para que apresentem, até o dia 10 de Julho de 2020, ORÇAMENTO para o fornecimento de sistemas de software conforme abaixo:

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de implantação, licença de uso, configuração, manutenção, treinamento, suporte técnico preventivo e corretivo dos sistemas abaixo relacionados, abrangendo toda a migração e conversão de dados, para atendimento as necessidades administrativas do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de São Gabriel da Palha. O objeto do Termo é composto pelos seguintes itens:

- Sistema Integrado de Almoxarifado;
- Sistema Integrado de Controle de Bens Patrimoniais;
- Sistema Integrado de Compras, Contratos e Licitações;
- Sistema Integrado de Gestão de Protocolos e Processos;
- Sistema de Transparência Municipal;
- Acompanhamento da instalação, reinstalação e manutenção dos sistemas;
- Conversão de dados preexistentes e importação;
- Treinamento dos usuários.

Caso a quantidade pretendida de orçamento seja alcançada antes do prazo estipulado, o processo será encerrado para cotação.

O Termo de Referência, especificações do produto e demais esclarecimentos poderão ser solicitados através do e-mail

sgp-prev@veloxmail.com.br ou pelo telefone (27) 3727-1697

São Gabriel da Palha – ES, 07 de julho 2020

Aldivino Antunes Pinto

Diretor-Presidente

São Roque do Canaã

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.725/2020

Publicação Nº 284199

DECRETO Nº 4.725/2020

DISPÕE SOBRE O DESLIGAMENTO E A NOMEAÇÃO DE MEMBROS DO FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – FME DO MUNICÍPIO DE SÃO ROQUE DO CANAÃ.

O PREFEITO MUNICIPAL, de São Roque do Canaã, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 57, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e considerando:

- a) o Decreto Municipal n.º 2.039/2013 e suas alterações dadas através do Decreto Municipal n.º 2.979/2016;
- b) o Decreto Municipal nº 3.547/2017;
- c) o Decreto Municipal nº 3.811/2018; e
- d) o conteúdo do processo administrativo n.º 001628/2020.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam desligados do Fórum Municipal de Educação – FME, do Município de São Roque do Canaã, os membros relacionados a seguir, nomeados através do Decreto nº 3.811/2018:

- a) Representante do Conselho Tutelar:

Titular: Márcia Marta Gonzalez;

Suplente: Renan Mario Margon.

- b) Representante de Diretores de Escola da Rede Municipal:

Suplente: Rafaela Aparecida Pazini.

- c) Representantes de Diretores de Escola da Rede Estadual:

Titular: Telma Aparecida Mônico.

- d) Representante do Conselho Municipal de Educação:

Titular: Elizangela Marianelli Vago;

Suplente: Marcella Rossi Azevedo e Franco.

- e) Representante do CACS-FUNDEB:

Suplente: Luciana Firmino Martins.

- f) Representante do Poder Executivo:

Titular: Paula Aparecida Galimberti Cardoso.

Art. 2º - Ficam nomeados os membros a seguir elencados, para comporem o Fórum Municipal de Educação – FME do Município de São Roque do Canaã – ES:

a) Representante do Conselho Tutelar:

Titular: Marilza Helena Luchi;

Suplente: Beatriz Margon Broseguini.

b) Representante de Diretores de Escola da Rede Municipal:

Suplente: Rudyane Pereira Broseghini.

c) Representantes de Diretores de Escola da Rede Estadual:

Titular: Soneide Maria Caliarí Mariani;

Suplente: Edimara Girelli Galon.

d) Representante do Conselho Municipal de Educação:

Titular: Renata Antonina Rossi Cappelletti;

Suplente: Antonia Aparecida do Socorro Chaves Torezani.

e) Representante do CACS-FUNDEB:

Suplente: Maria Aparecida das Matas.

f) Representante do Poder Executivo:

Titular: Flávia da Penha Gomes de Assis.

Art. 3º - Ratifica a permanência dos demais membros nomeados pelo Decreto n.º 3.547/2017, ficando assim composto Fórum Municipal de Educação - FME do Município de São Roque do Canaã:

a) Secretário Municipal de Educação:

Marcos Antonio Wolkartt.

b) Representantes da Secretaria Municipal de Educação:

Titular: Waldireni Zanetti Nepomoceno da Vitória;

Suplente: Bruna Carla Nepomoceno Pagel Wolkartt.

c) Representantes de Diretores de Escola da Rede Municipal:

Titular: Eliana Raquel Rossi Sylvestre;

Suplente: Rudyane Pereira Broseghini.

d) Representantes de Diretores de Escola da Rede Estadual:

Titular: Soneide Maria Caliarí Mariani;

Suplente: Edimara Girelli Galon.

e) Representantes da Câmara Municipal:

Titular: Gabriel Silvestre;

Suplente: Geraldo Singer.

f) Representantes de Trabalhadores em Educação:

Titular: Dorzilia Vaz de Moraes Soares;

Suplente: Josias Augusto de Souza.

g) Representantes do Conselho Tutelar:

Titular: Marilza Helena Luchi;

Suplente: Beatriz Margon Broseguini.

h) Representantes do Conselho Municipal de Educação:

Titular: Renata Antonina Rossi Cappelletti;

Suplente: Antonia Aparecida do Socorro Chaves Torezani.

i) Representantes do CASC-FUNDEB:

Titular: Flávia Cyrillo de Azevedo;

Suplente: Maria Aparecida das Matas.

j) Representantes do Poder Executivo:

Titular: Flávia da Penha Gomes Assis;

Suplente: Honorildo Braga Filho.

k) Representantes de Alunos:

Titular: Laís Boschetti;

Suplente: Hemily Freitas Corona.

l) Representantes de Pais de Alunos:

Titular: Eliane Renata Cimero Calci;

Suplente: Elidiani Torezani Bregonci.

m) Representantes da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais:

Titular: Janice Zanetti Guariz;

Suplente: Dayany Corti Margon Ghisolphi.

n) Representante do Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente:

Titular: Fabiana Nunes Siqueira Laurette;

Suplente: Sophia Aparecida Forzza Carlini.

o) Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social:

Titular: Maria Ester Roldi;

Suplente: Walquiria Luchi.

Art. 4º - O Fórum Municipal de Educação - FME terá funcionamento permanente e se reunirá ordinária ou extraordinariamente, na periodicidade estabelecida no seu Regimento Interno.

Art. 5º - A participação no Fórum Municipal de Educação - FME será considerada de relevante interesse público e não será remunerada.

Art. 6º - Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 07 de julho de 2020.

RUBENS CASOTTI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.726/2020

Publicação Nº 284233

DECRETO Nº 4.726/2020

DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Roque do Canaã, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 57, incisos VIII, XI e XIV da Lei Orgânica Municipal, e considerando:

a) a Portaria nº 131, de 09 de junho de 2020, que dispõe sobre a concessão de férias da Servidora Maria Luzia Pereira Gomes;

DECRETA:

Art. 1º. Fica designada, a servidora ANA PAULA MERLO DO NASCIMENTO, ocupante do cargo de Assistente Judiciário Municipal, de provimento em comissão, para assumir, cumulativamente com o seu cargo, o exercício das atividades do cargo de Procurador Municipal, no período de 08/07/2020 à 30/07/2020.

Art. 2º. A substituta não fará jus à remuneração pelo exercício do cargo de Procurador Municipal.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 07 de julho de 2020

RUBENS CASOTTI

Prefeito Municipal

EXTRATO ADITIVO CONTRATO 039/2020

Publicação Nº 284171

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE CONTRATO

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 039/2020.

Processo nº.: 175/2020.

Contratante: Município de São Roque do Canaã-ES.

Contratado: TECLUZ COMÉRCIO E SERVIÇOS ELETRICOS LTDA EPP.

Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto a extensão do prazo de vigência por mais 30 (trinta) dias, partindo do dia 03/07/2020 a 01/08/2020.

Vigência: O presente instrumento vigorará a partir do dia 03/07/2020, até o dia 01/08/2020.

São Roque do Canaã - ES, 02/07/2020.

RUBENS CASOTTI

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Publicação Nº 284108

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Presidente da Câmara Municipal de São Roque do Canaã-ES, Sr. Geraldo Singer, no uso de suas atribuições legais, torna público o Processo Administrativo nº 182/2020, a DISPENSA DE LICITAÇÃO, nos termos do art. 24, II, c/c art. 23, II, "a", da Lei 8.666/93, para fornecimento de materiais de expediente para a manutenção das atividades da Câmara Municipal de São Roque do Canaã, em favor da Empresa SR Comércio e Serviços Eireli, no valor total R\$ 4.389,00 (quatro mil, trezentos e oitenta e nove reais).

São Roque do Canaã-ES, 07/07/2020.

Geraldo Singer

Presidente da Câmara

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Publicação Nº 284107

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Presidente da Câmara Municipal de São Roque do Canaã-ES, Sr. Geraldo Singer, no uso de suas atribuições legais, torna público o Processo Administrativo nº 182/2020, a DISPENSA DE LICITAÇÃO, nos termos do art. 24, II, c/c art. 23, II, "a", da Lei 8.666/93, para fornecimento de materiais de expediente para a manutenção das atividades da Câmara Municipal de São Roque do Canaã, em favor da Empresa Miriam Campi, no valor total de R\$ 166,06 (cento e sessenta e seis reais e seis centavos).

São Roque do Canaã-ES, 07/07/2020.

Geraldo Singer

Presidente da Câmara

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Publicação Nº 284111

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Presidente da Câmara Municipal de São Roque do Canaã-ES, Sr. Geraldo Singer, no uso de suas atribuições legais, torna público o Processo Administrativo nº 182/2020, a DISPENSA DE LICITAÇÃO, nos termos do art. 24, II, c/c art. 23, II, "a", da Lei 8.666/93, para fornecimento de materiais de expediente para a manutenção das atividades da Câmara Municipal de São Roque do Canaã, em favor da Empresa Comercial Chiaratti Ltda, no valor total de R\$ 377,60 (trezentos e setenta e sete reais e sessenta centavos).

São Roque do Canaã-ES, 07/07/2020.

Geraldo Singer

Presidente da Câmara

Serra

PREFEITURA

ADENDO MPE 117.2020

Publicação Nº 284010

AVISO DE ADENDO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 117/2020

O MUNICÍPIO DA SERRA, através do Pregoeiro, comunica aos interessados que encontra-se disponível no site www.licitacoes-e.com.br (link licitações), ID:822393 e no site www.serra.es.gov.br, portal da transparência, ADENDO referente ao PREGÃO ELETRÔNICO N.º 117/2020 cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS - PRAD - RECUPERAÇÃO DE VEGETAÇÃO DE RESTINGA NA PRAIA DE MANGUINHOS, NA PRAIA DA BALEIA E EM JACARAÍPE, SERRA / ES. Considerando que as alterações feitas em edital não alteram o valor da proposta, fica mantida a data e horário de abertura da licitação, para o dia 15/07/2020 – as 14h:00min.

Serra/ES, 08 de julho de 2020.

Anderson Borges Pinheiro

Pregoeiro Oficial/SEAD

ADITIVO

Publicação Nº 284106

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 204/2019 - PROCESSO Nº 70776/2019

Partes: O Município da Serra e a Empresa CAC COMERCIAL LTDA, CNPJ n.º 04.344.817/0001-38. Objeto: Prorrogação da vigência do Contrato nº 204/2019 por mais 06 (seis) meses, a partir de 30 de junho de 2020.

Dotação Orçamentária:

14.422.0380.2.265/3.3.90.39.00.

Data de assinatura: 30 de junho de 2020

Anckimar Pratissolli

Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

Lourência Riani

Secretária Municipal de Direitos Humanos e Cidadania

ADITIVO

Publicação Nº 284076

EXTRATO DO 7º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 125/2013 - PROCESSO Nº 33827/2019

Partes: O Município da Serra e o Sr JOSÉ MIRANDA NETO, CPF n.º 275.983.066-72. Objeto: Prorrogação por 12 (doze) meses a partir de 18/06/2020. Valor: R\$ 1.981,03 (hum mil, novecentos e oitenta e um reais e três centavos) mensal.

Dotação Orçamentária:

08.244.0250.2.183 / 3.3.39.36.00

Data de assinatura: 18 de junho de 2020

Joubert Jantorno Filho

Secretário Municipal de Assistência Social

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 118/2020

Publicação Nº 283976

Extrato da Ata de Registro de Preços 118/2020

PROCESSO: 68.228/2019 Pregão Eletrônico: 14/2020

Validade do Registro: 12 (doze) meses a partir do dia posterior à publicação.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE TELEVISOR 40 POLEGADAS.

FORNECEDOR		CNPJ
AF PEREIRA COM. VAREJISTA DE EQUIP. DE COMUN. E DE INFORMÁTICA		35.084.256/0001-09
Lote	Desc.	Quant.
01	Televisor de 40 polegadas de LED.	143
02	Televisor de 40 polegadas de LED.	07

Serra, 07 de julho de 2020

CONTRATO EMERGENCIAL 121/2020

Publicação Nº 284223

EXTRATO DE CONTRATO EMERGENCIAL Nº 121/2020

PROCESSO Nº 25.827/2020 – SESE - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 151/2020

Contratante: Prefeitura Municipal da Serra

Contratada: Salvador Engenharia Ltda.

Objeto: Prestação de serviços técnicos especializados para a operação da manutenção preventiva e corretiva, cadastramento georreferenciado e com a aplicação de sistema informatizado para o controle, o acompanhamento e o monitoramento remoto do sistema de iluminação pública, no Município da Serra/ES.

Vigência: 180 (cento e oitenta) dias.

Valor: R\$ 2.452.106,91

Dotação Orçamentária:

09.01.00 - 15.452.0120.2.263

3.3.90.39.00 - Vínculo: 1.620.0000.0000

Data de assinatura: 07/07/2020

CP 0014/2020-INTERPOSIÇÃO DE RECURSO - PAULITEC

Publicação Nº 284051

COMUNICADO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 014/2020

A Comissão Permanente de Licitação de Obras e Serviços, da Prefeitura Municipal da Serra, em atendimento ao que preceitua o Art. 109, § 3º, da Lei nº 8.666/93, torna público que a empresa PAULITEC CONSTRUÇÕES LTDA impetrou recurso administrativo, através dos processos protocolados sob os nºs 27060/2020 e 27359/2020, contra o julgamento de habilitação da CP Nº 014/2020. Os recursos encontram-se à disposição dos interessados na sede desta CPL/OBRAS.

Serra/ES, 07 de julho de 2020

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/SEOB

CP 012/2020 - CONVOCAÇÃO

Publicação Nº 284072

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 012/2020

A Prefeitura Municipal da Serra, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação de Obras e Serviços CPL/SEOB convoca as licitantes habilitadas na Concorrência Pública nº 012/2020, Acquatool Consultoria S/S Ltda-EPP; Drz Geotecnologia e Consultoria Ltda e Projeta Consultoria e Serviços Ltda, a comparecerem no dia 10/07/2020 às 09:00horas, na sala da CPL/SEOB, para dar prosseguimento ao certame (abertura e julgamento das propostas técnicas).

Serra/ES, 07 de julho de 2020.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/SEOB

CP 014/2020 - INTERPOSIÇÃO DE RECURSO - CONSORCIO ÔNIX/METROPOLITANA

Publicação Nº 284056

COMUNICADO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 014/2020

A Comissão Permanente de Licitação de Obras e Serviços, da Prefeitura Municipal da Serra, em atendimento ao que preceitua o Art. 109, § 3º, da Lei nº 8.666/93, torna público que o CONSÓRCIO ÔNIX/METROPOLITANA impetrou recurso administrativo, através de processo protocolado sob o nº 27153/2020, contra o julgamento de habilitação da CP Nº 014/2020. O recurso encontra-se à disposição dos interessados na sede desta CPL/OBRAS.

Serra/ES, 07 de julho de 2020

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/SEOB

CP 014/2020 - INTERPOSIÇÃO DE RECURSO-CONSORCIO COMER/PRG

Publicação Nº 284054

COMUNICADO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 014/2020

A Comissão Permanente de Licitação de Obras e Serviços, da Prefeitura Municipal da Serra, em atendimento ao que preceitua o Art. 109, § 3º, da Lei nº 8.666/93, torna público que o CONSÓRCIO COMER/PRG impetrou recurso administrativo, através do processo protocolado sob o nº 27208/2020, contra o julgamento de habilitação da CP Nº 014/2020. O recurso encontra-se à disposição dos interessados na sede desta CPL/OBRAS.

Serra/ES, 07 de julho de 2020

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/SEOB

CP14/2020 -INTERPOSIÇÃO DE RECURSO - PELICANO

Publicação Nº 284053

COMUNICADO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 014/2020

A Comissão Permanente de Licitação de Obras e Serviços, da Prefeitura Municipal da Serra, em atendimento ao que preceitua o Art. 109, § 3º, da Lei nº 8.666/93, torna público que a empresa PELICANO CONSTRUÇÕES S/A impetrou recurso administrativo, através do processo protocolado sob o nº 27201/2020, contra o julgamento de habilitação da CP Nº 014/2020. O recurso encontra-se à disposição dos interessados na sede desta CPL/OBRAS.

Serra/ES, 07 de julho de 2020

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/SEOB

DECRETOS

Publicação Nº 284096

DECRETO Nº 6240, DE 6 DE JULHO DE 2020

Exonera Chefe da Divisão de Fiscalização Tributária - Sefa.

O PREFEITO MUNICIPAL DA SERRA, Estado do Espírito Santo, usando das atribuições legais, que lhe são conferidas pelo disposto no inciso V do artigo 72 da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o parágrafo 1º, item I do artigo 65 da Lei Municipal nº 2.360/2001;

D E C R E T A :

Art. 1º Exonera ANTÔNIO SUEDI PEREIRA, do cargo em comissão de CHEFE DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA - CC-4 da Secretaria Municipal da Fazenda - Sefa.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de julho de 2020.

Palácio Municipal em Serra, aos 6 de julho de 2020.

AUDIFAX CHARLES PIMENTEL BARCELOS

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 6241, DE 6 DE JULHO DE 2020

Nomeia Chefe da Divisão de Fiscalização Tributária - Sefa.

O PREFEITO MUNICIPAL DA SERRA, Estado do Espírito Santo, usando das atribuições legais, que lhe são conferidas pelo disposto no inciso V do artigo 72 da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 13 e 14, II, § 2º da Lei nº 2.360/2001,

D E C R E T A :

Art. 1º Nomeia VALCEMIR MEDEIROS, para exercer o cargo em comissão de CHEFE DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA - CC-4 da Secretaria Municipal da Fazenda - Sefa, com remuneração e atribuições previstas em leis específicas.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de julho de 2020.

Palácio Municipal em Serra, aos 6 de julho de 2020.

AUDIFAX CHARLES PIMENTEL BARCELOS

Prefeito Municipal

PORTARIA

Publicação Nº 284070

PORTARIA Nº 008/2020/SEMAS

O Secretário Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º – Nomear o servidor ANDRÉ FERNANDO DOS SANTOS GOMES – matrícula nº 77.362, CPF Nº 094.924.687-51, – Gerente da Proteção Social Básica/SEMAS, como gestor/fiscal do contrato nº 117/2020 – Processo nº 24.469/2020 – Pregão Eletrônico nº 107/2020, referente a contratação de empresa especializada em administração e fornecimento mensal de benefício do programa de transferência de renda municipal emergencial do município da Serra, através de cartão eletrônico/magnético, celebrado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DA SERRA, através da Secretaria Municipal de Assistência Social

e a Empresa LE CARD S.A ADMINISTRADORA DE CARTÕES – CNPJ: 19.207.352/0001-40.

Serra, 02 de julho de 2020.

JOUBERT JANTORNO FILHO

Secretário Municipal de Assistência Social

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA

Publicação Nº 284036

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico a presente Dispensa de Licitação, processo nº. 19.933/2020, com fulcro no art. 24, II, da Lei 8.666/93, consolidada, objetivando a aquisição de material de expediente, no valor de R\$ 2.744,00 (dois mil, setecentos e quarenta e quatro reais), em favor da empresa Cescopel Atacado Distribuidor Ltda.

Serra – ES, 08 de julho de 2020.

Alexandre Camilo Fernandes Viana

Secretário Municipal de Saúde

RESULTADO SRPMPE103/2020

Publicação Nº 283984

RESULTADO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SERRA/ES, através do Pregoeiro torna publico o resultado da licitação referente ao SRP PREGÃO ELETRÔNICO Nº 103/2020, processo nº 20573/2020 SEDU , destinado ao REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DO GRUPO ESTOCÁVEIS EM GERAL PARA PREPARO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR em atendimento ao Programa de Alimentação Escolar PNAE, regulamentado pela RESOLUÇÃO FNDE Nº 26 de 17 de junho de 2013 e suas alterações , Conforme segue:

LOTE I: S.J. DEGASPERI LTDA -VALOR: 462.000,00.

LOTE II: VILA VITORIA MERCANTIL DO BRASIL LTDA - VALOR R\$ 1.369.980,00.

LOTE III: DALF COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA - VALOR R\$ 90.000,00.

LOTE IV: DALF COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA - VALOR R\$ 270.000,00.

Serra, 07 de julho de 2020

Anderson Borges Pinheiro

Pregoeiro Oficial/SEAD

SETUR

Publicação Nº 284217

PORTARIA Nº 001/2020/SETUR

A Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Constituir comissão composta por servidores da Secretaria de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer para procedimentos de almoxarifado, referente a Gestão de Elaboração do Inventário Anual de Bens em almoxarifado desta unidade gestora e dá outras providências.

Art. 2º - A referida comissão será composta por:

- Alexandre Motta Rios – Presidente
- Welligton Fernando Varga Ramos – Coordenador
- Fábio Alves do Carmo – Membro
- Edineusa Miguel do Sacramento - Membro
- José Carlos Nascimento - Membro
- Gilcélia Miranda Olievira Svensson – Membro

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Serra – ES, 06 de julho de 2020

Alexandre Motta Rios

Secretário Municipal de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer.

PORTARIA Nº 002/2020/SETUR

A Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Constituir comissão composta por servidores da Secretaria de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer para procedimentos de patrimoniais, referente ao Inventário Patrimonial de Bens Móveis, Imóveis e Intangíveis desta unidade gestora e dá outras providências.

Art. 2º - A referida comissão será composta por:

- Alexandre Motta Rios – Presidente
- Welligton Fernando Varga Ramos – Coordenador
- Fábio Alves do Carmo – Membro
- Edineusa Miguel do Sacramento - Membro
- José Carlos Nascimento - Membro
- Gilcélia Miranda Olievira Svensson – Membro

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Serra – ES, 06 de julho de 2020

Alexandre Motta Rios

Secretário Municipal de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer.

SEDUR

Publicação Nº 284000

A PREFEITURA MUNICIPAL DA SERRA, através da

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO

URBANO, torna público: NOTIFICAÇÃO DE TERRENOS NÃO

EDIFICADO NOS BAIROS: JARDIM TROPICAL; CAMPINHO

DA SERRA I; MANOEL PLAZA; CAMPINHO DA SERRA II; SÃO

MARCOS I; SÃO FRANCISCO; PRAIA DE CAPUBA; MORADA

DE LARANJEIRAS; COSTA BELA; PRAIA DA BALEIA; LAGOA DE

JACARAÍPE, PARQUE JACARAÍPE, ESTANCIA MONAZÍTICA.

O Município da Serra, nos termos da Lei Municipal 1947/96, art. 42;

Considerando que em atendimento a várias demandas

Foi constatada a existência de vários lotes não edificados

nos loteamentos acima citados;

Considerando que conforme determina o art. 42

da Lei Municipal 1947/96, os "terrenos não

Edificados, localizados na zona urbana, deverão

Ser mantidos limpos, capinados, drenados e

Obrigatoriamente fechados por meio de muro ou cerca viva".

Considerando que foi realizada a tentativa de

Entrega pelos CORREIOS, sem sucesso:

Fica V. Sr.^a. Abaixo descrito e ciente sobre a Publicação

da aplicação de publicação conforme

Previsto em Lei

BAIRRO CAMPINHO DA SERRA I

INSC. IMOBILIÁRIA	PROPRIETÁRIO	Nº NOT.
014.1.121.0050 .001	PAULO SERGIO ROSA	10843494/ 20

BAIRRO ENSEADA JACARAÍPE

INSC. IMOBILIÁRIA	PROPRIETÁRIO	Nº NOT.
--------------------------	---------------------	----------------

003.5.021.0015 .001	CREUZA FERNANDES BRAMATI	10843748/ 20
------------------------	-----------------------------	-----------------

BAIRRO MANGUINHOS

INSC. IMOBILIÁRIA	PROPRIETÁRIO	Nº NOT.
004.1.020.0030 .001	JOSE BONALDI	10842921/ 20
004.1.016.0454 .001	TOMAS ADAMMASSICOTTE	10842942/ 20
004.4.010.0195 .001	ERIKA ELIZA IZOTON ALVES	10842964/ 20

BAIRRO CENTRO DA SERRA

INSC. IMOBILIÁRIA	PROPRIETÁRIO	Nº NOT.
001.6.090.0036 .001	CONSTRUTORA NOSSA CASA LTDA - ME	10842919/ 20
001.6.090.0060 .001	CONSTRUTORA NOSSA CASA LTDA - ME	10842915/ 20
001.6.090.0048 .001	CONSTRUTORA NOSSA CASA LTDA - ME	10842914/ 20

BAIRRO ESTANCIA MONAZÍTICA

INSC. IMOBILIÁRIA	PROPRIETÁRIO	Nº NOT.
003.2.069.0336 .001	ALTRAN DE OLIVEIRA CASTOR E SM	15263/202 0
003.2.069.0336 .003	JOSE AUGUSTO DE OLIVEIRA - BACHIR	15265/202 0
003.2.069.0336 .006	MARLENE DALFIOR	15269/202 0

BAIRRO PLANICIE DA SERRA

INSC. IMOBILIÁRIA	PROPRIETÁRIO	Nº NOT.
011.1.355.0215 .001	KAREN HOFFOMAN FREITAS DA SILVA	10843850/ 20

BAIRRO PLANICIE DE CARAPINA

INSC. IMOBILIÁRIA	PROPRIETÁRIO	Nº NOT.
010.4.006.0460 .001	PARATI NEGOCIOS IMOBILIARIOS LTDA	10843155/ 20

BAIRRO CIVIT II

CNPJ	PROPRIETÁRIO	Nº NOT.
31.287.287/0001- 06	SUPER TINTAS LTDA - EPP	10842969/20

BAIRRO PRAIA DE CARAPEBUS

INSC. IMOBILIÁRIA	PROPRIETÁRIO	Nº NOT.
005.1.114.0063.001	PEDRO PAULO MENDONÇA CARVALHO LAZARONI	10842966/20

BAIRRO CENTRO DE VITORIA

CNPJ	PROPRIETÁRIO	Nº NOT.
31.280.746/0001-20	VITREL ENGENHARIA E REPRESENTAÇÕES LTDA	10842974/20

BAIRRO ENSEADA DE JACARAÍPE

INSC. IMOBILIÁRIA	PROPRIETÁRIO	Nº NOT.
003.5.030.0059.001	FABIANO SANTIAGO	10842961//20

BAIRRO COLINA DE LARANJEIRAS

INSC. IMOBILIÁRIA	PROPRIETÁRIO	Nº AUTO DE INFRAÇÃO
011.2.305.0330.001	JOSE AUGUSTINHO GUIMARAES	8282514/2020
011.2.255.0254.001	DANILO ALVIM REIS	8282506/2020

BAIRRO SÃO DIOGO I

CPF	PROPRIETÁRIO	Nº AUTO DE INFRAÇÃO
563.813.016-00	EDIRSON GERALDO DE OLIVEIRA	062813/2020

BAIRRO JARDIM ATLANTICO

CPF	PROPRIETÁRIO	Nº AUTO DE INFRAÇÃO
117.567.137-15	JOAQUIM OSWALDO ROCHA MOTTA	063166/2020

BAIRRO PARQUE RESIDENCIAL LARANJEIRAS

CPF	PROPRIETÁRIO	Nº AUTO DE INFRAÇÃO
075.881.897-11	CARLOS GIOVANI MARINHO	063219/2020

BAIRRO LAGOA JACARAÍPE

INSC. IMOBILIÁRIA	PROPRIETÁRIO	Nº AUTO DE INFRAÇÃO
003.3.176.0266.001	ESPOLIO JOSE OLYMPIO GOMES	8282486/2020
003.3.176.0290.001	ESPOLIO JOSE OLYMPIO GOMES	8282487/2020
003.3.176.0302.001	ESPOLIO JOSE OLYMPIO GOMES	8282488/2020
003.3.176.0314.001	ESPOLIO JOSE OLYMPIO GOMES	8282489/2020
003.3.176.0326.001	ESPOLIO JOSE OLYMPIO GOMES	8282490/2020
003.3.176.0338.001	ESPOLIO JOSE OLYMPIO GOMES	8282491/2020
003.3.176.0350.001	ESPOLIO JOSE OLYMPIO GOMES	8282492/2020
003.3.168.0269.001	IONE FRANCISCO MATOS DA CRUZ	82824984/2020
003.3.175.0132.001	J & J INCORPORAÇÕES E PARTICIPAÇÕES LTDA	8282479/2020

BAIRRO PLANICIE DA SERRA

INSC. IMOBILIÁRIA	PROPRIETÁRIO	Nº AUTO DE INFRAÇÃO
011.1.364.0170.001	LILIAN RAMOS VIDAL	8282538/2020
011.1.348.0101.001	JAQUELINE ROSA COSTA	8282535/2020
011.1.346.0186.001	WALTER SEGISMUNDO FILHO	8282530/2020
011.1.364.0100.001	JANILSON ALVES RODRIGUES	8282531/2020
011.1.348.0271.001	FABIO CARDOSO MATTOS	8282540/2020
011.1.364.0120.001	ALESSANDRO CELESTRINO SARAIVA	8282539/2020
011.1.364.0130.001	JOSIANE DE OLIVEIRA SANTOS	8282532/2020
011.1.358.0133.001	DOMINGOS DO NASCIMENTO DE OLIVEIRA	8282536/2020
011.1.352.0021.001	OTTO GLADEMIR SCHIAVON MILACH	8282518/2020

SEMAS 01

Publicação Nº 284074

Resolução nº 015/2020

Conselho Municipal de Assistência Social da Serra – COMASSE, atendendo ao estabelecido no artigo 22 da Lei n.º 4388 de 13 de agosto de 2015, no uso de suas atribuições legais, em reunião ordinária online realizada no dia 01 de junho de 2020, Ata 308/2020.

Considerando o Regimento Interno, Resolução nº 005/2016, Art. 29, parágrafo III, que dispõe sobre as competências da Comissão de Financiamento/Comasse.

Resolve:

Art.1º. Aprovar parecer técnico emitido pela Comissão de Financiamento/Comasse favorável à Prestação de Contas da OSC **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais da Serra – APAE Serra**, final da execução das despesas celebrado com Estado do Espírito Santo por meio da SETADES para reforma e ampliação da sala do centro de vivência, (Termo de Fomento nº 9036/2018; Processo nº 75694409), com Emenda Parlamentar Estadual, no valor R\$ 104.347,04 (cento e quatro mil, trezentos e quarenta e sete reais e quatro centavos). Processo Nº 5048/2020.

Art.2º. Aprovar parecer técnico emitido pela Comissão de Financiamento/Comasse favorável à Prestação de Contas da OSC **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais da Serra – APAE Serra**, final da execução das despesas celebrado com Estado do Espírito Santo por meio da SETADES, para reforma e ampliação da sala de artesanato e oficina de musicalização, (Termo de Fomento nº 9024/2018, Processo nº 81528930), com Emenda Parlamentar Estadual, no valor R\$ 20.000,00 (vinte mil reais). Processo Nº 5053/2020.

Art.3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Serra, 02/07/2020

Camila Hombre Mulinari
Vice-Presidente do COMASSE
Biênio 2018-2020

RESOLUÇÃO 016/2019

Conselho Municipal de Assistência Social da Serra – COMASSE, atendendo ao estabelecido no artigo 22 da Lei n.º 4388 de 13 de agosto de 2015, no uso de suas atribuições legais, em reunião ordinária online realizada no dia 01 de junho de 2020, Ata 308/2020.

Considerando o Regimento Interno, Resolução nº 005/2016, Art. 29, parágrafo III, que dispõe sobre as competências da Comissão de Financiamento/Comasse.

Resolve:

Art. 1º Aprovar parecer técnico emitido pela Comissão de Financiamento/Comasse, favorável ao Projeto Técnico da Entidade Associação Lar

da Terceira Idade Professor Coelho Sampaio, para recebimento de Emenda Parlamentar Federal no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para aquisição de equipamentos/material permanente, conforme Processo nº 24959/2020.

Art. 2º Aprovar parecer técnico emitido pela Comissão de Financiamento/Comasse, favorável ao Projeto Técnico da Entidade Associação Lar da Terceira Idade Professor Coelho Sampaio, para recebimento de Emenda Parlamentar Estadual no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) para aquisição de equipamentos/material permanente, conforme Processo nº 24960/2020.

Art. 3º Aprovar parecer técnico emitido pela Comissão de Financiamento/Comasse, favorável ao Projeto Técnico da Entidade Instituto de Gestão Social do Terceiro Setor - Iges , para recebimento de Emenda Parlamentar Estadual no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) para aquisição de equipamentos/material permanente, conforme Processo nº 22372/2020.

Art. 4º Aprovar parecer técnico emitido pela Comissão de Financiamento/Comasse, favorável ao Projeto Técnico da Entidade Obra Social Itaka - Escolapios , para recebimento de Emenda Parlamentar Municipal, no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) para aquisição de equipamentos/material permanente e prestação de serviços, conforme Processo nº 16952/2020.

Art. 4º O uso quaisquer equipamento /material permanente ou custeio adquirido por meio de emenda parlamentar, aprovada por este Conselho, tem sua utilização restrita aos serviços executados no município de Serra.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Serra, 02/07/2020

Camila Hombre Mulinari
Vice-Presidente do COMASSE
Biênio 2018-2020

Resolução nº 017/2020

Conselho Municipal de Assistência Social da Serra - COMASSE, atendendo ao estabelecido no artigo 22 da Lei n.º 4388 de 13 de agosto de 2015, no uso de suas atribuições legais, em reunião ordinária online realizada no dia 01 de junho de 2020, Ata 308/2020.

Considerando a Portaria nº 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (2019-nCoV);

Considerando o Decreto Nº 4593-R, de 13 de março de 2020, que estabelece o estado de emergência em saúde pública no Estado do Espírito Santo e estabelece medidas sanitárias e administrativas para prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos

decorrentes do surto de coronavírus (COVID-19) e dá outras providências.

Considerando a Resolução COMASSE Nº 026/2019, que estabelece o Calendário de Reunião Ordinária 2020.

Considerando a Resolução COMASSE Nº 009/2020, que suspende temporariamente as reuniões agendadas.

Resolve:

Art.1º. Retomar as Reuniões Ordinárias, de forma remota, video conferência, conforme Calendário já aprovado.

Art.2º. Retomar os trabalhos das Comissões, com atenção as normativas e orientações da OMS.

Art.3º. Retomar atendimento administrativo presencial agendado ou pelo telefone (27) 3251-4795, às quartas-feiras de 09:00 às 15:00, na sede do Conselho. Demais dias, atendimento através do email comasse.es.serra@hotmail.com.

Art.4º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Serra, 02/07/2020

Camila Hombre Mulinari
Vice-Presidente do COMASSE
Biênio 2018-2020

SEMAS 02

Publicação Nº 284075

1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 31/2019 – SEMAS

PROCESSO Nº. 69.410/2018 – PROCESSO ORIGINÁRIO

PROCESSO Nº 24.253/2020 - ADITIVO

Partes: O Município da Serra e a OSC AGÊNCIA ADVENTISTA DE DESENVOLVIMENTO E RECURSOS ASSISTÊNCIAIS SUDESTE BRASILEIRA.

Objeto: Execução do Serviço de Acolhimento Institucional na modalidade Casa Lar, para atender a 20 usuários com transtorno mental em 02 unidades (masculina e feminina), visando à promoção e usufruto de direitos, bem como contribuir para superação da situação de rua, no respeito aos costumes, às tradições e a diversidade de: ciclos de vida, arranjos familiares, raça/etnia, religião, gênero e orientação sexual, conforme preconiza a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais

valor: R\$ R\$ 1.201.899,79 (hum milhão, duzentos e um mil, oitocentos e noventa e nove reais e setenta e nove centavos) que serão transferidos ao PARCEIRO, conforme o cronograma de desembolso, correndo a despesa à conta do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL –, prevista no Orçamento Municipal.

Dotação orçamentária – unidade orçamentária 13:02 – Fundo Municipal de Assistência Social

Função Programática – 08.244.0280.2184 – Elemento de Despesa – 3.3.50.43.00 – subvenção social – Fonte de Recurso 1.001.0000.0000 – Municipal e – Estadual 1.390.0010.0000 – Estadual.

Vigência: de 01/07/2020 a 30/06/2021, podendo ser prorrogado por igual período, através de Termo de Aditivo.

Foro: do Juízo da Serra, Comarca da Capital, Vara da Fazenda Pública Municipal.

Prefeitura Municipal da Serra/ES, em 03 de julho de 2020.

JOUBERT JANTORNO FILHO

Secretário Municipal de Assistência Social

SEMMA

Publicação Nº 284216

**SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - SEMMA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO**

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMA, no uso de suas atribuições legais, pelo presente Edital, NOTIFICA o interessado abaixo relacionado, por se encontrar em local incerto e não sabido nas tentativas de entrega, do AUTO DE INFRAÇÃO - MULTA em seu desfavor, conforme relação abaixo. Face ao exposto, fica intimado a efetuar o pagamento da multa ou impugnar o auto de infração com a apresentação de defesa administrativa, no prazo de 30 (dias) dias contados da publicação do presente, sob pena de encaminhamento do processo administrativo à Secretaria Municipal da Fazenda - SEFA, para que proceda a inscrição do valor em dívida ativa, e posterior ajuizamento de ação de execução fiscal, conforme dispõe os artigos 332 e 333 da Lei Municipal nº 2199/99, e demais normas legais vigentes.

INTERESSADO	CPF/CNPJ	Nº DO PROCESSO	AUTO DE INFRAÇÃO Nº	VALOR (R\$)
ARGEMIRO DOS SANTOS FILHO	103.634.398-70	22465/2020	8272203/2020	R\$ 500,00 (quinhentos reais)

MOTIVO:

Fica aplicada a penalidade de multa ambiental por realizar despejo de resíduos (entulhos de obra) diretamente sobre o solo e sem tratamento adequado. Fato este constatado no dia 29/03/2020 às 12h e 40 minutos, em atendimento a denúncia do Whats App da PMS, na Rua Harpia, bairro Novo Horizonte, Serra/ES, pelo veículo placa GWW 9162.

Vistas ao respectivo processo poderão ser obtidas junto ao Departamento de Fiscalização Ambiental, que fica no endereço: Rua Maestro Antônio Cícero nº 239, bairro Caçaroca - Serra/ES.
Caso o recolhimento já tenha sido efetuado, o interessado deverá apresentar o comprovante de pagamento no Departamento de Fiscalização Ambiental da SEMMA, no mesmo endereço, para que se possa efetuar a regularização do processo.

GRACIELY APARECIDA PIROVANI DA C. SOARES
Secretária Executiva do COMDEMAS/CHD Apoio Adm.

ÁUREA DA SILVA GALVÃO ALMEIDA
SECRETÁRIA DE MEIO AMBIENTE

**SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - SEMMA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO**

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMA, no uso de suas atribuições legais, pelo presente Edital, NOTIFICA o interessado abaixo relacionado, por se encontrar em local incerto e não sabido nas tentativas de entrega, do AUTO DE INFRAÇÃO - MULTA em seu desfavor, conforme relação abaixo. Face ao exposto, fica intimado a efetuar o pagamento da multa ou impugnar o auto de infração com a apresentação de defesa administrativa, no prazo de 30 (dias) dias contados da publicação do presente, sob pena de encaminhamento do processo administrativo à Secretaria Municipal da Fazenda - SEFA, para que proceda a inscrição do valor em dívida ativa, e posterior ajuizamento de ação de execução fiscal, conforme dispõe os artigos 332 e 333 da Lei Municipal nº 2199/99, e demais normas legais vigentes.

INTERESSADO	CPF/CNPJ	Nº DO PROCESSO	AUTO DE INFRAÇÃO Nº	VALOR (R\$)
ADENILDO OSÓRIO DE FEITAS	974.576.986-04	51140/2019	8270805/2018	R\$ 41.000,00 (quarenta e um mil reais)

MOTIVO:

Por alterar aspecto de local especialmente protegido por lei sem licenciamento ambiental, realizando parcelamento de solo com vendas de lotes, desmatamento, aterro de nascentes e córregos e construção de alvenaria estando dentro de uma ZPA - ZONA de Proteção Ambiental conforme PDM Lei 3082/2012.

Vistas ao respectivo processo poderão ser obtidas junto ao Departamento de Fiscalização Ambiental, que fica no endereço: Rua Maestro Antônio Cícero nº 239, bairro Caçaroca - Serra/ES.
Caso o recolhimento já tenha sido efetuado, o interessado deverá apresentar o comprovante de pagamento no Departamento de Fiscalização Ambiental da SEMMA, no mesmo endereço, para que se possa efetuar a regularização do processo.

GRACIELY APARECIDA PIROVANI DA C. SOARES
Secretária Executiva do COMDEMAS/CHD Apoio Adm.

ÁUREA DA SILVA GALVÃO ALMEIDA
SECRETÁRIA DE MEIO AMBIENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - SEMMA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMA, no uso de suas atribuições legais, pelo presente Edital, NOTIFICA o interessado abaixo relacionado, por se encontrar em local incerto e não sabido nas tentativas de entrega, do AUTO DE INFRAÇÃO - MULTA em seu desfavor, conforme relação abaixo. Face ao exposto, fica intimado a efetuar o pagamento da multa ou impugnar o auto de infração com a apresentação de defesa administrativa, no prazo de 30 (dias) dias contados da publicação do presente, sob pena de encaminhamento do processo administrativo à Secretaria Municipal da Fazenda - SEFA, para que proceda a inscrição do valor em dívida ativa, e posterior ajuizamento de ação de execução fiscal, conforme dispõe os artigos 332 e 333 da Lei Municipal nº 2199/99, e demais normas legais vigentes.

INTERESSADO	CPF/CNPJ	Nº DO PROCESSO	AUTO DE INFRAÇÃO Nº	VALOR (R\$)
MARIA CAROLINA DE SOUZA BENTO 11771612657	30.326.431/0001-03	62966/2019	8271720/2019	R\$ 52.001,00 (cinquenta e dois mil e um reais)
<p align="center">MOTIVO:</p> <p>Foi constatado no dia 12/06/2019 por volta das 10h e 30 minutos, aterro com despejo de entulhos diretamente sobre o solo e sem tratamento adequado dentro de APP, sendo carreado para curso d'água (afluente da Lagoa Jacuném), alterando o aspecto do local especialmente protegido por lei (ZPA), caminhão placa MRI 1345, conforme coordenadas -20.150597, -40.257723.</p>				

Vistas ao respectivo processo poderão ser obtidas junto ao Departamento de Fiscalização Ambiental, que fica no endereço: Rua Maestro Antônio Cícero nº 239, bairro Caçaroca - Serra/ES.

Caso o recolhimento já tenha sido efetuado, o interessado deverá apresentar o comprovante de pagamento no Departamento de Fiscalização Ambiental da SEMMA, no mesmo endereço, para que se possa efetuar a regularização do processo.

GRACIELY APARECIDA PIROVANI DA C. SOARES
 Secretária Executiva do COMDEMAS/CHD Apoio Adm.

ÁUREA DA SILVA GALVÃO ALMEIDA
 SECRETÁRIA DE MEIO AMBIENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - SEMMA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMA, no uso de suas atribuições legais, pelo presente Edital, NOTIFICA o interessado abaixo relacionado, por se encontrar em local incerto e não sabido nas tentativas de entrega, do AUTO DE INFRAÇÃO - MULTA em seu desfavor, conforme relação abaixo. Face ao exposto, fica intimado a efetuar o pagamento da multa ou impugnar o auto de infração com a apresentação de defesa administrativa, no prazo de 30 (dias) dias contados da publicação do presente, sob pena de encaminhamento do processo administrativo à Secretaria Municipal da Fazenda - SEFA, para que proceda a inscrição do valor em dívida ativa, e posterior ajuizamento de ação de execução fiscal, conforme dispõe os artigos 332 e 333 da Lei Municipal nº 2199/99, e demais normas legais vigentes.

INTERESSADO	CPF/CNPJ	Nº DO PROCESSO	AUTO DE INFRAÇÃO Nº	VALOR (R\$)
JULIO CÉSAR ZORZAL LOURENÇO	947.440.097-00	1286/2020	8272091/2020	R\$ 2.000,00 (dois mil reais)
<p align="center">MOTIVO:</p> <p>Fica aplicada penalidade de multa ambiental por praticar ou mesmo concorrer para maus tratos de uma cadela Rottweiler dentro do seu imóvel sob inscrição imobiliária nº 010.5.004.0381, fato constatado no dia 05/01/2020 às 12h, conforme denúncia.</p>				

Vistas ao respectivo processo poderão ser obtidas junto ao Departamento de Fiscalização Ambiental, que fica no endereço: Rua Maestro Antônio Cícero nº 239, bairro Caçaroca - Serra/ES.

Caso o recolhimento já tenha sido efetuado, o interessado deverá apresentar o comprovante de pagamento no Departamento de Fiscalização Ambiental da SEMMA, no mesmo endereço, para que se possa efetuar a regularização do processo.

GRACIELY APARECIDA PIROVANI DA C. SOARES
 Secretária Executiva do COMDEMAS/CHD Apoio Adm.

ÁUREA DA SILVA GALVÃO ALMEIDA
 SECRETÁRIA DE MEIO AMBIENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - SEMMA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMA, no uso de suas atribuições legais, pelo presente Edital, NOTIFICA o interessado abaixo relacionado, por se encontrar em local incerto e não sabido nas tentativas de entrega, do AUTO DE INFRAÇÃO - MULTA em seu desfavor, conforme relação abaixo. Face ao exposto, fica intimado a efetuar o pagamento da multa ou impugnar o auto de infração com a apresentação de defesa administrativa, no prazo de 30 (dias) dias contados da publicação do presente, sob pena de encaminhamento do processo administrativo à Secretaria Municipal da Fazenda - SEFA, para que proceda a inscrição do valor em dívida ativa, e posterior ajuizamento de ação de execução fiscal, conforme dispõe os artigos 332 e 333 da Lei Municipal nº 2199/99, e demais normas legais vigentes.

INTERESSADO	CPF/CNPJ	Nº DO PROCESSO	AUTO DE INFRAÇÃO Nº	VALOR (R\$)
PORTALFLEX COMÉRCIO VAREJISTA DE TINTAS, FERRAMENTAS, FERRAGENS E SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA	01.737.025/0001-35	22461/2020	8272206/2020	R\$ 2.001,00 (dois mil e um reais)
<p align="center">MOTIVO:</p> <p>Fica aplicada penalidade de multa ambiental por realizar o despejo de resíduos (entulhos) diretamente sobre o solo e sem tratamento adequado, fato este constatado dia 18/03/2020 às 14h, em atendimento à denúncia via Whats App da PMS, atrás dos galpões em Taquara II, Serra/ES, pelo veículo placa JSZ 0867.</p>				

Vistas ao respectivo processo poderão ser obtidas junto ao Departamento de Fiscalização Ambiental, que fica no endereço: Rua Maestro Antônio Cícero nº 239, bairro Caçaroca - Serra/ES. Caso o recolhimento já tenha sido efetuado, o interessado deverá apresentar o comprovante de pagamento no Departamento de Fiscalização Ambiental da SEMMA, no mesmo endereço, para que se possa efetuar a regularização do processo.

GRACIELY APARECIDA PIROVANI DA C. SOARES
 Secretária Executiva do COMDEMAS/CHD Apoio Adm.

ÁUREA DA SILVA GALVÃO ALMEIDA
 SECRETÁRIA DE MEIO AMBIENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - SEMMA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMA, no uso de suas atribuições legais, pelo presente Edital, NOTIFICA o interessado abaixo relacionado, por se encontrar em local incerto e não sabido nas tentativas de entrega, do AUTO DE INFRAÇÃO - MULTA em seu desfavor, conforme relação abaixo. Face ao exposto, fica intimado a efetuar o pagamento da multa ou impugnar o auto de infração com a apresentação de defesa administrativa, no prazo de 30 (dias) dias contados da publicação do presente, sob pena de encaminhamento do processo administrativo à Secretaria Municipal da Fazenda - SEFA, para que proceda a inscrição do valor em dívida ativa, e posterior ajuizamento de ação de execução fiscal, conforme dispõe os artigos 332 e 333 da Lei Municipal nº 2199/99, e demais normas legais vigentes.

INTERESSADO	CPF/CNPJ	Nº DO PROCESSO	AUTO DE INFRAÇÃO Nº	VALOR (R\$)
CLAUDIA CRISTINA BELCHIOR	910.321.137-15	51025/2019	8271816/2019	R\$ 1.000,00 (mil reais)
<p align="center">MOTIVO:</p> <p>Fica aplicada penalidade de multa por realizar a disposição de resíduos (entulhos) diretamente sobre o solo em via pública. Fato constatado dia 16/07/2019 às 10h e 05 minutos Rua Tolstoy nº 10, esquina da Rua Trenós, Cidade Continental Setor Ásia, Serra/ES.</p>				

Vistas ao respectivo processo poderão ser obtidas junto ao Departamento de Fiscalização Ambiental, que fica no endereço: Rua Maestro Antônio Cícero nº 239, bairro Caçaroca - Serra/ES. Caso o recolhimento já tenha sido efetuado, o interessado deverá apresentar o comprovante de pagamento no Departamento de Fiscalização Ambiental da SEMMA, no mesmo endereço, para que se possa efetuar a regularização do processo.

GRACIELY APARECIDA PIROVANI DA C. SOARES
 Secretária Executiva do COMDEMAS/CHD Apoio Adm.

ÁUREA DA SILVA GALVÃO ALMEIDA
 SECRETÁRIA DE MEIO AMBIENTE

PORTARIA SESA 25 DE 02 DE Julho DE 2020

DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DECORRENTE DO CORONAVÍRUS (COVID-19) E INFORMA A POPULAÇÃO SOBRE OS PROCEDIMENTOS DE LICENCIAMENTO SANITÁRIO, ATENDIMENTO AO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O secretário de Saúde do município da Serra no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II do artigo 78 da lei orgânica do Município da Serra de 05 de abril de 1990;

Considerando a declaração de EMERGÊNCIA EM SAÚDE pública de importância internacional pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

Considerando a Portaria nº 188/ GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional - ESPIN, em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (2019-nCoV);

Considerando o Decreto Nº 4593 - R, de 13 de março de 2020, que dispõe sobre o estado de emergência em saúde pública no Estado do Espírito Santo e estabelece medidas sanitárias e administrativas para prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos decorrentes do surto de coronavírus (COVID-19) e dá outras providências;

Considerando o Decreto Municipal 5.884, de 17 de março de 2020, que declara situação de emergência em saúde pública no Município da Serra, em razão de surto de doença respiratória –1.5.1.1.0 – Coronavírus e dispõe sobre as medidas para seu enfrentamento, nos termos da Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Considerando o Código de Saúde do Município da Serra, Lei 2.915 de 23 de dezembro de 2005;

Resolve:

Art. 1º Permitir as inspeções sanitárias de rotina, resguardadas as medidas preventivas e de controle do novo coronavírus, conforme orientações do Ministério da Saúde, Secretaria de Estado da saúde e Secretaria Municipal de Saúde, por parte da equipe das autoridades sanitárias responsáveis pela avaliação dos estabelecimentos e mediante designação da chefia imediata.

Art. 2º Aos requisitos sanitários verificados nas inspeções de rotina serão incluídos os requisitos de verificação das medidas adotadas pelos estabelecimentos para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do novo Coronavírus (COVID-19).

Art. 3º As empresas que necessitam requerer o alvará sanitário deverão entrar em contato por e-mail para solicitá-lo, enviando o requerimento de alvará sanitário, devidamente assinado, juntamente com a documentação necessária para: apoio.doc.visa@serra.es.gov.br.

Art. 4º Os recursos de auto de infração deverão ser entregues por meio eletrônico, para a supervisão de auto de infração : sava.doc.visa@serra.es.gov.br

Art. 5º Questionamentos ou restituição acerca de taxas da vigilância sanitária deverão ser enviadas para: projetos.doc.visa@serra.es.gov.br

Art. 6º Os documentos a serem entregues na Vigilância Sanitária, provenientes de ato de notificação, deverão ser enviados para o e-mail da respectiva supervisão, com a indicação do número processo em trâmite na vigilância sanitária.

a. Supervisão de alimentos: ssa.doc.visa@serra.es.gov.br;

b. Supervisão de Medicamentos: smp.doc.visa@serra.es.gov.br;

C. Supervisão de Serviços de Saúde de Interesse à saúde: ssis.doc.visa@serra.es.gov.br

Art. 7º As novas empresas deverão requerer alvará sanitário por meio do Sistema Integrador da Junta Comercial Simplifica ES, no link <http://www.simplifica.es.gov.br/>

Art 8º Essa Portaria terá vigência durante todo período de estado de emergência em Saúde Pública conforme Decreto Municipal nº 5884/2020, a contar do dia 02.07.2020.

Art 9º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Serra, aos 02 de julho de 2020

Alexandre Camilo Fernandes Viana

Secretário Municipal de Saúde

Sooretama

PREFEITURA

2º ADITIVO AO CONTRATO Nº 117/2020

Publicação Nº 284128

2º ADITIVO AO CONTRATO

Nº 117/2018

Contratante: MUNICÍPIO DE SOORETAMA/ES

Contratada: SD SERVIÇOS DE ASSESSORIA EIRELI ME

CNPJ: 09.464.021/0001-32

Objeto: A PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 117/2018 POR MAIS 12 (DOZE) MESES

Valor Global: R\$858.942,00 (oitocentos e cinquenta e oito mil, novecentos e quarenta e dois reais), sendo praticado mensalmente o valor estimado de R\$71.578,50 (setenta e um mil, quinhentos e setenta e oito reais e cinquenta centavos)

Vigência: 12 (DOZE) MESES

RECURSO (FICHA): 318, 356, 368, 382, 391, 341, 57, 74, 241, 281, 419, 579, 566, 216, 481, 88, 151, 167

2º ADITIVO AO CONTRATO Nº 118/2020

Publicação Nº 284131

2º ADITIVO AO CONTRATO

Nº 118/2018

Contratante: MUNICÍPIO DE SOORETAMA/ES, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Contratada: SD SERVIÇOS DE ASSESSORIA EIRELI ME

CNPJ: 09.464.021/0001-32

Objeto: A PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 118/2018 POR MAIS 12 (DOZE) MESES

Valor Global: R\$60.600,00 (sessenta mil e seiscentos reais), sendo praticado mensalmente o valor estimado de R\$5.050,00 (cinco mil e cinquenta reais)

Vigência: 12 (DOZE) MESES

RECURSO (FICHA): 10, 113, 68, 103, 39, 94, 132

CHAMAMENTO 01/2020 TICKET FEIRA DESERTO

Publicação Nº 284012

CHAMAMENTO PÚBLICO SEMAG 01/2020 - DESERTO

O município de Sooretama - ES, através da Secretaria Municipal de Agricultura e por intermédio de sua Comissão de Seleção e Julgamento, conforme Decreto nº 960, de 12/12/2019, torna público para amplo conhecimento que o procedimento para CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO PARA IMPLANTAR, FORNECER E OPERACIONALIZAR O SISTEMA DE CARTÃO "TÍQUETE FEIRA MUNICIPAL", destinado a selecionar organização da sociedade civil para firmar parceria por meio de termo de colaboração ou de fomento, regido pelas disposições da Lei no. 13.019, de 31 de julho de 2.014 e suas alterações, não acudiu interessados, sendo considerado DESERTO.

CONTRATO Nº 152/2020 - PIANNA & BERNABE

Publicação Nº 284186

CONTRATO 152/2020

DISPENSA DE LICITAÇÃO

Contratante: O MUNICÍPIO DE SOORETAMA - ES, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Contratado: PIANNA & BERNABE COMERCIO DE GASES LTDA EPP

CNPJ: 18.273.113/0001-26

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, EM CARÁTER DE EMERGÊNCIA PARA FORNECIMENTO DE CILINDROS DE GÁS OXIGÊNIO, DESTINADOS A SUPRIR AS NECESSIDADES DO PRONTO ATENDIMENTO "GERALDO INÁCIO DOS SANTOS" E DO CENTRO ESPECIALIZADO EM ATENDIMENTO DE PACIENTES COM SUSPEITA DE COVID-19 DO MUNICÍPIO DE SOORETAMA

Valor Global: R\$ 12.240,00 (doze mil, duzentos e quarenta reais)

Vigência: 06 (seis) meses

Ficha: 161

ID CIDADES

2020.070E0500001.09.0014

PREGÃO ELETRÔNICO 002/2020

Publicação Nº 284104

REDESIGNAÇÃO

PREGÃO ELETRONICO Nº 002/2020

O Município de Sooretama - ES, através da Secretaria Municipal de Saúde e por intermédio de sua Equipe de Pregão conforme DECRETO Nº 663, de 02/10/2019, Faz saber que realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº. 002/2020.

Motivo: Alteração no Edital.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS, para eventual e futura contratação de empresa especializada em fornecimento de Fraldas Descartáveis infantis para atender a demanda judicial. "menor preço por Item", com entrega parcelada, regido pelas disposições da Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2.002, Decreto nº 7.892/13, Decreto nº 3.555/2.000 e suas alterações, Lei nº 8.666/1.993 (subsidiariamente).

Data da sessão de lances: 23/07/2020, às 09hs00mn (Horário de Brasília).

Informações da Sessão Através do site www.sooretama.es.gov.br, www.bll.org.br e no email: licitacao@sooretama.es.gov.br.

Telefone: (41)3097-4600 (27) 3723-1282 ramal 228

Locais de retirada do Edital, no referido Site.

ID CIDADES: 2020.070E0500001.01.0008

JOÃO PAULO DA SILVA

Pregoeiro Oficial

Venda Nova do Imigrante

PREFEITURA

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO Nº 001/2020 MUNICÍPIO DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE/ES

Publicação Nº 284230

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO Nº 001/2020

MUNICÍPIO DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE/ES

MAURO COLODETE, Leiloeiro Público Oficial, matrícula 051/2006, devidamente autorizado pelo Município de Venda Nova do Imigrante/ES, faz saber, a quem possa interessar, que realizará o LEILÃO PÚBLICO Nº 001/2020, no dia 31 de JULHO de 2020 às 13:00 horas (exceto o lote nº 018 - ônibus sucata, que será no dia 31 de julho de 2020 às 11:00 horas), na modalidade exclusivamente "ELETRÔNICO", através do SITE do Leiloeiro: www.colodeteleiloes.com.br, onde serão leiloados os veículos, máquinas e bens móveis a seguir:

LT 01 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120H; LT 02 - ESCAVADEIRA VOLVO EC 140 BLC PRIME; LT 03 - RETROESCAVADEIRA VOLVO BL 60 B; LT 04 - MRG9325; LT 05 - MTW0944; LT 06 - MTO1898; LT 07 - MQC8171; LT 08 - MRV0307; LT 09 - MPQ9372; LT 10 - MQH9206; LT 11 - MQC8179; LT 12 - MQH9208; LT 13 - MQZ2806; LT 14 - Retirado do leilão; LT 15 - MQC8167; LT 16 - MQW2345; LT 17 - MQW2351; LT 18 - GSM6234; LT 19 - MQC3886; LT 20 - Baú Compactador de Lixo; LT 21 - Tanque para Caminhão Pipa; LT 22 - Sucatas de Carteiras Escolares e Longarinas; LT 23 - Sucatas de Bebedouros, Ventiladores, Máquina de Lavar, Televisões, Micro-ondas, Batedeiras Industriais, Freezers, Fogões Industriais, Cafeteira Industriais e Liquidificadores; LT 24 - Sucatas de Armários de Aço; LT 25 - Sucatas de Balanças Antropométricas, Cadeiras Odontológicas e Autoclaves; LT 26 - Sucatas de Material de Informática em Geral.

Visitação: 27 a 30 de JULHO de 2020, das 08h00m às 16h00m e no dia 31 de JULHO de 2020, das 08h00m às 11h00m, exceto feriados e pontos facultativos, mediante agendamento.

Demais informações e Edital poderão ser obtidos no site do Leiloeiro www.colodeteleiloes.com.br, pelos telefones (27) 99955-6685 / (28) 99955-5000 / (28) 3542-3333, e no site do Município de Venda Nova do Imigrante www.vendanova.es.gov.br.

Venda Nova do Imigrante, ES, 06 de julho de 2020.

MAURO COLODETE

Leiloeiro Público Oficial – 051/2006

Viana

PREFEITURA

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Publicação Nº 284215

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Código CidadES: 2020.073E0700001.09.0016

A Prefeitura de Viana torna público à Dispensa de Licitação e sua ratificação, com fulcro no artigo 24, Inciso II, da Lei nº. 8.666/93, para contratação da empresa PRONTO COMUNICAÇÃO VISUAL EIRELI – CNPJ 12.572.829/0001-48, especializada em confecção de comunicação visual / letreiros, os quais serão instalados em pontos turísticos estratégicos da cidade de Viana, em atendimento a Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Turismo, no valor de R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais), conforme parecer administrativo, exarado no processo nº. 6824/2020.

Viana/ES, 07 de julho de 2020.

GILSON DANIEL BATISTA

Prefeito Municipal de Viana

RESUMO DO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL URBANO Nº 055/2020

Publicação Nº 284167

RESUMO DO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL URBANO Nº. 055/2020

Código CidadES: 2020.073E0700001.09.0011

Processo Administrativo nº. 000463/2020.

Dispensa de Licitação, com fulcro no artigo 24, Inciso X, da lei nº 8.666/93.

Locatário: MUNÍCIPIO DE VIANA/ES.

Locador: MARINALDO JACKEL DE FARIA.

Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL URBANO LOCALIZADO NA RUA ALAGOAS, Nº 04, INDUSTRIAL, VIANA/ES, CEP: 29135-569, PARA FUNCIONAMENTO DO POSTO DE CORREIOS, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

Valor: O valor do aluguel mensal é de R\$ 600,00 (seiscentos reais), pelo período de 12 (doze) meses, perfazendo o valor total de R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais).

Vigência: O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, com início na data de assinatura do termo contratual.

Viana/ES, 03 de julho de 2020.

GILSON DANIEL BATISTA

PREFEITO MUNICIPAL DE VIANA

DECRETO Nº 092/2020

Publicação Nº 284239



Prefeitura Municipal de Viana
Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 092/2020**

**EXCLUI E NOMEIA MEMBROS NA COMPOSIÇÃO DO
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE VIANA –
CMEV.**

O **PREFEITO MUNICIPAL DE VIANA**, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, previsto no art.60, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, e

Considerando a Lei Municipal nº 1.670, de 19 de dezembro de 2003, redefinida pela Lei Municipal nº 1.931, de 18 de junho de 2007 e alterada pela Lei Municipal nº 2.742, de 19 de agosto de 2015, e o Decreto Municipal nº 169, 29 de agosto de 2019,

DECRETA:

Art. 1º. Exclui e Inclui membros na composição do Conselho Municipal de Educação de Viana - CMEV, até o término do atual mandato, conforme preconiza o Decreto Municipal Nº 169, 29 de agosto de 2019:

Art. 2º. EXCLUIR **Aline Figueiredo**, Representante da Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social – SEMAST e **Elaine Santos de Oliveira Dutra**, Representante da Secretaria Municipal de Saúde- SEMSA.

Art. 3º. INCLUIR **Camila Pereira Gera Capdeville**, suplente representante da Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social – SEMAST e **Alrineth Almeida da Silva**, suplente Representante da Secretaria Municipal de Saúde- SEMSA

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Viana/ES, 06 de Julho de 2020.

GILSON DANIEL BATISTA
Prefeito Municipal de Viana

EDITAL 0010/2019 - SEMAST

Publicação Nº 284212

**SECRETARIA MUNICIPAL DE
TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL****Edital 010/2020****INSCRIÇÃO DE BOLSISTAS PARA CURSO DE PÓS GRADUAÇÃO**

A Prefeitura Municipal de Viana, em parceria com a instituição **IDEIA SOCIEDADE DE ENSINO LTDA**, mantenedora do **POLO UNIP VIANA-ES**, por meio do Convênio nº 003/2020, torna público o Edital de Inscrição para preenchimento de 410 (quatrocentas e dez) vagas de bolsas (parciais) de estudo em cursos de Pós Graduação.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 A seleção destina-se a servidores públicos municipais (efetivos, comissionados e contratados), funcionários de empresas conveniadas ao Programa GERAR e munícipes que possuam curso de Graduação Superior completo e atendam aos critérios e pré-requisitos elencados no item 3.

1.2 Os candidatos selecionados serão contemplados com Bolsa (parcial) de Estudos, que consistirá na redução do valor 50% no curso de Pós Graduação em toda a grade, conforme especificação a seguir:

CURSO ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIOS	CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
1. MBA- GESTÃO DE VENDAS	12X- R\$137,50	15X- R\$ 96,13	18X-R\$80,82
2. MBA EM ADMINISTRAÇÃO DE FINANÇAS E BANKING	12X- R\$137,50	15X-R\$ 96,13	18X-R\$80,82
3. MBA EM AUDITORIA	12X- R\$137,50	15X- R\$ 96,13	18X-R\$80,82
4. MBA EM COMÉRCIO EXTERIOR	12X- R\$137,50	15X- R\$ 96,13	18X-R\$80,82
5. MBA EM CONTROLADORIA EM EMPRESAS	12X -R\$137,50	15X- R\$ 96,13	18X-R\$80,82
6. MBA EM GESTÃO DA QUALIDADE E PRODUTIVIDADE	12X- R\$137,50	15X-R\$ 96,13	18X-R\$80,82
7. MBA EM GESTÃO DE RECURSOS HUMANAS	12X- R\$137,00	15X- R\$ 96,13	18X-R\$80,82
8. MBA EM GESTÃO EMPRESARIAL	12X- R\$137,50	15X-R\$ 96,13	18X-R\$80,82
9. MBA EM GESTÃO ESTRATÉGICA DE COMPRAS	12X- R\$137,50	15X- R\$ 96,13	18X-R\$80,82

10. MBA EM LOGÍSTICA EMPRESARIAL E SUPPLY CHAIN	12X- R\$137,50	15X-R\$ 96,13	18X-R\$80,82
11. MBA EM MARKETING INTERNACIONAL E FORMAÇÃO DE TRADERS	12X- R\$137,50	15X-R\$ 96,13	18X-R\$80,82
CURSO CIÊNCIA DA SAÚDE	CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
12. ADMINISTRAÇÃO HOSPITALAR	12X- R\$137,50	15X- R\$ 96,13	18X-R\$80,82
13. GESTÃO AMBIENTAL- ECOGESTÃO	12X- R\$137,50	15X-R\$ 96,13	18X-R\$80,82
14. GESTÃO EM SAÚDE	12X- R\$137,50	15X- R\$ 96,13	18X-R\$80,82
15. SAÚDE PÚBLICA	12X- R\$137,50	15X- R\$ 96,13	18X-R\$80,82
CIÊNCIAS MULTIPROFISSIONAIS	CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
16. GESTÃO DAS POLITICAS SOCIAIS	12X- R\$137,00	15X-R\$ 96,13	18X-R\$80,82
COMUNICAÇÃO	CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
17. MBA EM COMUNICAÇÃO E MÍDIA	12X- R\$137,00	15X- R\$ 96,13	18X-R\$80,82
18. MBA EM COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL E INSTITUCIONAL	12X- R\$137,00	15X- R\$ 96,13	18X-R\$80,82
EDUCAÇÃO	CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
19. DOCÊNCIA PARA O ENSINO SUPERIOR	12X- R\$137,00	15X- R\$ 96,13	18X-R\$80,82
20. FORMAÇÃO E GESTÃO EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	12X- R\$137,00	15X- R\$ 96,13	18X-R\$80,82
21. INTERPRETAÇÃO DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS- LIBRAS	12X- R\$137,00	15X- R\$ 96,13	18X-R\$80,82
22. LÍNGUA INGLESA E LITERATURA	12X- R\$137,00	15X- R\$ 96,13	18X-R\$80,82
23. FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	12X- R\$137,00	15X- R\$ 96,13	18X-R\$80,82
24. LINGUA PORTUGUESA E LITERATURA EM CONTEXTO ESCOLAR	12X- R\$137,00	15X- R\$ 96,13	18X-R\$80,82
25. PSICOPEDAGOGIA E NEUROCIÊNCIAS	12X- R\$137,00	15X- R\$ 96,13	18X-R\$80,82
26. PSICOPEDAGOGIA INSTITUCIONAL	12X- R\$137,00	15X- R\$ 96,13	18X-R\$80,82
27. DOCÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR- (DURAÇÃO DE 6 MESES)	12X- R\$137,00	15X- R\$ 96,13	18X-R\$80,82
28. ENSINO DA GEOGRAFIA	12X- R\$137,00	15X- R\$ 96,13	18X-R\$80,82
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
29. GESTÃO E GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	12X- R\$137,00	15X- R\$ 96,13	18X-R\$80,82
30. TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO PARA ESTRATÉGIA DE NEGÓCIOS	12X- R\$137,00	15X- R\$ 96,13	18X-R\$80,82

CIÊNCIAS JURÍDICAS	CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
31. DIREITO AMBIENTAL	12X- R\$137,00	15X- R\$ 96,13	18X-R\$80,82
32. DIREITO CIVIL	12X- R\$137,00	15X- R\$ 96,13	18X-R\$80,82
33. DIREITO PENAL	12X- R\$137,00	15X- R\$ 96,13	18X-R\$80,82
34. DIREITO DO CONSUMIDOR	12X- R\$137,00	15X- R\$ 96,13	18X-R\$80,82
35. DIREITO EMPRESARIAL	12X- R\$137,00	15X- R\$ 96,13	18X-R\$80,82
36. DIREITO IMOBILIÁRIO	12X- R\$137,00	15X- R\$ 96,13	18X-R\$80,82
37. DIREITO PREVIDENCIÁRIO	12X- R\$137,00	15X- R\$ 96,13	18X-R\$80,82
38. DIREITO PROCESSUAL CIVIL	12X- R\$137,00	15X- R\$ 96,13	18X-R\$80,82
39. DIREITO TRIBUTÁRIO	12X- R\$137,00	15X- R\$ 96,13	18X-R\$80,82
40. DIREITO DO TRABALHO	12X- R\$137,00	15X- R\$ 96,13	18X-R\$80,82

1.3 O preenchimento das vagas se dará por ordem de inscrição, de acordo com a disponibilidade de vagas em cada um dos cursos.

1.4 Os candidatos inscritos fora do número de vagas disponíveis serão integrantes de cadastro de reserva, a ser considerado no preenchimento de vagas remanescentes.

2. DAS VAGAS

2.1 As bolsas parciais referem-se aos cursos de Pós Graduação.

2.2 Do total de vagas disponíveis, haverá a seguinte distribuição:

CURSO	Vagas		Total
ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIOS			
1. MBA- GESTÃO DE VENDAS	10		
2. MBA EM ADMINISTRAÇÃO DE FINANÇAS E BANKING	10		
3. MBA EM AUDITORIA	10		
4. MBA EM COMÉRCIO EXTERIOR	10		
5. MBA EM CONTROLADORIA EM EMPRESAS	10		
6. MBA EM GESTÃO DA QUALIDADE E PRODUTIVIDADE	10		
7. MBA EM GESTÃO DE RECURSOS	10		

8. MBA EM GESTÃO EMPRESARIAL	10		
9. MBA EM GESTÃO ESTRATÉGICA DE COMPRAS	10		
10. MBA EM LOGÍSTICA EMPRESARIAL E SUPPLY CHAIN	10		
11. MBA EM MARKETING INTERNACIONAL E FORMAÇÃO DE TRADERS	10		
CURSO CIÊNCIA DA SAÚDE			
12. ADMINISTRAÇÃO HOSPITALAR	10		
13. GESTÃO AMBIENTAL- ECOGESTÃO	10		
14. GESTÃO EM SAÚDE	10		
15. SAÚDE PÚBLICA	10		
CIÊNCIAS MULTIPROFISSIONAIS			
16. GESTÃO DAS POLITICAS SOCIAIS	10		
COMUNICAÇÃO			
17. MBA EM COMUNICAÇÃO E MÍDIA	10		
18. MBA EM COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL E INSTITUCIONAL	10		
EDUCAÇÃO			
19. DOCÊNCIA PARA O ENSINO SUPERIOR	10		
20. FORMAÇÃO E GESTÃO EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	10		
21. INTERPRETAÇÃO DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS- LIBRAS	10		
22. LÍNGUA INGLESA E LITERATURA	10		
23. LÍNGUA PORTUQUESA E LITERATURA EM CONTEXTO ESCOLAR	10		
24. FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	10		
25. PSICOPEDAGOGIA E NEUROCIÊNCIAS	10		
26. PSICOPEDAGOGIA INSTITUCIONAL	10		
27. DOCÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR-(DURAÇÃO DE 6 MESES)	10		
28. ENSINO DA GEOGRAFIA	10		

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO			
29. GESTÃO E GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	10		
30. TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO PARA ESTRATÉGIA DE NEGÓCIOS	10		
CIÊNCIAS JURÍDICAS			
31. DIREITO AMBIENTAL	10		
32. DIREITO CIVIL	10		
33. DIREITO PENAL	10		
34. DIREITO DO CONSUMIDOR	10		
35. DIREITO EMPRESARIAL	10		
36. DIREITO IMOBILIÁRIO	10		
37. DIREITO PREVIDENCIÁRIO	10		
38. DIREITO PROCESSUAL CIVIL	10		
39. DIREITO TRIBUTÁRIO	10		
40. DIREITO DO TRABALHO	20		
		Total:	410 vagas

3. DOS REQUISITOS

- a. Ser morador do município de Viana, Servidor Público Municipal de Viana e/ou Funcionário de Empresa Conveniada ao Programa GERAR;
- b. Ter concluído o curso Superior.
- c. Ter disponibilidade para cursar a Graduação pleiteada.

3.1 Das vagas disponíveis um total de 5% (cinco por cento) será destinado para priorização de pessoas com deficiência (PCD).

4. DA INSCRIÇÃO COM AGENDAMENTO/HOMOLOGAÇÃO:

4.1 As inscrições dos candidatos implicarão no conhecimento e aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, devendo estes se certificarem de que preenchem os requisitos exigidos para a participação.

4.2 As inscrições serão através de agendamento realizadas por telefones: **3255-1002 - 99644-5897**, nos dias **13 de Julho a 27 de Julho 2020** de 08:00 às 17:00 horas.

4.3 Documentações necessárias serão entregues, no Centro de Qualificação e Trabalho, 08:00 às 17:00 horas, Rua Domingos Vicente nº10, CEP 29135-000, Centro de Viana. Com agendamento e cumprindo as regras do Ministério da Saúde com relação à Pandemia da Corona vírus (COVID -19).

4.4 Documentações necessárias:

- a) Diploma e Histórico escolar da Graduação;
- b) Cópia simples dos documentos pessoais: RG, CPF, Título de Eleitor;
- c) Comprovante de residência;
- d) Comprovante de vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal de Viana e de situação ativa e regular do exercício da função (somente para servidores públicos).
- e) Comprovante de vínculo empregatício com a Empresa Conveniada ao Programa GERAR.

4.5 A documentação deverá ser entregue no ato da inscrição juntamente com ficha de inscrição a ser preenchida na ocasião.

4.6 Os candidatos que não apresentarem a documentação solicitada não terão direito ao preenchimento da ficha de inscrição e entrega da documentação.

4.7 Não serão aceitas inscrições de candidatos já beneficiados com Bolsas de Estudos do Programa GERAR, bem como os que delas desistiram, mediante assinatura de Termo de Desistência, por qualquer motivo.

5. CRONOGRAMA DE INSCRIÇÃO

5.1 As inscrições serão realizadas conforme cronograma a seguir:

	13 a 27 de Julho municípios em geral
--	---

5.2 Os servidores públicos municipais e os funcionários das empresas conveniadas poderão se inscrever também nos dias **13 a 27 de junho de 2020**, considerando a eventual indisponibilidade de vagas devido ao seu preenchimento ocorrer por ordem de inscrição.

6. DO RESULTADO

6.1 A publicação da lista de classificados dentro das vagas disponibilizadas e dentro das vagas remanescentes (suplentes) ocorrerá no dia **10 de agosto 2020**, no Diário Oficial do Município, disponível em www.viana.es.gov.br.

6.2 Os candidatos inscritos dentro do número de vagas disponíveis serão contatados pela equipe da Agência de Empregos de Viana, quando receberão as orientações para proceder com sua apresentação na Prefeitura de Viana e **IDEIA SOCIEDADE DE ENSINO LTDA**, mantenedora do **POLO UNIP VIANA- ES**.

7. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

7.1 A inscrição do candidato implicará o conhecimento e aceitação tácita das condições estabelecidas no presente Edital, sobre as quais o candidato não poderá alegar desconhecimento.

7.2 O Convênio nº003/2020, firmado entre a Prefeitura de Viana e a **IDEIA SOCIEDADE DE ENSINO LTDA**, mantenedora do **POLO UNIP VIANA- ES**, garante a manutenção da Bolsa (parcial) de Estudos pelo tempo que durar o curso de Pós Graduação.

Viana, 06 de Julho 2020.

GILSON DANIEL BATISTA
Prefeito de Viana

EDITAL 009/2020 - SEMAST

Publicação Nº 284182

SECRETARIA MUNICIPAL DE
TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL**Edital 009/2020
INSCRIÇÃO DE BOLSISTAS PARA CURSO DE GRADUAÇÃO**

A Prefeitura Municipal de Viana, em parceria com a instituição **IDEIA SOCIEDADE DE ENSINO LTDA**, mantenedora do **POLO UNIP VIANA-ES**, por meio do Convênio nº 003/2020, torna público o Edital de Inscrição para preenchimento de 410 (quatrocentos e dez) vagas de bolsas (parciais) de estudo em cursos de Graduação.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 A seleção destina-se a servidores públicos municipais (efetivos, comissionados e contratados), funcionários de empresas conveniadas ao Programa GERAR e munícipes que possuam curso de Graduação Superior completo e atendam aos critérios e pré-requisitos elencados no item 3.

1.2 Os candidatos selecionados serão contemplados com Bolsa (parcial) de Estudos, que consistirá na redução do valor 50% no curso de Graduação em toda a grade, conforme especificação a seguir:

CURSO	VALOR COM 50% DE DESCONTO	DURAÇÃO	MODALIDADE
1. ADMINISTRAÇÃO	R\$ 146,48	4 ANOS	BACHAREL
2. ARTES VISUAIS	R\$125,48	3 ANOS	LICENCIATURA
3. CIENCIAS CONTABEIS	R\$146,48	4 ANOS	BACHAREL
4. CIENCIAS ECONOMICAS	R\$141,23	4 ANOS	BACHAREL
5. EDUCAÇÃO FÍSICA	R\$156,98	4 ANOS	BACHAREL
6. GEOGRAFIA	R\$130,78	3 ANOS	LICENCIATURA
7. GESTÃO EM RECURSOS HUMANOS	R\$135,98	2 ANOS	TECNÓLOGO
8. GESTÃO EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	R\$ 151,73	2 ANOS	TECNÓLOGO
9. GESTÃO FINANCEIRA	R\$130,73	2 ANOS	TECNÓLOGO
10. HISTÓRIA	R\$130,72	3 ANOS	LICENCIATURA
11. FILOSOFIA	R\$146,48	3 ANOS	LICENCIATURA

12. LETRAS (LIC. EM PORTUGUÊS)	R\$135,98	3 ANOS	LICENCIATURA
13. LETRAS (LIC. EM PORTUGUÊS/ESPANHOL)	R\$135,98	4 ANOS	LICENCIATURA
14. LETRAS (LIC. EM PORTUGUÊS/INGLÊS)	R\$135,98	4 ANOS	LICENCIATURA
15. MARKETING	R\$135,98	2 ANOS	BACHAREL
16. MATEMÁTICA	R\$120,23	3 ANOS	BACHAREL
17. PEDAGOGIA	R\$135,98	3 ANOS	LICENCIATURA
18. PROCESSOS GERENCIAIS	R\$135,98	2 ANOS	TECNÓLOGO
19. SOCIOLOGIA	R\$149,00	3 ANOS	TECNÓLOGO
20. ANALISES DESENVOLVIMENTO SISTEMAS	R\$135,98	2 ANOS	LICENCIATURA
21. GESTÃO AMBIENTAL	R\$135,98	2 ANOS	TECNÓLOGO
22. GESTÃO HOSPITALAR	R\$135,98	3 ANOS	TECNÓLOGO
23. GESTÃO PÚBLICA	R\$135,98	2 ANOS	TECNÓLOGO
24. LOGÍSTICA	R\$135,98	2 ANOS	TECNÓLOGO
25. SEGURANÇA DO TRABALHO	R\$135,98	3 ANOS	TECNÓLOGO
26. GESTÃO DE QUALIDADE	R\$151,73	2 ANOS	TECNÓLOGO
27. GESTÃO DE TURISMO	R\$149,00	2 ANOS	TECNÓLOGO
28. COMÉRCIO EXTERIOR	R\$151,73	2 ANOS	TECNÓLOGO
29. GESTÃO COMERCIAL	R\$149,00	2 ANOS	TECNÓLOGO
30. REDE DE COMPUTADORES	R\$151,73	2 ANOS	TECNÓLOGO
31. GASTRONOMIA	R\$230,48	2 ANOS	TECNÓLOGO
32. DESIGNER DE INTERIORES	R\$156,98	2 ANOS	TECNÓLOGO
33. GESTÃO SERVIÇOS JURÍDICOS, NOTARIAIS E DE REGISTRO	R\$156,98	2 ANOS	TECNÓLOGO
34. EMPREENDEDORISMO	R\$137,55	2 ANOS	TECNÓLOGO
35. GESTÃO DE COOPERATIVA	R\$149,00	2 ANOS	TECNÓLOGO
36. SEGURANÇA PRIVADA	R\$152,26	2 ANOS	TECNÓLOGO
37. NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS	R\$135,45	2 ANOS	TECNÓLOGO

38. SECRETARIADO	R\$150,15	2 ANOS	TECNÓLOGO
39. SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO	R\$149,00	2 ANOS	TECNÓLOGO
40. RELAÇÕES INTERNACIONAIS	R\$166,96	4 ANOS	BACHAREL
41. GESTÃO DE AGRONEGÓCIOS	R\$151,73	3 ANOS	TECNÓLOGO

1.3 O preenchimento das vagas se dará por ordem de inscrição, de acordo com a disponibilidade de vagas em cada um dos cursos.

1.4 Os candidatos inscritos fora do número de vagas disponíveis serão integrantes de cadastro de reserva, a ser considerado no preenchimento de vagas remanescentes.

2. DAS VAGAS

2.1 As bolsas parciais referem-se aos cursos de Graduação.

2.2 Do total de vagas disponíveis, haverá a seguinte distribuição:

CURSOS	VAGAS
1. ADMINISTRAÇÃO	10
2. ARTES VISUAIS	10
3. CIENCIAS CONTABEIS	10
4. CIENCIAS ECONOMICAS	10
5. EDUCAÇÃO FÍSICA	10
6. GEOGRAFIA	10
7. GESTÃO EM RECURSOS HUMANOS	10
8. GESTÃO EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	10
9. GESTÃO FINANCEIRA	10
10. HISTÓRIA	10
11. FILOSOFIA	10
12. LETRAS (LIC. EM PORTUGUÊS)	10

13. LETRAS (LIC. EM PORTUGUÊS/ESPAÑHOL)	10
14. LETRAS (LIC. EM PORTUGUÊS/INGLÊS)	10
15. MARKETING	10
16. MATEMÁTICA	10
17. PEDAGOGIA	10
18. PROCESSOS GERENCIAIS	10
19. SOCIOLOGIA	10
20. ANÁLISES DESENVOLVIMENTO SISTEMAS	10
21. GESTÃO AMBIENTAL	10
22. GESTÃO HOSPITALAR	10
23. GESTÃO PÚBLICA	10
24. LOGÍSTICA	10
25. SEGURANÇA DO TRABALHO	10
26. GESTÃO DE QUALIDADE	10
27. GESTÃO DE TURISMO	10
28. COMÉRCIO EXTERIOR	10
29. GESTÃO COMERCIAL	10
30. REDE DE COMPUTADORES	10
31. GASTRONOMIA	10
32. DESIGNER DE INTERIORES	10
33. GESTÃO SERVIÇOS JURÍDICOS, NOTARIAIS E DE REGISTRO	10
34. EMPREENDEDORISMO	10
35. GESTÃO DE COOPERATIVA	10
36. SEGURANÇA PRIVADA	10

37. NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS	10
38. SECRETARIADO	10
39. SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO	10
40. RELAÇÕES INTERNACIONAIS	10
41. GESTÃO DE AGRONEGÓCIOS	10
	410 vagas

3. DOS REQUISITOS

- Ser morador do município de Viana, Servidor Público Municipal de Viana e/ou Funcionário de Empresa Conveniada ao Programa GERAR;
- Ter concluído o ensino médio completo.
- Ter disponibilidade para cursar a Graduação pleiteada.

3.1 Das vagas disponíveis um total de 5% (cinco por cento) será destinado para priorização de pessoas com deficiência (PCD).

4. DA INSCRIÇÃO COM AGENDAMENTO/HOMOLOGAÇÃO:

4.1 As inscrições dos candidatos implicarão no conhecimento e aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, devendo estes se certificarem de que preenchem os requisitos exigidos para a participação.

4.2 As inscrições serão através de agendamento realizadas por telefones: **3255-1002 - 99644-5897**, nos dias **13 de Julho a 27 de Julho 2020** de 08:00 às 17:00 horas.

4.3 Documentações necessárias serão entregues, no Centro de Qualificação e Trabalho, 08:00 às 17:00 horas, Rua Domingos Vicente nº10, CEP 29135-000, Centro de Viana. Com agendamento e cumprindo as regras do Ministério da Saúde com relação à Pandemia da Corona vírus (COVID -19).

- Histórico escolar;
- Cópia simples dos documentos pessoais: RG, CPF, Título de Eleitor;
- Comprovante de residência;
- Comprovante de vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal de Viana e de situação ativa e regular do exercício da função (somente para servidores públicos).
- Comprovante de vínculo empregatício com a Empresa Conveniada ao Programa GERAR.

4.4 A documentação deverá ser entregue no ato da inscrição juntamente com ficha de inscrição a ser preenchida na ocasião.

4.5 Os candidatos que não apresentarem a documentação solicitada não terão direito ao preenchimento da ficha de inscrição e entrega da documentação.

4.6 Não serão aceitas inscrições de candidatos já beneficiados com Bolsas de Estudos do Programa GERAR, bem como os que delas desistiram, mediante assinatura de Termo de Desistência, por qualquer motivo.

5. CRONOGRAMA DE INSCRIÇÃO

5.1 As inscrições serão realizadas conforme cronograma a seguir:

	13 a 27 de Julho múnicipe em geral
--	---

5.2 Os servidores públicos municipais e os funcionários das empresas conveniadas poderão se inscrever também nos dias **13 a 27 de Junho de 2020**, considerando a eventual indisponibilidade de vagas devido ao seu preenchimento ocorrerem por ordem de inscrição.

6. DO RESULTADO

6.1 A publicação da lista de classificados dentro das vagas disponibilizadas e dentro das vagas remanescentes (suplentes) ocorrerá no dia **10 de agosto 2020**, no Diário Oficial do Município, disponível em www.viana.es.gov.br.

6.2 Os candidatos inscritos dentro do número de vagas disponíveis serão contatados pela equipe da Agência de Empregos de Viana, quando receberão as orientações para proceder com sua apresentação na Prefeitura de Viana e **IDEIA SOCIEDADE DE ENSINO LTDA**, mantenedora do **POLO UNIP VIANA- ES**.

7. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

7.1 A inscrição do candidato implicará o conhecimento e aceitação tácita das condições estabelecidas no presente Edital, sobre as quais o candidato não poderá alegar desconhecimento.

7.2 O Convênio nº003/2020, firmado entre a Prefeitura de Viana e a **IDEIA SOCIEDADE DE ENSINO LTDA**, mantenedora do **POLO UNIP VIANA- ES** garante a manutenção da Bolsa (parcial) de Estudos pelo tempo que durar o curso de Graduação.

Viana, 06 de junho 2020.

GILSON DANIEL BATISTA
Prefeito de Viana

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 011/2020**

Publicação Nº 284201

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 011, de 29 de junho de 2020.

Dispõe sobre a suplementação de dotação orçamentária da Câmara Municipal, mediante anulação de recurso.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VIANA, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições regimentais, bem como por força do disposto no art. 4º, I, da Lei Orçamentária Anual vigente (Lei 3063/2019), resolve:

Art. 1º. Fica anulado da dotação abaixo discriminada e constante do orçamento vigente o seguinte recurso:

001 - Câmara Municipal de Viana

001001.0103100012.100 – Administração da Unidade

31901100000 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal – Ficha 01 R\$ 250.000,00

TOTAL: R\$ 250.000,00

Art. 2º. Com a anulação descrita no art. 1º, ficam suplementadas as seguintes dotações orçamentárias:

001 - Câmara Municipal de Viana

001001.0103100012.100 – Administração da Unidade

33903600000 – Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Física – Ficha 10 R\$ 100.000,00

33903900000 – Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica – Ficha 11 R\$ 150.000,00

TOTAL: R\$ 250.000,00

Art. 3º. Esta resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Publique-se.

Viana/ES, 29 de junho de 2020.

Fabio Luiz Dias

Presidente

Vila Pavão

PREFEITURA

2º T.A. CONTRATO 109/2019

Publicação Nº 283375

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 109 / 2019

PROCESSO: 001504/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VILA PAVÃO/ES.

CONTRATADA: FELIPPE ENGENHARIA LTDA.

OBJETO: O presente termo aditivo tem como objeto a PRORROGAÇÃO da vigência do Contrato firmado entre as partes em 18/07/2019, nos termos previstos em sua Cláusula Terceira.

DA PRORROGAÇÃO: Pelo presente termo aditivo, fica prorrogada a vigência do Contrato a partir de 18/07/2020 com duração de 12 (doze) meses.

DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS: Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato inicial, firmado entre as partes.

Vila Pavão/ES, 07/07/2020.

Irineu Wutke

Prefeito Municipal

CONTRATOS 075, 076, 077, 078, 079 E 080/2020

Publicação Nº 284093

RESUMO DO CONTRATO

Nº 075/2020

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Vila Pavão – ES.

CONTRATADO: CELESTE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento de Equipamentos e Material Permanente, conforme Proposta FNS nº 10906.131000/1190-03.

VIGÊNCIA: 31/12/2020.

VALOR GLOBAL: R\$ 3.335,79.

RECURSOS FINANCEIROS:

Ficha: 098.

Vila Pavão, ES, 06/07/2020.

IRINEU WUTKE

Prefeito Municipal

RESUMO DO CONTRATO

Nº 076/2020

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Vila Pavão – ES.

CONTRATADO: G.I.S COMERCIAL SANTANA LTDA - ME.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento de Equipamentos e Material Permanente, conforme Proposta FNS nº 10906.131000/1190-03.

VIGÊNCIA: 31/12/2020.

VALOR GLOBAL: R\$ 1.250,00.

RECURSOS FINANCEIROS:

Ficha: 098.

Vila Pavão, ES, 06/07/2020.

IRINEU WUTKE

Prefeito Municipal

RESUMO DO CONTRATO

Nº 077/2020

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Vila Pavão – ES.

CONTRATADO: ODONTOPLUS LTDA.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento de Equipamentos e Material Permanente, conforme Proposta FNS nº 10906.131000/1190-03.

VIGÊNCIA: 31/12/2020.

VALOR GLOBAL: R\$ 13.116,00.

RECURSOS FINANCEIROS:

Ficha: 098.

Vila Pavão, ES, 06/07/2020.

IRINEU WUTKE

Prefeito Municipal

RESUMO DO CONTRATO

Nº 078/2020

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Vila Pavão – ES.

CONTRATADO: POLI COMERCIAL EIRELI EPP.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento de Equipamentos e Material Permanente, conforme Proposta FNS nº 10906.131000/1190-03.

VIGÊNCIA: 31/12/2020.

VALOR GLOBAL: R\$ 487,08.

RECURSOS FINANCEIROS:

Ficha: 098.

Vila Pavão, ES, 06/07/2020.

IRINEU WUTKE

Prefeito Municipal

RESUMO DO CONTRATO

Nº 079/2020

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Vila Pavão – ES.

CONTRATADO: PRIME MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA ME.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento de Equipamentos e Material Permanente, conforme Proposta FNS nº 10906.131000/1190-03.

VIGÊNCIA: 31/12/2020.

VALOR GLOBAL: R\$ 1.670,00.

RECURSOS FINANCEIROS:

Ficha: 098.

Vila Pavão, ES, 06/07/2020.

IRINEU WUTKE

Prefeito Municipal

RESUMO DO CONTRATO

Nº 080/2020

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Vila Pavão – ES.

CONTRATADO: S2 DOCTOR DISTRIBUIDORA EIRELI EPP.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento de Equipamentos e Material Permanente, conforme Proposta FNS nº 10906.131000/1190-03.

VIGÊNCIA: 31/12/2020.

VALOR GLOBAL: R\$ 8.995,00.

RECURSOS FINANCEIROS:

Ficha: 098.

Vila Pavão, ES, 06/07/2020.

IRINEU WUTKE

Prefeito Municipal